



**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO, HOTELARIA E TURISMO**

**AS MEMÓRIAS DE SANTIAGO:  
DO PATRIMÓNIO AOS ITINERÁRIOS DOS PEREGRINOS**

**Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Marketing Turístico**

Susana Karina Martins de Sousa

Trabalho efetuado sob a orientação de: Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira

2017

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO, HOTELARIA E TURISMO  
Universidade do Algarve

**AS MEMÓRIAS DE SANTIAGO:  
DO PATRIMÓNIO AOS ITINERÁRIOS DOS PEREGRINOS**

**Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Marketing Turístico**

Susana Karina Martins de Sousa

Trabalho efetuado sob a orientação de: Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira

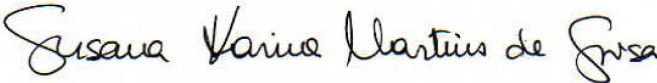
2017

**AS MEMÓRIAS DE SANTIAGO:  
DO PATRIMÓNIO AOS ITINERÁRIOS DOS PEREGRINOS**

**Declaração de Autoria do Trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Susana Karina Martins de Sousa



.....  
(assinatura)

**Direitos de cópia ou Copyright**

© Copyright: Susana Karina Martins de Sousa

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

À minha querida filha Rosana e maravilhosa família, na qual passei, também, a incluir muitos dos que encontrei no Caminho de Santiago, na Associação Espaço Jacobeus, na Paróquia de Nossa Senhora de Fátima em Montenegro, na Ordem Franciscana Secular de Faro e em San Sebastian de Garabandal.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado de um longo fascínio pelo Caminho de Santiago e de um lento processo de estruturação do tema, o qual foi ganhando forma científica pelos basilares contributos dados por docentes da Universidade do Algarve, particularmente, o Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Elsa Sacramento Pereira, o Prof. Doutor José Figueiredo Santos, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Alexandra Gonçalves (Diretora Regional da Cultura do Algarve) e ao Prof. Doutor Ronaldo Schuzt.

Inúmeros foram os que, de uma forma ou de outra, foram legitimando o aprofundamento do estudo sobre a saída do Algarve do Itinerário Cultural Universal a Santiago de Compostela, nomeadamente: D. Manuel Neto Quintas (Bispo do Algarve), D. Segundo Pérez (Déan Presidente da Catedral de Santiago e Oficina del Peregrino em Santiago de Compostela), Frei Paulo Ferreira (Ordem Franciscana), D. Celestino Lores (representante da Archicofradia Universal del Apóstol Santiago, da Fundação do Caminho de Santiago, da Associação dos Amigos do Caminho Português para Santiago e da Associação Europeia dos Caminhos de Santiago), Sr. Domingos Carneiro (Presidente da Direção Nacional da Associação Espaço Jacobeus), Dr. Paulo Almeida Fernandes (Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra e Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa), Dr. Alberto Solana (Presidente da Cofradía de Santiago de Madrid), Sr. José Luís Sanches (Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana), Dr. Leandro Gomes (Centro de Investigação sobre o Caminho de Santiago Português, da Universidade de Coimbra), Prof. José António Falcão (Diretor do Departamento do Património Artístico da Diocese de Beja), Dr. Rui Cortes (Câmara Municipal de Almodôvar/ Museu da Escrita do Sudoeste), Dr.<sup>a</sup> Luísa Martins (Câmara Municipal de Loulé) e Dr.<sup>a</sup> Margarida Correia (Presidente da União de Freguesias de Querença, Tor e Benafim).

A investigação empírica foi facilitada pelo entusiasmo e dádiva de tantas pessoas que, continuar a fazer jus a todos, de forma individual, resultaria numa extensa lista de nomes. Não sendo isso possível, estende-se a todos um especial agradecimento através da Diocese do Algarve, da Ordem Franciscana Secular de Faro, do Festival de Caminhadas do Ameixial e do grupo de Voluntários da Associação Espaço Jacobeus – Delegação de Faro que congrega peregrinos e caminheiros de vários pontos do Algarve, com formação e atividades profissionais muito diversas, e que têm enriquecido de forma multidisciplinar este projeto. Continuemos a crescer em número e qualidade!

É sumamente importante referir os apoios recebidos da Câmara Municipal de Loulé, da Câmara Municipal de Faro, da ANA Aeroportos de Portugal, do Turismo do Algarve, da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe e da União de Freguesias de Querença, Tor e Benafim que facilitaram o suporte das despesas associadas à receção dos convidados e participantes no evento com que se implementou uma importante parte da ativação patrimonial incluída no presente trabalho.

## RESUMO

O Caminho de Santiago é perspectivado como meio de preservação das memórias de Santiago na Península Ibérica, às quais a Tradição Jacobea atribui a primeira evangelização, ainda hoje fator de integração geográfica e cultural europeia. Compostela reconhece Faro como um dos pontos de início do Caminho de Santiago, ilustrando o traçado na Credencial Oficial do Peregrino e mantendo registo dos peregrinos que daí partem. No entanto, estes factos não têm correspondência no terreno, dada a insuficiência da sinalética e a alienação da população local.

Na prossecução do objetivo principal de propor um itinerário de peregrinos, a sinalizar detalhadamente, localizou-se a presença da Ordem de Santiago no Algarve, caracterizando, particularmente, através do acervo documental - atas das visitas da Ordem de Santiago - os padroados ligados às principais vias de comunicação terrestre entre o Algarve e Portugal. De Faro, a Loulé, Salir e Almodôvar, traça-se uma linha que coincide com o mapa compostelano e com abundantes evidências que não terão surgido dissociadas da vida e dos valores preconizados pela sociedade que as gerou, e que se pretende reativar através do Caminho de Santiago.

Observou-se que, em outros pontos do Caminho, a sinalética e a “cultura de acolhimento ao peregrino” são resultado da participação ativa e voluntária da população local, pelo que se considerou primordial o desenvolvimento de um conjunto de ações que permitiram educar, sensibilizar, recolher opiniões e congregar esforços no reconhecimento de percursos.

**Palavras-chave:** *patrimonialização, turistificação, peregrinação, Ordem de Santiago, Caminho de Santiago, Tradição Jacobea*

## ABSTRACT

The Way of Saint James is approached as a means of preserving the memories of Santiago in the Iberian Peninsula, to which Tradition of Saint James attributes the first evangelization of the territory, a factor of geographic and cultural European integration until today. Compostela recognizes Faro as one of the starting points of the Way of Saint James, illustrating the itinerary in the Official Pilgrim Credential and keeping record of pilgrims therefrom departing. However, these facts have no correspondence in the field, given the lack of signposting and the alienation of local population.

In the pursuit of the main objective - to propose an itinerary for pilgrims, with detailed signalization – the investigation came to the presence of the Order of Saint James in the Algarve, particularly through the documental collection of this Order's visitation minutes, based on which were featured the respective patronage sites that overlap with major land communication routes between the Algarve and Portugal. Faro, Loulé, Salir and Almodovar drew the line that matched with the Compostela map, with abundant evidence believed to be in straight association with the life and values of the society that generated it, and its reactivation now being sought through the Way of Saint James.

In other parts of the Way, the signposting and the "pilgrim welcoming culture" were found to be result of active and voluntary participation of local population. Thus, a set of actions were developed to educate, raise awareness, gather opinions and join efforts in identifying trails.

**Keywords:** *patrimonialization, touristification, pilgrimage, Order of Saint James, Way of Saint James*

## INDICE GERAL

Introdução	1
1. Metodologia	6
2. A Ordem de Santiago	11
2.1. História da Evolução da Ordem de Santiago	14
2.2. Regra da Ordem de Santiago	21
2.3. Património e Visitações	29
2.3.1 Determinações Gerais	33
2.3.2. Itinerário de Visitação	38
2.3.3. Igrejas e cultos	42
a) Principais visitas às Igrejas de Faro no séc. XVI	52
b) Principais visitas ao Padroado de Loulé no séc. XVI	61
2.3.4 Comendas e outros bens	69
3. Turistificação da Peregrinação Cristã	75
3.1. Turismo Religioso e Cultural	84
3.2. Peregrinação Cristã	88
3.2.1. Tradição Jacobeia na Península Ibérica	95
a) Nossa Senhora do Pilar e São Tiago Maior	96
b) Do Breviarum Apostolorum a San Beato de Liebana	97
c) Descoberta do Túmulo no Campo das Estrelas	99
d) <i>Codex Calixtinus e Jubileu</i>	101
e) Simbologia e Elementos Identificativos da Peregrinação Jacobeia	102
3.2.2. O Caminho de Santiago – da origem à UNESCO	109
3.2.3. Peregrinos no Caminho de Santiago Português	118
3.3. Considerações sobre património e patrimonialização	130
4. Proposta de Itinerário para o Caminho Central Português de Santiago desde o Algarve – Corredor Faro – Loulé	141
Conclusão	153
Bibliografia	
Anexos	

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Libro de los Juegos, séc. XIII	12
Figura 2: Representação atual da Cruz-espada de Santiago	14
Figura 3: As conquistas dos freires de Santiago (1230-1240) com Sevilha e o Algarve no horizonte	17
Figura 4: A conquista das terras algarvias (1239-1244 ?) e o conflito sobre a jurisdição sobre o Algarve (1249-1267)	18
Figura 5: Selo da Milícia de Cristo	26
Figura 6: Padroados da Ordem de Santiago e vida religiosa (séc. XIII-XV)	43
Figura 7: Iluminura da Cantiga CLXXXIII de Afonso X, O Sábio, 1280	51
Figuras 8, 9 e 10: Capela de Garcia Moniz, da invocação de Santiago. Igreja Matriz de Faro, do lado do Evangelho	53
Figuras 11, 12, 13 e 14: Capela funerária de Garcia Moniz, da invocação de Santiago. Igreja Matriz de Faro	53
Figura 15: Planta da Igreja Matriz de Faro	54
Figuras 16, 17 e 18: Capela de Rui Valente, da invocação de São Jorge. Igreja Matriz de Faro	55
Figuras 19, 20, 21 e 22: Fechaduras das portas do claustro. Igreja Matriz de Faro	60
Figuras 23, 24 e 25: Cruz-espada da Ordem de Santiago nos púlpitos da Igreja de S. Pedro – Faro	61
Figuras 26, 27 e 28: Capela primitiva de Nossa Senhora da Conceição. Igreja São Clemente Loulé	62
Figuras 29, 30 e 31: Espada da Ordem sobre o portal principal da Igreja de São Clemente Loulé	64
Figuras 32, 33 e 34: Ermida e Travessa de Nossa Senhora do Pilar – Porta de Faro, Loulé	68
Figura 35: Castelos das Ordens Militares 1248-1367	70
Figura 36: As Comendas da Ordem de Santiago (séc. XIV)	73
Figura 37: O eixo turismo – peregrinação	78
Figura 38: Quadro comparativo de alguns padrões típicos de turistas religiosos e de peregrinos	81

Figura 39: Equilíbrio e arbitragens nas orientações de um museu centrado no património religioso	82
Figura 40: Relação entre turismo cultural, turismo religioso e turismo espiritual, baseada em recursos religiosos comuns às três categorias	85
Figura 41: Evolução de Peregrinos a Santiago de Compostela 2004-2015	91
Figura 42: Motivo de peregrinação em 2015	92
Figura 43: Nacionalidade dos peregrinos em 2015	93
Figura 44: Emblema da peregrinação com os três elementos	104
Figuras 45, 46, 47 e 48: Heráldica com representações dos elementos de peregrinação: esportilha, cruz de Santiago, bastão, vieira e sombrero	106
Figura 49: Mapa do Grande Itinerário Cultural Europeu	113
Figura 50: Mapa dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela	117
Figura 51: Divisão do Número de Peregrinos / Caminho percorrido – 2015	118
Figuras 52: Evolução do Número de Peregrinos / ponto de partida Portugal – 2004 - 2015 (1)	119
Figuras 53: Evolução do Número de Peregrinos / ponto de partida Portugal – 2004 - 2015 (2)	120
Figura 54: Mapa dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago constante nas Credencial Oficial do Peregrino	121
Figura 55: Website criado para divulgar o Caminho Português do Sul	143
Figura 56: Brasão atual da Cidade de Loulé	146
Figura 57: Percurso proposto e sinalizado ente Faro e Loulé – Etapa 1	147
Figura 58: Ponte Medieval da Tor	148
Figuras 59 e 60: Percurso proposto entre Loulé e a Aldeia da Tor – Etapa 2 (1ª parte)	149
Figura 61: Percurso proposto entre a Aldeia da Tor e Salir - Etapa 2 (2ª parte)	149
Figura 62: Sinalética do Caminho de Santiago à entrada de Almodôvar	150
Figura 63: Percurso proposto entre Salir e Ameixial	151
Figura 64: Percurso proposto entre Ameixial e Almodôvar – Etapa 4	151

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Itinerário da Visita Pastoral de 1517-1518	39
Quadro 2: Quadro indicativo das igrejas visitadas entre 1518 e 1566	45
Quadro 3: Justificação para caminhar ou não em círculos – resposta à questão 8 do questionário	124
Quadro 4: Respostas da Seção 2 do Questionário	125
Quadro 5: Respostas da Seção 3 do Questionário	127
Quadro 6: Respostas da Seção 4 do Questionário	128
Quadro 7: Tabela de Distâncias/serviços	152

## INTRODUÇÃO

Escrever sobre a ligação do Algarve a Santiago de Compostela não é tarefa muito fácil, sobretudo quando essa ligação longínqua parece estar esquecida, em benefício das memórias de culturas mais exóticas que passaram pelo Algarve, e que nos temos esmerado em valorizar e divulgar, nomeadamente como recurso turístico.

Das nossas memórias cristãs, que em nome do Apóstolo Santiago se fizeram estabelecer no sul de Portugal, erguendo “o Algarve do Mundo Ocidental” que hoje conhecemos, pouco mais resta que investigações históricas de um reduzido grupo de estudiosos que, desde há sensivelmente quatro décadas se têm focado na Ordem de Santiago, outrora detentora da gestão e administração de grande parte do território, particularmente entre os séculos XII e XVI.

No Caminho de Santiago, sobrevive o cordão umbilical que liga o Algarve a Santiago de Compostela, difundido através da Credencial Oficial do Peregrino que é emitida pela Catedral de Santiago de Compostela, e na qual se apresenta o mapa dos Caminhos da Europa, incluindo três itinerários oriundos do sul com pontos de partida em Tavira, Faro e Lagos. Terá sido com base neste mapa que, na década de 90, o Dr. Francisco Sampaio, então Presidente do Turismo do Minho, colocou a sinalética indicativa do Caminho de Santiago na Rua de Portugal à saída de Loulé em direção a Salir<sup>1</sup> e, seguindo mais à frente, à entrada de Almodôvar<sup>2</sup>, como parte de um projeto de sinalética integrado do Caminho Português a Santiago. Será também com base neste mapa que, desde 2011, a cidade de Faro passou a ser um dos pontos de partida portugueses constantes nas estatísticas oficiais do Caminho de Santiago recolhidas pela Oficina de Acogida al Peregrino em Compostela, por já ter número assinalável de peregrinos indicando esta cidade como ponto de partida<sup>3</sup>, o que é simultaneamente motivador e preocupante, visto que este Caminho não se encontra ainda sinalizado.

---

<sup>1</sup> Sinalética que aí permaneceu até que se realizaram obras de modernização do acesso, altura em que foi retirada.

<sup>2</sup> Esta sinalética ainda se encontra intacta.

<sup>3</sup> Anteriormente, Faro somava-se ao “Resto de Portugal” juntamente com outras localidades como Tavira e Lagos que continuam, em 2015, sem ter classe própria.

Concorreu para a implementação da sinalética nessa época, o facto de em 11 de março de 1987, o Conselho da Europa ter apelado à identificação e revitalização dos Caminhos de Santiago, por serem altamente simbólicos no processo de construção europeia, o que correspondeu, ao defendido pelo Papa João Paulo II, no Ato Europeísta decorrido em Santiago de Compostela, em 1982, onde afirmou que *“o cristianismo foi no nosso continente um fator primário de unidade entre os povos e as culturas, e de promoção integral do homem e dos seus direitos”*<sup>4</sup> (Exortação Apostólica Pós-Sinodal de João Paulo II).

O direito à memória afigura-se como um direito fundamental de todo o ser humano, defendido pela UNESCO<sup>5</sup> após a 2ª guerra mundial, para a celebração da riqueza humana resultante da diversidade cultural.

Como as pessoas, na sua luta pela sobrevivência diária, não podem preservar ou amar o que não conhecem, *“incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares: criar e desenvolver reservas e parques nacionais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico (...)”* (Barbosa, 1982:3) conforme estipulado na Constituição da República Portuguesa, cujo nº 2 do Artigo 70, reforça que *“O Estado tem obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.”*

Em suma, segundo o Preâmbulo do Tratado da União Europeia, os seus signatários *«inspiram-se no património cultural, religioso e humanista da Europa»*. O nº 3 do Artigo 3º, exige igualmente que a União Europeia *“vele pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu”*. Nos termos do artigo 167º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) *“A União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum”*.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_20030628\\_ecclesia-in-europa.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20030628_ecclesia-in-europa.html) (consultado em 30/08/2015)

<sup>5</sup> Organização não-governamental fundada em 1946 com sede em Paris que é a entidade de representação máxima no tema do Património e do processo de patrimonialização para atuar na política de identificar manifestações, atribuir feição simbólica, definir características, qualificar modalidades, referenciar modelos, avaliar proposições e procedimentos, disseminar diretrizes de preservação e proteção de bens (simbólicos).

Baseado nessa identidade sociocultural comum integradora da Europa, o Caminho de Santiago foi classificado em 1987 como o 1º Itinerário Cultural Europeu e decorre atualmente uma progressiva classificação como Património Mundial da Humanidade da UNESCO. Encontra-se já o Caminho Português de Santiago integrado na Lista Indicativa de Portugal a Património da Humanidade, incluindo Faro e Tavira como locais de início de duas, das quatro rotas, que cruzam Portugal de lés-a-lés, e que têm características comparáveis aos caminhos recentemente reconhecidos pela UNESCO no noroeste espanhol devido ao "valor universal excepcional" que os itinerários têm, a par com a história dos locais por onde passa, e a boa possibilidade de sucesso junto da UNESCO.

Segundo Smith (2003), por património entende-se a herança cultural da humanidade, aquilo que é transmitido ou herdado de uma geração para a outra, compreendendo-se que é o uso contemporâneo do passado, abrangendo tanto a sua interpretação como a representação. O conceito de património está cada vez mais ligado à comercialização do passado com o crescimento da indústria patrimonial, e conseqüentemente, dos sistemas turísticos através dos quais os atores sociais produzem, reproduzem e consomem formas culturais patrimonializadas, que o turismo permite vender (Prats e Santana, 2005).

O turismo é um importante veículo de troca cultural que proporciona uma experiência pessoal sobre a história do local visitado, mas sobretudo sobre a respetiva vida e a sociedade contemporânea. E, se o património é um recurso turístico, primeiramente as comunidades onde ele se situa têm face a ele direitos e obrigações especiais, nomeadamente competindo-lhe a sua preservação e transmissão às gerações futuras através da valorização e do encorajamento do acesso público aos bens sem provocar a padronização e empobrecimento. A equilibrada mercantilização do património pelo turismo pode e deve reverter a favor da conservação natural e cultural, bem como constituir-se em fator de união e integração social das comunidades recetoras do turismo. O património e o turismo devem assumir uma forte interação e ser alvo de uma estratégia planeada para capturar as características económicas, ao mesmo tempo que se promove o resgate cultural e a valorização da memória histórica.

Neste contexto, o objetivo da presente dissertação em Marketing Turístico, apresentada à ESGHT, Universidade do Algarve, é contribuir para a ativação patrimonial do Caminho de Santiago Português desde o Algarve, particularmente desde Faro, por ser, por um lado, o que tem vindo a registar o maior número de peregrinos e, paradoxalmente, por outro, por se encontrar numa fase de desenvolvimento mais atrasada, o que conseqüentemente pode acarretar riscos elevados para a segurança dos peregrinos.

Para o efeito, tentará comprovar-se a relação do Algarve com Santiago de Compostela e com o culto a São Tiago, resgatando-a do esquecimento através da proposta de um itinerário que conjugue as evidências históricas encontradas na região com os percursos e caminhos disponíveis no mapa atual, mantendo-o o mais fidedigno possível ao que deva ser a memória de São Tiago no Algarve.

Pretende-se alavancar o interesse e a participação das comunidades locais na descoberta do Caminho de Santiago desde Faro, desenvolvendo um trabalho de “investigação – ação” consumando o que para Prats (1997) seria a ativação patrimonial. A parte da “ação” deste trabalho será credibilizada pela idoneidade já conquistada a nível ibérico pela Associação Espaço Jacobeus (AEJ), a partir da qual a investigadora criou uma delegação em Faro (AEJ Faro), sendo atualmente a única delegação a sul de Lisboa. A AEJ Faro assume, através da investigadora, uma função de agente social que utiliza os referentes culturais envolvidos para dar forma a uma identidade comum, na tentativa de ativar o património.

Entendendo a vastidão das matérias envolvidas, parte-se do princípio que o presente trabalho pretende, antes de mais, registar os humildes avanços realizados, até ao momento, no âmbito do Caminho de Santiago com início em Faro, perspetivando novas hipóteses de investigação e de novos trabalhos de aprofundamento da história local e da inserção no contexto nacional, conducentes a cada vez maior conhecimento do património deixado pela Ordem de Santiago no Algarve.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro apresentam-se as bases metodológicas de toda a investigação, detalhando os métodos de recolha e

análise de dados. No segundo capítulo aprofunda-se o conhecimento sobre a Ordem de Santiago, as suas memórias e património religioso no Algarve, em especial no corredor Faro e Loulé. No terceiro constrói-se um raciocínio crítico relacionado com a turistificação da peregrinação cristã, com base em conceitos associados e elementos caracterizadores do turismo religioso e cultural, as peregrinações, a tradição Jacobea e o Caminho de Santiago. Por último é proposto um itinerário para a ativação do Caminho de Santiago a partir de Faro que inclui um abrangente plano de ação local.

## **1. METODOLOGIA**

Compreender a ligação do Algarve a Santiago de Compostela, traduz-se acima de tudo, em aprofundar o papel da Ordem de Santiago no Algarve, e a sua consagração à devoção ao Apóstolo Santiago na Península Ibérica. A respetiva concretização permitirá fundamentar histórica e culturalmente a identificação e ativação do património associado ao itinerário cultural universal do Caminho de Santiago, a partir do Algarve, que constitui o principal objetivo do trabalho.

O objeto deste estudo constituiu um desafio complexo, face ao qual foi necessário proceder ao estabelecimento de uma delimitação geográfica, tendo-se escolhido o corredor central iniciado em Faro.

A recolha e análise de dados foram desenvolvidas em diferentes fases. A primeira fase do estudo caracterizou-se pela realização de diversas entrevistas exploratórias e outros contactos informais com informantes privilegiados, ligados direta ou indiretamente à investigação histórica, identificação e marcação de percursos e patrimonialização do Caminho de Santiago, nomeadamente, e sem respeitar uma sequência cronológica ou protocolar:

- D. Segundo Pérez López (Dean-Presidente da Catedral de Santiago de Compostela e responsável pela Oficina de Acogida al Peregrino)
- D. Celestino Lores (representante da Archicofradia Universal del Apóstol Santiago, da Fundação do Caminho de Santiago, da Associação dos Amigos do Caminho Português para Santiago e da Associação Europeia dos Caminhos de Santiago)
- Susana Rio (Archicofradia Universal del Apostol Santiago)
- Juan Antonio Naveira Seoane (Subdiretor Xeral da Proteção do Patrimonio Cultural da Xunta de Galicia)
- Johannes Eussen (Associação Amigos do Caminho do Este de Portugal - ACEP)
- Prof. Doutor José António Falcão (Diretor do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja)
- Cónego José Pedro de Jesus Martins (Deão do Cabido da Sé de Faro; Vigário Episcopal para a Pastoral e Reitor do Seminário de S. José e Pároco de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Assunção da Sé de Faro)
- Padre Afonso Cunha Duarte, Diretor do Arquivo Diocesano; Vigário Paroquial de S. Brás de Alportel e de Sta. Catarina da Fonte do Bispo
- Cónego César Chantre (enquanto Pároco de São Pedro de Faro)
- Padre Miguel Neto (Responsável pela Pastoral Diocesana de Turismo do Algarve)
- Cónego Joaquim José Duarte Nunes (Diretor do Departamento do Património Cultural da Igreja – Diocese do Algarve)

“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”

- Dr<sup>a</sup> Alexandra Gonçalves (Diretora da Delegação Regional da Cultura do Algarve)
- José Luís Sanches (Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana)
- Domingos Carneiro (Presidente da Associação Espaço Jacobeus)
- Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira (Doutor em História Medieval da Universidade do Algarve)
- Dr. Paulo Almeida Fernandes (membro integrado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra, e responsável pela fundamentação da candidatura do Caminho de Santiago Português a Património da UNESCO)
- Dr<sup>a</sup> Luísa Martins (autora de diversas transcrições das atas das visitas, integrante da Equipa de Projeto da Cidade Educadora e da Promoção da Cidadania, Câmara Municipal de Loulé)
- Dr<sup>a</sup> Margarida Correia (Presidente da União de Freguesias de Querença, Tor e Benafim)
- Prof. Doutora Elsa Pereira (Doutorada em Ciências do Desporto, Prof. Adjunta na área das Ciências do Desporto)
- Dr. Alberto Solana de Quesada (Presidente da Confraria de Santiago de Madrid)
- Leandro Gomes (doutorando da Universidade de Coimbra na área da Patrimonialização do Caminho Português de Santiago)
- Prof. Luis Quintales (docente da Universidade de Salamanca, investigador do Caminho de Torres)
- José Luis Taboada Barberi (Presidente da Asociación Gaditana Jacobea “Via Augusta”)
- entre muitos mais que foram sendo contactados no decorrer de diversos eventos em que se participou, nomeadamente nas *Jornadas - Novas Perspetivas do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha*, Encontro das Associações Portuguesas em Santiago de Compostela, Inauguração da Delegação de Lisboa da AEJ, Festival do Ameixial...

O estudo do papel da Ordem de Santiago na vida religiosa vivida no Algarve no séc. XVI teve como fonte privilegiada para a recolha de dados as valiosas transcrições das atas das visitas publicadas pelo Padre João Coelho Cabanita, Luísa Martins, Hugo Cavaco, Francisco Lameira, Fernando Calapez Corrêa, Pedro Henrique Ferreira Encarnação, bem como as publicações referentes à Ordem de Santiago disponibilizadas por Luís Filipe Oliveira, entre outras fontes.

A bibliografia permitiu descrever a evolução da Ordem Militar de Santiago desde a sua fundação, e identificar as visitas feitas ao Algarve durante o século XVI, as quais, inseridas na nova política de D. Jorge, privilegiavam a componente religiosa e comportamental, registando rigor quer nas visitas efetuadas quer nas determinações dos visitantes. A análise das respetivas atas permitiu conhecer a dinâmica subjacente aos procedimentos seguidos nas visitas às terras da Ordem, e identificar em particular, o que se consegue apurar serem as ermidas da Ordem de Santiago no

Algarve, através das quais os clérigos do hábito de Santiago perpetuavam na região, a espiritualidade e devoção ao Santo protetor dos cristãos, após a Reconquista.

Do ponto de vista metodológico, este estudo parte de um acervo documental específico, nomeadamente, das atas das visitas ao Algarve dos anos de 1517/18, 1534, 1554 e 1565/66. Embora já exista muito trabalho realizado para o século XV, é realmente do século XVI que, no presente momento, se dispõe de maior acessibilidade e garantia de integralidade por não se ter conseguido ler e transcrever as publicadas em anos anteriores. A par da bibliografia referente às ordens religiosas e militares em Portugal, as atas integraram a fonte privilegiada de análise documental para a elaboração do Capítulo 2 – A Ordem de Santiago.

A partir das fontes supramencionadas foi elaborada uma ficha identificativa das igrejas no Algarve do Padroado da Ordem de Santiago, preenchida com dados referentes a cada uma das datas supramencionadas. Sempre que possível, recorreu-se à triangulação dos dados, sendo que o estudo dos documentos foi confrontado com os vestígios materiais remanescentes, particularmente características arquitetónicas e decorativas, plantas e fotografias de igrejas e brasões, visando conhecer a existência do património que era gerido pela Ordem de Santiago no Algarve, para localizar a sua presença e influência junto da população local na Idade Média, porque, aparentemente, esta herança desapareceu da tradição local atual. Os dados recolhidos nesta fase do estudo foram fundamentais para a identificação do itinerário mais autêntico de Faro a Santiago de Compostela.

Na recolha de dados relativos à Turistificação da Peregrinação Cristã (Capítulo 3) recorreu-se à revisão da literatura para uma análise conceptual e aos dados estatísticos anuais da Oficina de Acogida al Peregrino para caracterizar a evolução da peregrinação a Santiago de Compostela de 2004-2015 e junho de 2016. Nesta sequência e para especificar dados relativos aos potenciais utilizadores do itinerário iniciado em Faro, elaborou-se um questionário de caráter interdisciplinar baseado no roteiro para estudos geográficos de peregrinação e turismo proposto por Rinschede e Sievers em 1985 (cited in Santos, 2006), tendo-se tido também como referência o questionário elaborado por Santos, J.F.O. (2011) no estudo sobre os impactos do turismo religioso em Braga. Isto

porque, no fenómeno atual do Caminho de Santiago, o peregrino é considerado o grande motor do aparecimento de percursos por toda a Europa, bem como da própria evolução que levou à classificação da UNESCO. O questionário teve como objetivo analisar a atitude mental, a motivação e os comportamentos dos caminheiros no Algarve em relação ao Caminho de Santiago. Este é composto por vinte questões: uma primeira seção que indaga sobre o comportamento dos caminheiros, seguida de outra sobre as motivações, e por fim a atitude mental. Nas perguntas de resposta aberta recorreu-se maioritariamente à escala de Likkert para medir as atitudes e sentimentos, e determinar o grau de conformidade dos entrevistados perante as afirmações. Este foi aplicado junto de participantes do Festival do Ameixial, do Debate “Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve”, e através de grupos de interesse específicos no Facebook, e num website que foi criado para a ativação patrimonial. Para disponibilizar o questionário online foi utilizada a plataforma Google Forms, através da qual o mesmo esteve acessível para preenchimento entre 20 de maio e 20 de julho 2016, ao fim do que se obteve um total de 127 respostas.

Ressalva-se, à priori, o possível enviesamento das respostas, dada a verificação de respostas de não-residentes no Algarve ou de pessoas que nunca participaram em caminhadas na região. Também poderá estar enviesada a questão sobre o conhecimento prévio do Caminho de Santiago e da Ordem de Santiago, uma vez que muitas respostas se obtiveram no decorrer do plano de ação supramencionado, ou através de grupos especializados no Facebook. O tratamento dos dados foi realizado por meio da estatística descritiva e análise qualitativa de conteúdo através do software de análise de dados qualitativo NVivo9 da QSR Internacional.

A proposta de itinerário é apresentada em formato de trilha no capítulo 4, tendo sido utilizada a aplicação de navegação outdoor por GPS- Wikiloc – para androide. A delimitação do itinerário tem base nas referências históricas analisadas no capítulo 2, nas evidências físicas encontradas no terreno e na observação da atuação de investigadores em outros itinerários, nomeadamente a Xunta de Galicia. Constatando o interesse público deste processo, mas a alienação de muitos dos potenciais intervenientes, a investigadora criou a delegação de Faro através de um agente social reconhecido – Associação Espaço Jacobeus (AEJ) – no seio do qual concebeu e

dinamizou a implementação de um plano de sensibilização e ação, apresentado no capítulo 4, composto por:

- Estabelecimento de protocolo com Ordem Franciscana Secular de Faro;
- Organização de jornadas mensais de trabalho – Pontos de Encontro Peregrinos;
- Criação de um grupo de voluntários no reconhecimento e marcação do Caminho de Santiago de Faro-Almodôvar;
- Dinamização de caminhadas de reconhecimento do itinerário;
- Criação e manutenção de uma página no Facebook do Caminho de Santiago do Algarve para sensibilização da comunidade local;
- Manutenção de grupo público no Facebook – Associação Espaço Jacobeus, Delegação de Faro;
- Criação de website educativo com informação histórica para o público em geral e informação útil aos peregrinos;
- Organização do encontro de especialistas ibéricos, subordinado ao tema “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve”;
- Sensibilização das comunidades locais através da participação em palestras públicas.

## 2. A ORDEM DE SANTIAGO

*“Nascidas na Terra Santa e votadas à protecção dos peregrinos e à defesa dos lugares santos, fazendo da guerra um serviço a Deus, as ordens militares não se entendem sem a herança da primeira Cruzada... o modelo de cavaleiro das ordens já estava presente nos primeiros cruzados, que combatiam para recuperar a herança de Cristo e que se dispunham ao sacrifício para libertar a cidade onde Ele morrera para salvar os homens... Entre eles, contavam-se os membros de uma confraria organizada sob a protecção dos cônegos do Santo Sepulcro e já documentada em princípios do século XII, de onde saíam os cavaleiros que fundaram, em 1120, a primeira ordem militar, a dos cavaleiros de Cristo, também conhecidos como cavaleiros do Templo.” Oliveira (2016:455)*

O aparecimento das Ordens Religiosas e Militares deu-se, assim, na continuidade da resposta ao apelo lançado inicialmente pelo Papa Urbano II no Concílio de Clermont em 1095, para resgatar a Cidade Santa de Jerusalém (Alves, 2011). Face a este objetivo, a guerra e a violência passavam não só a ter um significado salvífico, mas também, a legitimar os benefícios concedidos aos cavaleiros e a respetiva apropriação de conquistas militares (Oliveira, 2016). Segundo este autor, às vantagens prometidas pelo novo modelo de milícia sobrepunham-se, no entanto, as questões acerca da *“compatibilidade da guerra e da violência com o ideal de vida religiosa”* tendo-se passado nove anos desde a fundação dos templários até que fosse reconhecida e aprovada a primeira Regra da Ordem. Oliveira (2016:455) refere o *Elogio da Nova Milícia* onde São Bernardo *“justifica a espiritualização da guerra pela dedicação a Cristo e ia ao ponto de sugerir a superioridade do cavaleiro cristão em relação aos próprios monges”*.

A partir de 1130 e até meados do séc. XII, o modelo foi sendo reproduzido, como indica Oliveira (2016), primeiro através da militarização da Ordem do Hospital que era uma antiga ordem assistencial sediada na Palestina, e depois por outras que cresceram especialmente depois da perda de Jerusalém em 1187, das quais o autor destaca a Ordem de Santa Maria dos Teutónicos, sediada em Acre, Palestina, que congregava *“os usos militares e conventuais do Templo às práticas assistenciais do Hospital.”* (Oliveira 2016:456).

Continuando estas ordens focadas na Terra Santa durante a segunda metade do séc. XII, em que emergia o resgate da Península Ibérica da ocupação muçulmana, foi necessário proceder com a criação de ordens hispânicas. A Ordem de Santiago, formada a partir de uma confraria de cavaleiros em Cáceres, destaca-se de entre as que transportaram para o contexto Ibérico as características das ordens internacionais do Templo e do Hospital, misturando-as, segundo Oliveira (2016), com o modelo das confrarias de Belchite e de Monreal, possivelmente “tributário do ribât muçulmano”.

Lucas (2011) explica que as ordens militares criadas na Península Ibérica com cronologias próximas, surgiram com o objetivo de colaborar com a coroa, no processo da reconquista, sendo recompensadas pela ajuda prestada à medida que os muçulmanos iam recuando perante o avanço das forças cristãs. Alves (2011) acrescenta que, progressivamente apoiadas pela benevolência das monarquias que serviram, as ordens militares foram evoluindo para se tornar centros de importante dimensão patrimonial, face aos privilégios e doações de bens diversos, normalmente localizados nas zonas reconquistadas que era necessário povoar e continuar a vigiar e defender. Conciliavam a sua vocação militar com a gestão do património.

**Figura 1: Libro de los Juegos, séc. XIII**



**Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)**

A Figura 1 é interpretada por Luís Filipe Oliveira como uma imagem peninsular proveniente de um códice castelhano de finais do século XIII, chamado *Libro de los Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*

*Juegos*, onde dois cavaleiros da Ordem de Santiago, identificados pela cruz em forma de espada, representam a urbanidade das ordens, todas elas nascidas e implantadas em cidades, a partir das quais, das sedes, das comendas e dos conventos geriam, não só o seu património, mas muito especialmente a sua estratégia de libertação dos territórios, à semelhança do que era preconizado em Jerusalém.

Para o investigador, este facto explica muitas características das ordens, como por exemplo: a captação de pequenas esmolas, em espécie ou em moeda, em vez das grandes doações em terras, habituais até então no mundo religioso; o forte desejo de imitação de Cristo, mas um “cristo empenhado, ativo no combate e na caridade”, o que sucedia especialmente em ambiente urbano; o permanente movimento de comenda para comenda, de reino para reino, da Europa para a Terra Santa, ao contrário dos beneditinos que passavam a vida nos mosteiros. O recurso à escrita, ao dinheiro e à contabilidade comprova-se através de documentos contabilísticos das ordens militares, datados dos séculos XII e XIII.

Neste contexto, as ordens tinham a necessidade de ter uma estrutura hierárquica e organizativa que se adaptasse a estas circunstâncias e problemas, bem como ao facto de se tratar de organizações multinacionais, dentro e fora da Europa. Ainda que controlado pelo Capítulo Geral que o elegia, era o Mestre que representava a Ordem e era a ele que todos obedeciam na conduta conventual e militar, incluindo clérigos e prior do convento, como indica Oliveira (2016), era ele quem podia, se necessário, suspender o cumprimento da Regra.

Oliveira (2016) salienta que a importância dada à eficácia militar das ordens acabou por levar a um certo distanciamento da vida religiosa dos freires, no final da Idade Média, o qual foi certamente contribuindo, também, para o aligeiramento de algumas exigências monásticas, as quais, desenvolvendo a disciplina, haviam sido a fonte inicial do sucesso dos cavaleiros na guerra. Os Cavaleiros Espatários permanecem no nosso imaginário, identificando a Cristandade que o seu emblema, ou insígnia representa, e que colocavam na roupa e escudo: a Cruz-espada de Santiago, uma cruz latina de cor vermelha, simulando uma espada, a qual numa fase mais tardia, tinha a empunhadura e braços em flor de lis, representada na Figura 2.

**Figura 2: Representação atual da Cruz-espada de Santiago**



A espada é o símbolo do martírio de Santiago, uma vez que foi decapitado pelo Rei Herodes. As três flores-de-lis representam a honra, que faz referência aos traços morais do caráter do Apóstolo, o impetuoso e leal que incorporou o tomar a espada em nome de Cristo.

Desde então, a Cruz-espada da Ordem de Santiago tem-se feito perpetuar como uma das grandes insígnias do Apóstolo Santiago Maior, a par da vieira e do bastão, entre o conjunto dos símbolos<sup>6</sup> reconhecidos de geração em geração, associados à peregrinação a Santiago de Compostela.

### **2.1. História da Evolução da Ordem de Santiago**

O sul da Península Ibérica foi até meados do século XIII controlado pelo Islão, cujos centros políticos e culturais se situavam em Córdoba e Sevilha. O Gharb, ou seja, o Ocidente do território peninsular era, segundo o Luís Filipe Oliveira<sup>7</sup>, um espaço marginal e pouco controlado, em termos políticos, militares, económicos, culturais e religiosos. A fronteira entre o norte cristão e o sul islâmico era móvel e as duas sociedades eram especializadas na guerra, como se de um negócio se tratasse, desde o

---

<sup>6</sup> Vide mais informação sobre este conjunto de símbolos no ponto 3.2.1.

<sup>7</sup> Apresentação “Castelos e Comendas da Ordem de Santiago” no jantar-debate “Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve”, Faro, julho 2016.

planeamento das campanhas à ocupação dos territórios, e dos saques à venda de bens e escravos<sup>8</sup>.

Segundo Lucas (2011), as polémicas historiográficas sobre as origens da Ordem de Santiago terminaram com a interpretação que Derek Lomax publicou<sup>9</sup> na revista *Hispania*, em 1958, e que é referida em diversas publicações posteriores. Depois de Fernando II ter conquistado Leão em 1170, ter-se-ia formado uma confraria em Cáceres, sendo os seus membros designados como “freires de Cáceres”. Em 1171, a confraria assinou um acordo com o arcebispo de Compostela no qual se comprometiam a defender as possessões do arcebispado na região de Cáceres. Em troca, os “Irmãos de Cáceres” assumiam então o nome de “Cavaleiros de São Tiago da Espada de Santiago”, passando o arcebispo de Compostela a ser membro de honra da Ordem, enquanto o mestre da Ordem<sup>10</sup> era cónego honorário de Compostela.

Uma vez que Cáceres foi recuperada pelos muçulmanos em 1172, os cavaleiros de Santiago passaram para Castela, e em 1174 Afonso VIII doou-lhes a cidade e o território de Uclés, passando a Ordem a ser denominada “Ordem de Uclés”, e a ter aí o seu Convento principal, uma espécie de sede de diocese.

Quando em agosto de 1175, o papa Alexandre III, aprovou a sua regra oficialmente através de bula, já a Ordem tinha estendido os seus domínios a Portugal desde 1172, onde recebia doações de acordo com algumas condições impostas pelos monarcas.

*“No mês de julho de 1172, D. Pedro Fernandes<sup>11</sup> está no Reino de Afonso Henriques em Coimbra, certamente na sua presença. Este doa à Ordem de Santiago, nas pessoas do Mestre e do Conde Rodrigo, e a todos os seus sucessores constituídos no seu Reino, a vila de Arruda com seus termos e direitos reais”.* Mário Cunha, citado em Lucas (2011:21).

---

<sup>8</sup> Idem. Oliveira refere que em diversas escavações realizadas no Algarve, nomeadamente Faro, Tavira e Silves, foram encontradas moedas dos primeiros monarcas portugueses, o que vem confirmar que cristãos e islâmicos não só guerreavam como também estabeleciam trocas comerciais.

<sup>9</sup> “The Order of Santiago and the Kings of Leon”, *Hispania* (18): 3-37. Madrid, 1958.

<sup>10</sup> Os cavaleiros deviam render homenagem ao arcebispo.

<sup>11</sup> Primeiro Mestre da Ordem de Santiago (1170-1184)

Ainda nesse mesmo ano, D. Afonso Henriques entregou aos santiaguistas o castelo de Monsanto e o castelo de Abrantes, em 1173, seguindo-se as praças de Almada e Alcácer do Sal, que segundo alguns autores<sup>12</sup>, estariam diretamente relacionadas com as necessidades de defesa criadas pelo perigo almóada que ameaçava os cristãos, tendo a seu cargo a difícil tarefa de defender a linha do Tejo<sup>13</sup>.

De facto, a partir de finais do século XII, com a fronteira recolocada na linha do Tejo, foi à Ordem de Santiago que coube boa parte da tarefa de lutar rumo à costa sul, participando primeiramente na conquista de Alcácer em 1217, com o apoio de uma importante frota de cruzados do norte.

Alves (2011) refere que, quando em 1186 D. Sancho I fez doação do Castelo de Palmela à Ordem de Santiago, entre outros castelos como os de Alcácer, Almada e Arruda, fê-lo no sentido de fortalecer uma linha estratégica de defesa dos estuários do Tejo e do Sado, do Atlântico e de Lisboa, mas também para prosseguir com a campanha rumo à reconquista do al-Gharb<sup>14</sup>.

Os sucessivos avanços da reconquista foram sendo marcados pela deslocação da sede da Ordem, que se mudou em 1217 para Alcácer do Sal, após a sua tomada, e mais tarde, para Mértola, conquistada em 1238.

Na Figura 3, Luís Filipe Oliveira<sup>15</sup> explica que a progressão militar dos freires de Santiago seguiu, a partir de Alcácer do Sal, pelo Vale do Sado, conquistando Aljustrel em 1235, dominando o Campo de Ourique, Castro Verde, Almodôvar, e, por supostas

---

<sup>12</sup> J.L. Martin citado por Lucas (2011)

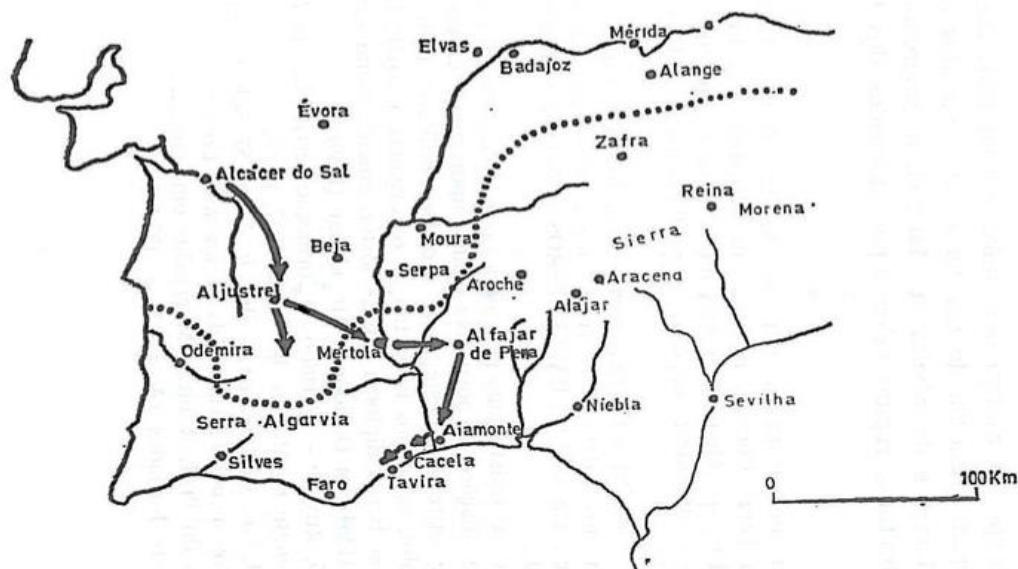
<sup>13</sup> Nesta fase de instalação da Ordem em Portugal, a milícia foi consolidando posições de relevo no território nacional, através da área patrimonial controlada, bem como da massa humana que tal implantação implicava.

<sup>14</sup> A autora refere Palmela como a primeira sede-conventual da Ordem em Portugal, baseada em achados arqueológicos que atestam que os membros da Ordem trataram de substituir o poder muçulmano pelo cristão, bem como pelos outorgamentos que eram da responsabilidade do respetivo comendador.

<sup>15</sup> Apresentação “De Portugal ao Algarve: Castelos, Comendas e Igrejas da Ordem de Santiago” no jantar-debate “Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve”, Faro, julho 2016.

razões morfológicas da serra algarvia<sup>16</sup>, afastando-se para a linha do Guadiana, conquistando Mértola em 1238.

**Figura 3: As conquistas dos freires de Santiago (1230-1240) com Sevilha e o Algarve no horizonte**



**Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)**

A significativa permanência da sede da Ordem em Mértola, onde entretanto se estabelecera um ano após a conquista desta vila, é fundamentada por Alves (2011) na sequência do próprio documento de doação da vila, da existência de um selo do Convento Espatário de Mértola numa carta de 1274, e na referência a Mértola como comenda-mor em 1327.

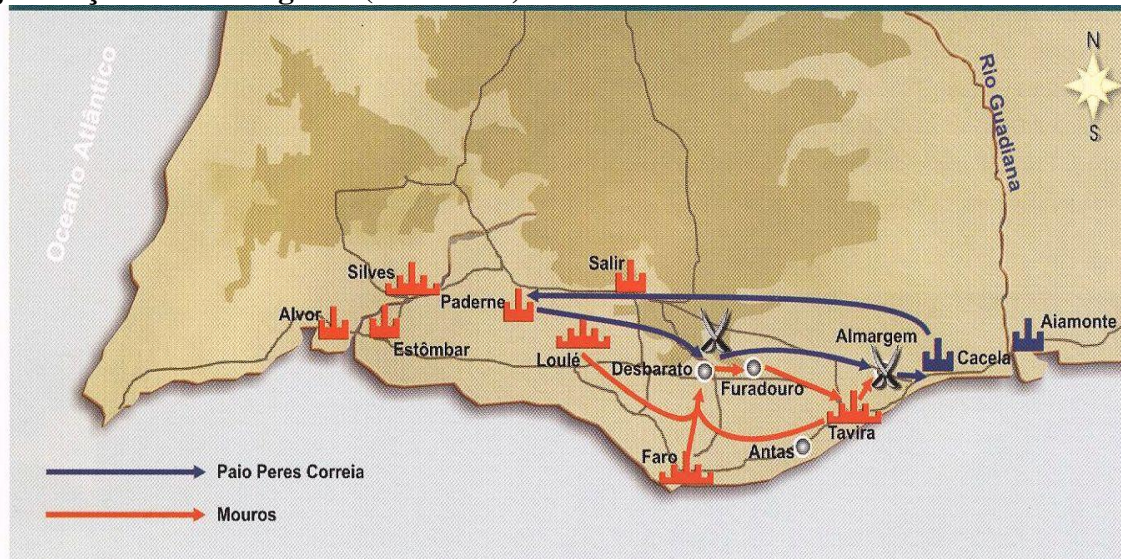
Foi pela margem esquerda do Guadiana que os Cavaleiros da Ordem de Santiago<sup>17</sup> progrediram com a conquista de Alfajar de Pena, Ayamonte, Cacela e Tavira, e ainda nos finais da década de trinta e inícios da de quarenta do século XIII<sup>18</sup>, os Cavaleiros de Santiago desenvolvem um conjunto de campanhas militares a partir de Ayamonte e Cacela, em direção a Silves como se pode observar na Figura 4.

<sup>16</sup> Ou poderia sugerir-se que já se estaria a realizar uma manobra de cerco a Sevilha, que acaba por ser conquistada em 1248 (...)

<sup>17</sup> A hoste contava, como era habitual, com mercenários, com cavaleiros concelhios, e nobres que se juntam e se colocam ao serviço da Ordem.

<sup>18</sup> Cronologias que, segundo Luís Filipe Oliveira, são muito incertas e muito discutíveis, ou porque a documentação se perdeu, ou porque nunca existiu.

**Figura 4 - A conquista das terras algarvias (1239-1244 ?) e o conflito sobre a jurisdição sobre o Algarve (1249-1267)**



**Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)**

Do diferendo sobre a jurisdição do Algarve, João Marques, citado por Encarnação, Cabanita e Martins (1993), faz lembrar o notável fator de influência que este constituía de Afonso X em Portugal, mesmo depois do Tratado de Badajoz<sup>19</sup>, num momento de clara oposição entre o nosso rei D. Afonso III e D. Afonso X de Castela: “*ao segundo coube-lhe o Algarve por doação do rei mouro de Melilla, o primeiro conquistou-o, mas com a ajuda dos cavaleiros de Sant’Iago, cuja sede era em Castela...*” (Encarnação, Cabanita e Martins, 1993:17)

Após a conquista definitiva do Algarve em 1249 com D. Afonso III, levanta-se a questão da “lealdade” da Ordem de Santiago, uma vez que estava presente em Portugal, mas também em Castela, sendo, nomeadamente, desde 1242 Mestre da Ordem Santiago em Castela o cavaleiro que comandou estas investidas no sul de Portugal, ou seja D. Paio Peres Correia<sup>20</sup>.

Na maturidade da sua existência, a instituição captou a atenção dos monarcas de ambos os lados da fronteira, que desejavam controlar o poderio santiaguista, o que resultava

<sup>19</sup> Com o tratado de Badajoz, assinado por Afonso X e Afonso III em 1267, reconheceu-se a integração do Reino do Algarve na Coroa de Portugal, mas a casa-mãe da Ordem continuava a ser em Uclés, no Reino de Castela.

<sup>20</sup> Um mestre português mas que dirige uma Ordem que está sediada em Castela.

em inúmeras tensões entre Afonso X de Espanha e Afonso III de Portugal<sup>21</sup>. O regresso da sede da Ordem de Mértola para Alcácer do Sal terá tido, segundo Alves (2011), o objetivo de distanciar a Ordem de Santiago da sua sede conventual em Castela<sup>22</sup>, enquanto o rei português obrigava a Ordem de Santiago a renunciar às doações de Cacela e Tavira, de modo a que fosse a coroa a controlar a fronteira<sup>23</sup>.

O desejo de emancipação do ramo português da Ordem de Santiago foi concretizado durante o reinado de D. Dinis, com bula do Papa Nicolau IV de 1290, autorizando que se elegeisse mestre português para o ramo português da Ordem de Santiago em Portugal<sup>24</sup>, cuja tutela passaria para a coroa portuguesa, que pretendia criar raízes de proximidade e futuro com os Espatários. Mas, como refere Oliveira (2016), o problema da emancipação da Ordem era que ela estava assente num patrono – São Tiago Maior – e se muitas campanhas haviam sido feitas sob o patrocínio de São Tiago a partir dos séc. XIII e XIV, quando Castela se apresentou como inimigo principal de Portugal, a hoste régia portuguesa passa a colocar-se sob a égide de São Jorge no fim do séc. XIV.

Não obstante, Encarnação, Cabanita e Martins (1993) afirmam que as funções que passaram a ser desempenhadas pela Ordem de Santiago após a Reconquista, durante o século XIII, estiveram centradas na evangelização através do desenvolvimento das práticas religiosas nos territórios ocupados, o que apenas cessou após a extinção das Ordens Religiosas no século XIX. Mais, passaram a ocupar-se da administração dos territórios e a promover o desenvolvimento agrário. Passaram de guerreiros e defensores do território, a administradores políticos, económicos e sociais

O progressivo controlo régio de D. João I fez aproximar cada vez mais a sede da Ordem do centro de decisão político, numa política de aproximação direta das Ordens ao poder local, o que resultou na mudança definitiva para Palmela<sup>25</sup> no decurso do séc. XV.

---

<sup>21</sup> Tratando-se de uma Ordem internacional, não era bem controlada por nenhum dos monarcas, e criava, no fundo, um problema político entre os dois reinos.

<sup>22</sup> Existem documentos que acusam certos freires de traírem o monarca português, não lhe obedecendo, e sendo a entrega de Ayamonte a Afonso X a confirmação dessa deslealdade.

<sup>23</sup> Definida no Guadiana anteriormente com o Tratado de Badajoz.

<sup>24</sup> Primeiro mestre português eleito foi D. João Fernandez

<sup>25</sup> Palmela ganha vigor e conhece o seu período de apogeu com D. Jorge, filho de D. João II, com início em 1492, o que não acontecia desde o período muçulmano, e se estende até à extinção das Ordens no século XIX.

Pimenta (1990) realça como ao longo do séc. XV, se terminava o tempo dos Mestres e se iniciava o tempo dos “Governadores” e “Administradores”, que pela mão do rei D. João I, passam a ser membros da família real, e a desenvolver uma política muito mais identificada com os interesses da monarquia.

Com a entrega do mestrado de Santiago a D. João, filho de D. João I, inicia-se um novo período de estreitamento de relação entre a Ordem e o poder real. Durante a Baixa Idade Média, a Ordem conhece momentos de especial importância para a concretização de políticas de sucesso que, no quadro vigente, representam o sucesso da própria monarquia. A normativa espelhará de forma muito visível, nomeadamente, as preocupações de índole social, com exigências ao nível da administração do território, e nomeadamente maior rigor na escolha dos membros da Ordem.

*“...para além desta crescente implantação territorial, as Ordens evoluem dentro de um complexo sistema organizativo que impõe aos seus membros uma rígida hierarquia de valores. Estas circunstâncias, no nosso entender, criaram todo um conjunto de condições que poderiam vir a favorecer uma progressiva autonomia das Ordens em relação à Monarquia, o que, de facto, esta procurou evitar, sobretudo a partir do reinado de D. Dinis, onde se podem situar as primeiras tentativas conseguidas, tendentes a impedir, ou pelo menos travar, o seu crescente poderio. Se, neste sentido, cada uma das instituições monástico-militares protagonizará uma evolução diferente e mais ou menos problemática, todas elas conhecerão um desfecho similar já em pleno séc. XV, quando entram definitivamente na esfera da Coroa através da concessão directa da administração dos mestrados aos filhos de D. João I”. Pimenta, M.C. (1990) citada por Lucas (2011:23)*

Encarnação, Cabanita e Martins (1993) citam o Prof. Doutor J. Veríssimo Serrão, no apelo à necessidade de análise e discussão do papel exato da Ordem de Santiago nos Descobrimentos do século XV, uma vez que, embora a Ordem de Cristo não tivesse enfrentado grande rival na empresa dos descobrimentos, havia sido a Ordem de Santiago a primeira a lançar-se ao mar, pertencendo-lhes as dízimas das naves e baixéis que, no tempo de D. Dinis, entravam e saíam do porto de Setúbal. *“Curiosamente, antes de mostrar interesse pela expansão, a Ordem mantinha ainda como objetivo cruzadístico e económico o Norte África”*. (Encarnação, Cabanita e Martins, 1993:20)

Ilustres figuras se foram sucedendo à frente desta Ordem. Diversos investigadores realçam, em particular, o importante desempenho de D. Jorge, filho bastardo de D. João II e Duque de Coimbra, no decorrer de um longo período de governo (1491-1550), durante o qual D. Jorge demonstrou sinais de competência à frente das Ordens Militares de Santiago e de Avis, pelas importantes medidas tomadas e que Ramalho (1990) associa à sua educação humanista ministrada por Cataldo<sup>26</sup>, bem como pela religiosidade profunda que lhe transmitira a sua tia, a Princesa Santa Joana, a cujos cuidados havia sido confiado na infância.

Com a morte de D. Jorge, os mestrados das ordens são definitivamente incorporados na Coroa pelo Papa, altura em que, segundo João Marques citado por Encarnação, Cabanita e Martins (1993), os bens da Coroa portuguesa cobriram pela primeira vez mais de metade do país, e superaram em extensão e rendas qualquer outro património.

A “nacionalização” das ordens militares transformou a cavalaria num mero sinal de distinção, um título de honra ou condecoração, ambicionados essencialmente pelos nobres, que já não precisavam de se preocupar com os votos substanciais da obediência, castidade e pobreza para pertencer à Ordem, podendo casar e possuir propriedades. As Ordens haviam perdido boa parte do seu ideal religioso, passando a servir apenas de meio de promoção social e de ascensão à nobreza.

## **2.2. Regra da Ordem de Santiago**

Rosário e Reis (2015), citando Lomax, referem que, desde a conversão do império romano, se aceitava no geral que cristãos lutassem contra infiéis, e, embora os sacerdotes não pudessem ir para a guerra, os cavaleiros podiam viver de maneira santa. Dessa forma, em 1173 os santiaguistas foram recebidos como filhos da Igreja e dom Pedro Fernández, então mestre da Ordem de Santiago, fez chegar à cúria romana um rascunho da Regra, que foi confirmada pelo Papa Alexandre III em meados de 1175.

---

<sup>26</sup> Cataldo Parísio, poeta e humanista, nascido na Sicília e doutorado em Ferrara, segundo Ramalho (1990) havia chegado a Portugal em 1485, onde passou a ensinar latim à princesa Santa Joana e a D. Jorge.

Delegava-se, assim, a responsabilidade de defender a Cristandade na Península Ibérica, à *militia sancti jacobi*<sup>27</sup>, que integrava cavaleiros noutros tempos pecadores, mas que agora eram cavaleiros de Cristo iluminados pelo Espírito Santo, com a cruz do apóstolo Santiago ao peito.

*“...o modelo santiaguista apresentava cavaleiros que colocavam sua vocação belicosa a serviço de Deus e da Igreja através de uma instituição religiosa com forte componente laical, diferente do modelo cisterciense seguido, por exemplo, pela Ordem de Calatrava, onde se projetava a imagem de monges munidos de armas de cavalaria (Ayala Martínez, 2007). Dessa forma, podemos considerar os calatravos monges-cavaleiros e os santiaguistas cavaleiros-monges.”* (Carlos de Ayala Martínez, citado por Rosário e Reis (2015:3518)

Enquanto as Ordens do Templo e de Avis ou Calatrava adotaram a Regra de São Bento<sup>28</sup> na sua fundação, a Ordem de Santiago utilizou como modelo a Regra de Santo Agostinho<sup>29</sup>, embora com *“aspetos originais e específicos como, por exemplo, permitir o casamento dos cavaleiros, antes e depois dos votos, desde que guardassem castidade conjugal”*, como indica Apolinário (2013:20).

*“Naquele tempo em que se levantaram os Trezes freires casados pera estabelecerem a Ordem de Santiago eram no mosteiro de Loyo conegos Regrantes da Ordem de S. Agostinho [...]. E estes sobredictos conegos [...] guardavam em toda las cousas a Regra de S. Agostinho. Naquele tempo os ditos Treze freires diziam que nom podiam viver nem boa vida fazer sem teer alguns clerigos que ouvessem cura de suas almas e lhes administrassem as cousas esprituuaes. E sobre esto ouverom seu conselho com dom Celebrum, arcebispo de Toledo, e com dom Pedro Moniz, arcebispo de Santiago e com outros bispos e prelados da terra [...]. E aconselharom lhes que se chegassem ao dicto prior e conegos do dicto moesteiro de Loyo a vida dos quaaes parecia mais a sua que tomavam em seu vistir e comer que outra vida algua d'outros freires asy de Cistel como de Sam Bento”.* Barbosa. I.L. citado por Apolinário (2013:20)

---

<sup>27</sup> Segundo designação canónica.

<sup>28</sup> O espírito da Regra de São Bento é resumido por Apolinário (2013) citando Rodriguez, Angel Aparício, em dois pontos: o lema é a “paz”, e “ora e trabalha”, adotada por toda a Europa, incluindo em comunidades femininas.

<sup>29</sup> Apolinário (2013) refere dois documentos que confirmam a Regra de Santo Agostinho enquanto matriz da Regra dos freies santiaguistas: a Composição estabelecida entre os cónegos dos Lóios e os fundadores da Ordem, e a Bula do Papa Júlio II, de 1507, que concede à Ordem portuguesa os mesmos direitos e liberdades de que usufruía a castelhana.

Oliveira (2016) salienta, além da substituição do voto do celibato pela castidade conjugal na Regra da Ordem de Santiago, que esta *“admitia a profissão de mulheres e que acolhia viúvas e celibatárias nos seus conventos, dirigidos por uma comendadora”*(p.457). Tal como acontecia em outras ordens de então, a vocação do ramo feminino orientava-se para a vida contemplativa, tendo-se progressivamente aproximado das antigas ordens assistenciais<sup>30</sup>. A diferença era que, estando claramente definida a sua presença na Regra da Ordem de Santiago, ao contrário do que acontecia nas outras ordens, o papel do crescente número de freiras santiaguistas nesta instituição terá produzido sinergias que capacitaram a Ordem a prestar um conjunto alargado de serviços à sociedade medieval que, segundo Oliveira (2016) ainda não se conhecem por completo.

Alves (2011) refere que a Ordem de Santiago nada devia a Cîteaux<sup>31</sup>, e que, embora instituída sob a proteção do Apóstolo São Tiago Maior, tampouco devia alguma coisa com referência à peregrinação a Santiago de Compostela. A tradição que lhe atribui a missão de proteger os peregrinos do Caminho de Compostela apareceu muito mais tarde.

A Ordem de Santiago fazia surgir nos seus elementos uma nova relação com Cristo, como indica Apolinário (2013) baseada na oração - no caso dos clérigos – e na guerra – no caso dos cavaleiros com uma dupla estrutura respeitante a elementos monásticos e elementos laicais, para que ambos pudessem seguir, circunstancialmente, a doutrina de caridade, pobreza, humildade e “castidade”, numa vida comum, dedicada ao trabalho, exercício da vida ativa, ensino, cura das almas e prática de obras de misericórdia (dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar abrigo aos peregrinos, assistir aos enfermos, visitar os presos e enterrar os mortos).

Apolinário (2013) comenta que a doutrina tinha a finalidade de consubstanciar e ajudar os elementos das Ordens a realizar a sua missão, fixando os compromissos religiosos,

---

<sup>30</sup> Oliveira (2016) explica que a primeira comunidade mista, de que se tem conhecimento, data de 1207, onde se refere já o cuidado com a separação de instalações, que não tardaria a resultar na criação de conventos femininos, que acolhiam também as freiras seculares em períodos de abstinência sexual e quando enviuvavam, bem como as filhas dos freires, tratando-se de uma comunidade flutuante, dado que as freiras podiam, com a autorização do Mestre, casar.

<sup>31</sup> Ordem Monástica Católica fundada na Borgonha e estabelecida em Portugal em 1144, a partir do mosteiro benedito em Tarouca.

costumes conventuais, leis e estatutos pelos quais se devia orientar o comportamento dos seus membros, bem como os níveis de relacionamento entre si, com a comunidade eclesial e social, e com Deus. O autor defende, por isso, a importância do estudo da regra para o conhecimento do modelo de organização e conduta das ordens militares, e identifica que a Regra da Ordem de Santiago define os seguintes princípios:

- Princípios espirituais - normas litúrgicas, doutrinárias e ascéticas (preceitos sobre as orações, ofícios divinos, sacramentos, abstinências, jejuns e inclusive, sobre a natureza das relações conjugais)
- Princípios jurídicos – o regime, a organização e a disciplina (hierarquias a nível pessoal e colegial, a vida diária dentro e fora dos conventos, e as relações entre os seus membros)
- Princípios deontológicos – a justificação das suas atividades pelo respeito aos mandamentos de Jesus (a defesa dos cristãos, redenção dos cativos e obras de misericórdia)

Segundo Oliveira (2016), conhece-se da Regra da Ordem de Santiago uma versão primitiva, escrita em latim, publicada por J. Leclercq, e que Lomax, citado por Rosário e Reis (2015), refere estar presente num códice do século XII. A estrutura interna que se estabeleceu para a Ordem nesse documento foi enriquecida mais tarde pela *Benedictus Deus*, a que Oliveira (2016) atribui o reconhecimento do estatuto de freires professos aos clérigos. O mesmo autor identifica, no séc. XIII, uma tradução da Regra em castelhano, publicada por D. Lomax, e que se aproxima da redação latina do séc. XV, em romance, que segundo Rosário e Reis (2015) também veio a ter versão castelhana na mesma centúria.

Entre 1473 e 1491, D. João II introduziu profundas alterações nas ordens militares em Portugal, tendo uma das mudanças mais significativas ocorrido em 1484, quando mandou compilar o chamado "Livro dos Copos"<sup>32</sup>, no qual se fixaram os estatutos e as regras da Ordem que reafirmavam aos cavaleiros a obrigação de cumprirem os votos de obediência ao mestre, pobreza e castidade, denominados votos substanciais<sup>33</sup>, por

---

<sup>32</sup> Atualmente na Torre do Tombo.

<sup>33</sup> Na tradição cristã os votos, também chamados conselhos evangélicos, têm origem divina e cristológica, por estarem fundamentados nas palavras de Cristo, e explicitam os compromissos e as virtudes da perfeição cristã ao nível individual, especialmente na vida consagrada, com reflexos a nível da sociedade em si.

constituírem as três dimensões mais profundas do viver humano de Cristo, e o seu viver para os outros:

- **Obediência** – A obediência era o voto mais importante na Regra Antiga, e foi dos três o único que se manteve igual, na sua forma de cumprimento e conteúdo, através do qual cavaleiros e clérigos ficavam sujeitos ao Mestre e ao Prior-mor, bem como cavaleiros sem comenda deveriam obedecer ao comendador a que estivessem ligados ou ao Comendador-mor. O voto da obediência era invocado como razão básica para o cumprimento das restantes normas e apresentado na Regra de Santiago como aquele que mais agradava a Deus: “*Porque guardando obediência, merecerão a graça daquele que foi obediente ao Padre ate a morte, porque a virtude da obediência apraz mais a Deos que sacrificio*”<sup>34</sup>, como indica Santos citado por Apolinário (2013:25).

A Figura 5 representa uma reconstituição atual do antigo selo utilizado pela primeira ordem militar. A cartela em latim lê-se a partir da cruz para a direita “Selo da Milícia de Cristo”, ou seja o selo dos cavaleiros e companheiros de Cristo, representando dois cavaleiros com uma única montada. Luís Filipe Oliveira<sup>35</sup>, o símbolo tem sido interpretado como o voto de obediência dos Templários, que mesmo com escassas montadas partem para o combate.

Nessa perspetiva, enquadra-se o que Alves (2011) resume ser a dimensão de *miles Christi* que significa, em latim, cavaleiro ou guerreiro de Cristo, homem que luta em nome da fé, e a quem lhe são atribuídas funções de caridade junto aos pobres, doentes e peregrinos. Assim, foi como os denominados “Cavaleiros Espatários” herdaram a combinação do modo de vida religioso com o militar.

---

<sup>34</sup> Consistia em viver a experiência de Jesus, tendo como alimento a vontade do Pai, submetido à sua iniciativa ao ritmo do seu imprevisível amor, e na disponibilidade da sua graça, ou seja, viver atuando pela graça do Espírito Santo, tendo consciência que é o enviado e não atuar por si mesmo. A imitação de Jesus na obediência ao Pai realiza-se com o romper dos módulos humanos, com as qualidades, possibilidades e projetos pessoais, para construir um novo estilo de existência na dependência contínua do Pai.

<sup>35</sup> Apresentação “Castelos e Comendas da Ordem de Santiago” no jantar-debate “Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve”, Faro, julho 2016.

**Figura 5: Selo da Milícia do Templo**



**Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)**

- **Pobreza** – Este voto era assumido pelos freires e cavaleiros da Ordem de Santiago, nomeadamente enquanto profissão de pobreza de vida, comunhão de bens e solidariedade com os pobres<sup>36</sup>, pois “...*Em viver sem próprio serão semelhantes aaquelle que todas as couzas possoya, e ão tinha onde encostasse sua muy santa cabeça, e ainda que muitas couzas possua, seja segundo a doutrina do Apostolo como se nada tivessem*”, como citado em Apolinário (2013:27), que esclarece que este voto fazia com que os freires não possuíssem rendimentos próprios ou propriedades privadas, podendo apenas dispor das propriedades que a Ordem lhes entregasse, vivendo do uso e das rendas das propriedades pertencentes à Ordem, ao mesmo tempo que as mantinham. Por seu lado os clérigos, viveriam em conventos, sendo-lhes distribuídas as provisões necessárias, pelos freires que as canalizavam das rendas e bens entregues pelo Mestre. Com o fim da reconquista este voto foi caindo em crise, pois os freires tiveram que começar a considerar como propriedade pessoal os bens e benefícios obtidos da Ordem e que se tornavam hereditários, o que se acabou por concretizar por bula papal do século

---

<sup>36</sup> pobreza que não se idealiza em si mesma, mas que se compreende antes como liberdade face aos bens materiais e renúncia das respetivas seduções e preocupações, ao mesmo tempo que anuncia a bondade e solicitude do Deus vivo, causa de gratidão que desborda em generosidade e serviço, renunciando a possuir, por confiança total em Deus, e no seu estar ao lado dos pobres. O resultado é a *parresia*: firmeza indefetível com a qual tudo se pode afrontar, pacificamente, sem presunção, mas sem timidez.

XV, através da qual se autorizava a que qualquer freire, que não fosse clérigo ou residisse num convento, poderia fazer testamento como qualquer outro leigo.

Uma vez que a terra era a base da economia e a exploração indireta a forma mais utilizada<sup>37</sup>, Alves (2011) salienta que o estabelecimento de contratos de arrendamento foi assunto abordado com bastante detalhe por D. Jorge no texto normativo da Ordem de Santiago elaborado em 1509, alterado mais tarde em 1542, por forma a facilitar a vida aos freires que deixavam de recrutar mão-de-obra, de vigiar os trabalhos nos campos, de adquirir e de fazer a manutenção de equipamentos, e ficavam assim mais disponíveis para outras atividades ligadas à gestão patrimonial, nomeadamente a vigilância dos contratos e a extração das respetivas rendas.

- **Castidade** – Ao aceitar freires casados, a Ordem de Santiago, teve que reformular este voto, bem como adaptar a Regra de Santo Agostinho, para integrar duas formas de vida casta: castidade total para clérigos, e castidade conjugal para cavaleiros casados. Esta última não impedia o contacto carnal entre os esposos, mas estabelecia períodos de abstinência sexual por altura de jejuns e festas litúrgicas, e proibia as aventuras extraconjugais a todos os freires, sob pena de penitência<sup>38</sup>.

Baseados em *La regla y establecimiento de la Orden de Cauallería de Santiago del Espada, con la hystoria del origen y principio della*<sup>39</sup>, Rosário e Reis (2015) apresentam alguns dos artigos, precedidos por dedicatórias ao rei Felipe II e a D. Fadrique de Rivera y Portocarreno (então presidente do Conselho Real das Ordens) e pela apresentação da fundação da Ordem, nomeadamente a bula de confirmação papal de 1175, o nascimento da Ordem, as suas características religiosas e reconhecimento papal, a importância da bula de Alexandre III, listagem dos 40 mestres da Ordem, bulas apostólicas de privilégios por pontífices, e privilégios régios recebidos pela Ordem de

---

<sup>37</sup> Alves (2011) constata que não interessaria à Ordem a contratação de trabalhadores rurais para a exploração direta das suas terras, mas sim a entrega de parcelas de terras a enfiteutas/ foreiros para cultivo ou construção, por um determinado período de tempo, mediante o pagamento de uma renda fixa, em géneros ou numerário, ou ambos.

<sup>38</sup> A castidade é a aprendizagem do domínio de si, por forma a remover as ações que profanam o corpo humano e levam à escravidão da “concupiscência da carne” (2 Jo 2,16) resultando em relações humanas desordenadas.

<sup>39</sup> Obra elaborada no século XVI pelo frei santiaguista Antonio Ruiz de Morales a partir dos arquivos da Ordem de Santiago no Convento de São Marcos e Convento de Úcles, onde, segundo os autores, estava situado o arquivo oficial da Ordem.

Santiago. Na edição de Morales, a regra em si compõe-se de 71 capítulos<sup>40</sup> que regulavam desde a vida quotidiana dos cavaleiros às instruções sobre como se deveria dar hábito e armas aos cavaleiros e uma mostra de quais práticas de piedade teriam que se subordinar os freis.

Uma das características principais da Regra é a preocupação pelo comportamento dos membros, dedicando 30 capítulos às penalizações de infrações cometidas pelos freires, estabelecendo-se no capítulo 71 que se estipularia uma punição justa de acordo com a gravidade do ato, caso o mesmo não estivesse previsto. A violência era claramente condenada à exceção da aplicada na guarda e expansão da fé cristã, especificando-se que o conflito ou confronto não poderia dar-se por questões mundanas como a crueldade ou a cobiça visando saques, mas somente pela exaltação do nome de Cristo.

As reverências devidas a todos os cristãos, independentemente de seu hábito, eram estabelecidas logo nos primeiros capítulos, devendo ser oferecidos socorro e ajuda a todos os membros de outras Ordens, nomeadamente a Ordem do Templo e a do Hospital. Deveriam ser sempre educados uns com os outros, respondendo com humildade e mansidão e, entre santiaguistas, “honrar-se com todo o amor”, como citam Rosário e Reis (2015) de Regla, 1998:176.

Apolinário (2013) resume a Regra em alguns dos seus principais pontos:

- reverência e honra a prestar aos prelados;
- a receção como hóspedes da Ordem de qualquer membro de outra Ordem;
- as normas sobre a atitude a ter com os pobres;
- as orações dos freires que não tinham ordens sacras;
- as normas sobre o levantar e o rezar;
- o silêncio a respeitar na Igreja;
- o comportamento durante as horas canónicas;
- a assistência à Missa;
- a realização do capítulo doméstico;
- a leitura da Regra;
- o cumprimento dos jejuns e abstinência;
- a castidade nos períodos de jejum;
- os preceitos durante as duas quaresmas, a Maior e a Menor (corresponde hoje ao Advento – de 8 de Novembro até ao Natal);

---

<sup>40</sup> Texto normativo de Alberto de Morra que se valeu da primeira regra elaborada em 1172, em princípios da Ordem e que é completada com anotações de papas desde a época da confirmação, na edição de Antonio Ruiz de Morales, segundo Rosário e Reis (2015).

- as normas sobre a vida dos freires;
- a proibição de jejuarem sem licença do Mestre;
- o cumprimento dos votos;
- a manutenção dos freires no convento;
- os dias próprios para se poder comer carne;
- o silêncio à mesa;
- as normas sobre o vestuário;
- os objetivos da Ordem: defesa dos cristãos e redenção dos cativos;
- administração do sacramento da Comunhão;
- papel das enfermeiras no tratamento dos freires feridos, doentes ou idosos;
- a vida dos clérigos;
- o objetivo e funcionamento do Capítulo Geral;
- o procedimento para a eleição do Mestre;
- a eleição dos Visitadores.

Em virtude da caridade que deveria ser exercida pelos santiaguistas o capítulo 28 estabelece que a Ordem conservasse casas especiais para os freires doentes e de idade avançada, bem como hospitais nas fronteiras, onde muitos eram feridos nas batalhas com os mouros, e pelo Caminho de Santiago, onde o comendador designado ficava responsável por lhes conceder tudo quanto necessitassem.

*“A vida dos freires regulava-se, ainda, por outros textos normativos, os Estabelecimentos aprovados em capítulo geral, de que se conhecem vários exemplares dos séculos XIII, XIV e XV. Após a autonomização do ramo português da Ordem, também se elaboraram alguns Estabelecimentos, conservando-se os que foram promulgados pelos capítulos gerais de 1327, de 1389 e de 1508, estando os últimos incluídos na edição da Regra de 1509.” Oliveira (2016:475)*

A Regra era complementada e atualizada através de estatutos decididos em Capítulo Geral, no qual o mestre se reunia anualmente com membros da Ordem (Os Treze, priores e comendadores) para discutir a administração do território peninsular.

### **2.3. Património e Visitações**

*“Esta Ordem militar exerceu a sua função primordial na reconquista do que corresponde hoje, sensivelmente, ao território continental português, tendo-se extinguido paulatinamente durante o século XIII essa função. Daí até ao século XIX, século da sua extinção definitiva*

*e de outras ordens, o seu quotidiano ficou marcado sobretudo pelas atividades religiosas.” Encarnação, Cabanita e Martins (1993:17)*

Lucas (2011) refere que, segundo a tradição, as visitas tiveram as suas origens nos primeiros tempos do Cristianismo, mais concretamente a partir do séc. V, tendo o modelo da sua realização sido determinado no começo da Idade Média. Nessa época, vulgariza-se a “visita anual das igrejas da diocese, inspeção dos edifícios religiosos e do clero, instrução do povo, controlo dos mosteiros e delegação nos visitantes”<sup>41</sup>. Apesar do seu carácter pastoral e corretivo, estas visitas faziam parte de uma estratégia que permitia aos bispos fiscalizar o estado das paróquias incluídas no seu território, servindo igualmente para reforçar a sua jurisdição na respetiva área episcopal. Exercidas também por colegiadas, mosteiros e Ordens Militares, estas visitas sempre originaram conflitos referentes a questões jurisdicionais que opunham clérigos e leigos.

Para a Ordem de Santiago, as visitas começaram a aparecer com certa regularidade a partir de finais do séc. XV, mas foi, segundo Antunes (1989) o séc. XVI aquele que mais vezes conheceu casos de visitas às várias comendas da Ordem, o que coincidiu em grande parte com a administração feita por D. Jorge. Segundo Lucas (2011), as visitas efetuadas durante o período da sua governação (algumas dirigidas pelo próprio D. Jorge), são as mais completas e minuciosas que se conhecem.

Segundo Maria Cristina Pimenta, citada por Lucas (2011), as visitas ordenadas por este governador, privilegiaram sobretudo os temas de cariz religioso e comportamental, com menor interesse pela componente senhorial, o que pode ser comprovado pela análise da estrutura das visitas deste período feitas a pessoas e bens da Ordem.

Assim, a presença da Ordem de Santiago no Algarve manifestou-se sobretudo na vida religiosa aqui vivida após a Reconquista, fazendo-se então presente a devoção a São Tiago Maior, e que se pretende focar através das transcrições das atas das visitas, do séc. XVI, publicadas pelo Padre João Coelho Cabanita, Luísa Martins, Hugo Cavaco, Francisco Lameira, Fernando Calapez Corrêa, Pedro Henrique Ferreira Encarnação, e em documentação e mapas disponibilizados por Luís Filipe Oliveira, entre outros.

---

<sup>41</sup> Dicionário de História Religiosa de Portugal, P-V-Apêndices, p. 365  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

A informação contida na documentação produzida na sequência dessas visitas corresponde a uma espécie de relatório dos nossos dias, e é uma fonte privilegiada da história religiosa e local, uma vez que nos dá conta dos vários aspetos relativos à situação das paróquias, dos membros do clero e mesmo dos habitantes locais, fornecendo dados que dificilmente aparecem noutras fontes escritas, e que se revestem de grande interesse para a toponímia, arqueologia, história de arte, liturgia, direito canónico e até mesmo para a sociologia.

De forma geral, as visitas processavam-se segundo determinados preceitos, a partir do Regimento de Visitações elaborado sob a orientação de D. Jorge e inspirado no modelo castelhano. Os visitantes eram enviados pelo Capítulo Geral, sendo normalmente pessoas da sua confiança e com formação adequada. Chegavam à localidade que iam visitar, na tarde anterior ao dia de início da sua missão, e mandavam através de pregão averiguar se havia queixas dos habitantes contra o Comendador ou freires. No dia seguinte, logo de manhã, celebrava-se uma missa à qual deviam comparecer o Comendador, o Prior, os beneficiados, os juízes, vereadores e homens bons da terra.

Seguia-se a visitação do comendador e dos cavaleiros, pretendendo-se saber se tinham os títulos de profissão e de posse de bens, se faziam as suas orações, se cumpriam os votos, se tinham a Regra e o manto branco que lhes era devido, se cumpriam os deveres militares para com a Ordem, entre outros aspetos que prendiam a atenção dos visitantes.

Os priores e os beneficiados também eram alvo de interrogatório, conforme previsto na normativa, com o objetivo de saber, entre outras questões, se viviam honestamente, se cumpriam a Regra, se “curavam” bem as almas, se tinham os títulos de profissão e se possuíam bens e os respetivos títulos de posse. Aliás, este mesmo tipo de preocupação transparece da consulta dos registos dos Sínodos reunidos pela mesma época<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Citado de Lucas (2011) – Marques, J. (1995). Sínodos Bracarenses e Renovação Pastoral. *Theologica*, II - 30 (2): pp. 275-341. Braga

No texto da visita ficava determinado o valor dos mantimentos destes clérigos, que podiam englobar tanto géneros como dinheiro. Aliás parece que D. Jorge teve a preocupação de aumentar o rendimento dos priores, prescindindo a seu favor, muitas vezes, do “pé do altar”<sup>43</sup>.

Terminada esta fase em que se recolhiam os dados relativos aos membros mais diretamente influentes na gestão das comendas, passava-se ao reconhecimento do estado das fortificações, das casas dos comendadores, fornos, moinhos, azenhas, igrejas, hospitais, albergarias e ermidas.

Relativamente às igrejas e ermidas, os visitantes tinham de verificar e registar pormenorizadamente o estado dos edifícios e proceder ao inventário do seu recheio artístico, fixo e móvel, nomeadamente os retábulos, os altares, as imagens, os objetos de culto, os paramentos, as toalhas, os frontais de altar e os livros. Eram igualmente visitados o Santíssimo Sacramento, os Santos Óleos, o batistério, o campanário, a sacristia, as confrarias e capelas, assim como era analisado o dinheiro e bens legados. Este procedimento aplicava-se a todas as outras construções da Ordem que eram visitadas, com as devidas adaptações exigidas pela realidade particular de cada caso.

As atas de 1517/18<sup>44</sup>, transcritas por Serra, Corrêa e Viegas (1996), e publicadas na Revista *Al’ulyã*, referem que a última visita, até então, havia sido efetuada em 1480. Modificações ocorridas na vida portuguesa tinham levado à necessidade de reformar e de corrigir aspetos locais da vida eclesiástica e administrativa. Segundo os mesmos autores, desde o final do reinado de D. Afonso V já se havia iniciado em diversas outras reformas, nomeadamente na criação das Santas Casas da Misericórdia, a reforma dos Forais e da legislação, que se encontra traduzida na publicação das Ordenações Manuelinas<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Ofertas dos fiéis nas cerimónias religiosas especiais (batizados, casamentos e funerais) citado por Lucas (2011) – Cfr. Dias, J.S.S. *Correntes do Sentimento Religioso...* P.39, que afirma que “O equilíbrio dos seus orçamentos fazia-se quase sempre à custa do pé do altar...”.

<sup>44</sup> A cópia das atas da visitação de 1517-18, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sob a cota Ordem de Santiago, Livro das Visitações B-51-229

<sup>45</sup> Por exemplo devido a um “Conflito Institucional entre a Câmara de Aljezur e a Ordem de Sat’Iago em 1462, D. Afonso V impôs limitações à atuação daquele município de que as suas deliberações só passariam a ter validade depois de aprovadas pelo Comendador ou pelo seu representante, o que passou na visitação de 1517 a estar em vigor para todos os concelhos que constituíam Comendas da *Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*

Corrêa (1996) salienta o facto de, através das atas, se poderem colher valiosos elementos acerca da moralidade e problemas do clero, das relações institucionais da Ordem de Santiago e o Bispo e o Cabido da Sé de Silves, para além do inventário dos bens móveis e imóveis. Este autor distingue os objetivos principais das visitas antes e após o Concílio de Trento de 1545-1563<sup>46</sup> sendo que, antes deste as preocupações se centravam mais no controle da administração e inventariação dos bens móveis e imóveis afetos a cada templo, e depois passaram a ser a evangelização interna e a moralização da vida cristã por parte do clero e fiéis.

### **2.3.1. Determinações Gerais**

As Ordens Militares constituíam uma das mais importantes componentes da Vida do Reino, quer pelos bens que possuíam, quer pela importância política e social que conferia a administração dos seus bens. Por isso, no início de cada visita é mencionada a necessidade de corrigir o que se encontrasse menos bem e promover uma melhor administração temporal e espiritual de cada comenda e de cada padroado.

Em 1517/18, os bens móveis foram exaustivamente inventariados, assim como os prédios urbanos e rurais, os quais foram mandados registar notorialmente com todas as suas medidas e confrontações. Cabe referir o processo utilizado na descrição dos Templos visitados: relato pormenorizado do edifício, juízos de valor acerca do seu estado de conservação, assim como das imagens sagradas e das vestimentas e objetos de culto, referência à vida espiritual e religiosa, lembrando todas as obrigações do clero e dos fiéis e imposição de retificação dos desvios detetados. Através das “Determinações Gerais”, além das Particulares que se emitiam quando necessário, foram introduzidas reformas de carácter religioso, espiritual e organizativo.

---

Ordem, criando-se assim uma limitação de exceção às autonomias concelhias (problema que tem sido muito debatido)

<sup>46</sup> Denominado também por Concílio da Contra-reforma, de oposição ao protestantismo, decretou em defesa da unidade da fé e disciplina eclesíástica, com grande influência na vida religiosa e social em Portugal, reforçada pela criação da Companhia de Jesus em 1540.

Segue um breve resumo do teor das Determinações Gerais de 1517/18, apresentado por Serra, Corrêa e Viegas (1996) e Cavaco (1987), que fornece elementos para caracterizar o ambiente socioeconómico, religioso e moral que os párcos e as autoridades eclesiásticas patenteavam perante os seus fregueses nas terras de jurisdição da Ordem, bem como o peso que a Ordem tinha, e a sua ligação a Santiago – cuja festa merecia a atenção dos visitantes, juntamente com a Páscoa e o Corpo de Deus:

- *Sobre as vistimentas e prata da Igreja que nam serve de cote* – deviam as mesmas estar em poder de um homem abonado, morador da vila, elegido pelo concelho.
- *Sobre os três olyos samtos* – o prior seria responsável por solicitar ao comendador a entrega do santo óleo, para distribuição no domingo de Pascoela (sete dias depois da Páscoa), cujas deslocações seriam pagas pelo comendador.
- *Do lavar dos hornamentos* – os ornamentos com que se ministra o santo sacramento deviam ser lavados pelo menos uma vez ao mês e pelo próprio prior ou clérigo de ordens sacras.
- *Da pena que averão os que se nom confessarem e comungarem* – quem não se confessasse até quinze dias depois da Páscoa seria preso e pagaria duzentos reais, metade para o *allcaide* (responsável pela segurança pública, pelo policiamento) ou *meirinho* (*agente policial*) que o prender e outra metade para a “fábrica da igreja”.
- *Sobre o dinheiro das sepulturas* – cobrado um “marquo de prata” que o comendador faz reverter para a “fábrica da igreja” para ser aplicado nesta.
- *Que os administradores das capelas nom mamdem dizer as missas per cleriguos de fora* – seriam sancionados em “mil reais” a favor da “fábrica da igreja” os administradores das capelas que substituíssem a missa dos priores e clérigos por outros de fora da dita Igreja.
- *Sobre rezar as oras* – os priores deviam rezar as horas canónicas na Igreja, devidamente paramentados com surplice (vestimenta eclesiástica branca parecida à alva mas mais curta que se coloca sobre o hábito religioso, serve para a administração dos sacramentos desde o século XI. Esta é colocada sobre o hábito religioso).
- *Do sayr sobre as sepulturas a segunda feira* – conforme “custume universal nas Igrejas deste Reyno” acabada a missa do dia às segundas-feiras, o prior e clérigos saíam com a cruz e espargiam água benta sobre as sepulturas existentes no interior da

igreja e claustros, com pena em forma de sanção de duzentos reais se não o fizessem (metade para a “fábrica da igreja” e outra metade para quem os acusasse).

- *De como o prior há de ser apontado* – o prior é obrigado a celebrar as missas todos os domingos e festas e outros dias definidos nas determinações particulares, sob pena de ser autuado em vinte reais, ou até chegar a perder o ofício. Os oficiais do concelho requereriam ao comendador o pagamento das faltas que revertiam para a “fábrica da dita igreja”.

- *Do mamposteiro (sic) que [h]á de pedir pera a fábrica* – acompanhado do prior ou mordomo, o mamposteiro estava responsável pelas coletas de dinheiro que depois era gasto segundo as decisões do comendador.

- *Que se nom pobriquem cartas de nenhum Prelado contra a Ordem* – os priores e curas não poderiam publicar cartas de prelados que fossem contra a Ordem, ou os seus direitos sem que esta o soubesse primeiro, sob pena de serem presos e castigados.

- *Sobre quem terá os ornamentos das Irmidas* – os mordomos recebiam as peças de ouro e prata, entre outras, e seus inventários que, não havendo mordomo, eram entregues ao prior.

- *Que os moordomos novos tomem comta dos velhos* – ao terminar as suas funções, os mordomos tinham até vinte dias para acertar contas com os mordomos novos e seus officas, sob pena de o terem que vir a fazer do seu bolso mais tarde.

- *Que nom edefique nenhuma Irmida de novo sem nosso especial mandado* – a construção de novas ermidas ou igrejas nas terras da Ordem não podia ser autorizada por ninguém a não ser a própria Ordem, sob pena de sanção de dez cruzados e o impedimento da obra.

- *Dos clérigos e frades vagabundos* – o prior não podia consentir que clérigos ou frades sem licença da Ordem ou do Dom Prior celebrassem missa, mesmo com licença de um Prelado, por mais de três dias, sob pena de sanção para o tesoureiro de perder o seu mantimento durante um ano.

- *Da demarcação que o comendador há de fazer* – após a visitação o comendador ficava obrigado a mandar fazer a demarcação oficial das confrontações e medidas das propriedades e reguengos visitadas, bem como as respetivas plantas.

- *Que nenhuma pessoa nom seja escusa de pagar portagem* – nenhum privilégio podia sobrepor-se ao direito da Ordem.

- *Sobre o levantar o pão das eiras* – o lavrador devia informar o mordomo ou prior da colheita três dias antes para que o dízimo fosse calculado. Caso não comparecessem, aí poderia o lavrador dizimar o seu próprio pão perante duas ou três testemunhas, determinação esta que se aplicava também ao gado e a outras coisas que se tivessem que ser dizimadas.
- *Sobre os cachos* – prevista a tentativa de fuga ao dízimo pela divisão das colheitas em parcelas, mandava dizimar essas parcelas.
- *Das posturas do comcelho* – nenhuns acordos ou posturas que envolvessem a Ordem, suas rendas ou direitos podiam ser feitos pelos concelhos e seus oficiais sem que fosse atempadamente informada a Ordem e sem que no ato estivesse presente um seu representante (comendador ou mordomo).
- *Que o prior nom conheça dos dízimos sem nossa espiciall comissan* – para evitar inconvenientes, os comendadores pagam os mantimentos dos priores, sem que estes conheçam os valores.
- *Dos que nom estiverem ao domingo dentro da Igreja para a missa* – davam sinal de pouca fé e devoção, e pagariam por isso “cinquenta reais” os que estivessem a falar ou saíssem a meio da missa (metade para quem o acusasse e outra metade para o meirinho ou alcaide do lugar a Ordem mandava que o juiz<sup>47</sup> executasse logo a pena, ou que pagassem o valor de seu bolso), e “vinte reais” os que tivessem ido trabalhar sem ter ido à missa primeiro em dias de domingo ou de festas principais, a reverter a favor da “fábrica da Igreja”.
- *Da feesta do Apostollo Santiago* – instrução para realizar procissão solene, como no dia da procissão do corpo de Deus, após varridas as ruas e colocados os paramentos da igreja, a “repicar com solenidade”, “digam vesporas cantadas se hy ouver com quem” e celebrar missa do dia. O Comendador daria fruta e vinho a quem estivesse na igreja.
- *Das orações que o prior há de ensynar na Estaçam ao povo* – Pai Nosso, Avé Maria, o Credo Judeum e os Mandamentos da Lei, nos Domingos do Advento e da Quaresma desde a Septuagésima<sup>48</sup>.
- *Ave Maria* – o cuidado especial com a oração da Ave Maria nas devidas horas, sob pena de pagamento de multas ou descontos nos seus mantimentos.

---

<sup>47</sup> Os próprios juízes pagavam “multas” à “fábrica da Igreja”, até aos quinhentos rs, se não fizessem executar as penas aos infratores.

<sup>48</sup> Domingo em que a igreja católica celebra três semanas antes da primeira de quaresma para preparar este período.

- *Sobre pagar o dizimo sonogado* – a Ordem provia que os priores não aceitassem dos fregueses senão o correto pagamento de dízimo, em forma e valor, antes de lhes dar a absolvição, sob pena de “*serem condenados com a décima ordem dos maus espíritos*”, e privação dos seus benefícios e castigos como membros desobedientes às determinações da Santa Madre Igreja e seus Prelados.
- *Da vista dos testamentos* – os priores poderiam requerer dos juízes e tabeliães (oficiais públicos, notários) a consulta de quaisquer testamentos, para verificar quem foi encarregue de missas ou aniversários por parte dos defuntos. A pena pelo não cumprimento desta norma seria a privação de seus ofícios, extensível a todos os envolvidos.
- *Que o prior dee licemça pera se confessarem a outrem* – às pessoas que pedissem, o prior poderia dar licença para se confessarem a outro sacerdote.
- *Que o prior nos encomemde na Estação ao povo* – o prior ou cura deveria encomendar os dignatários da Ordem ao Povo nas estações, para que rogassem a Deus por suas vidas.
- *De como se hão de dar as sesmarias* – fossem dadas as terras baldias e desaproveitadas em muitas Comendas a quem as quisesse cultivar, para não haverem “perdas e danos para a Ordem”.
- *Sesmarias*<sup>49</sup> - a Ordem atribuía poder ao comendador para dar terras para hortas e pomares, à exceção dos coutos do concelho que eram reservados para pastos do gado dos seus moradores, e que não deviam ser dados. Onde as terras fossem próprias da Ordem, o comendador devia afora-las em contratos anuais, a autorizar pela Ordem. As terras que não fossem da Ordem seriam dadas de sesmaria, guardando as solenidades que a “*Ordenaçam e capitollos do Regno mamdam*”, feitas pelos tabeliães e assinadas pelo comendador, mordomo ou prior, e feitas constar do “*lyvro das notas do esprivam*”, com a condição de serem defendidas da utilização pública, sob a pena de multa e atribuição a outrem.
- A sesmaria seria visitada pelo escrivão e um homem bom do concelho antes de escrita a carta, para verificar o tamanho da terra, para que não se desse mais sesmaria do que aquela que a pessoa poderia aproveitar.

---

<sup>49</sup> Conjunto de terrenos incultos, próprios para cultivar  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

- Se as sesmarias forem de bens abandonados há mais de 10 anos, nomeadamente pertencentes a capelas, será dado um determinado tempo para os respetivos administradores aproveitarem, ou comunicarem em contrário.
- Se forem bens de igrejas e mosteiros também se mandará requerer que os respetivos priores, guardiões e beneficiados as mandem aproveitar ou comunicar em contrário.
- Se forem terras de órfãos será requerido aos seus juízes que constanjam as pessoas que tiverem cuidado dos órfãos a aproveitar as terras ou a comunicar em contrário.
- Se forem bens de “omeziados” ausentes, serão notificados através das mulheres, parentes ou amigos, de que deverão aproveitar as terras num determinado período de tempo ou as mesmas serão dadas a quem as pedir.
- Se as terras dadas de sesmarias não forem aproveitadas em determinado tempo, serão dadas a outros. Embargos resultantes do não aproveitamento eram levados à Ordem ou aos oficiais da respetiva fazenda, para se assinar o termo às partes que comparecessem.
- As vinhas e olivais que não fossem aproveitados pelos seus donos seriam alvo de auto, e de um período para aproveitamento (dois anos), terminado o qual se dariam as terras em sesmaria sem foro<sup>50</sup>.
- Licenças seriam dadas a quem quisesse fazer moinhos de água doce, com a condição de pagamento de foro perpétuo à Ordem.

### **2.3.2. Itinerário de Visitação**

Na presente dissertação interessa também identificar os percursos realizados pelos visitantes da Ordem de Santiago para determinar eventuais coincidências com o percurso atualmente utilizado pelos peregrinos de Santiago de Compostela. Entende-se, à partida, que em cada uma das suas visitas, os visitantes da Ordem de Santiago tinham percursos estabelecidos para abranger todas as localidades integradas na sua jurisdição, as quais se situavam de oeste a este do Algarve. De forma geral, a zona central do Algarve seria percorrida pelos visitantes no sentido oeste-este-oeste, o que não corresponde, de um modo geral, ao traçado das vias de comunicação principais, que

---

<sup>50</sup> Montante em dinheiro ou produtos que o foreiro paga anualmente ao senhorio pelo domínio útil de um terreno ou prédio.

ligavam as cidades algarvias diretamente com o resto de Portugal, ou seja no sentido sul-norte-sul. É natural, no entanto, que essas mesmas vias principais de comunicação, fossem utilizadas pelos visitantes na deslocação entre cidades, o que será o caso do corredor Faro – Loulé – Salir.

**Quadro 1: Itinerário da Visita Pastoral de 1517/18**

Data Início	Data Termo	Localidade	Observações
?	06/12/1517	Saída de Palmela	Faltam as primeiras quatro folhas desta ata, e não existe conhecimento de outra documentação que preencha esta lacuna
?		Santiago do Cacém	Inclui deslocação a Santo André, Melides e Corona
09/12/1517	?	Vila Nova de Milfontes	Inclui deslocação a cercal do Alentejo
12/12/1517	27/12/1517	Aljezur	Inclui deslocação a Odeceixe
03/01/1518	10/01/1518	Loulé	Inclui deslocação a Salir, Querença, Boliqueime, Gorjões e Alte
10/01/1518	16/01/1518	Faro	Inclui deslocação a Pechão, Nexé, Estoi, São Brás de Alportel, São João da Venda e Quelfes
17/01/1518	25/01/1518	Tavira	Inclui deslocação a Conceição de Tavira
25/01/1518	03/02/1518	Cacela Castro Marim Alcoutim Martinlongo	Martinlongo foi visitada a 01/02/1518
05/02/1518	09/02/1518	Garvão Colos	

**Fonte: “Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve 1517 - 1518” Al-‘ulyã nr 5, 1996**

Segundo a ata da visitação de 1517/18, o itinerário recorrido foi circular, no sentido norte-sul ao longo da costa sudoeste de Portugal, entrando no Algarve por Aljezur e, de seguida, invertendo para este em direção às zonas de Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim, de onde subiram ao Alentejo regressando a Palmela por Garvão e Colos. O

itinerário encontra-se resumidamente apresentado no Quadro 1<sup>51</sup>, considerado pela Dr.<sup>a</sup> Luísa Martins<sup>52</sup> como forma de logisticamente maximizar a viagem.

No entanto, os visitantes não teriam feito sempre o mesmo percurso. Para 1565, Martins e Cabanita (2001-2002) identificam como sequência cronológica das visitas um percurso que seguiu desde o sotavento para o barlavento algarvio, tendo os visitantes D. Pedro de Meneses - Comendador da Vila de Cacela - e João Fernandes Barregão - Prior em Alcácer do Sal, prosseguido com as visitas de Faro para Loulé, e daí em direção a Aljezur, de onde subiram pela costa no regresso a Alcácer do Sal.

Na I Jornada sobre as Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade, realizada em São Brás de Alportel, em 2006, Luís Filipe Oliveira apresentou o seu estudo “Caminhos da Terra e do Mar no Algarve Medieval”, através do qual procurou conhecer o traçado das vias medievais do Algarve nos seus principais eixos inter-regionais de comunicação e concluiu que, se conhecem duas ligações ao Alentejo: *“a que vinha de Aljustrel em direção ao castelo de Paderne, passando a serra por Ourique, e a que saía de Beja para Faro, com trânsito por Almodôvar, Salir e Loulé”* (Oliveira, 2006:33). Esta última corresponde provavelmente a uma antiga via romana que esteve em uso até finais do período medieval, e que mereceu a construção de duas pontes no séc. XV – na Aldeia de Ator, e perto de Almodôvar, pois *“nas restantes vias as ribeiras passavam-se a vau, quando o caudal o permitia”*.

Ainda que os troços calcetados fossem raros na estrada de Loulé para Portugal, e que as condições de trânsito no inverno se degradassem, esta terá sido, segundo o mesmo autor, a via escolhida por Afonso III para levar a hoste régia até Faro, bem como pelos reis D. Dinis e D. Afonso IV nas únicas ocasiões em que visitaram Faro.

Do Algarve Oriental existe notícia de uma ligação de Tavira para Portugal, passando por Martinlongo, que terá sido utilizada por D. João I em direção a Évora após a conquista de Ceuta em 1415, e por D. Pedro I no seu trajeto entre Tavira e Beja no séc. XIV.

---

<sup>51</sup> “Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve 1517 – 1518” al-‘ulyã nr 5 1996

<sup>52</sup> Entrevista exploratória realizada com a Dr.<sup>a</sup> Luísa Martins da Câmara Municipal de Loulé, em 20 de maio de 2016

Já a oeste, conhece-se uma outra via que ligava Silves a Beja, segundo o itinerário seguido pelo rei D. Dinis em outra visita ao Algarve. Mais tarde, com a viagem de Pedro I e de documentação posterior, comprova-se a existência da ligação entre Beja e Lagos. E a sugestão de Oliveira (2006) é que do atual Porto de Lagos, saísse um caminho para Monchique, em direção a Garvão e Alcácer do Sal, possivelmente sobre uma antiga via islâmica.

Mas as estradas não suportavam muito tráfego, e os utentes mais assíduos seriam almocreves, mercadores e pastores. O supramencionado autor refere a realização de feiras importantes em Ourique, Almodôvar e Castro Verde, que atraíram muitos algarvios<sup>53</sup>. De forma geral, se valorizavam as deslocações feitas por mar e rio, que eram mais baratas e mais cómodas e que contavam com os dinâmicos portos de Aljezur, Lagos, Silves, Porches, Faro, Tavira e Cacela, os quais continuaram a comercializar com Andaluzia e norte de Europa mesmo após a anexação do Algarve ao território da coroa portuguesa, e viram ainda o seu movimento acrescido com a *“comparticipação do Algarve nas rotas mediterrânicas desde finais do século XIV, sobretudo com as conquistas em África e as navegações atlânticas”*, abençoadas aos olhos dos monarcas portugueses por São Vicente.

Moreno (1986) refere que estes portos algarvios eram também portas abertas à peregrinação a Santiago de Compostela para gentes que aqui chegavam por mar. Desde aqui dispunham de acesso marítimo ao resto do país, bem como, se desejassem seguir por terra, ligação às principais vias de comunicação por terra supramencionadas (Lagos, Faro e Tavira) e que correspondem às vias indicadas nos mapas dos Caminhos de Santiago difundidos, ainda hoje, pela Oficina del Peregrino em Santiago de Compostela através da Credencial do Peregrino<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Segundo Oliveira (2006) não eram raros os moradores de Faro e de Loulé que tinham propriedades em Almodôvar.

<sup>54</sup> Moreno refere que não existe um inventário sobre o conjunto dos hospitais e albergarias de peregrinos em Portugal na Idade Média, mas baseia-se num estudo da Prof.<sup>a</sup> Iria Gonçalves sobre o estudo das estalagens existentes em Portugal nos séc. XIV e XV, para afirmar a existência de duas estalagens em Lagos, uma em Loulé e outra em Faro, e três estalagens em Tavira, que acolhiam viajantes, entre eles peregrinos.

### 2.3.3. As igrejas e os cultos

*“Se seguirmos os passos dos visitantes e atentarmos nos seus registos verificamos que, o principal objectivo é reconhecer o estado funcional e material das igrejas pertencentes à Ordem de Sant’Iago, de modo a controlar e aumentar o seu património. No decorrer da leitura da visitação, um relatório dos nossos dias, apercebemo-nos das obrigações das pessoas para com a sua paróquia, da fé que levava os homens algures nas terras da Índia, a prometerem oferendas às igrejas e santos, a quem logo tratavam de pagar quando regressavam, do funcionamento quotidiano de cada igreja, dos bens materiais e artísticos que tanto valorizavam cada igreja que os possuía.”* Martins e Cabanita (2001-2002)

Segundo Martins e Cabanita (2001-2002), os circuitos percorridos pelos visitantes fazem transparecer a importância que a Ordem de Santiago dava às igrejas que lhe pertenciam, não só aos respetivos bens móveis e imóveis, mas também à conduta dos seus clérigos, e crentes, cujas doações em troca de missas por alma, orações de salvação e cura, e receção de sacramentos, eram a base da manutenção e enriquecimento das igrejas. Os fiéis eram chamados pelos visitantes a colaborar na gestão das igrejas, através da avaliação dos costumes das pessoas do hábito de Santiago que pertenciam à Ordem.

Uma vez que os objetivos deste trabalho estão ligados ao culto a São Tiago, as visitas serão analisadas com base nas visitas às igrejas das comendas. E assim, acompanhando os visitantes no seu itinerário conseguimos visitar o Algarve medieval e tardo medieval, focando neste trabalho específico, a época quinhentista no Algarve, dada a facilidade de consulta das respetivas transcrições.

O padroado das igrejas conferia à Ordem de Santiago o direito a apresentar o prior ao bispo, o que significava nomear o responsável pela manutenção dos livros de culto, alfaias e altares, bem como da fábrica da igreja, ou seja, o próprio edifício. O padroado também conferia o direito a cobrar uma parte das dízimas, que era um imposto significativo equivalente, como o próprio nome indica, a 10% dos produtos que todas as pessoas eram obrigadas a pagar às paróquias onde assistiam ao culto a Deus e onde recebiam os sacramentos. Outro rendimento eclesiástico provinha do culto aos mortos,

correspondente a uma renda perpétua pela sua memória nas igrejas ou mosteiros encarregues dos ofícios dos defuntos. A Ordem partilhava, em Faro e Loulé, o direito de apresentação e as dízimas com o Bispo de Silves.

**Figura 6 - Padroados da Ordem de Santiago e vida religiosa (séc. XIII-XV)**



**Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)**

Luís Filipe Oliveira chama a atenção para o facto de existirem poucas invocações a Santiago, sendo a única igreja no Algarve a de Castro Marim. No entanto, em todas as igrejas da Ordem existiam altares a Santiago, tal como acontecia na Igreja de Santa Maria de Faro - onde estava dedicada ao Apóstolo a invocação da Capela de Garcia Moniz<sup>55</sup> - e na Igreja Matriz de Loulé - onde a imagem de Santiago com o hábito sobre a cabeça se encontrava junto ao Sacrário, no altar-mor<sup>56</sup>. A estes exemplos, acrescentam-se as “Determinações Particulares” emitidas pelos visitantes às duas mencionadas igrejas, nas quais se refere a apresentação da imagem do Apóstolo Santiago armado a cavalo no altar-mor, na parte do evangelho ou da epístola. Por outro

<sup>55</sup> Vide ponto 2.3.3.a – Principais visitas às igrejas de Faro

<sup>56</sup> Vide ponto 2.3.3.b – Principais visitas ao Padroado de Loulé

lado, como anteriormente descrito nas “Determinações Gerais”, a Ordem de Santiago promovia o culto do Santo pelo estabelecimento de diretrizes relativas à solenidade com que era preparada e celebrada a *“feesta do Apostollo Samtiago”*<sup>57</sup> e por uma certa proteção do que entendemos hoje como “cultura da organização/ instituição” no controlo que mantinham sobre a parte física e espiritual das igrejas, nomeadamente *“Que nom edefique nenhuma Irmida de novo sem nosso especial mandado”* e *“Que os administradores das capelas nom mamdem dizer as missas per cleriguos de fora”*<sup>58</sup>.

As visitas iniciavam-se com a apresentação das partes: visitantes e visitados - comendador, prior da igreja, beneficiados, cavaleiros da Ordem, juizes e oficiais da Câmara da cidade ou vila. Na ocasião, segundo Martins e Cabanita (2001-2002) *“Reliam-se os registos das visitas de anos anteriores, para ver o que se tinha ou não cumprido desde então. Reviam-se as ‘obrigações do povo’ e seu cumprimento. Visitava-se o Santo Sacramento, o baptistério, o campanário, a sacristia, o coro, o dinheiro e bens deixados em testamentos, as confrarias e suas esmolas, as capelas no interior de cada igreja e seu estado de conservação e bens a elas adjacentes”*. No final, registavam-se os rendimentos da Comenda e os foros da Ordem<sup>59</sup>, apresentavam-se determinações gerais e particulares destinadas à correção de eventuais “enleamentos” no funcionamento da igreja, nas obrigações dos beneficiados, tesoureiros, priores e povo, bem como nos dízimos, enterros e publicação e preservação dos livros das visitas da Ordem.

No presente trabalho utiliza-se a informação contida nas atas das visitas da Ordem de Santiago ao Algarve para localizar a influência geográfica da Ordem nesta região, apresentando-se de seguida um quadro indicativo das igrejas visitadas entre 1518 e 1566, baseado nas transcrições das atas publicadas pelo Padre João Coelho Cabanita, Luísa Martins, Hugo Cavaco, Francisco Lameira, Maria Helena Rodrigues dos Santos, Fernando Calapez Corrêa e António Viegas. Destes dois últimos, Corrêa e Viegas (1988), extraímos as igrejas visitadas em todo o Algarve em 1517/18. Aproveitou-se a

---

<sup>57</sup> Vide ponto 2.3.1 – Determinações Gerais

<sup>58</sup> Idem

<sup>59</sup> Os foros e capelas instituídas pelas famílias mais abastadas integravam os bens imóveis, enquanto os objetos de prata, ornamentos, imagens de santos, retábulos, missais e outras alfaiais eclesíásticas eram contabilizados como bens móveis.

informação das igrejas visitadas em 1534/35 no concelho de Loulé publicada por Encarnação, Cabanita e Martins (1993), em Faro por Corrêa (1996), e no Sotavento por Cavaco (1987)<sup>60</sup>. As visitas das igrejas algarvias em 1554 foram retiradas de Lameira e Santos (1988) e para 1565/66 consultou-se Martins e Cabanita (2001-2002) para Aljezur, Loulé e Faro, e Cavaco (1987) para o Sotavento algarvio.

As igrejas estão listadas no Quadro 2 conforme aparecem nas transcrições, na ordem que corresponde aos itinerários dos visitantes.

**Quadro 2: Quadro indicativo das igrejas visitadas entre 1518 e 1566**

Comenda	1517/18	1534/35	1554	1565/66
<b>Aljezur (e Termo)</b>	Igreja Sta. Maria D’Alva		Igreja N. <sup>a</sup> Senhora D’Alva da Vila de Aljezur	Igreja N. <sup>a</sup> Senhora D’Alva
	Esprital <sup>61</sup> do Santo Espírito		Igreja do Espírito Santo da Vila de Aljezur	Esprital <sup>62</sup> do Santo Espírito
	Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Piedade (Ribeira D’Odesseixa)		Casas do Esprital <sup>63</sup> da Vila de Aljezur	Capela curada N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Piedade (Odeseyxes)
	Ermida S. Pedro		Igreja de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Piedade de Odeceixe	Ermida São Pedro
	Ermida S. Sebastião		Ermida S. Sebastião de Odeceixe	Ermida S. Sebastião
	Ermida Sta. Susana			Ermida Santa Susana
<b>Albufeira (e arredores)</b>	-	-	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceição da Vila de Albufeira	Sem referência

<sup>60</sup> Cavaco publicou em 1987 dados de visitas da Ordem realizadas em 1538, que se excluíram deste quadro, por se ter informação apenas de igrejas matrizes do Sotavento algarvio e pouco mais (Santa Maria de Tavira e Ermida de Gomeira, Nossa Senhora de Cacela, Santiago de Castro Marim, Salvador de Alcoutim.)

<sup>61</sup> Hospital

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup> Idem

			Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> de Paderne	
			Igreja nova N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Esperança de Paderne	
			Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Orada	
			Ermida S. Sebastião da Vila de Albufeira	
<b>Loulé (e Termo)</b>	Igreja de S. Clemente	Igreja de S. Clemente	Igreja de S. Clemente da Vila de Loulé	Igreja de S. Clemente
	Ermida S. Sebastião de Salir	Ermida de Santa Maria de Querença	Igreja S. Sebastião de Boliqeime	Capela curada S. Sebastião de Salir
	Ermida de Sta. Maria de Querença	Ermida de S. Sebastião de Salir	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Comçeptão de Alte	Capela curada de Nossa Senhora de Querença
	Ermida S. Sebastião de Boliqeime	Ermida de N. <sup>a</sup> Senhora de Alte	Igreja S. Sebastião de Salir	Capella curada S. Sebastião Bolyqueyme
	Ermida de Santa Catarina de Gorjões	Ermida de S. Sebastião de Boliqeime	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Assumpção de Querença	Ermida de Santa Catarina de Gorjões
	Ermida de N. <sup>a</sup> Senhora de Alte	Ermida de S. Sebastião de Loulé	Ermida S. Sebastião da Vila de Loulé	Capela curada de Nosa Senhora d' Assunção d' Alte
	Ermida S. Domingos	Ermida de Sant'Ana de Loulé		Ermida S. Domingos
	Ermida S. Sebastião	Ermida de S. Domingos de Loulé		Ermida S. Sebastião Loulé
	Ermida Sta. Ana			Ermida Sta. Ana
	Ermida Sta. Catarina			Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Piedade
				Ermida S.

				Lourenço
				Ermida de N.Sra. Ferrobylhas d'Armação
<b>Faro (e Termo)</b>	Igreja de Santa Maria da Vila de Faro	Igreja de Santa Maria de Faro	Igreja de Santa Maria da Cidade de Faro	Igreja de Nossa Senhora de Farão
	Ermida de S. Bartolomeu de Pechão	Ermida Sam Pedro	Igreja S. João da Venda	Ermida de S. Bartolomeu de Pechão
	Ermida de Samta Barbora	Ermida de Sam Sebastião da Villa	Igreja S. Brás	Capela curada de Santa Bárbara
	Ermida de Sam Sebastião da Villa	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Esperança	Igreja S. Martinho de Estoi	Ermida S. Sebastião
	Ermida de Sta. M. <sup>a</sup> Madanela	Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> de Entre Ambas as Águas	Esprital de Estoi	Ermida de Sta. M. <sup>a</sup> Madanela
	Ermida Sam Christovam	Ermida de Sta. M. <sup>a</sup> Madanela	Igreja da Conceição de Faro	Ermida S. Cristovão
	Ermida Sto. Amtonio	Ermida Sam Joham da Venda	Igreja de Sta. Bárbara de Nexe	Ermida Sto. Antonio d'Atalaya
	Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Concepçam	Ermida de Samta Barbora	Igreja S. Pedro da Cidade de Faro	Capela Curada N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Comçeyção
	Ermida Sam Martinho d'Estoy	Ermida Sam Bras d'alportell	Igreja do Espírito Santo da Cidade de Faro	Igreja S. Martinho Estoi (capela curada)
	Ermida Sam Bras	Ermida Sam Martinho d'Estoy	Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> de Entre Ambas as Ágoas da Cidade de Faro	Capela curada S. Bras d'Alportell
	Ermida Sam Pedro	Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceyção	Ermida S. Sebastião da Cidade de Faro	Igreja S. Pedro
	Ermida Sam Joham da Venda	Ermida de S. Bartolomeu de	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da	Capela S. João da Venda

		Pexaõ	Esperança da Cidade de Faro	(curada)
	Ermida Sam Sebastião de Quelfes	Ermida Sam Sebastião de Celfees	Igreja S. Sebastião de Quelfes	Igreja S. Sebastião Quelfes
		Ermida Sto. Amtonio		Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> de Entre Ambas as Águas
		Ermida Sam Cristovaõ		Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Esperança
<b>Tavira (e Termo)</b>	Igreja de Santa Maria da Cidade de Tavira	Igreja de Santa Maria (visitada em 1534 e novamente em 1535)	Igreja de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Assumpção da Cidade de Tavira	Igreja de Santa Maria
	Ermida de S. Domingos da Cerqua	Ermida de Santa Ana	Igreja do Espírito Santo e Esprital da Cidade de Tavira	Ermida de Santa Ana
	Ermida de Santa Ana	Ermida de S. Brás	Casa do Corpo Santo dos Mareantes da Cidade de Tavira	Ermida de S. Brás
	Ermida de S. Brás	Ermida de S. Lázaro	Ermida de S. Brás da Cidade de Tavira	Ermida de S. Lázaro
	Ermida de S. Lázaro	Ermida de S. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Conceição (Gomeira)	Ermida de S. Lázaro da Cidade de Tavira	Capela de S. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Conceição (Gomeira)
	Ermida de S. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Conceição (Gomeira)	Ermida de S. Domingos de Asseca	Ermida de Santana da Cidade de Tavira	Ermida de S. Domingos de Asseca
			Igreja da N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Conceição de Tavira	Capela S. Miguel dos Melos (na Igreja Matriz)
<b>Cacela</b>	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> dos Mártires (Velha)	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> (dos Mártires ?)	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Vila de Cacela	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Assunção
	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> dos Mártires (Nova)		Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> dos Mártires da Vila de	Igreja N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> dos Mártires

“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”

			Cacela	
<b>Castro Marim</b>	Igreja de Santiago	Igreja de Santiago (visitada em 1534 e novamente em 1535)	Igreja de S. Tiago da Vila de Castro Marim	Igreja de Santiago
	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Mártires	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Mártires	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> dos Mártires da Vila de Castro Marim	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Mártires
		Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Visitação (Odeleite)		Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Visitação (Odeleite)
				Ermida S. Sebastião
				Capela Sto. Espírito (Azinhal)
<b>Santo António de Arenilla (Barra do Guadiana)</b>			Igreja da Trindade da Vila de Sto. António	
			Ermida de Sto. António da Vila de Sto. António	
<b>Alcoutim (e Termo)</b>	Igreja do Salvador d'Alcoutim	Igreja do Salvador de Alcoutim	Igreja do Salvador da Vila de Alcoutim	Igreja do Salvador
	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceição da Vila de Alcoutim	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceição	Ermida de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceição da Vila de Alcoutim	Ermida do Espírito Santo
		Ermida do Espírito Santo (Pereiro)	Igreja do Espírito Santo do Pereiro	Ermida do Espírito Santo (Pereiro)
				Ermida S. Sebastião
				Ermida S. Martinho
				Ermida Sta.

				Marta
<b>Martinlongo (e arredores)</b>	Igreja de N. <sup>a</sup> Senhora d’Aldeia de Martim Longo	Igreja de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceição	Igreja de S. Domingos de Giões	Igreja de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Conceição
		Ermida de S. Estevão (Vale de Cachopo)	Igreja de N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Conceição de Martinlongo	Ermida de S. Estevão (Vale de Cachopo)
		Ermida de S. Domingos (Giões)		Ermida de S. Domingos (Giões)
				Ermida S. Sebastião
				Ermida Sta. Justa
				Ermida S. Pedro (Vaqueiros)
				Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Oliveira (Clarines)
				Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> Assunção (Giões)
				Ermida N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> das Relíquias (Giões)

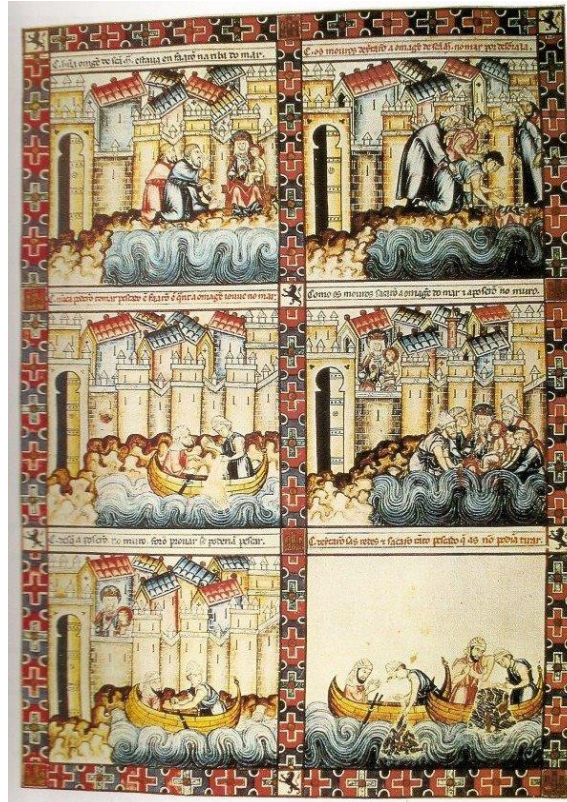
**Fonte: Elaboração própria**

Tendo em conta, que o objetivo desta dissertação está mais associado ao “corredor central” dos itinerários que ligavam o Algarve a Portugal – ou seja, Faro, Loulé e Salir – coloca-se aí o maior foco nas descrições que seguem.

Seguramente pela concentração dos seus interesses patrimoniais, merecia esta zona central da região uma maior atenção da própria Ordem de Santiago. Documentos do séc. XV, tratados por Oliveira (2016), sugerem inclusive uma contradição entre o nível da assistência religiosa que a Ordem de Santiago prestava nesta zona, relativamente a outras zonas do Algarve, como por exemplo Alcoutim, Cacela e Castro Marim onde não

existia capelão residente, nem celebração de eucaristia todos os domingos. Enquanto no Algarve Oriental a própria população era obrigada a chamar sacerdotes de fora para realizar eventuais celebrações, os priores de Faro e de Loulé estavam entre os eclesiásticos que pediram ao papa a criação da Universidade de Lisboa e que se dispuseram a custear o pagamento dos professores<sup>64</sup>.

**Figura 7: Iluminura da Cantiga CLXXXIII de Afonso X, O Sábio, 1280**



Fonte: [www.cgalgarve.com/ordem.htm](http://www.cgalgarve.com/ordem.htm)

Salienta-se uma maior concentração de bens imóveis da Ordem de Santiago em Faro e Loulé, comparativamente a outras zonas do Algarve, diferença esta que foi sendo progressiva no decorrer das visitas do séc. XVI, e que Luís Filipe Oliveira justifica pelo elevado número de peregrinos e legados, nomeadamente doações por morte e esmolas, associados à devoção a Santa Maria de Faro<sup>65</sup> (Figura 7).

Também em Santa Bárbara de Nexe, se registava no séc. XV a existência de albergue de peregrinos ao lado da igreja, para peregrinos que, vindos de fora, acudiam à Santa. Este

<sup>64</sup> Sinal de que apostavam na formação universitária e a consideravam fundamental para a vida religiosa da Ordem, e que fazia contrastar ainda mais a “ausência” no Sotavento.

<sup>65</sup> Devoção associada ao milagre dos peixes, da Cantiga de Santa Maria de Faro, de Afonso X.

foi outro dos mais importantes centros de peregrinação no Algarve, contribuindo para o movimento de peregrinos neste corredor central<sup>66</sup>.

#### **a) Principais visitas às igrejas de Faro no séc. XVI**

Quando em **1518**, os visitantes da Ordem de Santiago chegaram a Faro, encontraram como prior a Vasco Fernandez, e como vigário geral do Bispo de Silves a Francisco Fernandez. Era então Mestre da Ordem D. Jorge, filho bastardo do Rei D. João II, e Bispo de Silves – D. Fernando Coutinho. Uma das preocupações iniciais foi saber que missas eram ditas na igreja, salientando a obrigação de estas se celebrarem nas festas principais: *Nossa Senhora, Dia da Purificação, Dia da Anunciação, Dia da Assunção, Dia da Nascença, Dia da Conceção e Dia do Apostolo Santiago*.

Também se registam preocupações referentes à divisão dos benefícios, custos e obrigações entre a Ordem e o Bispo de Silves, bem como a visita da igreja e a descrição pormenorizada da capela-mor e a identificação da invocação a São Tiago, que era feita na Capela de Garcia Moniz, localizada na parte norte do corpo da igreja, onde estava sepultado esse cavaleiro e sua esposa Isabel de Alvelos, e onde se dizia missa todos os domingos do ano, pagas por João Moniz, filho de Garcia Moniz.

Das diversas capelas existentes no corpo da igreja, terá sido esta – a de invocação a São Tiago (Figuras 8, 9 e 10) - uma das duas que chegaram aos nossos dias conservando a sua identidade formal. Situa-se do lado do Evangelho, no extremo do transepto, de frente para a outra da sua altura – a Capela de Rui Valente (Figura 17) do lado da Epístola.

---

<sup>66</sup> Considerem-se entre os restantes principais centros de peregrinação do Algarve - São Vicente, existente desde a época da ocupação muçulmana, aprovado pelos monarcas portugueses e documentado desde finais do séc. XIII, e - Santa Maria dos Mártires de Tavira e de Cacela, atestado no séc. XV, segundo apresentado pelo Prof. Luís Filipe Oliveira no debate “Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve” Faro, Julho 2016.

**Figuras 8, 9 e 10: Capela de Garcia Moniz, da invocação de São Tiago. Igreja Matriz de Faro, do lado do Evangelho**



**Fonte: Cunha, M. R de S. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto**

Cunha (2012) faz corresponder ao registo da visitação de 1518 as características ainda visíveis do espaço que acolhe a sepultura de Garcia Moniz e Isabel de Alvelos (Figura 10), “num monumento de pedra muito bom”, com abóbada de cruzaria (Figura 9) e pedras de fecho apresentando rostos esculpidos e representações de natureza antropomórfica (Figuras 11, 12, 13 e 14), assim como capitéis no arco da capela ostentando motivos de carácter vegetalista e antropomórfico (Figuras 13 e 14).

**Figuras 11, 12, 13 e 14: Capela funerária de Garcia Moniz, da invocação de São Tiago. Igreja Matriz de Faro**

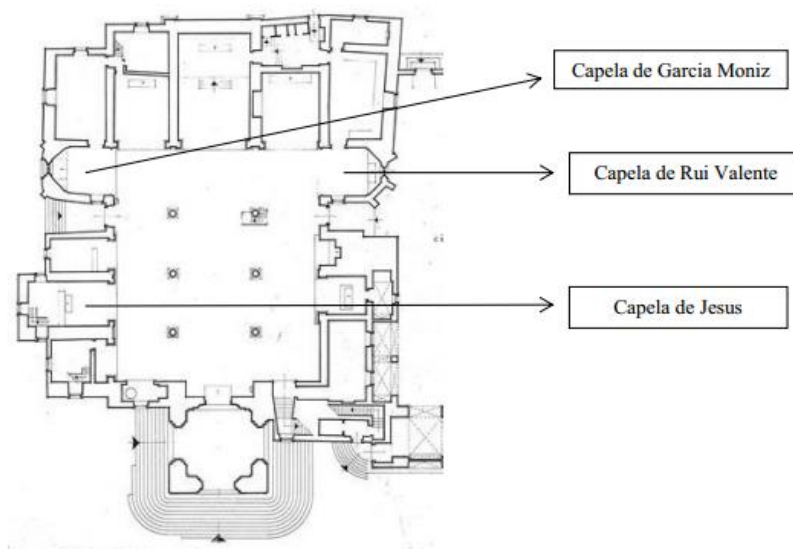


**Fonte: Cunha, M. R de S. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto**

Este autor salienta a descrição da Capela de Santiago na visita de 1554, durante a qual se registou a existência de um altar de alvenaria, sem retábulo e com duas velhas imagens de pedra, acrescentando ter aí sepultura um certo Pêro da Fonseca e estar tão danificada que não se podia nela dizer missa. Ainda assim, os visitantes 1565 mantêm

a denominação da capela em honra do seu instituidor - Garcia Moniz - e a associação à invocação de São Tiago.

**Figura 15: Planta da Igreja Matriz de Faro**



**Fonte: Cunha, M. R de S. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto**

A Figura 15 ilustra a localização da Capela de Santiago no extremo do braço esquerdo do transepto, frente ao altar-mor, estando do lado oposto a Capela de Rui Valente, de invocação a São Jorge (Figuras 16, 17 e 18) que apresenta arcos de cruzaria e pedras de fecho da abóbada com marcas heráldicas muito bem lavradas, de motivos vegetalistas e antropomórficos com alguns elementos a apresentarem evidências de policromia. Para além destas duas capelas góticas, apenas correspondem ao templo primitivo<sup>67</sup> o nártex ou a galilé e o portal principal. De entre os elementos atualmente patentes, a Capela de Nosso Senhor Jesus também é considerada a mais antiga, datada do séc. XVI, enquanto, segundo Lameira (1997) diversas capelas foram remodeladas nos séc. XVII e XVIII.

---

<sup>67</sup> Lameira (1997:2) lembra que a Sé Catedral de Faro foi inicialmente mandada construir pelo Arcebispo de Braga em 1251 a dois dominicanos, e “posteriormente, foi entregue à Ordem Militar de Santiago, que promoveu diversas campanhas de obras, sendo as duas capelas góticas e o primeiro piso da torre fronteira à fachada principal vestígios do séc. XV.” Foi alvo de reconstruções após o saque das tropas inglesas do Conde de Essex em 1596, altura em que se reconstruíram as colunas e respetivos arcos, bem como após os terramotos de 1722 e 1755.

O revestimento das paredes com azulejos azuis, amarelos e brancos terá sido executado já no séc. XVII, mas em 1554 os visitantes referem também o belo sarcófago em gesso lavrado do séc. XV onde jaz o dito Rui Valente (Figura 18), e um altar da invocação de São Jorge com uma imagem de vulto de Nossa Senhora, entretanto desaparecido.

**Figuras 16, 17 e 18: Capela de Rui Valente, da invocação de São Jorge**



**Fonte: Cunha, M. R de S. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto**

Nas “Determinações Particulares” da Ordem de Santiago para Faro em 1518, Lameira e Santos (1988) salientam diversas obrigações. Primeiro as da Ordem, Bispo e Cabido, relativas às imagens que deviam estar no altar-mor: ao centro a imagem de Nossa Senhora, na parte do Evangelho a imagem do Apóstolo Santiago armado a cavalo, como aparece nas batalhas, ajudando os cristãos contra os mouros, e as outras como parecesse bem aos beneficiados locais. A despesa seria repartida pela Ordem e pelo Bispo e Cabido, da mesma forma que o eram as demais despesas envolvidas nas correções que eram indicadas para as alfaias religiosas, arquitetura e decoração.

Os fiéis tinham a obrigação de contribuir, nomeadamente para a manutenção da igreja, e a Ordem dava um ano para que estivessem arrançados os tetos e construídas portas novas, *“dignas de Deus e daquele povo”*.

A ata da visitação de 1518 ressalva também que *“Porque o Mestre em nome da Ordem hé padroeiro desta Igreja Matriz e pollo conseguinte de todallas capellas que estam na sua freguesya...”* os capelões de todas as ermidas fossem tomados com autoridade e consentimento do prior (da Ordem) que era cura de toda a freguesia.

Em **1534** as visitas às Igrejas, capelas e ermidas da Ordem de Santiago no Algarve foram dirigidas pelo Cavaleiro da Ordem – Diogo de Salema – acompanhado pelo Prior de Colos – António Fernandes – e pelo escrivão João de Évora. O comendador de Faro - João Marques – dividia por metade todas as rendas da igreja com o Bispo e o cabido de Silves. O prior – Vasco Fernandez – era clérigo do hábito de Santiago, em posse do seu título de hábito e profissão, título de ofício e priorado, livro da Regra, cumpria os votos substanciais e tinha presente a visitação passada e as obrigações nela contidas.

Na Igreja de Santa Maria de Faro existiam cinco beneficiados, além do prior, num total de três pagos pela Ordem e os restantes três pagos pelo Bispo e Cabido. Os da Ordem, apresentados pelo Mestre e confirmados pelo Bispo, eram, como o prior, clérigos do hábito de Santiago com os seus títulos de hábito, profissão e benefício, chamados Domingos Dias e Francisco de Cautos, este último castelhano com licença de permanência. Havia ainda Manuel Martins, clérigo de missa e do hábito de Santiago, mas ainda não professo, e por isso sem título de hábito, e Pedro Sousa, apresentado também por D. Jorge e confirmado pelo Bispo do Algarve. Os capelães freires do hábito atestavam cumprir a Regra. Foi também visitado Cristóvão Vieira, cavaleiro do hábito de Santiago.

Após terem auscultado alguns homens do povo sobre a honestidade da vida e costumes do prior, e a boa administração dos sacramentos, prosseguiram com a visita do sacrário, pia batismal, ornamentos e prata, vestimentas e frontais. Encontraram todos os conteúdos que estavam descritos na visitação passada, deixada por D. Francisco Barradas em 1517/18, parecendo que muitas determinações tinham sido respeitadas.

Na Ermida de São Pedro encontraram novos elementos, nomeadamente no altar-mor e sacristia, ornamentos em posse do mordomo – Pedro Alvarez – morador em Faro.

Em 1534, a fábrica da igreja de Faro rendia 32.000 reais<sup>68</sup>. No entanto segundo os inquiridos na vila, a cera era pouca para a celebração de missas e constataram que as

---

<sup>68</sup> Pela extensa lista de foros, em número superior a quaisquer das demais comendas algarvias, constata-se a atratividade e a boa forma da fábrica da igreja de Faro, bem como a sua centralidade e capitalidade, características que terão estado certamente na origem da concorrência entre os poderes locais, nomeadamente entre o Bispo e a Ordem.

quantidades de cera que deviam ser recebidas anualmente pelo prior por parte da Ordem e do Bispo não se estavam a verificar como determinara a visitação anterior, devido ao que Lameira e Santos (1988) denominaram “*diferenças entre a Ordem e o Bispo*”. Para resolver o assunto, ficou determinado em 1534 que o prior compraria a cera com o dinheiro da fábrica e que indicaria os valores ao tesoureiro para que se fizesse constar como despesa, partindo-se do pressuposto que o bispo e cabido contribuiriam para outras despesas constantes na visitação passada.

Também o envio dos óleos santos tinha ficado comprometido por não se ter estipulado quantia certa a entregar ao clérigo que distribuía o óleo santo todos os anos, andando o prior em disputa com o rendeiro da Ordem sobre os valores. Estipulou-se então que os rendeiros ou almoxarife dessem 300 reais para os óleos.

Verificando que os juízes e oficiais não tinham acatado determinações da visitação anterior, nomeadamente “*huãs poias no portal da porta principal da dicta igreja*” e reparação das portas, estenderam o prazo de execução até ao dia de S. João, sob pena de pagamento de 1.000 reais (terça parte para os cativos, outra para a fábrica e outra para quem os acusasse). Foi também mandado fazer o sacrário à custa da Ordem, bispo e cabido. A visitação foi publicada pelo prior e afixada.

Em **1554**, Faro volta a receber a visita da Ordem de Santiago, data em que se fez uma importante descrição do edifício gótico.

Em **1565**, quando os visitantes de Santiago – Pedro de Meneses e João Fernandes Barregão - chegaram a Faro, não encontraram o comendador Estevão Brito, porque não estava presente. O prior do hábito de Santiago em Faro era Fernão Rodrigues.

Mais uma vez, uma das primeiras questões foi “*que obrigações tinha de missas*” e o prior de Faro respondeu cumprir inteiramente as missas contidas nas determinações das anteriores visitas.

Identificaram em segundo lugar os beneficiados na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Farão, num total de seis pessoas, das quais três eram pagas à custa da Ordem e as

restantes três à custa do Bispo e do Cabido<sup>69</sup>. Os três pagos pela Ordem haviam sido apresentados pelo Rei – governador da Ordem - e confirmados pelo Bispo. Destes três apenas um era clérigo do hábito de Santiago – Pero Gomçalves. Um outro apresentado pela Ordem – Simão Nunez - era clérigo da Ordem de S. Pedro, e o terceiro nem tinha hábito de Santiago, nem esteve presente durante a visitação para que os visitantes confirmassem o título do seu benefício. O tesoureiro apresentado pelo Bispo era Francisco Rodriguez.

Prosseguiu-se visita aos dois cavaleiros de hábito a viver em Faro – Francisco Lourenço e Inofre da Ponte – bem como a juizes, vereadores e oficiais da câmara. Junto destes últimos e de algumas pessoas do povo, auscultou-se a honestidade e trabalho das pessoas do hábito, oferecendo-se a oportunidade de justiça, se necessária.

Com base na visitação passada, os visitantes de 1565 registaram, segundo Lameira e Santos (1988), que pouco se teria respeitado das determinações particulares feitas em 1554, no que concerne às correções da Igreja Matriz de Faro.

A juntar ao inventário cuidado de alaias religiosas e decoração, faz-se menção à presença do hábito de Santiago na chave da abóbada, diante da porta principal, incluindo a espada com quatro vieiras, tudo lavrado em pedra, e à Capela de Santiago, instituída por Garcia Moniz, a primeira das sete capelas a ser analisada na visita. A transcrição desta visita reforça chamadas de atenção efetuadas em 1518, quando se fizera referência ao desgoverno dos bens das capelas e ao não cumprimento de muitas das respetivas obrigações, verificando-se, com o distanciamento dos administradores apontados para cada capela, uma diminuição dos seus ornamentos e prata, bem como da celebração de missas. Os visitantes apelaram ao Rei que tomasse as devidas providências para que nenhuma capela fosse deixada sem administradores, e que o “enleamento” com as respetivas fazendas e foros não comprometesse os seus encargos, nomeadamente a celebração de missas quotidianas, anuais ou pontuais<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Em 1564 havia sido nomeado para Bispo do Algarve D. Jerónimo Osório, um dos mais notórios bispos do Algarve, sendo a sede de bispado ainda situada em Silves, mas já havendo intentos de transferência da Sé de Silves para Faro, que acaba por dar-se em 1577, após prudente ponderação de D. João III.

<sup>70</sup> Esta preocupação, fervorosa como se encontra descrita na ata da visitação, pode sugerir que não se tenha encontrado o cuidado devido com a própria capela de invocação a Santiago.

De todas as igrejas e ermidas visitadas em 1565 no termo de Faro, apenas tinham clérigo com hábito de Santiago a Igreja Santa Maria de Faro e a de Quelfes. Em Santa Bárbara, havia capelão do hábito da Ordem de S. Pedro, mas os visitantes mandaram eleger um mordomo e prior da Ordem para a igreja, o que se havia estipulado em visitas passadas. Os capelões das restantes igrejas vestiam o hábito de S. Pedro.

Curiosamente, a visita da Igreja de S. Pedro em 1565 envolveu algum transtorno, quando o cônego da *See de Sylves - Dioguo Lopes* – fazendo-se presente, demandou que não visitassem esta igreja, seu santo sacramento, a pia baptismal e óleos santos, por pertencer a respetiva visita apenas ao bispo e cabido. Explicara que esta igreja havia sido criada pelo prelado para servir a paróquia, nada tendo a ver com Santa Maria - igreja da Ordem – onde apenas a Ordem tinha direito de visita. Certamente, para evitar escândalos e diferenças entre o Bispo e a Ordem, prosseguiram então os visitantes, na presença do cônego de Silves, por estarem *“tam longe da corte que não podia dar conta a Vossa Alteza”* a visitar uma igreja que, anexa à Matriz de Faro, *“foy sempre visitada pelos visitantes da Ordem, sem aver nenhuma comtradição de nenhuma parte”*, até porque pagava a Ordem metade do *estipendio* ou ordenado do capelão. Segundo Rosa (1989:6), *“quando, em 1539, o Papa decretou a trasladação da Sé do Algarve para a Igreja de Santa Maria de Faro, a Ordem de Santiago, padroeira da paróquia e colegiada, de que era sede essa igreja, tinha de as passar para S. Pedro, e com todos os privilégios e prerrogativas que dela se fossem desmembrando.”*

A fábrica da igreja matriz tinha por ano 30 mil reis, à custa da comenda e do bispo e cabido, e mais 550 reis de foro. Gastar-se-ia por ano em despesas de funcionamento da fábrica (cera, óleo santo...) 8 mil reis. Para além de diversas espécies de bens, o prior ganhava 19.300 reis, enquanto os beneficiados 1.000 reis anuais. Metade do pé-de-altar era ainda do prior, sendo a outra metade do bispo e cabido. O tesoureiro ganhava para além dos géneros 1.200 reis, metade pagos pela Ordem e a outra metade pelo bispo e cabido. A comenda rendia entre 270.000 a 280.000 reis líquidos para o comendador. A Ordem tinha em Faro 250 reis de foro.

No final da visita a Faro, salienta-se das “Determinações Particulares”, em 1565, que os beneficiados encontrados sem hábito de Santiago o fossem tomar ao convento e “tirar provisão de Sua Alteza”, sob pena de serem obrigados a pagar multa de 10 cruzados e perderem os benefícios.

Também na Igreja de S. Sebastião em Quelfes, onde se encontrava como capelão, um clérigo com hábito de Santiago – Estêvão Pais – ficou determinado pelos visitantes que se faria sobre a porta principal um espelho de pedra com vidraça, ao lado da qual deveria estar o hábito de Santiago, lavrado em pedra. Mandava-se ao prior incentivar as doações à igreja pela oração pública em agradecimento aos benfeitores, e a não absolver quem tivesse dívidas de dízimo.

**Figuras 19, 20, 21 e 22: Fechaduras de portas do claustro, Sé de Faro**



**Fonte: Recolha própria no local**

Ainda que não esteja mencionada na documentação consultada, constatou-se em visita de estudo que atualmente se mantém a insígnia da Ordem de Santiago na antiga Igreja de Santa Maria – Sé de Faro (conforme Figuras 19, 20, 21 e 22), em forma de fechaduras em ferro pintadas de cor verde e que permanecem hoje aplicadas a grande parte das portas exteriores do claustro e de acesso ao interior da igreja. Estes elementos não se encontram referidos na documentação consultada.

**Figuras 23, 24 e 25: Cruz-espada da Ordem de Santiago nos púlpitos da Igreja de S. Pedro**



**Fonte: Recolha própria no local**

Também foi verificada em visita de estudo que a presença da Ordem de Santiago na Igreja de S. Pedro continua hoje sinalizada com a cruz-espada flor-de-lisada da Ordem, decoradas com a tiara papal de São Pedro, aplicadas sobre os púlpitos que ladeiam o altar-mor (Figuras 23, 24 e 25). Embora estes elementos se encontrem referidos por Rosa (1989) não se conhece a data da sua aplicação.

### **b) Principais visitas ao Padroado de Loulé no séc. XVI**

Embora o padroado de Loulé fosse exclusivo da Ordem de Santiago, pertencendo-lhes desde 1298, os dízimos eram divididos com o bispo e o cabido. As rendas da Igreja de São Clemente e suas capelas e ermidas, eram divididas pela metade tanto nos dízimos como nas oblações e pé de altar, conforme combinado entre a Ordem e a igreja de Silves. O comendador da Ordem na vila de Loulé era Galym Perez Pantoja que não se encontrava presente aquando da visita. O prior de Loulé era Diogo Afonso e era acompanhado por quatro outros beneficiados, dois dos quais eram pagos pela Ordem e os outros dois pelo bispo de Silves e cabido.

Segundo Martins e Cabanita (1995) as obrigações deste prior tinham sobretudo a ver com a celebração das missas, incluindo as das Festas de Nosso Senhor, Festas de Nossa Senhora e dia do Apóstolo Santiago<sup>71</sup>. Salientam que na capela de Nossa Senhora existente na Igreja de São Clemente se cantava missa todos os sábados, e que na capela de Santo António jazia Rodrigo Esteves, por quem o genro mandava rezar vinte missas, que os visitantes - Francisco Barradas, chanceler da Ordem de Santiago, e Mendo Afonso, deão da Ordem - aprovavam e mandavam celebrar.

**Figuras 26, 27 e 28: Capela primitiva de Nossa Senhora da Conceição**



**Fonte: Cunha, M. R de S. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto**

Cunha (2012) indica na visita de **1518**, referência à mais notável capela da Igreja de São Clemente, ainda hoje existente, instituída por Fernão Pires Camacho e sua mulher, Constança Vaz, para seu sepulcro, com invocação de Nossa Senhora da Conceição (Figuras 26, 27 e 28). A estrutura de planta quadrada, abobadada, inclui duas capelas, paredes e abóbada de alvenaria, com arcos, chaves e mísulas de pedraria, com altar em alvenaria e retábulo de painéis com encoroamentos dourados, ilustrando a Nossa Senhora da Piedade, a Vinda do Espírito Santo, Santa Catarina, Santa Bárbara, Santo António e São Pedro. O guarda-pó era azul com umas estrelas douradas<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Para além de levar o Sacramento na procissão do Corpo de Deus, fazer a cura das almas e administrar os Sacramentos e dizer missa cantada, a que ajudavam os quatro beneficiados que eram ainda obrigados a cantar as horas canónicas.

<sup>72</sup> Meio século mais tarde, por ocasião da visita de 1565, a capela continuava afeta à família dos instituidores, tendo por administrador Francisco Camacho, que cumpria inteiramente com a obrigação da capela, contribuindo anualmente com a dotação de 1.300 reais estabelecida pelos seus antepassados, para gastar nos ornamentos e coisas da dita capela e em missas pelas suas almas.

De São Clemente dirigiram-se para a Igreja de São Sebastião de Salir, ao lado da qual vivia um ermitão e o capelão em época de Quaresma, ou de algum enterro. Fora disso, vivia o capelão de **1518** – Vasco Afonso - em Loulé, de onde se deslocava apenas ao domingo, festas de Nosso Senhor e Nossa Senhora, para celebrar missas e administrar Sacramentos. O seu sustento era pago pelos fregueses de Salir, alguns dos quais deixaram em testamento propriedades em troca da celebração de missas pelas suas almas.

Antes de regressar a Loulé para finalizar a visita, seguiram para a Ermida de Santa Maria de Querença, Ermida de São Sebastião de Boliqueime, Ermida de Santa Catarina de Gorjões, Ermida de Nossa Senhora de Alte, todas administradas e conservadas pelos respetivos fregueses, que pagavam os serviços ao capelão. Após o regresso a Loulé, terão então visitado as Ermidas de São Domingos, São Sebastião, Santa Ana e Santa Catarina, nas quais Martins e Cabanita (1995) salientam a simplicidade arquitetónica e ornamental, bem como a responsabilidade da manutenção por parte dos respetivos fregueses.

Os visitantes indicaram no final das suas consultas ao povo e responsáveis locais, no termo de Loulé, em **1518**, a necessidade de alterações e correções, nomeadamente em prol do culto divino, no qual se realça uma preocupação com a capela-mor da Igreja de São Clemente, onde deveria colocar-se um retábulo conveniente com a imagem de Nossa Senhora com o Menino ao colo, do lado do Evangelho a imagem de S. Clemente (por ser o orago da igreja) e do lado da Epístola a imagem de Santiago armado a cavalo, assim como aparece nas batalhas dos mouros ajudando os cristãos. Os responsáveis locais decidiam que outras imagens incluir.

Da transcrição de Encarnação, Cabanita e Martins (1993) relativa à visita de **1534/35**<sup>73</sup> ao termo de Loulé, realizada por Diogo Çalema, cavaleiro da Ordem de Santiago, e António Fernandes, prior de Colos, constata-se a prioridade ao controlo do cumprimento das normas da Ordem para evitar heresias, promover o culto e bons costumes. Nesta altura continuava a ser comendador de Loulé o cavaleiro de Santiago,

---

<sup>73</sup> A visitação iniciou a 29 de dezembro 1534 e terminou a 3 de janeiro 1535.

Galim Peres Pantoja, o qual foi o primeiro a ser fiscalizado pelos visitantes, junto com o prior de Loulé – Belchior Luís – e quatro clérigos beneficiados.

Após a descrição física do edifício e do que nele existia de novo, seguiram para todas as ermidas visitadas anteriormente, com exceção de Gorjões e São Sebastião de Loulé. Em Salir, o capelão e clérigo de missa era natural da vila, mas a maior parte das restantes ermidas contavam com um mordomo morador local, e capelão vindo de Loulé ou arredores para as celebrações. As “Determinações Particulares” relacionaram-se com as alfaias religiosas e de culto, o envolvimento do povo na respetiva manutenção e restauro, a sua participação nas missas, horas canónicas e divinos ofícios, e a obediência de todos ao prior, nomeadamente os restantes membros do clero.

**Figuras 29, 30 e 31: Espada da Ordem sobre o portal principal da Igreja de São Clemente**



**Fonte: Cunha, M. R de S. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto**

Cunha (2012) refere que é na visita de **1554** que se obtém uma descrição mais detalhada sobre as formas do portal principal da Igreja de São Clemente (Figuras 29, 30 e 31) o qual apresenta três arcos de ponto de pedraria, ou seja, de três arquivoltas de arcos quebrados, assentes sobre capitéis de decoração vegetalista que rematam colunelos monolíticos de base assente sobre plintos. O conjunto é rematado por uma pedra da feição de daimão (diamante) com a espada da Ordem a vermelho (Figura 30), descrição que corresponde basicamente ao que pode ser visto atualmente, incluindo a mísula da feição de daimão com a espada da Ordem, mas que presentemente não apresenta qualquer tipo de coloração.

À chegada dos visitantes Pedro de Meneses e João Fernandes Barregão a Loulé, em **1565**, não estava presente o comendador desta vila – Lopo Furtado - mas foram recebidos pelo prior, o mesmo clérigo do hábito de Santiago da última visita – Belchior Luis - cujo título de hábito e profissão, livro da Regra, título de ofício e priorado, cumprimento dos três votos substanciais da Regra e das obrigações de missas incluindo a da festa do Apóstolo Santiago foram confirmados pelos visitantes.

Na Igreja de S. Clemente existiam quatro beneficiados, dois clérigos do hábito de Santiago pagos pela Ordem e dois pagos pelo Bispo e Cabido. Os da Ordem, apresentados pelo Rei e confirmados pelo Bispo, provaram pertencer “in solydo” com os seus títulos de hábito e profissão, livro da Regra e título de benefício. Todos cantavam as horas canónicas dentro da igreja, segundo o costume, ajudavam nos ofícios divinos e celebravam missas às semanas. O tesoureiro era clérigo do hábito da Ordem de S. Pedro, apresentado pelo Bispo.

Na visita da igreja, salienta-se o altar-mor com retábulo pintado com 3 painéis a óleo: no meio um crucifixo, no da parte do Evangelho a imagem de Nossa Senhora com o Menino Jesus ao colo, e na parte da Epístola S. Clemente Papa. Ao pé do retábulo, junto ao Sacrário apareciam pintados de um lado Santiago com o hábito sobre a cabeça e São Pedro, tal como descrito em 1554. De entre a prata e os ornamentos, aparecem relíquias antigas e muito veneradas, entre as quais uma pequena parte do véu de Santa Clara e cabelos e manto de São Francisco, com os seus escritos, numa custódia de prata dourada dentro de um canudo de cristal<sup>74</sup>. Sobre a porta principal continuava o hábito de Santiago, lavrado em pedra que se classificou como “bem feyto”.

De entre as capelas, refere-se a Capela de Paderne, a qual assim se chamou em virtude de ser um “gasiguo”, isto é, um jazigo, instituído por André Martins e esposa Maria Anes, aí enterrados com muita renda e propriedades em Albufeira, Paderne, junto da costa, e nas extremidades da vila<sup>75</sup>, que valiam 90 missas de obrigação, administradas pelo cónego da Sé de Sylves – João Afonso - por ser de sua provisão. Reuniam-se nesta igreja quatro diferentes confrarias: Nossa Senhora dos Sábados, Nossa Senhora da Luz,

---

<sup>74</sup> Registada já em 1518.

<sup>75</sup> Desta capela não se fazia referência na visitação de 1554, mas nessa altura visita-se por primeira vez as igrejas e ermidas de Albufeira, Paderne, Orada e S. Sebastião de Albufeira

São João e Nome de Jesus. Daqui até à capela de Querença havia uma légua, e daí outra légua até à capela curada de Salir, “*no caminho haa dous ribeiros: alguns fregueses têm entre si e a capela alguns ribeiros.*”

Da visita ao termo de Loulé, salienta-se a Ermida de Nossa Senhora da Piedade, que teria sido construída uns doze anos antes, hoje a Mãe Sobrena, Padroeira do Algarve.

*“Visitamos a dita irmyda a qual tem huma capella d’aboboda feyta de novo, em quadra de huma soo chave. Ho altar he d’alvanaria, com hum frontal de rede e humas toalhas e castiçaes, tudo bem concertado. No altar estaa hum retavollo de madeyra e nelle hum emcasamento omde estaa metida a imagem de Nosa Senhora de vullto e junto do altar estão duas távoas a modo de retavolo e nellas pintado os martyos de Cristo, junto do altar, da parte da Epistolla, estaa hum arquibanco a modo d’altar, bem concertado e nelle hum retavolo da Piedade. Tem um alpendre quadrado, do tamanho da capela, pouco mais ou menos, emgalgado, e estaa descuberto, e nos foi dito pelo mordomo Pedro Alvarez que este Verão se há-de cobrir ou fazer de abobada...”* (Martins e Cabanita, 2001-2002)

Também nesta altura foi visitada pela primeira vez a Ermida de São Lourenço, hoje um dos maiores tesouros artísticos do Algarve, cujas origens parecem ser anteriores ao século XVI, declarado Monumento de Interesse Público em 1946. São as visitas da Ordem de Santiago que nos dão o registo mais antigo das suas fundações:

*“Visitamos a dita irmyda e achamos, por çerta informação que Ruy Barreto Mascarenhas deyxou em testamento, que se fizesse esta irmyda de novo, e achamos estar cal e madeira na igreja pera se co<me>çar a dita obra e os pidreiros há têm já d’empreytada...”* (Martins e Cabanita, 2001-2002)

No final da visita ao termo de Loulé em 1565, a Ordem registou uma discrepância entre a sua contabilização dos valores pagos à igreja, que não ultrapassavam os 12 mil reis, e os valores registados pelo bispo do Algarve, que se somavam em 20 mil reis. A estes valores juntaram-se foros no valor de 210 réis.

As despesas de funcionamento ordinário ficaram fixadas em cerca de 2 mil reis. O prior recebia da Ordem ao todo 8.460 reis em dinheiro, sem contar com os bens em géneros. Do bispo e cabido recebia ainda 500 reis e outros bens em géneros, para além de que

com estes dividia o pé de altar por metade. Os dois beneficiados da Ordem nesta igreja recebiam 1.260 reis cada um, bem como bens em géneros. O tesoureiro arrecadava 800 reis à custa da Ordem e do bispo e cabido. A comenda de Loulé rendia ao comendador 400.000 reis líquidos.

A Ordem deixou determinado que o dinheiro que o mordomo da fábrica da igreja – Antonio Afonso Pousado – tinha em seu poder e que ainda arrecadaria do comendador fossem utilizados para aquisição de diversas alfaias litúrgicas e outros objetos em falta no divino ofício. Mais uma vez, mandava-se ao prior incentivar as doações de ornamentos e outras coisas à igreja, através do agradecimento público, e a não absolvição dos que tivessem dívidas de dízimo.

Também deviam o prior e os beneficiados fazer tombo dos bens e propriedades da dita igreja, o que já havia sido mandado fazer na visitação com pena de pagamento de 10 cruzados, e que agora se reiterava estendendo-se o prazo até ao final daquele ano de 1565, por forma a definir ao certo que foros tinha a Ordem nesta vila, os quais já andavam enleados desde a visitação de 1518.

Os visitantes apelavam à concórdia entre o prior e os beneficiados, lembrando aos últimos a obrigação de obedecer ao seu superior – o prior, ainda que já de idade avançada – nas coisas que tocavam o serviço a Nosso Senhor. Instruíam o prior e os beneficiados a acompanhar as pessoas pobres nos enterros, sob pena de serem castigados e repreendidos, mas que tivessem mais atenção ao pagamento das sepulturas, das quais muitas vezes havia promessas de valores que não se chegavam a receber.

A ata da visitação era mandada fechar a 3 chaves: uma para o prior, outra para o beneficiado mais velho da Ordem e outra para o bispo. A ata era lida em público na missa do domingo seguinte, para que todos dela tomassem conhecimento, e era disponibilizada a qualquer pessoa que a solicitasse total ou parcialmente. No entanto, segundo Lucas (2011), que cita Pereira (1997), apesar das penas impostas, muitas vezes as determinações dos visitantes não eram cumpridas, uma vez que as ordens se repetiam em anos sucessivos sem resultado significativo.

**Figuras 32, 33 e 34: Ermida e Travessa de Nossa Senhora do Pilar – Porta de Faro, Loulé**



**Fonte: Recolha própria no local**

A visita de estudo realizada recentemente a Loulé permitiu constatar outro elemento associado ao Apóstolo São Tiago e que se ilustra nas Figuras 32, 33 e 34, correspondentes à Ermida de Nossa Senhora do Pilar que se encontra adossada à Porta de Faro, em direção a esta cidade. A ermida data do séc. XVII, mas considerou-se importante salientar neste ponto do trabalho, uma vez que não existe culto a Nossa Senhora do Pilar em outras partes do Algarve, estando esta, segundo a tradição, intimamente ligada à primeira aparição mariana registada na história da cristandade, testemunhada por São Tiago, no lugar onde se ergue a Catedral de Zaragoza, onde a Virgem lhe pediu que não desistisse de suas investidas de evangelização da Hispânia, ainda que, até aquele momento, não tivesse tido sucesso.

Segundo Martins e Cabanita (2001-2002) não há dúvida que as igrejas mais ricas eram as de Faro e Loulé, às quais acrescentam a capela de Farrovilhas de Armação, correspondente à zona entre as praias de Quinta do Lago e Ancão, no concelho de Loulé, que desapareceu em 1596, juntamente com o porto e povoação, aquando da invasão dos ingleses, mas que possuía, até então, considerável riqueza de materiais e ornamentos.

#### **2.3.4. As comendas e os outros bens**

Um sistema de controlo interno havia sido inicialmente criado pelo Papa Alexandre III, na bula fundacional de 1175, referida por Oliveira (2005), que nomeava visitantes anuais através dos capítulos gerais. Para além da inspeção à atuação local dos freires e representação do mestre na resolução dos “pequenos diferendos e conflitos que punham em risco a coesão interna”<sup>76</sup>, a partir de 1310, passou a caber explicitamente aos visitantes a providência do tombo de todas as propriedades da Ordem nas suas comendas, bem como indicação da necessidade de intervenções para manutenção de castelos, igrejas e outros edifícios. Cópias desses tombos eram entregues aos visitantes seguintes para facilitar a atualização desses inventários, e garantir a transparência e a rapidez das visitas.

Como se refere nos pontos anteriores, e se pode verificar na Figura 35, a maior parte dos castelos da Ordem distribuem-se pelo Vale do Sado e Vale do Guadiana, acrescentando Aljezur que foi uma doação tardia de D. Dinis realizada nos finais do século XIII. Luís Filipe Oliveira refere que a distribuição dos castelos é evidência física do trajeto que a campanha cristã realizou no sul de Portugal, sob o patrocínio de São Tiago, para ir alargando a segurança da fronteira móvel com milícias e equipamentos, em direção à costa sul. Marques (1986) acrescenta que a estrutura arquitetónica do sistema defensivo, a parte urbana e o termo circundante, constituíam a base da administração e ordenamento do território algarvio após a reconquista.

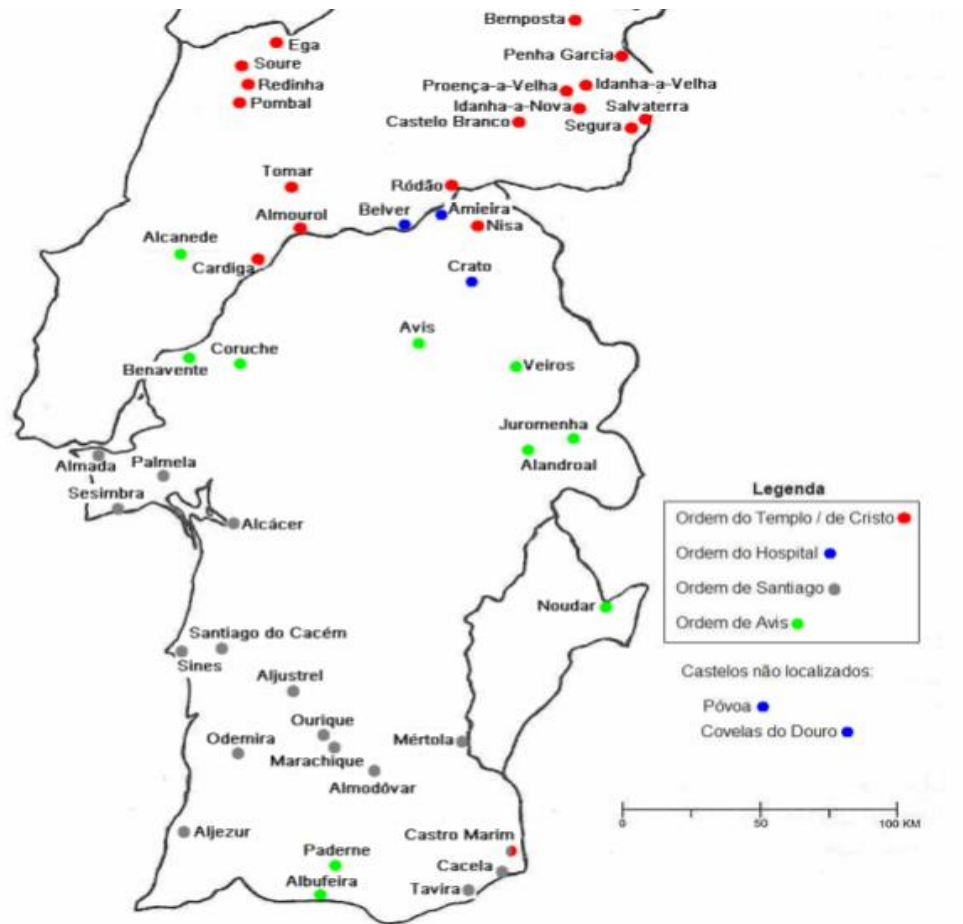
Tendo D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, sido o protagonista da conquista do Algarve, mas prestando este lealdade a ambos os reinos de Portugal e Castela<sup>77</sup> - que se debatiam pela posse do Algarve - entende-se que tenha havido relutâncias de D. Afonso III relativamente aos espatários.

---

<sup>76</sup> Salienta Oliveira (2005) que os relatos dos visitantes aos capítulos gerais terão inclusivamente sido a base de definição de algumas das normas dos Estabelecimentos do séc. XIII.

<sup>77</sup> Em consequência do tratado de 1253, que lhe dava vantagem também sobre o governo dos castelos de Tavira, Loulé, Faro, Paderne, Silves e Aljezur (por bigamia de D. Afonso III, este perdera o favor da Igreja e havia dado estes castelos ao governo de um intermediário - mordomo D. João de Aboim) e que se manteve até ao tratado de Badajoz em 1267, no qual se devolve a D. Afonso III a plenitude jurídica sobre o Algarve, mas continuava Afonso X a exercer a sua influência no Algarve abertamente, por via eclesiástica e com o apoio da Ordem de Santiago, até que em 1270, o Bispo e Cabido de Silves declararam só reconhecer o Rei Português.

Figura 35: Castelos das Ordens Militares 1248-1367



Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)

Em 1250, D. Afonso III havia doado, entretanto, ao seu chanceler – D. Estêvão Eanes<sup>78</sup> - os bens possuídos outrora pelo mouro Aboaale em Santa Maria de Faro, e que incluíam casas, vinhas, almuinhas, olivais, figueirais e as próprias salinas. Marques (1986) lista também nesse ano a doação do castelo de Albufeira, e tudo o que lhe pertencia no tempo dos mouros, feita por este monarca à Ordem de Avis.

Foi apenas em 1255, com o intuito de transformar D. Paio Peres Correia numa “causa nacional” que D. Afonso III confirmou à Ordem de Santiago a doação dos castelos de

<sup>78</sup> A este mesmo chanceler já havia doado esse ano o castelo de Porches, incluindo o termo e o padroad/o das igrejas a edificar, e viria depois em 1259 a doar ainda o couto de Alvito, no Alentejo.  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico* 70  
Susana Karina Martins de Sousa

Cacela e Ayamonte<sup>79</sup>. A partir daí, a Ordem foi reforçando a sua posição e influência no Algarve, mas acabou por ser intimada a renunciar às doações da vila de Tavira, Cacela e Castro Marim, e a acatar outras limitações à sua influência no Algarve, região que constituía significativas diferenças entre Afonso III e Afonso X.

Como os restantes territórios portugueses não foram questionados, nos finais do séc. XIII, a Ordem era já muito rica, tendo segundo Encarnação, Cabanita e Martins (1993) 47 vilas e 150 comendas, além de 75 padroados de igrejas, que no séc. XVI atingiam o valor de 12 mil cruzados.

Conforme se ia sucedendo o controlo do território, ia sendo “*encomendada*” a um freire a gestão do património que a coroa doava à Ordem<sup>80</sup>. O freire assumia a responsabilidade da administração de determinado lugar, por um determinado período de tempo, dirigindo a vida na comenda, localizada normalmente em vilas ou em cidades, com a ajuda de serviçais e clérigos.

A ausência dos senhores das terras, a falta de mão-de-obra e o desenvolvimento do comércio, a partir do séc. XIII, são razões apontadas por Alves (2011) para o arrendamento progressivo das terras para exploração indireta<sup>81</sup>. Os senhores ficavam, assim, livres de preocupações com o recrutamento, supervisão dos trabalhos nos campos, e com a aquisição e manutenção de equipamentos, ficando mais disponíveis para a vigilância dos contratos e a extração da renda dos mesmos, ou seja, para a gestão do seu património.

A Ordem de Santiago especificava através das suas revisões à Regra e Estatutos de 1509 e 1542, a realização de contratos de locação com foreiros, com alienação do usufruto dos prédios, ou seja a exploração indireta. Segundo Alves (2011), a renda era a cláusula contratual mais importante para locatários e enfiteutas:

---

<sup>79</sup> Nesse mesmo ano confirmou D.Afonso III a doação dos castelos de Sesimbra, Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda (anteriormente doados por D. Sancho I e confirmados por D.Afonso II.

<sup>80</sup> À Ordem de Santiago tinha sido doado quase todo o Baixo Alentejo, a península de Setúbal e “vários quinhões importantes no Algarve” perfazendo a maior parte do sul de Portugal (Encarnação, Cabanita e Martins, 1993)

<sup>81</sup> Este movimento já vinha substituindo a feudalidade ocidental desde o séc. XII, na Europa, e proliferava pois beneficiava também os trabalhadores.

*“Os primeiros, ao alienarem o usufruto das suas propriedades, queriam ver-se recompensados através de uma punção que lhes mantivesse o seu estatuto de privilegiados; os segundos, pelo trabalho e melhorias introduzidas nos prédios, necessitavam que ela se adequasse à sobrevivência das suas famílias bem como à obtenção de algum lucro necessário para investir na produção, para proceder à manutenção dos prédio e/ou introduzir neles melhorias progressivas. Destes pagamentos e cobranças nasceram muitas vezes, ao longo do período medieval, conflitos entre uns e outros que resultavam em alterações das rendas estipuladas.” (pág.136)*

O locador/ concedente entregava por um tempo variável<sup>82</sup> ao enfiteuta/ foreiro uma parcela de terra para ser cultivada, ou para nela construir um edifício, mediante o pagamento de uma renda fixa, em géneros<sup>83</sup> ou numerário<sup>84</sup>, ou parciária, ou seja, parte alíquota dos frutos produzidos.

Alves (2011) considera que ainda assim as instituições eclesiásticas, nomeadamente da Ordem de Santiago, mantivessem no séc. XVI, de forma geral, reservas senhoriais - pequenas hortas, pomares, vinhas e terras de cereal - situadas muitas vezes dentro das cercas dos mosteiros, ou junto das casas, e que seriam a fonte dos produtos para o sustento dos membros das comunidades.

A despeito dos procedimentos cautelosos e até minuciosos das visitações, considera-se difícil identificar a localização das propriedades o que não facilita o presente trabalho. No entanto, apesar de pouco específicas, as referências existentes contribuem para confirmar a presença, tantas vezes esquecida, da Ordem de Santiago em Faro e Loulé, e consequentemente para justificar a concentração das atenções neste “corredor central”, por ser o itinerário terrestre mais próximo das memórias do culto que se prestou a São Tiago no Algarve.

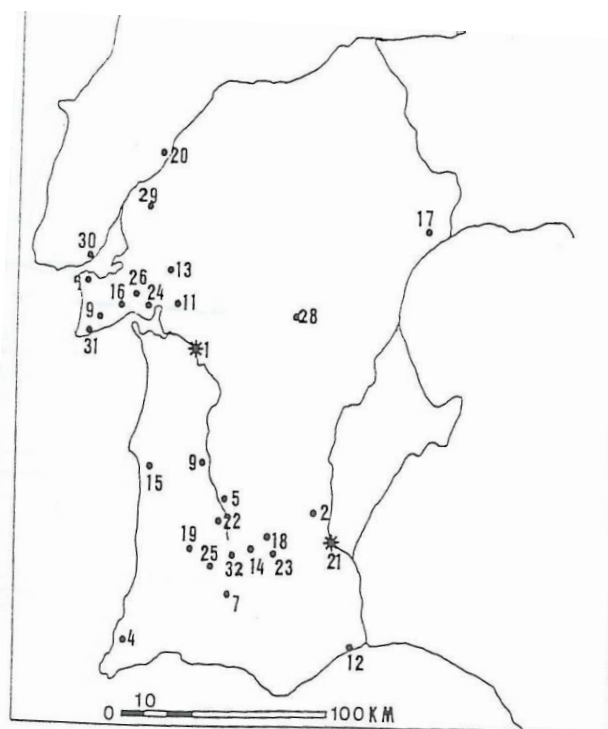
---

<sup>82</sup> No séc. XVI existiam contratos por cláusulas de diferentes tipos: arrendamentos por anos, emprazamentos por vidas e aforamentos perpétuos

<sup>83</sup> As rendas fixas em géneros correspondiam a alqueires de trigo, azeite e aves de capoeira. Quando associados a pagamentos em numerário, as rendas em géneros constituíam as “direituras” a entregar à Ordem. Ou seja, as direituras são parte da renda devida pela casa, e que podia ser paga em géneros ou dinheiro, ou ambos.

<sup>84</sup> Maioritariamente escolhia-se que a renda fosse paga em dinheiro, por um lado porque assim havia sido articulado pelas Ordenações Manuelinas, por outro porque os enfiteutas teriam na cidade atividades ligadas ao comércio e o pagamento em numerário era mais fácil de realizar e mais seguro contra a incerteza da produção agrícola.

**Figura 36: As Comendas da Ordem de Santiago (séc. XIV)**



**Legenda:**

- 1. Alcácer (convento)
- 4. Aljezur
- 5. Aljustrel
- 6. Almada
- 7. Almodôvar
- 12. Cacela
- 14. Castro Verde
- 17. Elvas
- 21. Mértola (comenda mor)
- 26. Palmela
- 30. Mosteiro de Santos
- 31. Sesimbra

**Fonte: Luís Filipe Oliveira, apresentação no debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (2016)**

Ainda que Faro não tivesse integrado a lista das comendas da Ordem de Santiago, a sua presença aqui foi bastante cuidada, não só pela importância política e religiosa que exerciam através do seu padroado, como visto no ponto anterior, mas também pelo grande atrativo económico associado à fertilidade das terras e do mar, de onde inclusive se extraía o que Alves (2011) refere no seu estudo como a moeda de troca, e de pagamento que dá origem da palavra “salário”. O sal era a base da conservação e condimentação dos alimentos e um dos mais importantes produtos de exportação para o resto da Europa, e os portos algarvios, o de Faro neste caso particular, já mantinham com esses povos relações comerciais por via marítima. O seu carácter de incorruptibilidade, purificador e protetor, atribuía-lhe uma simbologia divina, sendo para os Gregos, Hebreus e Árabes, símbolo da amizade e da hospitalidade, e “da palavra revelada” pelo seu sabor indestrutível.

*“Estou convencido de que, no Algarve medieval, Loulé gozava de um estatuto político destacado, senão mesmo de uma certa centralidade.*

*Silves era a sede do bispado e uma cidade prestigiada e importante; Tavira e Faro eram portos marítimos muitos ativos, e Lagos sê-lo-ia cada vez mais.”* Luís Miguel Duarte, in Prefácio de *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval – o caso de Loulé de Botão*, M.F. (2009)

Após a conquista militar do castelo de Loulé aos muçulmanos, Loulé manteve a mais importante mouraria medieval e uma sólida comunidade judaica, com estatutos sociais, poderio económico, setores de atividade e práticas sociais e familiares específicas. Luís Miguel Duarte alega que, ainda que Loulé se situasse a alguns quilómetros do mar, tinha a ele fácil acesso, mas com a segurança dessa distância que a protegia da constante pirataria muçulmana. Com Faro teria “formado regularmente uma rede de abastecimento, de interesses, de segurança”, completando a oferta da orla costeira com produtos da terra valiosos na exportação: frutos secos, laranjas, vinho e objetos feitos de esparto.

### **3. TURISTIFICAÇÃO DA PEREGRINAÇÃO CRISTÃ**

*“Se considerarmos o turismo como o deslocamento de pessoas para fora do seu lugar habitual de residência...teremos que fazer remontar o seu nascimento até aos inícios da humanidade... O Caminho de Santiago foi definido pelo geógrafo Rafael Esteve como o antecedente do turismo de massas. Com efeito, na Idade Média as peregrinações a Compostela mobilizavam milhões de caminhantes e geravam uma complexa organização de estabelecimentos para darem hospedagem e ajuda a quem delas precisava. Também se tem dito que o Códice Calixtino foi o primeiro guia de viagens.” Santos, M.G.M.P. (2006:Prefácio de Xosé Manuel Santos Solla)*

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o termo turismo como *“as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”*. O seu dinamismo económico e social sem fronteiras tem despertado o interesse público, industrial, governamental e académico, e garantido o reconhecimento do setor das viagens na própria globalização e desenvolvimento tecnológico, bem como o envolvimento da sociedade em geral na criação de vantagens competitivas e captação dos turistas.

Silveira (2013) salienta que compreender a turistificação de um território facilita a adequada introdução da atividade turística e permite o planeamento necessário à sustentabilidade económica, ambiental e sobretudo social, com vista à melhoria da qualidade de vida da população residente. Sendo o turismo produto do sistema capitalista, os territórios são transformados com a finalidade de conceber, vender e consumir serviços e bens, de acordo com os valores e ideologias da sociedade em determinado contexto histórico.

O autor descreve o processo de turistificação como a transformação de um determinado espaço num território turístico e as conseqüentes alterações que, assim, se imprimem na estrutura espacial e na sociedade, através do reforço de determinadas interdependências e aparecimento de novas estruturas sociais: *“... se o turismo surge justamente como uma prática capaz de proporcionar sensações de bem-estar e prazer a quem o pratica; a destinação turística, por sua vez, tem como papel oferecer todo o aparato necessário*

ao turista-consumidor: uma gama de equipamentos destinados ao lazer, ao entretenimento e ao consumo supérfluo.” (Silveira, 2013:9)

Trata-se assim, por outras palavras, de um processo de apropriação do território que induz a transformação física do mesmo, e no qual o autor relembra o desafio da sustentabilidade, nomeadamente na sincronização entre o ritmo e o volume da exploração dos recursos, por um lado, e a capacidade que o meio oferece de suportar esta exploração, por outro, sem se artificializar para dar resposta às necessidades dos visitantes. Claro está que não se poderá usufruir da matéria-prima turística, se a mesma não for sustentada por infraestruturas locais, sinalização, estruturas de apoio, transporte, saneamento básico, entre outros.

O sistema turístico de Leiper (1990) define três elementos essenciais no turismo:

- *turista* – indivíduo que se desloca para os territórios onde se concretizará a prática turística;
- *elementos geográficos* – matéria-prima que compõe a oferta turística e que se encontra fixa num espaço e que inclui os espaços naturais, recursos culturais e históricos, elementos sociais e económicos;
- e, o *setor turístico* – a congregação das infraestruturas e serviços de acolhimento disponibilizados aos visitantes e da comunidade recetora.

Por outro lado, Rita de Cássia Cruz é citada por Silveira (2013) e outros autores pela identificação que faz de três agentes envolvidos e atuantes na turistificação:

- *o turista* – desloca-se temporariamente pelas suas escolhas e diversas motivações, definindo, de acordo com a sua própria subjetividade, quais partes do espaço são turísticas, acabando assim por *inventar e promover* um destino turístico;
- *o mercado* – incentivado pela iniciativa privada, o mercado cria e vende novos destinos e produtos turísticos, numa relação estritamente económica com os consumidores;<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Inclua-se aqui o *trade turístico que mercantiliza o fenómeno do turismo como “mais uma atividade económica típica da atual sociedade de consumo”*  
<http://turismonovilla2013.blogspot.pt/2013/03/processo-de-turistificacao.html>

- *os planeadores e promotores territoriais* – gestores públicos do turismo, a nível local, regional ou nacional, com atuação a nível estratégico visando o desenvolvimento local através da atração de turistas e empreendedores.<sup>86</sup>

Ainda que o papel de cada um destes intervenientes seja preponderante na turistificação dos espaços, é certamente o turista o mais importante agente neste processo, pois sem ele não há turismo. Aliás, a prática espontânea de certos turistas pioneiros já esteve na base da transformação de determinado espaço em destino turístico, sem mediação direta do mercado.

E em que difere o turista do peregrino?

Santos (2006) cita a proposta de Rinschede e Sievers em 1985, para roteiro de estudos geográficos de peregrinação e turismo<sup>87</sup>, que inclui a identificação de aspetos comuns e elementos de distinção que se transcrevem abaixo:

- *Aspetos comuns* – sazonalidade, impacto económico relevante, reforço do setor terciário, alta densidade turística, elevada taxa de ocupação, equipamento de campismo, boa rede viária inter-regional;
- *Elementos de distinção* – motivação e finalidade da viagem, atividades específicas e estruturas/ equipamentos de acolhimento no local do destino:
  - Peregrinações
    - Motivação primordialmente religiosa;
    - Objetivos traduzem-se em pedidos de cura e de alívio para problemas terrenos, agradecimento por graças recebidas, experiência mística e vivência comunitária;
    - Atividades específicas, como visita aos santuários, participação em celebrações e procissões, ou compra de artigos devocionais;
    - Infraestruturas no sítio de acolhimento resumem-se aos próprios santuários, a lojas de artigos religiosos, o serviço de alojamento, incluindo dormitórios ou locais de campismo (nos países mais desenvolvidos abrangem atividades e equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes ou agências de viagens<sup>88</sup>)
  - Turismo
    - Motivação essencialmente recreacional;

---

<sup>86</sup> Inclui o Estado que procura estabelecer regras e normas para o sistema turístico, sob sua área de atuação, de modo a regulá-lo e normalizá-lo de acordo com as necessidades das populações residentes e a criação de receitas.

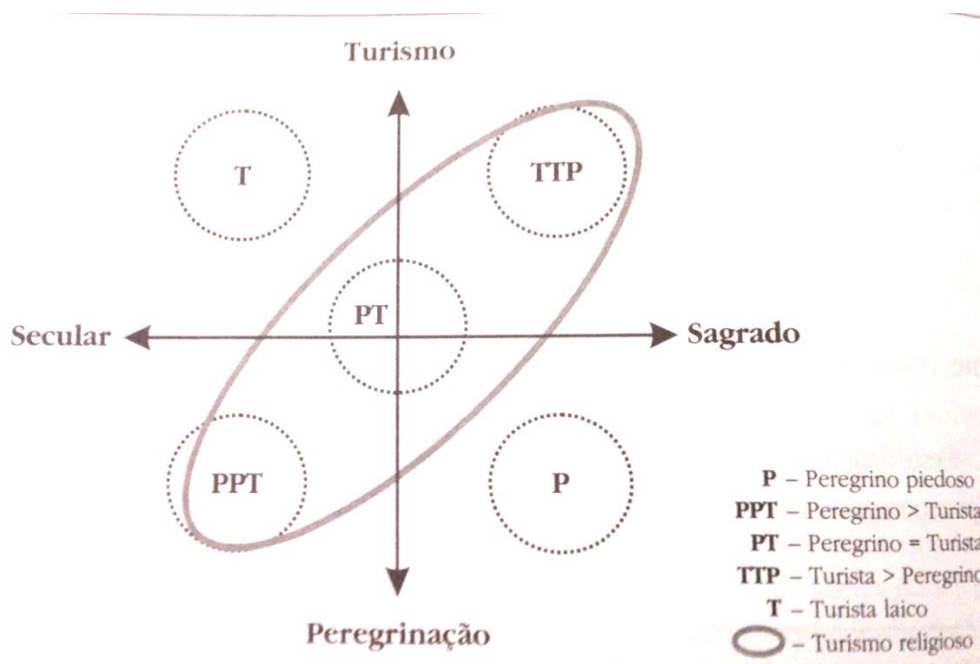
<sup>87</sup> As práticas religiosas são um importante fator de geografia humana pela determinação da localização turística, e impacto espacial.

<sup>88</sup> No Caminho de Santiago por exemplo há o serviço de transporte de malas entre etapas, e produtos específicos dos Correos de Espanha.

- Finalidade no quadro do entretenimento e em período de férias;
- Variadas atividades no âmbito desse objetivo;
- Conjunto muito mais diversificado e complexo de estruturas típicas de um centro turístico (equipamentos termais e de recreação, comércio de lembranças, locais de divertimento, como discotecas) e certa rarefação de atividades e infraestruturas religiosas;
- Os peregrinos são, frequentemente, também turistas (turistas-peregrinos, ou *turigrinos*) classe que Santos (2006) diferencia como turistas religiosos que, embora motivados pela religião e destinados ao lugar sagrado, mantêm as características, exigências e necessidades do turismo.

Santos (2006) evidencia o foro espiritual da deslocação do peregrino a um santuário, pelo seu grande objetivo de “*aperfeiçoamento religioso, o cumprimento de votos, o agradecimento por graças recebidas, participação em grandes manifestações religiosas, etc.*” (pág. 257) e o facto do peregrino não se sentir nem se comportar como turista, ainda que utilize algumas das infraestruturas turísticas como apoio logístico à sua peregrinação<sup>89</sup>.

**Figura 37: O eixo turismo - peregrinação**



**Fonte: Santos, M.G.M.P. (2006). *Espiritualidade, Turismo e Território - Estudo Geográfico de Fátima***

<sup>89</sup> No seu estudo geográfico de Fátima, a autora constata que a peregrinação não se pode englobar no âmbito do turismo, nem é uma realidade estanque face a este, mas sim representam polos opostos no “continuum das diferentes modalidades de deslocação” pág. 245.

As diferentes modalidades de deslocação estão subjacentes à variabilidade de motivações, e resultam de diferentes intensidades na perceção das necessidades religiosas ou profanas, que vão desde a procura espiritual mais ascética manifestada na peregrinação piedosa rumo ao sagrado, até às formas de pura recreação de ordem profana por turistas seculares laicos. Entre uma e outra extremidade, encontra-se uma realidade híbrida que conjuga as antigas e novas necessidades humanas, fazendo dissipar o paradigma do peregrino ou do turista, facto que Santos relaciona com o denominado turismo religioso, que se encontra num espaço intermédio.

Na presente dissertação, entende-se a peregrinação cristã no enquadramento da Igreja Católica Apostólica Romana<sup>90</sup>, colocada sob a autoridade suprema do Papa, sucessor de Simão Pedro, e que nos proporciona um terreno comum à Ordem de Santiago no passado, e hoje a cerca de um sexto da população mundial, e mais de metade de todos os cristãos<sup>91</sup>. A peregrinação às cidades-santuário é, neste contexto, uma das riquezas da tradição católica<sup>92</sup>, enaltecendo a celebração dos sacramentos e as festas do calendário cristão, admitidos a par da tradição e das escrituras sagradas como fonte de revelação de Deus na vida mundana. É, na sua génese, uma das mais importantes origens do turismo, tendo inclusivamente assumido a principal motivação de viagem em diversos momentos, nomeadamente na Idade Média. Mas as suas modalidades históricas não são enquadráveis no âmbito do turismo religioso, que é, segundo Santos (2006), um fenómeno com poucas décadas de existência, facilitado pelo desenvolvimento da indústria do turismo, a que aí vai buscar as características da padronização da oferta, assim que os fluxos de turistas garantem a viabilidade a estratégias de investimento estrutural e comercial.

A alteração dos padrões sociais e culturais e dos comportamentos e atitudes face à religião têm feito integrar os propósitos culturais, e outros tipos de turismo, no pacote

---

<sup>90</sup> A palavra *Igreja Católica* ou *catolicismo* refere-se à "Igreja universal" e é utilizada desde o século I. Alguns historiadores sugerem que os próprios apóstolos poderiam ter utilizado o termo para descrever a religião ou igreja (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Catolicismo>)

<sup>91</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Catolicismo>

<sup>92</sup> Castilho (2010) completa dizendo que os conceitos que compõem a fé católica estão permeados de símbolos, dogmas, culto aos santos, variedade de ritos, principalmente da liturgia, através dos quais se espera reconhecer a verdade e as respetivas obrigações, e ter a força e a coragem para fazer as escolhas necessárias à salvação de cada um na Trindade, ou seja, em um Deus Uno no qual se acham reunidas três pessoas divinas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

do turismo religioso, uma vez que no Ocidente “os edifícios, por vezes toda uma paisagem, carregam-se de uma nova sacralidade: a do património” (citado de Claval, 2002, por Santos, 2006), pois em grande medida já não é o facto religioso que estrutura o espaço, mas sim a sua lembrança. Exemplo disso é a primeira classificação que o Caminho de Santiago recebeu como “Primeiro Itinerário Cultural Europeu”, prova de reconhecimento do papel cultural que historicamente os Caminhos de Santiago tiveram no âmbito da política de coesão social europeia, não explicitando se pela necessidade de uma adesão crente, ou inserção comunitária baseada num cristianismo estético.

Santos (2006) considera difícil enquadrar o Caminho de Santiago nas tipologias do turismo, dada a complexidade das motivações, que vão desde a religiosa, cultural, histórica, à desportiva, social e ecológica. Muitos *key note speakers* têm testemunhado um processo de transformação nas pessoas que ocorre até ao final da peregrinação: os que começam como meros caminhantes, acabam como peregrinos. Chame-se-lhe resultado do desgaste físico, ou de uma força sobrenatural, é certo que uma grande percentagem de peregrinos repete a experiência mais do que uma vez<sup>93</sup>.

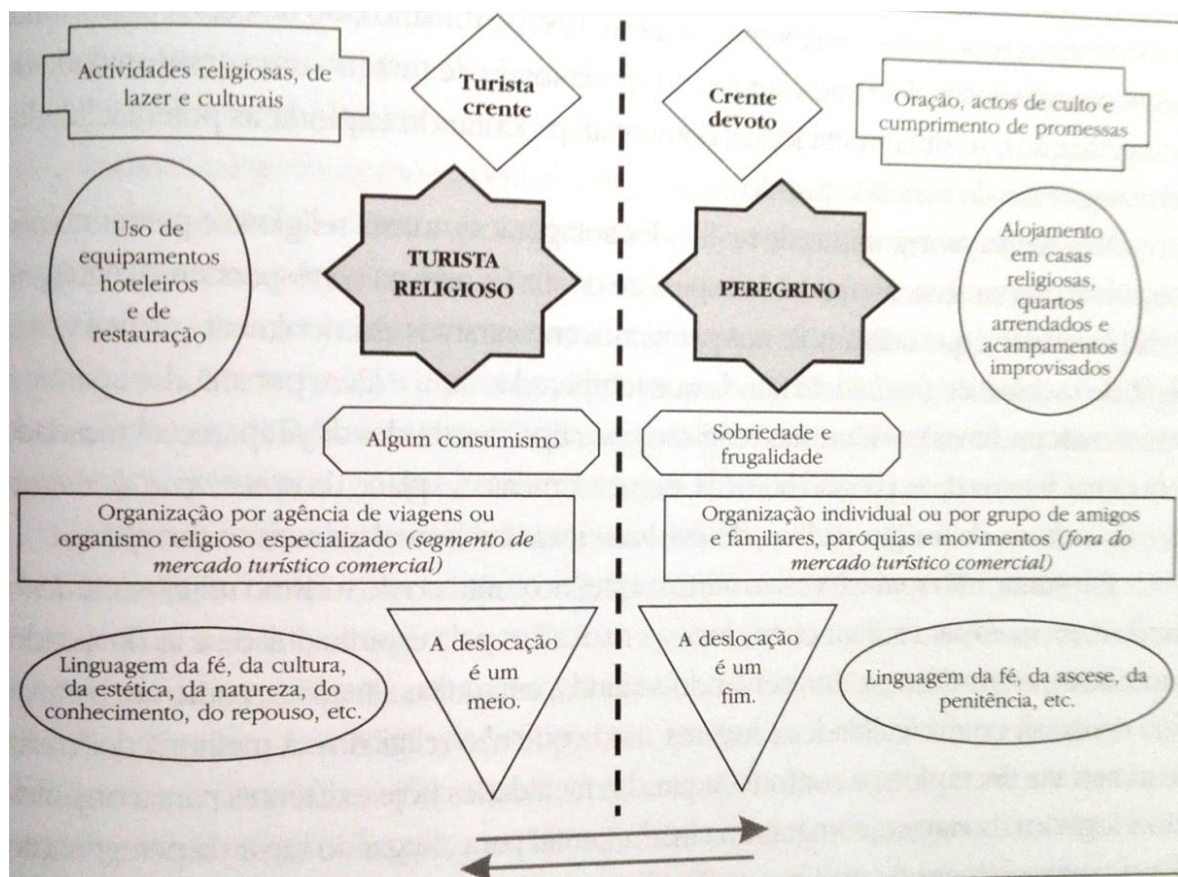
Refere Santos (2006) que o marketing turístico das rotas de peregrinação a Santiago altera o seu significado religioso, passando a apresentar Compostela mais como uma cidade de cultura do que como destino de peregrinação, a sua catedral como atração do património histórico em vez de um lugar de oração, o ritual do botafumeiro como um evento turístico especial, e os anos santos compostelanos como uma forma de turismo temático – grandemente publicitado pelas entidades do turismo da Galiza e Espanha (...).

A Figura 38 apresenta um quadro comparativo do comportamento de viagem do turista religioso e do peregrino que baliza os diferentes níveis de intensidade com que se realizam peregrinações hoje em dia, nomeadamente naquela que é a mais notória e que é alvo do presente estudo.

---

<sup>93</sup> Ver apresentação de resultados do questionário sobre o Caminho de Santiago no Algarve, ponto 3.4

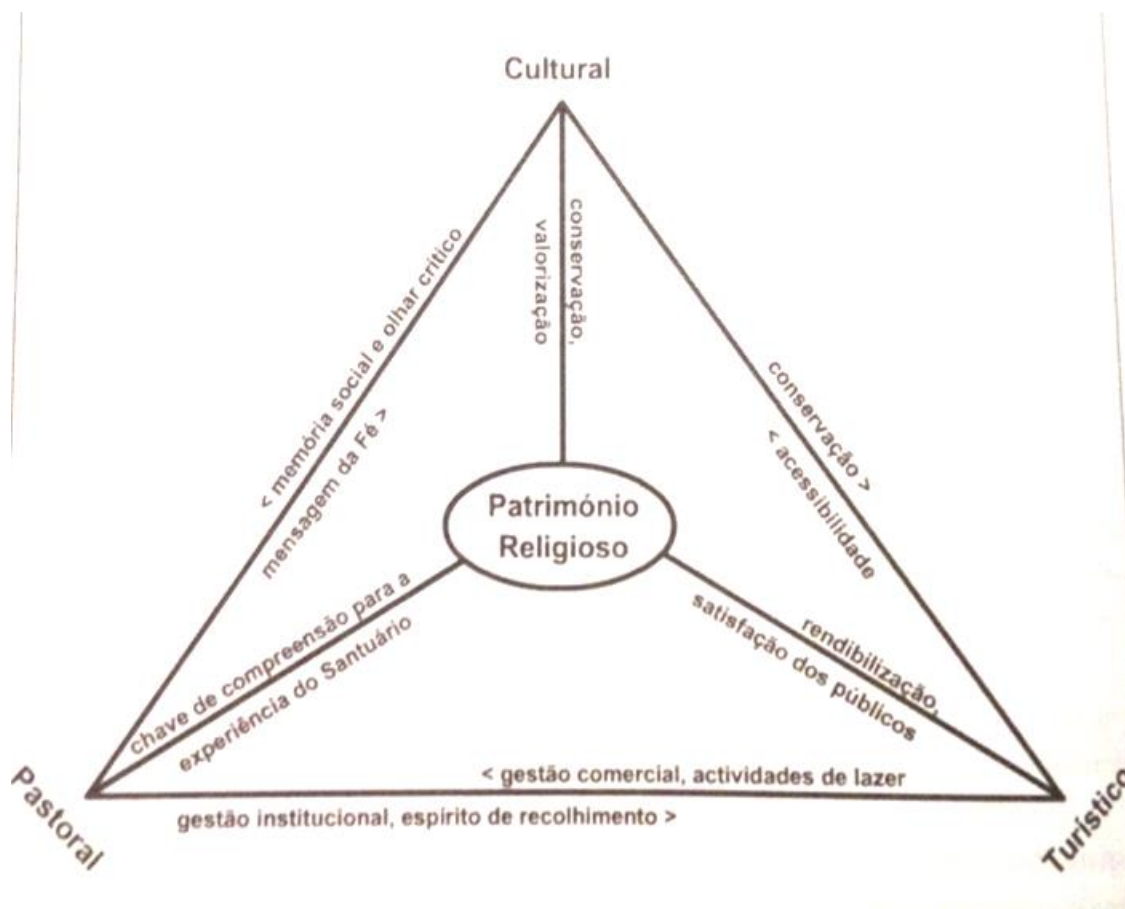
**Figura 38: Quadro comparativo de alguns padrões típicos de turistas religiosos e de peregrinos**



Fonte: Santos, M.G.M.P. (2006), *Espiritualidade, Turismo e Território - Estudo Geográfico de Fátima*

Pela sua dimensão histórica, simbólica e características arquitetónicas, artísticas e qualidades paisagísticas, o património religioso é simultaneamente um importante recurso turístico. A preocupação da gestão de lugares sagrados de interesse cultural integra estas duas funções: um culto estético que aumente o interesse cultural aos peregrinos, um culto divino que aprofunde a experiência espiritual dos turistas. Na Figura 39 encontra-se um esquema das interações de ordem pastoral, cultural e turística em torno do património religioso, que serve de reflexão ao equilíbrio entre o sucesso comercial, a acessibilidade, a perenidade do recurso e o respeito do simbolismo a que ele está ligado.

**Figura 39: Equilíbrio e arbitragens nas orientações de um museu centrado no património religioso**



**Fonte: Guimont, 1997, traduzido por Santos, M.G.M.P. (2006). *Espiritualidade, Turismo e Território – Estudo Geográfico de Fátima***

A cooperação entre as entidades interessadas nestes lugares ou edifícios religiosos<sup>94</sup> e a congregação dos interesses em jogo, equilibrando o suporte à identidade e geração de receitas, serão os segredos do sucesso de uma turistificação e gestão adequadas ao acolhimento dos visitantes na sua heterogeneidade. Santos aponta:

- *Instituições religiosas* – criação de soluções pragmáticas na oferta dos seus serviços aos fiéis da localidade ou forasteiros (peregrinos ou turistas religiosos), turistas culturais, ou curiosos, nomeadamente através da estipulação de horas de celebração religiosa interdita aos turistas, ou capelas reservadas a visitantes; visitas para apreciadores de arte; espetáculos de som e luz, concertos e outros tipos de acolhimento para terceiros; criar condições para que os peregrinos, crentes ou simples batizados,

<sup>94</sup> Para Diana Farjalla Correia Lima, ao Caminho de Santiago pode aplicar-se o método da musealização.

sejam tocados na sua fé pela dimensão religiosa do sítio; compreender a natureza económica da ação e participar na gestão e promoção.

- *Coletividades locais* – colaboração com as instituições religiosas para valorizar esse património e criar uma atividade económica ligada ao turismo, tendo em mente a natureza religiosa dos lugares em causa, a preservar em termos de ordenamento urbano e qualidade ambiental, nomeadamente em termos da capacidade de carga tanto em termos físicos como da qualidade da experiência vivida pelos visitantes, e a susceptibilidade das entidades eclesásticas responsáveis; promoção sustentável das oportunidades de desenvolvimento regional que o património oferece, favorecendo a não-banalização<sup>95</sup>, recomendando-se que, ao invés disso, as entidades públicas, os agentes turísticos e entidades privadas revertam os seus objetivos para o médio e longo prazo, em seu próprio proveito.

O fascínio e atração que os homens sentem pelo sagrado, o simbólico, o imaterial, e por Deus, a maneira como os completa, estão na origem das deslocações geográficas desde sempre, prevendo-se que assim continue a ser, ainda que sob novas formas de espiritualidade, ligadas inclusive ao culto da saúde e bem-estar físico, psíquico e emocional, que tem encontrado grande aliança com o pedestrianismo, e conferido ao Caminho de Santiago atual a fórmula de sucesso que lhe sustenta um crescimento contínuo, notoriedade e popularidade.

O significado desta deslocação de indivíduos vai além da geração de receitas para os locais recetores, uma vez que a interpretação do património pelo turismo pode atuar em benefício da comunidade local como instrumento de desenvolvimento, não só económico mas também social e cultural, ao passo que os visitantes enriquecem a sua experiência na autenticidade da interação e troca cultural.

---

<sup>95</sup> A comercialização excessiva para o turismo faz depreciar o próprio significado religioso que popularizou o lugar sagrado em primeiro lugar. O risco da banalização dos lugares religiosos por parte do turismo de massas é caracterizado por uma insensibilidade ao sagrado e ignorância das referências religiosas culturalmente inerentes ao lugar que é visitado. Santos recomenda que tal seja evitado “através da promoção de um turismo religioso de qualidade, que respeite o valor dos bens culturais e religiosos, permitindo que seja fruídos com inteligência e sem por em causa a sua natureza”

### **3.1. Turismo Religioso e Cultural**

Diversas são as propostas de definição dos conceitos associados ao turismo religioso, cultural e ao património a ele associado, mas que não se procuram compilar exaustivamente na presente dissertação. Anotam-se alguns alicerces referentes ao património cultural, no intuito de dar forma à construção da ideia central que é a ligação das memórias de Santiago no Algarve aos itinerários dos peregrinos a Santiago de Compostela.

De acordo com Santos (2006), em termos quantitativos, o turismo religioso é, no mundo ocidental, cada vez mais importante a nível social e económico, excedendo grandemente as peregrinações, que por muitas razões económicas, sociais e culturais inerentes aos tempos modernos, foram diminuindo o seu peso nas deslocações aos lugares sagrados. Mais, um número crescente de itinerários de turismo religioso aproxima-se de formas de turismo cultural, integrando motivações culturais mais profundas do que o habitual, para além dos objetivos religiosos principais, os quais incluem a participação em atividades religiosas, ainda que com motivação religiosa menos intensa e mais pontual, e que tendem a exigir um padrão de qualidade e conforto nas infraestruturas cada vez mais elevado, em comparação com os peregrinos.

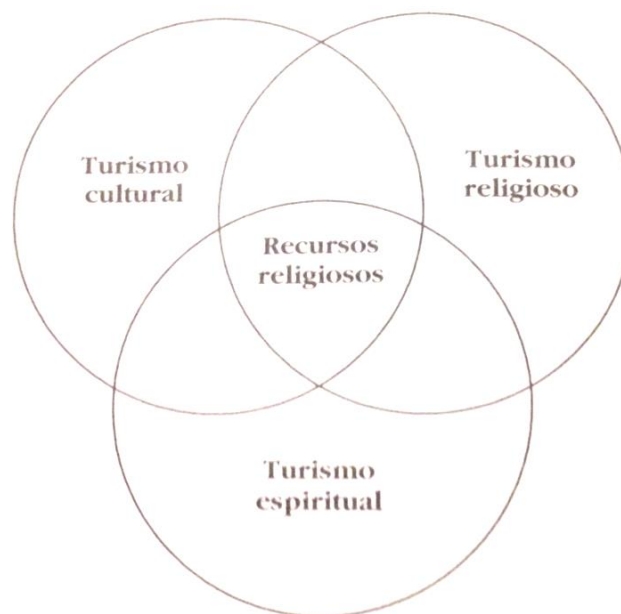
Num estudo sobre o papel do turismo religioso nos territórios, Sousa e Pinheiro (2014) fazem um resumo das definições existentes sobre esta tipologia turística, a qual inserida, à priori, no segmento turismo cultural, se encontra amplamente vinculada com a religião (crenças, valores, símbolos, patrimónios, entre outros). Realçam como considerado oficial o conceito da Conferência Mundial de Roma de 1960, que, citado por diversos outros autores, define o turismo religioso enquanto:

*“atividade que movimenta peregrinos em viagens pelos mistérios da fé ou da devoção a algum santo. Na prática, são viagens organizadas para locais sagrados, congressos e seminários ligados à evangelização, festas religiosas que são periodicamente, espetáculos e representações teatrais de cunho religioso”.*  
(<http://www.eumed.net/rev/turydes/17/lamego.html> consultado em 20/08/2016)

Sublinha também tratar-se de um tipo de turismo que conjuga atividades turísticas associadas à busca espiritual e à prática religiosa, em determinados espaços e/ ou por altura de determinados eventos.

Já o turismo cultural é entendido pela Organização Mundial de Turismo (OMT) como o tipo de turismo que se caracteriza pela “*procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações*”, incluindo sítios arqueológicos e monumentos históricos, mas também manifestações artísticas, valores e formas de vida, património, idiomas e atividades cotidianas, entre outros. Assim o apresenta Morais (2012:03) que complementa a definição citando Moletta, que caracteriza o turismo cultural como “*motivação do turista em conhecer regiões onde seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas*”

**Figura 40: Relação entre turismo cultural, turismo religioso e turismo espiritual, baseada em recursos religiosos comuns às três categorias**



**Fonte: McGettigan, 2003, traduzido por Santos, M.G.M.P. (2006). *Espiritualidade, Turismo e Território – Estudo Geográfico de Fátima*. Estoril: Ed. Princípia**

Na Figura 40, o património religioso é o ponto de encontro entre o turismo religioso e cultural, e o denominado turismo espiritual, ao qual McGettigan, citada por Santos, *Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*

atribui uma nova classificação diferenciada e justificada na medida em que tem um alcance mais alargado que o turismo religioso, mas mais estreito que o turismo cultural.

As práticas turísticas espirituais partilham com o turismo cultural *“o desejo de obtenção de um sentimento de bem-estar mental/ intelectual, abrangendo as situações de um turismo espiritualmente motivado, em que a presença em sítios de cariz religioso é a finalidade principal da deslocação e o modo de utilização predominante do tempo de férias”* (pág. 274). A motivação religiosa é mais ou menos forte quanto mais próximo se posicionem do turismo religioso.

Falcão (2002) realça que parte muito significativa do património cultural português é propriedade da Igreja Católica, o que indicia que um dos produtos potencialmente com maior expressão em Portugal é o “turismo religioso”<sup>96</sup>.

Poderá entender-se a base da atual articulação entre o religioso e o cultural segundo Volozinskis que, citado por Santos (2006), explica *“em resultado da marcada diminuição da prática religiosa que afeta os países europeus, se assinalou a circunstância de «as igrejas se esvaziarem para o culto, enquanto se enchem o resto do tempo com turistas de passagem, frequentemente não-cristãos»”* (pág. 248). A interpretação do património religioso por parte de visitantes não religiosos aparece como veículo cultural que preencheria uma função de substituição do espiritual mais ou menos enfraquecido, e origina novas interações entre a religião e as diversas formas de concretização da atividade turística.

A motivação pela fé e pela sociabilidade inerente às migrações temporárias aos lugares sagrados, mantém a natureza que historicamente foi manifestando, mas associa-se na atualidade, como supramencionado, a diversas formas de lazer que lhes confere a *“ambivalência entre o sagrado e o profano”*. Por outras palavras, o turismo religioso combina diversas motivações, atividades, espaços e atores que o fazem ampliar-se do

---

<sup>96</sup> Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), que expirou em 2015, havia já considerado o Turismo Religioso com produto estratégico. Esta definição é abandonada por completo no documento que se encontra atualmente em discussão pública para 2016-2020, por se considerar uma tarefa desatualizada e desadequada ao propósito de promover um destino turístico ágil e dinâmico. Passa a ser considerado estratégico todo o produto, que “de forma sustentável e integrada no território, souber dar resposta às motivações turísticas através de um modelo de negócio também ele sustentável.”

espectro das peregrinações, dos eventos litúrgicos ou festividades religiosas tradicionais. No trabalho sobre a promoção e dinamização do turismo religioso como motor de desenvolvimento regional elaborado por Almeida (2013), para a Associação Comercial de Braga, encontram-se identificados pontos importantes para a caracterização atual do turismo religioso, nomeadamente:

- os eventos religiosos afirmaram-se sociologicamente através da tradição cultural e adquiriram marca de identidade de lugares e de comunidades;
- as viagens estruturadas em função de motivações religiosas são, em grande parte, viagens turísticas, apesar da multidimensionalidade que assumem, pois combinam crescentemente os elementos religiosos com a valorização turística e de lazer;
- o carácter espiritual dos espaços alvos destas viagens concede uma forte especificidade a este produto turístico;
- os fatores de atratividade que sustentam os destinos de turismo religioso não têm uma relação exclusiva com a religiosidade, mas envolvem também aspetos culturais, artísticos, históricos, paisagísticos e ambientais dos lugares e das suas populações, e não apenas os grandes centros de peregrinação ou santuários;
- os grandes centros de religiosidade são como que janelas de comunicação entre o Céu e a Terra, espaços alvos de uma sacralização sustentada em ideários teológicos, na fé e em crenças populares, onde os peregrinos buscam uma certa quietude interior, um equilíbrio espiritual (psicológico) necessário para enfrentar com êxito os desafios do quotidiano.
- o Turismo Religioso tem ligações fundamentais com o Turismo Cultural, bem como com o *Touring*, o Turismo de Eventos e os *Short-Breaks*, entre outros produtos turísticos.

A motivação do turismo cultural, em que se compreende também o turismo religioso, está ligada aos aspetos da cultura humana, representados por meio de património cultural material, imaterial e natural<sup>97</sup>. A cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade, como refere Meneses, citado por Cruz (2012), pelo que todo

---

<sup>97</sup> O termo património cultural contempla também o património natural, pois o ambiente é produto da ação dos homens, e estes são o objeto e o veículo da cultura.

património, material ou imaterial, é cultural e reflete os valores que foram definidos no “complexo jogo de forças presente no interior de uma sociedade”<sup>98</sup>(pág.95).

### **3.2. Peregrinação Cristã**

*“Mudam-se os tempos e os modos de vida, quebram-se ideologias e caem muros de algumas certezas velhas, experimentam-se valores mais ligeiros e vive-se à margem de Deus. Os «lugares altos» não deixam, porem, de ser procurados, reinvestidos, encenados por multidões humanas, mediatizados na sua capacidade de mobilização.”* Lima (2007:10)

Os lugares santos prevalecem ao longo da história da humanidade, e o fenómeno das peregrinações sempre instigaram à reflexão pela sua grandiosidade e perenidade e que a “história vai registando nas suas diferentes fases”. Podemos classificar a peregrinação cristã como uma manifestação do património cultural de natureza imaterial, sendo o lugar santo a atração que motiva o principal elemento desta “atividade”, e que é a própria deslocação.

Lima (2007) expõe como as peregrinações e os seus lugares envolvem uma mística de purificação, sacrifício e transformação, convergentes da neutralidade do espaço e das pessoas que nele se encontram, da simplicidade mas insensibilidade à rotina, e do verdadeiro encontro com os outros, consigo próprio, e com a realidade superior, a que chamamos Deus. A sensibilidade espiritual e oculta sufocada no quotidiano, emerge e ativa ali, manifestando-se em fragmentos de significados que Lima (2007) explica como sendo “total a partir do fim...onde cada indivíduo toca as raízes de uma identidade, coroando os seus esforços na presença da comunidade; aí todo o passado, longínquo ou próximo, adquire novo sentido, na medida em que é reinterpretado a partir da grandeza do dom recebido, quantas vezes superior à própria expectativa.”(pág.15).

---

<sup>98</sup> O património cultural é, neste sentido uma invenção histórica e socialmente construída, que se transmite de geração em geração.

*“As peregrinações são uma tradição em quase todas as religiões”* diz Castilho (2010:54) que as caracteriza como uma jornada a um lugar tido como sagrado<sup>99</sup> onde são concedidos *“influxos ou benefícios especiais”*, favoráveis ao cumprimento de um rito ou uma promessa, pedido de uma graça ou agradecimento de um favor recebido. *“O homem encontra fundamento em seu sofrimento passando a entender as pessoas e a situação em que se encontra, o que implica em purificação libertadora de forças capazes de revelar e fazer o humano.”* (Castilho, 2010:54)

Os peregrinos buscam no lugar santo uma certa quietude interior, um equilíbrio espiritual (psicológico) necessário para enfrentar com êxito os desafios do quotidiano, que Almeida (2013) colmata citando Delumeau que diz *“para nós que somos viajantes na Terra, a vida é uma peregrinação à Terra prometida”*.

Sousa (2011) faz remontar ao Antigo Testamento o registo de peregrinações ao Templo de Jerusalém, lugar e sinal da presença salvífica de Deus no meio do Seu povo, e para o qual se dirigiam grandes números de pessoas especialmente por altura das festas judaicas (Páscoa, Festa das Tendões, Festa da Dedicção, e outras). O Evangelho de São João está marcado pelas peregrinações de Jesus, com quem se cumprem e redimensionam todos os conteúdos do tempo sacro de Israel, que passa a ser "cristificado". O próprio envio de Jesus é descrito pelo evangelista como uma descida e uma subida, uma peregrinação de Deus ao encontro dos homens com o convite a peregrinar na fé<sup>100</sup> em Jesus: *"Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida; ninguém vai ao Pai senão por mim."* (João 14, 6).

Os lugares por onde Cristo pregou e realizou milagres<sup>101</sup> tornaram-se sagrados para uma grande parte da população mundial, pois são expressão da crença de que o homem pode

---

<sup>99</sup> Lugar onde os extremos se tocam (humano e divino), e que adquire importância de acordo com a sua ligação às relíquias sagradas e imagens

<sup>100</sup> Castilho observa que o Cristianismo nasceu da crença em Deus, como um ser compassivo que cuida do ser humano. As pessoas esperavam uma salvação de origem divina, para a sua dura condição de vida na região pedregosa do semi-deserto, na Palestina, com pouca vegetação ao redor do mar da Galiléia, mas que apresentava características de um corredor de comércio com grande fluxo de pessoas de diversas nacionalidades, controlado pelos intransigentes romanos.

<sup>101</sup> O Cristianismo incorporou um movimento protestante do Judaísmo, mantendo toda a herança do Antigo Testamento, sobre a qual se manifestou o próprio Deus através do seu Filho enviado, para a aperfeiçoar de origem a *“um conjunto das confissões de fé no uso litúrgico, dos movimentos das pessoas que reconhecem em Jesus de Nazaré, o Cristo, o Filho de Deus ressuscitado de entre os*

entrar em contacto com Deus. No universo católico, em que se enquadra o presente trabalho, além de Jerusalém, são também considerados *santos* aqueles onde os Apóstolos disseminaram a fé pela entrega total aos ensinamentos e à obra redentora do seu Mestre<sup>102</sup>. Assim, Roma e Santiago de Compostela seguem Jerusalém, sendo que as três cidades juntas integram um itinerário alargado de peregrinação, a que alguns mais devotos juntam Santo Toríbio, em Espanha, lugar onde se presume guardar a maior relíquia da Cruz de Cristo. Também são grandes centros de peregrinação católica diversos santuários marianos, como por exemplo Lourdes em França, Fátima em Portugal, Guadalupe na Cidade do México, os cenários das aparições em Amsterdão na Holanda, Medjugorje na Bosnia, e San Sebastian de Garabandal em Espanha, bem como a Sagrada Família em Loreto, Itália.

No contexto das peregrinações cristãs católicas dá-se o nome de *romaria* à deslocação de um grupo de pessoas, a pé ou em veículos, a uma igreja ou local considerado santo, sendo que o lugar a que faz referência é Roma, sede da Igreja Católica Apostólica Romana. Estas deslocações são feitas por devoção, pagar promessas, agradecer ou pedir graças. Além destas deslocações coletivas de romeiros, a peregrinação cristã desenvolve-se de forma individual, ou em pequenos grupos de duas ou poucas mais pessoas, que podem ser familiares, amigos ou até desconhecidos<sup>103</sup>.

Após uma estagnação histórica da peregrinação, causada por alterações económicas, sociais e culturais introduzidas particularmente pelo capitalismo, este tipo de deslocações aos lugares sagrados evoluiu surpreendentemente nas últimas décadas, o que se tenta ilustrar seguidamente na Figura com base nos dados disponibilizados pela Oficina de Acogida al Peregrino em Santiago de Compostela<sup>104</sup>, que vão até 2004.

---

*mortos, o Senhor e o Salvador dos homens. Trata-se de uma religião em que os cristãos acreditam na Trindade, ou seja, em um Deus Uno no qual se acham reunidas três pessoas divinas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.”* Castilho (2010)

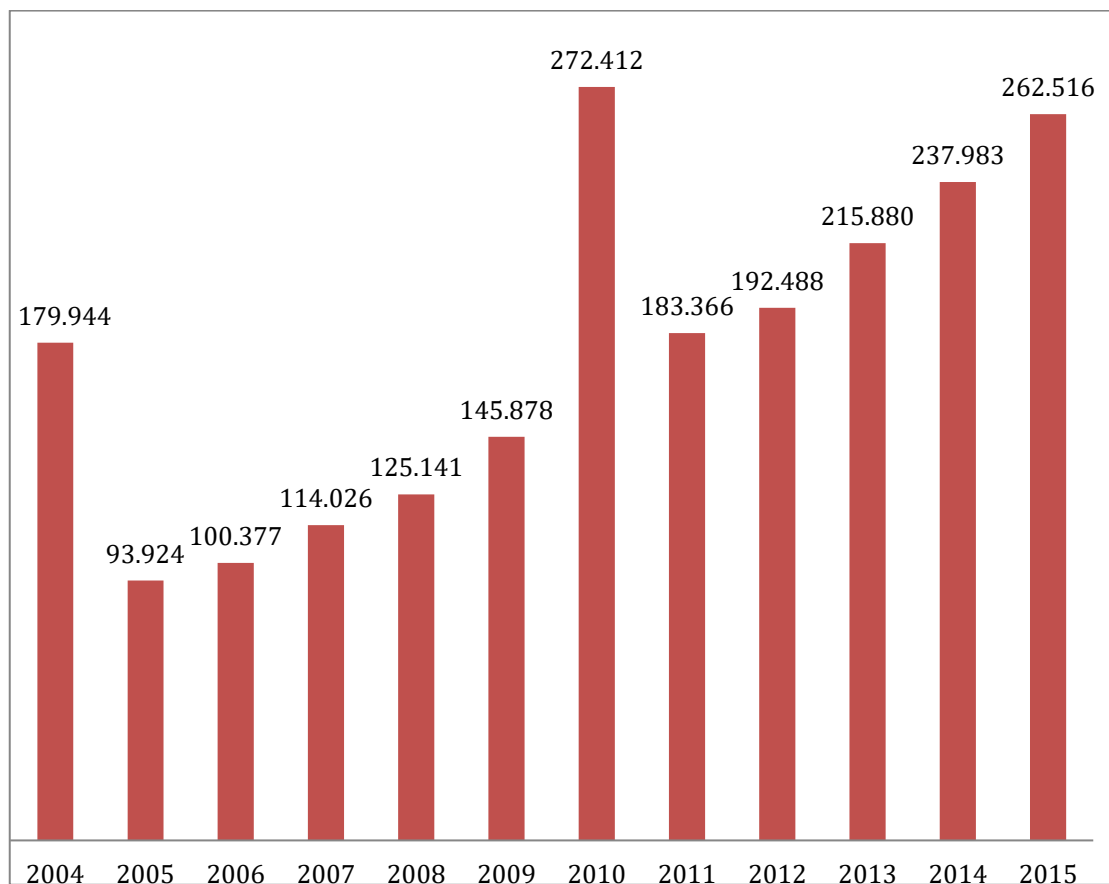
<sup>102</sup> Segundo Castilho (2010), a religião monoteísta cristã torna-se estatal pela primeira vez na Arménia, em 301 ou 314, na sequência do respetivo estabelecimento de comunidades cristãs, seguindo-se a Etiópia em 325, a Geórgia em 337, e o Império Romano em 380.

<sup>103</sup> Pessoas a sós, que acabam por se juntar “aleatoriamente” já no decorrer do percurso, ou que recorrem a websites e blogs especializados, ou grupos específicos do Facebook, para pré-organizar a companhia.

<sup>104</sup> Estrutura responsável por registar e certificar oficialmente a chegada de peregrinos, e que depende da Catedral de Santiago, na Arquidiocese de Santiago de Compostela, sob a direção do respetivo Dean-Presidente – atualmente D. Segundo Pérez López.

Os anos 2004 e 2010 apresentam aumentos exponenciais por terem sido “Anos Santos Jacobeus”<sup>105</sup>, esperando-se um registo proporcionalmente similar para 2016, por ter sido consagrado pelo Papa Francisco Ano Santo extraordinário, Ano da Misericórdia. É necessário ressaltar que estas estatísticas incluem apenas os números de peregrinos a pé, em bicicleta, a cavalo, ou em cadeira de rodas, pois são os únicos que apresentam Credencial de Peregrino à chegada a Compostela<sup>106</sup>. Todos os restantes sejam turistas, romeiros e visitantes não se encontram contabilizados.

**Figura 41: Evolução de Peregrinos a Santiago de Compostela 2004-2015**



**Fonte: elaboração própria, a partir das estatísticas anuais disponíveis na Oficina de Acogida al Peregrino**

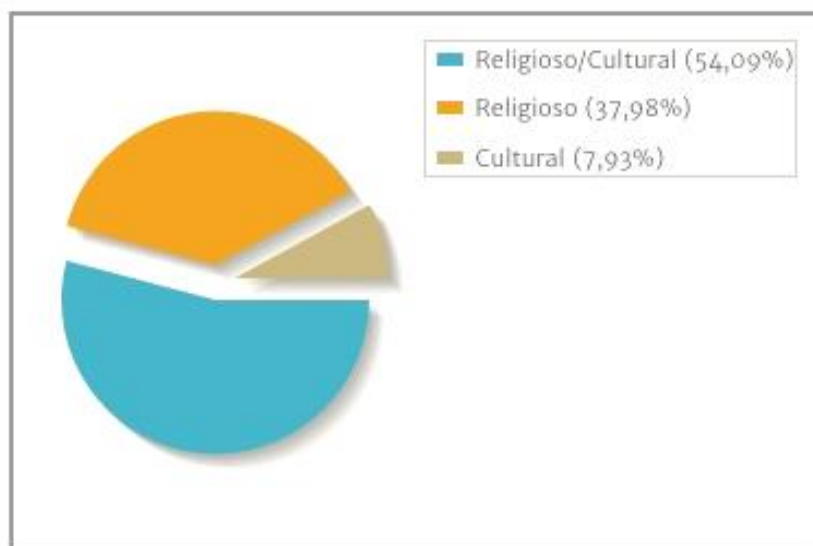
Peregrinar não é apenas caminhar (no caso da peregrinação a pé), ou executar um trajeto com um determinado número de quilómetros. A peregrinação carece de um motivo, pois cada pessoa caminha "por" ou "para algo", que lhe dá sentido. No ano ordinário de 2015, a maioria dos 262.516 peregrinos que se registaram para receber a Compostela na

<sup>105</sup> Vide ponto 3.2.1

<sup>106</sup> Idem

chegada a Santiago, referiram ter peregrinado por motivos religiosos e culturais, mas apenas 7.93% afirmou ter exclusivamente a cultura como finalidade. Em muitas referências se encontra, ainda, registo, de outros que iniciaram a peregrinação como caminheiros, talvez por questões desportivas, mas se sentiram como peregrinos no fim.

**Figura 42: Motivo de peregrinação em 2015**



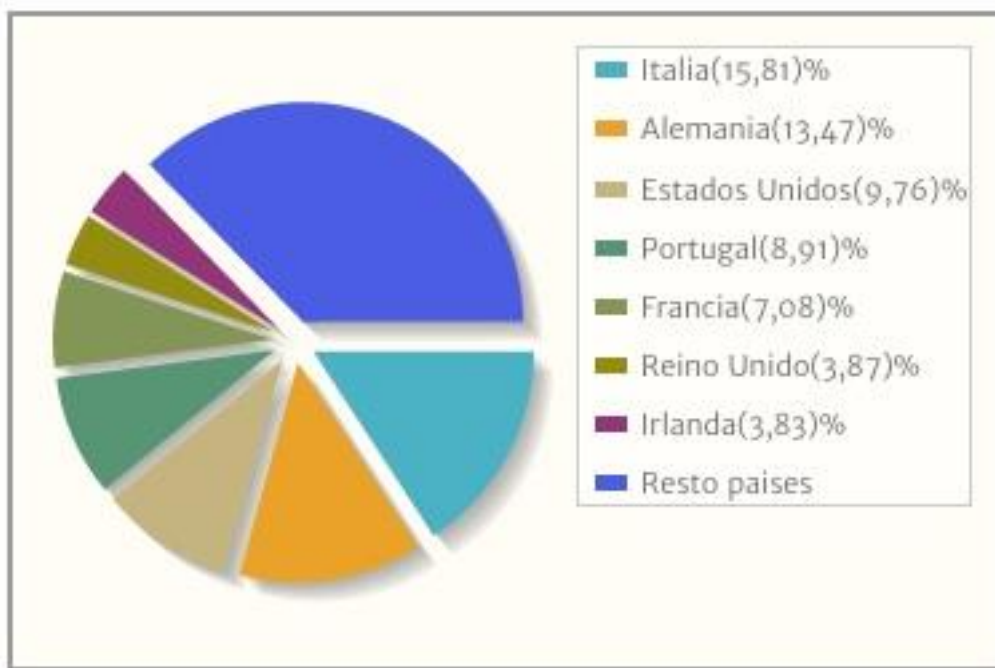
**Fonte: Website da Oficina de Acogida al Peregrino**

E, se é certo que os pontos de partida mais populares se encontram dentro da Galiza, ou na fronteira Valença-Tui, de onde asseguram a distância mínima requerida de 100km, para gozar do estatuto de peregrino e receber a Compostela, o seguinte ponto de partida mais popular é nos Pirinéus, a cerca de 800km de distância. Há também registo de peregrinos chegando de diversos pontos de toda a Europa, incluindo da rota das Cidades Santas de Jerusalém e Roma.

São pessoas de nacionalidades diversas, como se pode ver na Figura 45, liderando a Itália e a Alemanha, 90% do total deslocando-se a pé, a maioria entre os 30 e os 60 anos, seguido dos menores de 30 e maiores de 60, e com ligeira diferença de sexos a favor do masculino.

As profissões/ocupações registadas pelos peregrinos são absolutamente variadas, um tanto suscetíveis do mês de registo<sup>107</sup>, nomeadamente em relação aos estudantes e professores. Dos 39.079 peregrinos totais registados em junho 2016<sup>108</sup>, 20,06% são Reformados; 19,71% Empregados; 14,26% Estudantes; 13,83% Trabalhadores Liberais; 12,42% Técnicos; 6,13% Funcionários; 4,47% Professores; 2,60% Donas de Casa; 1,74% Diretores; 1,61% Desempregados; 1,05% Obras; 0,88% Artistas; 0,41% Sacerdotes; 0,35% Religiosas; 0,24% Agricultores; 0,13% Marítimos; 0,10% Desportistas; etc.

**Figura 43: Nacionalidade dos peregrinos em 2015**



**Fonte: Website da Oficina de Acogida al Peregrino**

Sem precedentes diretos, o fenómeno das peregrinações dos nossos dias é um reflexo da necessidade que as pessoas passaram a ter de evasão total da sociedade hipermoderna. Esta, em aliança com o capitalismo de consumo, desencadeou, segundo Lipovetsky e Serroy (2013), um paradoxo entre, por um lado, os ideais da autorrealização, da liberdade privada e do prazer, e por outro, a ansiedade, sensação de vazio, perda de

<sup>107</sup> Variável das profissões não se encontra disponível nas estatísticas anuais, pelo que se teve como referência o registo do mês de junho 2016

<sup>108</sup> Número que já excede significativamente o valor do mesmo mês no Ano Santo anterior – em 2010, registou-se 33.757 em junho

autoconfiança e autodepreciação, que levam os indivíduos a se compensarem através do consumo<sup>109</sup>.

Na sua dissertação sobre a inteligência de Cristo, o psiquiatra e psicólogo Augusto Cury (1999) revela que o Mestre dos mestres já discursava sobre a energia emocional, quase vinte séculos antes de Goleman<sup>110</sup>. Jesus dava a entender que a psique humana era um campo de energia que possui um fluxo contínuo e inevitável de pensamentos e emoções e que este fluxo era a maior fonte de entretenimento humano. Nele se deveria investir para transformar as preocupações exageradas acerca da sobrevivência, os pensamentos antecipatórios sobre problemas virtuais e a desvalorização do ser em relação ao ter, num contínuo de estabilidade.

Se considerarmos que, como afirma Krippendorf (2006), nos dias atuais a necessidade de viajar é sobretudo criada pela sociedade e marcada pela velocidade e a urgência do ritmo quotidiano, que esmaga uma humanidade artificial e esgota as relações humanas no vazio e no tédio, é natural que se esteja a popularizar a qualidade de vida associada ao que Lipovetsky e Serroy denominam “slow life” e a redescobrir o “autêntico”, em direção ao deslumbramento no qual os símbolos sagrados podem ser inscritos.

Nesta perspetiva, justifica-se uma importante parcela do atual sucesso do Caminho de Santiago, esse portal de formatação humana, facilitado pela modernidade logística e por uma firme adesão social das comunidades recetoras à causa. É natural que o marketing e a publicidade tenham um importante peso neste aspeto, mas até estes são feitos levitar pela fidelização e a promoção boca-a-boca em torno do Caminho.

---

<sup>109</sup> O homem passou a existir apenas no reflexo dos bens materiais que conquista e parece não haver limites para a sua insegurança e insatisfação. Consome diversos livros de auto-ajuda, baseados em crenças de nova era, astrologia, espiritismo, ciências ocultas, feiticeira, seitas (...), mas tudo continua igual. (Cury, 1999)

<sup>110</sup> Daniel Goleman, *Inteligência Emocional*, Rio de Janeiro, Editora Objectiva, 1995

### **3.2.1. Tradição Jacobea na Península Ibérica**

O termo tradição possui muitos significados e dá margem a discussões variadas nas ciências sociais. Teve inicialmente um significado religioso, associado à transmissão de doutrina ou prática no tempo, pelo exemplo ou palavra. Com o alargamento da sua aplicação passou a referir-se aos elementos culturais presentes nos costumes e heranças do passado, conjunto de práticas e valores, ainda aceites contemporaneamente numa sociedade. Para Weber, citado por Silva e Silva (2006), os comportamentos tradicionais são formas puras de ação social, ou seja, uma maneira de dominação legítima e influência sobre o comportamento de outros homens sem o uso da força. Os autores citam também Wolton que considera que a tradição não morreu pelas mãos da ciência e técnica, mas antes se transformou em aprendizagem e reapropriação como suporte de estabilidade na mudança social. Pode ainda, segundo Hobsbawm e Ranger (1984), ser inventada através de práticas ritualísticas ou simbólicas, para desenvolver determinados valores e normas de comportamento<sup>111</sup> e criar uma continuidade artificial com o passado.

Relativamente ao Caminho de Santiago, interessa esboçar o passado no qual se alicerçou o património imaterial atualmente englobado na denominada tradição jacobea. Existem interpretações diversas que aludem à falta de certezas históricas que comprovem que o fundamento da Tradição Jacobea é, de facto, baseado na passagem de Tiago Maior, Apóstolo de Jesus, pela Península Ibérica. A hipótese de ter sido Tiago o primeiro evangelizador deste território é posta em causa até por membros da própria Igreja<sup>112</sup>, assim como chega a ser desconsiderada arqueologicamente a correspondência do sepulcro galego a este Santo Mártir, por investigadores da Universidade de Santiago de Compostela<sup>113</sup>.

Não obstante, reconhece-se que o tempo fez perpetuar, até aos nossos dias, pistas e pontos geográficos que, ressalvadas as devidas limitações de interpretação e

---

<sup>111</sup> O escotismo é um exemplo da invenção de tradições inventadas, na forma de rituais e normas de comportamento, constantemente repetidos e ensinados aos novos membros.

<sup>112</sup> Posição defendida pelo Cónego Dr. Joaquim José Duarte Nunes, na Jornada sobre a História da Igreja do Algarve 2016.

<sup>113</sup> Posição defendida pelo arqueólogo Xosé Suárez Otero, investigador da Universidade de Santiago de Compostela, nas Jornadas das Novas Perspectivas do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha 2015.

referenciação, orientam o enquadramento desta tradição na antiga Hispânia. A triangulação de algumas fontes de informação, maioritariamente de carácter religioso e popular, permitem compilar os principais momentos, ou as principais tradições que integram a Tradição Jacobea.

#### **a) Nossa Senhora do Pilar e São Tiago Maior**

González Garcia (2014) remete para os evangelhos apócrifos<sup>114</sup>, assim como outras fontes informativas remetem para documentos existentes no Vaticano, mas não identificados, o registo da tradição da bilocação<sup>115</sup> de Maria, na sua primeira aparição da história da cristandade, e que se deu com São Tiago Maior enquanto este estava na zona da atual Zaragoza. Alegadamente no dia 02 de janeiro do ano 40, Nossa Senhora do Pilar apoiou o Apóstolo a suportar as perseguições de que sofria na Hispânia e deu indicação para que este erguesse um templo no lugar da aparição, sobre o pilar que simbolizava a intercessão de Maria<sup>116</sup> como um dos pilares do cristianismo.

Nada disto é, no entanto, muito seguro. Os testemunhos históricos são todos posteriores. Maleval (2005) menciona um manuscrito datado de 1297, *Moralia, sive Expositio in Job*<sup>117</sup> que se encontra no Arquivo da Catedral del Pilar, em Zaragoza, no intuito de ligar a edificação de uma capela de adobe<sup>118</sup> nas margens do Rio Ebro, à altura em que São Tiago teria deixado a empreita encarregue aos seus “sete primeiros convertidos da cidade”, enquanto ele regressava a Jerusalém para o seu martírio. O autor acrescenta que se ergueu o templo românico do Pilar pouco depois da conquista de Zaragoza por Alfonso I – o Batalhador (1118), sobre a igreja moçárabe pré-existente.

Dessa época, documenta-se que o templo integrava uma capela primitiva para alojar o Pilar, mas que em tão mau estado nos finais do séc. XIII que o Bispo Hugo Mataplana promoveu o seu restauro e conversão em colegiada gótico-mudéjar de Santa Maria la

---

<sup>114</sup> ou extracanonicos, que é o nome dado a escritos surgidos nos primeiros séculos do cristianismo em torno da figura de Jesus de Nazaré, mas que não foram incluídos no cânone das Igrejas Cristãs.

<sup>115</sup> Aparição em vida, estando presente em dois sítios.

<sup>116</sup> Maria assumiu o papel de consoladora dos aflitos e advogada dos fiéis nas causas pedidas ao Senhor.

<sup>117</sup> comentário de São Gregório ao livro bíblico de Jó – livro da Sapiência do Antigo Testamento

<sup>118</sup> argila e areia

Mayor com recursos de uma bula papal de Bonifácio VIII, que por primeira vez menciona a advocação “del Pilar”. Maleval (2005) regista que, atualmente, o único vestígio conservado do templo românico do Pilar é o tímpano da igreja, colocado na fachada sul da basílica barroca.

O início das peregrinações a Santa Maria la Mayor de Zaragoza consolidou o início da devoção mariana, tendo Nossa Senhora do Pilar passado a ser a Padroeira de Espanha e da Hispanidade.

### **b) Do Breviarum Apostolorum a San Beato de Liebana**

*“In the Breviarum the Occident was specifically assigned to James (Iberian Peninsula), Matthew (Macedonia) and Philip (Gaul). In contrast to the passio magna, the apostle James is said to have spread the Christian belief in ‘Spaniae et occidentalia loca’... Another early indication of the evangelization of Spain by James was the De ortu et obitu Patrum, closely connected with the Breviarum. According to recent research the part of this document relevant for us is an interpolated version of a text by Isidore of Seville that was adapted from the Breviarum and circulated Spain from about the middle of the 7<sup>th</sup> century” Plötz (1992:40)*

Plötz (1992) e Fernández Conde (2000) são exemplos dos diversos autores que remetem para o *Breviarium Apostolorum*, a mais antiga referência da evangelização de São Tiago Maior na Península Ibérica. Mas a tradição apostólica não teve grande importância para a Igreja hispânica até ao séc. VIII, como constata Plötz (1992) alegando não encontrar ligações dos assentos de bispado aos tempos apostólicos. Outros autores, como Singul Lorenzo (2004) chegam a referir-se a esta tradução latina das notas biográficas<sup>119</sup> dos apóstolos, como sendo uma mera ficção.

O *Breviarium*, que Plötz (1992) defende ter sido conhecido por San Julian de Toledo<sup>120</sup> e adaptado liricamente por Aldhelm of Malmesbury<sup>121</sup>, terá circulado a partir de 700

---

<sup>119</sup> Originalmente escritas em grego.

<sup>120</sup> (642 – 690) Arcebispo, escritor e historiador da Hispânia.

<sup>121</sup> (650?-709) Autor do *poema de Aris*, no qual se refere a Tiago como “Primitus Hispanas”, que Singul Lorenzo (2014) menciona ser reconhecido como uma grande obra lírica e litúrgica, e Plötz (1992) como uma das primeiras pistas escritas da associação de São Tiago à evangelização da Península.

d.C, embora ainda sem menção da existência do sepulcro de Tiago na Galiza<sup>122</sup>. Em conexão com o Breviarium Apostolorum aparece outra indicação da evangelização de Tiago Maior na Hispânia no *De ortu et Obitu Patrum* – que integra um texto atribuído ao Bispo San Isidoro de Sevilla<sup>123</sup>, onde Plötz (1992) indica “*passages in the text refer to James’ family background, his authorship of the canonical letter, his preaching the Gospel in Spain and other regions of the West, a martyr’s death and the place of his grave*”. Singul Lorenzo (2014) reconhece que este texto afetou e fez alargar a compreensão da missão de Santiago Maior, impulsionando a sua difusão através de diversos autores desde a Germânia, Hispânia, Gália e norte de Africa até ao Sinai.

*“En el siglo siguiente, durante el reinado de Mauregato (783-89), Santiago es saludado poéticamente en un acróstico como ‘protector y especial patrono’, y ‘cabeza de oro refulgente de España’. De hecho, el famoso mapa mundi del Beato tiene una vinculación muy estrecha com la tradición de la dispersión geográfica de los apóstoles, dependiente de otras obras anteriores com catálogos similares. Después del ‘maravilloso’ hallazgo de los restos jacobeos en la actual Compostela, a comienzos del siglo IX, las referencias sobre la presencia del cuerpo de Santiago en esta región occidental de los reinos cristianos son ya constantes.”* Fernández Conde (2000:373)

Possivelmente influenciado pela tese de São Jerónimo<sup>124</sup>, de atribuir a cada apóstolo, um sepulcro no lugar da sua missão, como refere Plötz (1992), o Beato de Liebana<sup>125</sup> foi dando alguns importantes contributos para a consolidação da Tradição Jacobea, nomeadamente através do, internacionalmente reconhecido, *mapamundi* que ilustrava o movimento geográfico dos apóstolos após a morte de Jesus, e que fazia parte dos seus *Comentários ao Apocalipse*<sup>126</sup>. No hino litúrgico *Dei verbum* manifestava a sua devoção e amor pelo Apóstolo, difundindo e popularizando a ideia do seu labor na evangelização de Hispânia, e propondo o conceito do seu padroado sobre o povo cristão: “*Oh, apóstol*

---

<sup>122</sup> O Breviarium faz, por primeira vez, menção ao túmulo de São Tiago Maior – a que chama *Achaia Marmarica* – mas sem precisar a sua localização geográfica.

<sup>123</sup> (560 – 636) Arcebispo de Sevilla durante três décadas, foi considerado “o último académico do mundo antigo”, pelo historiador do séc. XIX Montalembert.

<sup>124</sup> (347 - 420) Tradutor da Bíblia em Latim.

<sup>125</sup> (701 – 798) Monge famoso que viveu no final do séc. VIII, no Mosteiro de San Martin de Turieno (agora chamado de Santo Toribio) no Vale de Liebana, um dos mais belas e profundos vales da Cantábria povoados por refugiados cristãos depois da invasão muçulmana, no sopé dos Picos Europa e a partir de onde o Rei Pelagio iniciou a reconquista.

<sup>126</sup> Obra de grande difusão durante a Alta Idade Média, devido ao seu trabalho nos campos da teologia, política e geografia, fazendo a explicação das revelações de São João para acalmar a inquietação sobre a proximidade do “fim do mundo” e da morte, personificados na Hispânia pela invasão islâmica e o fim do reino visigodo-cristão.

*dignísimo y santísimo / cabeza refulgente y dorada de Hispania / defensor poderoso y patrono especialísimo*” (Singul Lorenzo, 2014:151).

### c) **Descoberta do Túmulo no Campo das Estrelas**

A chamada *Inventio*, ou revelação do sepulcro de São Tiago, acontece num momento de grande fraqueza dos reinos cristãos. Os muçulmanos controlavam praticamente toda a península, tendo escapado apenas ao seu domínio a pequena faixa Cántabro-Asturiana, onde um pequeno reino foi organizado, e o corredor Navarra-catalão integrado no reino de Carlos Magno. Os critérios de veracidade da missão e sepulcro de Tiago no território hispânico apresentados por Solana de Quesada (2016) baseiam-se no Códice Calixtino, do século XII, no qual a *Inventio* remete para uma parte anterior da tradição, relacionada com a *Translatio Sancti Jacobo*. O autor defende que, mais do que uma manipulação religiosa ou militar, a trasladação do corpo de Santiago para a Península é uma possibilidade coerente e a resposta mais lógica e exequível perante as circunstâncias da morte do Apóstolo São Tiago. A própria tradição armênia faz constar que o corpo foi trasladado para Espanha, facto que explica, para Solana de Quesada (2016), a peregrinação de muitos armênios ao sepulcro jacobeu em Compostela no séc. XII, como consta no Códice Calixtino. Mas estamos aqui no domínio das possibilidades.

A travessia Palestina-Galizia, passando pelas costas da Península Ibérica, havia sido consolidada desde o tempo dos fenícios<sup>127</sup>, dez séculos antes de Cristo. Ou seja, a rota marítima da Tradição Jacobea era muito bem conhecida e frequentada já em tempos apostólicos. A ausência da figura de Tiago nas Escrituras após a morte de Cristo, a carência de culto sepulcral e a tradição armênia, justificam, para Solana de Quesada (2016) a sintonização com a lenda: Santiago ausentou-se por um longo período de tempo, foi executado ao regressar e depois clandestinamente evacuado para um lugar distante. Infelizmente, faltam as provas.

---

<sup>127</sup> fundadores da chamada rota do estanho até às Ilhas Britânicas pelo Atlântico  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

Singul Lorenzo (2014) refere que o espírito do “Santiago soldado de Cristo” é consolidado no séc. XII, com o quarto livro do Códice Calixtino, fazendo alusão à lenda medieval europeia que conta que São Tiago apareceu a Carlos Magno<sup>128</sup>, imperador do ocidente, no ano 800 d.C. e insistiu que este seguisse a Vía Láctea<sup>129</sup> para chegar ao sítio onde se encontrava sepultado, para venerar as suas relíquias e libertar os seus caminhos dos muçulmanos.

A localização exata do lugar do sepulcro deu-se por um milagre, segundo a lenda recordada por Solana de Quesada (2016). Um eremita chamado Pelayo que vivia no lugar de Solovio<sup>130</sup>, no bosque Libredón em 813d.C, tendo observado o cintilar de uma estranha claridade, sobre um montículo do bosque, informou Teodomiro, bispo de Iria Flávia. Encontraram o sepulcro de pedra com três corpos, que seriam identificados como sendo de Santiago Maior e dos seus dois discípulos Teodoro e Atanásio. Seguindo a lenda, este e diversos autores, como Fernandes (2014), reconhecem que Afonso II, o Casto das Astúrias, terá sido o primeiro peregrino a chegar ao sepulcro, tendo aí ordenado a construção de um mosteiro.

Ainda que lendária, e conhecida através de textos muito posteriores, merece menção neste apartado a Batalha de Clavigo, celebrada até hoje a 23 de maio, com pompa e circunstância na Catedral de Compostela. Conta-se que em meados do século IX, em 844 d.C., Ramiro I contribuiu para o alargamento da lenda com uma alegada visão de Santiago cavaleiro, empunhando uma espada sobre um reluzente cavalo branco, conduzindo os exércitos cristãos à vitória sobre os muçulmanos, ainda que largamente ultrapassados em número. Ficava, assim, justificada a ereção de um templo ao Apóstolo, Santo e Guerreiro, ordenada por Afonso III em 899. Da igreja pré-românica inicial passar-se-ia, mais tarde, durante o reinado de Afonso VI, em 1075, à construção da Catedral de Santiago de Compostela.

---

<sup>128</sup> A *História Karoli Magni el Rotholandi* constante no Códice é, segundo Lorenzo, e em síntese, uma narração épica e fantástica centrada nas aventuras do imperador e dos heróis franceses no séc. XII.

<sup>129</sup> A Via Láctea é composta por várias nebulosas e atravessa o céu de sul a norte, sendo a melhor altura para a ver por volta da data da Festa de Santiago (25 de julho) como indica um estudo astronómico de Pedro Mesquita, in *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago – Itinerários Portugueses*, Xunta de Galícia.

<sup>130</sup> Onde agora se localiza a Igreja de São Félix de Solovoio, junto ao Mercado de Abastos, em Compostela.

*d) Codex Calixtinus e Jubileu*

A lenda de Tiago na Ibéria consolidou-se com o Códice Calixtino, ou Liber Sancti Jacobi ("Livro de Santiago") no séc. XII, que conforme registado até agora neste estudo, aporta diversas referências na tentativa de fundamentação da missão e sepulcro de Tiago na Península Ibérica, respetivamente a *Inventio e Traslatio Sancti Jacobo*. Dos 5 volumes que o compõem, o mais conhecido é o 5º, que constitui o mais antigo guia para os peregrinos que empreendiam o Caminho rumo a Santiago de Compostela, incluindo conselhos, descrições do percurso e das obras de arte nele existentes, assim como usos e costumes das populações que viviam ao longo da rota. Os demais livros do códice contêm sermões, narrativas de milagres e textos litúrgicos diversos relacionados com o Apóstolo São Tiago, bem como obras líricas e literárias da época medieval que ilustram os milagres sucedidos no Caminho por intervenção do Apóstolo e da Virgem Maria, muitas correspondentes às obras de Afonso X, o Sábio e os seus poetas, contidas nas Cantigas Afonsinas.

A iconografia que foi surgindo na Europa para representar o Apóstolo Santiago Maior é segundo González Garcia (2014) objeto de muitos e valiosos estudos, bem como reflexo inquestionável da importância e popularidade da peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média, ainda que as condições adversas da época – a fome, as pestes, a guerra e a crise generalizada – pudessem levar os peregrinos à morte. Mas, o fascínio pela mística do santo - guerreiro, a ânsia pela aventura e pelo prémio espiritual eram mais fortes, e consolidaram-se com a concessão de um privilégio muito importante a Santiago de Compostela, na primeira metade do século XII: o Ano Santo ou Jubilar. Concedido inicialmente por Calixto II em 1122, e ratificado mais tarde por Alexandre III, através de bula *Regis Aeterni* em 1179, como indica Iop (2004), consiste na distribuição de indulgências plenárias aos fiéis, por parte da Igreja que é a administradora dos “bens” de Deus. Ou seja, a Igreja distribui o sacramento da reconciliação com Deus, através do qual os fiéis são perdoados da pena temporal que deviam pelos pecados. Para o efeito devem cumprir determinadas condições, nomeadamente, visitar um local santo / catedral, confessar-se, assistir à eucaristia,

comungar e rezar. São considerados Ano Santo ou Jubileu aqueles em que o dia de Santiago (25 de julho) coincide com um domingo.

A Idade Média atribuiu grande importância à peregrinação aos túmulos dos Apóstolos. Refere Thomaz (1992:3) que *“Diogo Gelmirez, arcebispo de Compostela (1110-1139) chegou a reivindicar a autonomia da sua Sé e uma quase-igualdade com o Papa a título de possuir os restos de Santiago como Roma possuía os de Pedro e Paulo.”*

### ***e) Simbologia e Elementos Identificativos da Peregrinação Jacobea***

Segundo Alberto Solana de Quesada, no seu estudo sobre o enigma compostelano, em 2016, o Caminho de Santiago não é produto de um fenómeno de sincretismo cultural, nem se impôs aniquilando as tradições anteriores como às vezes se censura ao cristianismo. Se na Península Ibérica o ato de peregrinar e as peregrinações ocorrem desde os chamados tempos primitivos em que predominavam os costumes ou ritos pagãos<sup>131</sup>, anteriores a Cristo, para Solana, o início do Caminho de Santiago está bem acreditado como fenómeno sociocultural de identidade bem contrastada por diversos autores. A sua existência só se pode aceitar com o surgimento medieval da cidade de Compostela em torno da descoberta do sepulcro jacobeu para onde o Caminho de Santiago se orienta, em redor do ano mil, sem que tenha havido significativa alteração de personagens e significados.

O suposto caminho ancestral até Finisterra, se alguma vez existiu, não é antecedente reconvertido do Caminho de Santiago, mas sim o prolongamento da peregrinação até Finisterra em consequência da peregrinação a Compostela. Solana de Quesada (2016) afirma que o próprio ritual da queima de roupas<sup>132</sup> não se tratava de um ritual pagão mas sim cristão, documentado desde o séc. XVI, mas com indícios de ser muito anterior. Era realizado nos telhados da catedral, na chamada Cruz dos Farrapos, com um

---

<sup>131</sup> Se considerarmos que a existência de cultos religiosos é consubstancial ao homem, teremos que fazer remontar o seu início ao Paleolítico, com as primeiras migrações humanas, ou talvez até inclusive antes, com as migrações dos primeiros hominídeos.

<sup>132</sup> Este ritual surgiu modernamente em Finisterra como um gesto romântico e atrativo recente, que Solana (2016), considera um engano dos programas de difusão atual e guias turísticos.

incinerador de pedra onde se fazia o cerimonial de conclusão da peregrinação queimando as velhas roupas como renovação física e espiritual, após o que o cabido da catedral proporcionava outras roupas aos peregrinos.

O estudo sobre a simbologia jacobea de Guevara y Valdés (2014), revela a forte carga simbólica de um pequeno conjunto de elementos recebidos pelos peregrinos na partida para o Caminho, no que seria um muito antigo cerimonial especial de iniciação<sup>133</sup>. De acordo com este cerimonial, os peregrinos deviam confessar-se, e depois de receber a penitência, ajoelhar-se-iam no chão em frente ao altar, cantando-se sobre eles os sete salmos penitenciais, e depois de uma litania de oito orações, rezava-se o *iter agentibus*, seguido de outras quatro e, terminadas estas, levantava-se o bispo para impor sobre eles o *morral* ou *pera* (mala pequena afunilada em forma de pera) e lhes entregar o *bordón* ou *baculus* (bastão) com uma oração e bênção para cada um. Guevara y Valdés refere estes como os dois primeiros elementos que passaram a caracterizar a idumentária dos peregrinos durante a viagem<sup>134</sup>.

O *Liber Sancti Jacobi* recolhe este cerimonial no sermão *Veneranda dies*, como transcreve Guevara y Valdés (2014:133), em tradução de A. Moralejo, C. Torres e J. Feo:

*No sin razón, los que vienen a visitar a los santos reciben en la iglesia el báculo y morral bendito. Pues cuando los enviamos com motivo de hacer penitencia al santuario de los santos, les damos un morral bendito, según el rito eclesiástico, diciéndoles: En nombre de Nuestro Señor Jesucristo, recibe este morral, hábito de tu peregrinación, para que castigado y enmendado te apressures en llegar a los pies de Santiago, a donde ansías llegar, y para que después de haber hecho el viaje vuelvas al lado nuestro com gozo, com la ayuda de Dios, que vive y reina por los siglos de los siglos. Amén. También, cuando le damos el báculo, así decimos: Recibe este báculo, que sea como sustento de la marcha y del trabajo, para el camino de tu peregrinación, para que puedas vencer las catervas del enemigo y llegar seguro a los piés de Santiago, y después de hecho el viaje,*

---

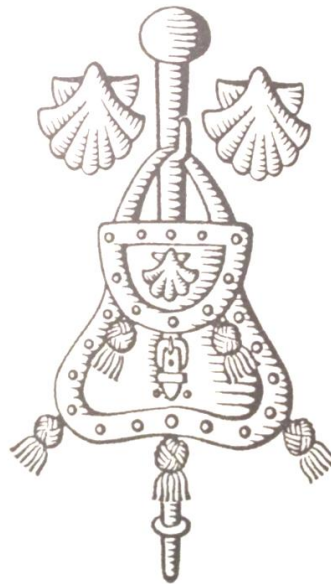
<sup>133</sup> Guevara y Valdés refere que este cerimonial se encontra reproduzido em inúmeros livros litúrgicos e rituais impressos, e que integrava para além da missa *pro iter agentibus*, as orações da litúrgia romana e moçárabe *pro fratribus in via dirigendis* e *pro redeuntis de itinere*.

<sup>134</sup> Característicos de todos os peregrinos, palmeiros, ou romeiros.

*volver junto a nos com alegria com la anuência del mismo Dios, que vive y reina por los siglos de los siglos.*

O grande bastão simbolizava a fé na Santíssima Trindade e seria uma defesa contra os cães, lobos e demónios. Dele se penduravam a esportilha (mochila maior que podia ser em pele) e a calabaza onde se guardavam as rações suplementares de vinho que os caminhantes recebiam nos hospitais e centros de apoio. Guevara y Valdés (2014) descreve a mochila e a alforje segundo o *Liber Sancti Jacobi*, como de pequeno tamanho e que devia permanecer aberta, para que simbolicamente significasse que o peregrino confiava em Deus para lhe prover as suas necessidades, e tudo o que tivesse devia partilhar com os outros. Sendo de pele, representaria a mortificação da carne com os vícios e concupiscências, fome, sede, jejuns, frio, penalidades e trabalhos.

**Figura 44: Emblema da peregrinação com os três elementos: bastão, mala e vieira**



**Fonte: Guevara y Valdés (2014:134) *Sobre os Símbolos e Emblemas Jacobeus. Algumas anotações e comentários.***

O terceiro elemento identificador do peregrino jacobeu foi a vieira ou venera a que também se associou grande simbolismo pois era o *signum tanti itineris*<sup>135</sup>. Segundo Guevara y Valdés, era utilizada como acessório, quase decorativo, mas ao contrário do bastão e da mochila, era apenas adquirida em Compostela, representando o final da

---

<sup>135</sup> O *Verenanda dies* refere que, da mesma forma que os peregrinos de Jerusalém trazem as palmas, os de Compostela trazem a vieira.

peregrinação, e a vitória sobre os vícios<sup>136</sup>. Cita o autor o *Liber Santi Jacobi* que lhe atribui ainda a expressão das boas obras:

*“...hay unos mariscos en el mar próximo a Santiago, a los que el vulgo llama vieiras, que tienen corazas, una por cada lado, entre las cuales, como entre dos tejuelas, se oculta un molusco parecido a una ostra. Tales conchas están labradas como los dedos de la mano y las llaman los provenzales nidulas y los franceses crusillas, y al regresar los peregrinos del santuario de Santiago las prenden en las capas para gloria del Apostol, y en recuerdo de él y señal de tan largo viaje, las traen a su morada com grande regocijo. La especie de corazas com que el marisco se defende, significan los dos preceptos de la caridad, com que quien debidamente los lleva debe defenderse, esto es: amar a Dios sobre todas las cosas y al prójimo como a si mismo... Las conchas, acomodadas a manera de dedos, significan las obras buenas, en las cuales el que dignamente las lleva debe perseverar, y belamente por los dedos se simbolizan las buenas obras: de ellos nos valemus cuando hacemos algo. Por tanto, como el peregrino lleva la concha, asi mientras esté en el camino de la vida presente debe llevar el yugo del Señor, esto es: debe someterse a sus mandamientos”* (Guevara y Valdés, 2014:138)

De todos, este último elemento foi o que mais se popularizou e generalizou, dando lugar à aparição de lendas sobre o seu significado, mas para as quais não há fundamentação histórica. As vieiras passaram a ser cosidas no chapéu ou sombreiro e no trajar do peregrino<sup>137</sup> por forma a ostentar a sua peregrinação a Compostela. O fabrico e a venda destas insígnias<sup>138</sup> constituíram desde cedo um negócio muito lucrativo que chegou a ser regulamentado no início do séc. XIII por bula papal de Inocencio III, e a ser acompanhado pelos sumos pontífices que se sucederam em Roma, pela monarquia espanhola e pelos arcebispos de Compostela.

*“El papel político-religioso del apóstol como santo patrono y su función de guerrero en el imaginario bajomedieval incentivaron determinadas prácticas de carácter señorial, como la capacidad para armar caballeros en su catedral, cerimonia assumida com gran fervor por el rey Alfonso XI de Castilla (1325-50), en una época en la que*

---

<sup>136</sup> Pressupõe como acontece em Jerusalém, que quem não tivesse conseguido vencer os vícios não devia trazer a vieira para casa.

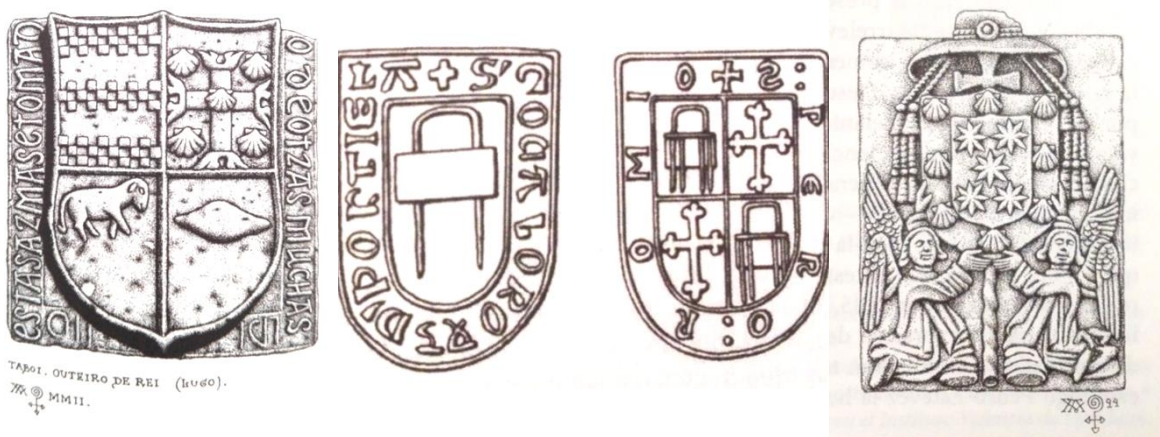
<sup>137</sup> A partir do séc. XVI identificava já o peregrino um hábito completo de viajante que incluía a capa e o sombreiro, mas estes não chegaram a ter a dimensão dos outros elementos que se salientam no texto.

<sup>138</sup> Absorvida inclusive pelo sistema heráldico que apresenta testemunhos, que Guevara y Valdés lamenta não serem suficientemente conhecidos.

*comienza a ser conocida en su reino la literatura de caballerias(...)*  
Tuck, A. citado por Lorenzo (2014:157).

A Cruz da Ordem de Santiago, que no âmbito da peregrinação jacobea se encontra denominada Cruz-espada de Santiago<sup>139</sup>, foi diferenciada pela Ordem de Santiago em relação às restantes insígnias militares medievais cristãs desenvolvidas a partir do séc. XI, através da aplicação de cinco vieiras, como mostra Guevara y Valdés (2014) na Figura 45. Segundo o Prof. Luís Filipe Oliveira, a cruz flordelisada que aparece na Figura 47, é uma adaptação posterior da Ordem de Santiago, uma vez que no séc. XIII ainda se representa a Cruz da Ordem de Santiago em forma de espada<sup>140</sup>. A Figura 47 apresenta ainda a esportilha ou mochila, que já se encontra em destaque na Figura 46. O sombrero com que o Apóstolo São Tiago é habitualmente representado na iconografia, aparece associado à heráldica que Guevara y Valdés (2014:141) apresenta na Figura 48.

**Figuras 45, 46, 47 e 48: Heráldica com representações dos elementos jacobeus**



**Fonte: Guevara y Valdés (2014:141) *Sobre os Símbolos e Emblemas Jacobeus. Algumas anotações e comentários***

Embora a sua origem tivesse sido, assim, alheia à peregrinação jacobea, a cruz-espada foi sendo gradualmente absorvida por esta e é hoje<sup>141</sup> um dos mais importantes símbolos da Catedral e da cidade de Compostela, figurando nos hábitos dos capitulares da Igreja Compostelana, funcionários municipais, Exército de Tierra, instituições sociais e desportivas e até na gastronomia, tendo passado também a decorar a própria vieira.

<sup>139</sup> Vide Figura 2

<sup>140</sup> Vide Figura 1

<sup>141</sup> Vide Figura 2

A par dos supramencionados elementos identificadores do peregrino, adicionam-se alguns elementos e preceitos que singularizam a tradição jacobea, os quais foram simultaneamente identificados em destaque nos websites do Turismo da Galiza e da Catedral de Santiago<sup>142</sup> e verificados através de observação direta em visita de estudo:

- *Botafumeiro* – o portal informativo do Turismo de Santiago de Compostela<sup>143</sup>, associa os primórdios do atual ritual do botafumeiro ao *Turibulum Magnum* referenciado no Códice Calixtino. O mais antigo botafumeiro, existente e utilizado hoje, foi feito por um ourives em 1851, medindo 160 centímetros de altura, com um peso de 62 kg quando está vazio, chegando a pesar 100 kg quando cheio de carvão e incenso. Trata-se de um enorme incensário que era utilizado para purificar o ambiente da catedral devido à quantidade de peregrinos e pessoas que aí se juntavam. Depois da comunhão toca o Hino do Apóstolo nos órgãos barrocos e oito homens chamados “tiraboleiros” acionam um movimento pendular baseado num sistema de roldanas, concebido por um mestre do Renascimento, que chega aos 68km por hora frente ao altar-mor e braços do transepto, cujas abobadas quase chega a tocar.
- *Pórtico da Glória* – corresponde à entrada na Catedral de Compostela, pela Plaza Obradoiro, popular e mais fotografado ponto de encontro dos peregrinos que chegam a Santiago de Compostela. Datado de 1188, apresenta mais de 200 figuras de granito em estilo românico, e representa Jerusalém Celeste que, simbolicamente associado às restantes fachadas exteriores da catedral, representa o pecado original, a Redenção, o Julgamento Final e a salvação do Homem. Até 2009, altura em que iniciaram as obras de restauro do Pórtico, existiu a tradição de bater três vezes com a cabeça numa imagem de um santo ajoelhado dentro do Pórtico.

---

<sup>142</sup> [www.santiagoturismo.com](http://www.santiagoturismo.com) e [www.catedraldesantiago.es](http://www.catedraldesantiago.es) (consultados em 25/08/2016),

<sup>143</sup> Xacopédia

- *Abraço ao Apóstolo* – ritual popular que se cumpre ao chegar da peregrinação, subindo atrás do altar-mor, sobre a cripta que contém as relíquias do Apóstolo, abraça-se a estátua do Santo, para agradecer, pedir graças ou “cumprimentar”.
- *Visita ao mausoléu* - zona de culto mais antiga da Catedral, corresponde ao panteão original, localizado por baixo do altar-mor, onde se encontra um pequeno mausoléu subterrâneo que é tradição descer para visitar as relíquias do Apóstolo Santiago e seus discípulos Atanásio e Teodoro.
- *Missa do peregrino* – realizada todos os dias às 12:00hrs, com anúncio das nacionalidades e pontos de partida dos peregrinos chegados nesse dia, com bênção especial.
- *Porta Santa* – abre-se apenas durante o Ano Jacobeu ou ano decretado santo, como foi 2016 (decretado Ano da Misericórdia pelo Papa Francisco), para que os fiéis ao passar e cumprir as demais condições do jubileu possam obter as indulgências.
- *Compostela* – certificado obtido à chegada a Santiago que comprova a realização da peregrinação, mediante a apresentação da Credencial carimbada. Tem como antecessor, as chamadas cartas probatórias que, segundo a Oficina de Acogida al Peregrino, datam do séc. XIII e foram substituídas pela utilização das insígnias utilizadas anteriormente para comprovar a peregrinação (por exemplo as vieiras), mas que eram facilmente falsificadas.
- *Credencial do Peregrino* – é sucessora de documentos dados aos peregrinos na Idade Média como salvo-conduto. Hoje há um modelo de credencial oficial distribuída pela Oficina de Acogida al Peregrino, que é como um passaporte, um documento identificativo do peregrino, e que este deve carimbar pelo menos duas vezes por dia para comprovar o seu itinerário. Pode obter-se diretamente através da Oficina do Peregrino ou através de outras instituições autorizadas pela Catedral de Santiago, tais como paróquias, associações de amigos do Caminho de Santiago, albergues, confrarias, etc.

### **3.2.2. Caminho de Santiago - da origem à proteção da UNESCO**

*“Por esse tempo, o rei Herodes maltratou alguns membros da Igreja. Mandou matar à espada Tiago, irmão de João, e, vendo que tal procedimento agradara aos judeus, mandou também prender Pedro.”  
(Atos 12:1-3, Bíblia Sagrada)*

Segundo Cury (1999), há até hoje mais de 5 mil manuscritos do Novo Testamento, o que o torna o mais bem documentado dos escritos antigos. Muitas cópias pertencem a uma data próxima dos originais. Há aproximadamente 75 fragmentos datados de 135 d.C. até ao século VIII. Todos esses dados acrescidos ao trabalho intelectual produzido pelos estudiosos da paleografia, arqueologia e crítica textual, nos asseguram de que possuímos um texto fidedigno do Novo Testamento, que contém as quatro biografias de Cristo, os quatro evangelhos. A conclusão tirada pelo psiquiatra e psicólogo Cury no estudo sobre a inteligência de Cristo é que os autores dos evangelhos não tinham a intenção de fundar uma filosofia de vida, de promover um herói político, de construir um líder religioso, nem um homem diante do qual o mundo deveria se curvar. Eles queriam apenas descrever uma pessoa incomum que mudou completamente a sua vida<sup>144</sup>. Queriam registar factos, mesmo que incompreensíveis e estranhos aos leitores, testemunhando que Cristo viveu, discursou e se expressou.

Tiago Maior era irmão de João, filho de Zebedeu e pertencia ao grupo dos apóstolos mais próximos de Jesus, junto com Pedro e João. Estes três foram escolhidos particularmente entre os Doze, para presenciar vários acontecimentos importantes da vida de Cristo, como foram alguns dos seus milagres mais fascinantes. E, em todas as listas dos apóstolos aparecem sempre os três em primeiro, ficando evidente a sua importância nas primeiras comunidades cristãs, como salienta González García (2014). O seu lugar de liderança no grupo dos doze é reconfirmado por São Paulo, que o considerou uma das colunas da Igreja (Gálatas 2,9), um dos grandes na Igreja primitiva.

---

<sup>144</sup> Se os evangelhos fossem fruto da imaginação literária desses autores, eles não falariam mal de si mesmos, não comentariam a atitude frágil e vexatória que tiveram ao se dispersar quando Cristo foi preso. Nem teríamos detalhes da sua vida e angústia em biografias distintas mas complementares.

No entanto, apesar de São Tiago ocupar um lugar tão importante entre os Doze, pouco se sabe sobre ele. Na maioria das vezes aparece junto ao seu irmão João. Sabe-se que era pescador e que quando Jesus o chamou a ser pescador de homens, prontamente deixou tudo e seguiu-o (Lucas 5, 1-11) e que era um galileu tipicamente impulsivo e tempestivo, o que fez com que junto a seu irmão João fosse apelidado de Boanerges, “Filho do Trovão” (Marcos 3,17), desejando ocupar um grande posto no Reino de Cristo (Marcos 10, 35-45; Mateus 20, 20-28).

A única vez em que aparece separado de João é no momento de seu martírio pela espada, ordenado por Herodes (Atos dos Apóstolos 12, 1-2). González García (2014) conclui a partir da Sagrada Escritura o seguinte em relação a Santiago Maior:

- Foi o primeiro apóstolo a ser martirizado. Amou tanto a Cristo que esteve disposto a ganhar a coroa do martírio, vencendo a covardia e o ódio dos seus perseguidores com coragem, amor e perdão. “Não sabeis o que pedis. Podeis vós beber o cálice que eu devo beber? Sim, disseram-lhe. De fato, bebereis meu cálice.” (Mateus 20, 22-23). Não demorou a ter o mesmo destino que Jesus.
- Deixou tudo para seguir o chamamento de Jesus. Esta sua fé e confiança manifestam-se quando, junto do seu irmão João, pede a Cristo para lhes conceder os primeiros lugares no seu Reino. Uma aproximação superficial pode levar a crer que se tratava de ambição e desejo de poder. Porém, observando com mais cuidado, o menos provável era que Jesus pudesse sentar-se em algum trono deste mundo. Ele era um pregador galileu, que estava seguindo um caminho condenado a chocar com o poder das autoridades e acabar num desastre inevitável. Em meio dessa situação, aparentemente sem esperança, ele nunca duvidou de que Jesus era um Rei.
- Santiago viveu à sombra de seu irmão João, conhecido como o “discípulo amado do Senhor” da mesma forma que André viveu à sombra de Pedro, pelo que não seria invejoso nem ciumento. A sua humildade e o assumir o seu papel na missão

que Cristo tinha para ele garantiram-lhe o sucesso na fundação das primeiras comunidades cristãs, nomeadamente na Península Ibérica.

Difícilmente se chegará a determinar com certezas o percurso que São Tiago realizou desde Jerusalém, após a morte de Cristo, e é importante esclarecer à priori que o Caminho de Santiago que conhecemos não corresponde a esse itinerário, mas sim às trilhas dos peregrinos que prestaram homenagem ao seu túmulo, em Compostela, desde a Idade Média.

García de Cortázar (2015) nas Jornadas realizadas em Beja no âmbito das Novas Perspetivas do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha, atribuiu ao Caminho de Santiago (francês) quatro âmbitos significativos, pelos quais foi, até agora, uma via de divulgação das manifestações culturais e dos valores próprios da Cristandade, que contribuíram para a coesão social e construção do imaginário europeu:

- ❖ *Criação de espaços urbanos*: atividade comercial; planeamento ortogonal; confronto social.
- ❖ *Expansão das expressões artísticas e literárias* através da difusão de um *corpus* de “oralidade” e “escrita” patenteado em três níveis:
  - O reflexo do Apóstolo Santiago na literatura;
  - A incorporação de palavras da Gasconha e de origem provençal nos idiomas peninsulares e um mercado comum de cantigas;
  - Circulação das lendas do Ciclo carolíngio e matéria de Bretanha assim como das coleções de milagres.
- ❖ *Divulgação de formas do fato religioso*:
  - A nível institucional, substituição do rito hispano pelo rito romano na liturgia e entrada de nova sensibilidade monástica, a cluniacense;
  - A nível popular das expressões religiosas: origem de novos lugares de atração devocional e transformação da “*via sacra*” a Compostela numa densa rede de circuitos devocionais.
- ❖ *Divulgação de um corpus de categorias mentais próprias e comuns da Cristandade*: “os mensageiros” de Compostela são cidadãos de um espaço e tempo comum, valores partilhados:

“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”

- Espaço: Santiago fomenta a centralidade de Roma e a universalidade da Igreja
- Tempo: Santiago reforça a dimensão europeia do projeto de Carlos Magno como resistência ao Islão e recuperação da Europa;
- Valores: unidade da Igreja; comunidade cultural; aceitação geral da figura de Santiago como santo audaz, evangelizador e guerreiro.

O decreto 2224/1962, de 7 de setembro, assinado pelo Ministro da Educação Nacional em Espanha (Manuel Lora Tamayo) declarou o Caminho de Santiago conjunto histórico artístico e criou o seu Patronato. Para isso, pesaram as seguintes características, explicadas por Naveira Seoane, subdiretor geral da proteção do património cultural da Galiza, nas Jornadas de Beja realizadas em 2015 que se passa a traduzir:

- profundo conteúdo sentimental e espiritual;
- não decai nem se debilita com o passar do tempo;
- sobrepõe-se a qualquer outra consideração de ordem material representada atualmente no ânimo das pessoas;
- tem ressonância universal;
- existem edifícios e conjuntos de inquestionável valor histórico e artístico;
- a conservação e delimitação permitiram restabelecer o Caminho com o peculiar sentido que se deve conceber neste caso a tal expressão;
- medidas necessárias com a flexibilidade que o caso requiere.

É seguro, assim, afirmar que as raízes cristãs na Europa “sempre” ligadas a Santiago de Compostela, ou pelo menos desde a *Inventio e Traslatio Sancti Jacobo*<sup>145</sup> que terá tido início, como se viu anteriormente, no início do séc. IX. E, não surpreende que em 11 de março de 1987, o Conselho da Europa tenha apelado à identificação e revitalização dos Caminhos de Santiago, por serem altamente simbólicos no processo de construção europeia<sup>146</sup>, declarado tratar-se do *Primeiro Itinerário Cultural Europeu* (Figura 49).

---

<sup>145</sup> Os dois elementos que compõem a lenda de Santiago: o primeiro consiste na revelação do túmulo e o segundo no relato da transladação dos respetivos restos mortais (Solana de Quesada, 2016).

<sup>146</sup> É curioso constatar que o Ano Santo de 1993 também coincidiu com a plena entrada da "Acta Única" que configurou uma nova Europa sem fronteiras, situação preludiada, como todo o mundo reconhece, pelo fenómeno atribuído aos europeus da peregrinação a Compostela.

Figura 49: Mapa do Grande Itinerário Cultural Europeu



Fonte: Credencial Oficial do Peregrino

Naveira de Seoane (2015) lembra que o Caminho recebeu ainda a classificação de Grande Itinerário Cultural em 2004, e que a iniciativa do Conselho da Europa é criar um vínculo entre os cidadãos europeus e o património cultural baseado no enriquecimento mútuo do intercâmbio e a consciência de uma identidade comum, mais do que propriamente criar uma rota turística – embora o turismo se reconheça como meio de crescimento económico sustentável nas regiões implicadas. Cada Itinerário Cultural fomenta a participação dos cidadãos num património cultural que não se resume à sua beleza e antiguidade, mas que se afirma pelo seu valor imaterial fundamental.

A relevância histórica, o movimento investigador e as peregrinações justificaram a criação de recomendações e normas de distinto âmbito territorial e institucional, que iniciou com a criação de um Conselho Jacobeu, como refere Naveira Seoane (2015), regulamentado pelo Real Decreto 1530/1991, de 18 de outubro, e reorganizado em

1095/1997 e 1431/2009, para assegurar a função administrativa e facilitar o intercâmbio de informação e a programação concertada de ações entre a Administração Central do Estado e as diferentes regiões, ou Comunidades Autónomas.

Depois de, em 1991, ter sido estabelecida uma referência para uma proteção de 100 metros para os trilhos do Caminho Francês<sup>147</sup> e de, em 1992, se ter especificado e definido a delimitação do seu conjunto histórico<sup>148</sup>, o Caminho de Santiago celebrou a inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO em dezembro de 1993.

Seguem os critérios, segundo os quais a *Route 669 Spain C* foi inscrita na Lista e que se passam a traduzir:

- (ii) – *Interchange of human values* – reconheceu-se que o Caminho de Santiago desempenhou um papel crucial na troca cultural entre a Península Ibérica e o resto da Europa, especialmente durante a Idade Média e séculos subsequentes. A riqueza da herança cultural emergente em associação com o Caminho é vasta, marca o nascimento do Românico, e apresenta exemplos extraordinários do Gótico, Renascimento e Barroco<sup>149</sup>. Também se considerou que as atividades de que emanaram do Caminho de Santiago levaram ao crescimento de cidades existentes no norte da Espanha e à fundação de novas.

- (iv) – *Outstanding example of a landscape* - O Caminho de Santiago foi considerado o percurso de peregrinação cristã que melhor ilustra, no mundo, as fases da história, nomeadamente através de edifícios eclesiásticos e seculares, enclaves grandes e pequenos, e estruturas de engenharia civil.

- (vi) – *living traditions of outstanding universal significance* – o Caminho de Santiago ostenta testemunho excepcional do poder e influência da fé entre pessoas de todas as classes sociais e origens na Europa medieval e posterior.

---

<sup>147</sup> Resolução de 14 de maio de 1991 da Conselleria de Ordenación do Território e Obras Públicas.

<sup>148</sup> Resolução de 12 de novembro de 1992 da Dirección Xeral do Património Histórico e Documental.

<sup>149</sup> Como é o caso do sítio histórico de Santiago de Compostela e da Catedral de Burgos, que já constavam da Lista por si só.

O Caminho de Santiago é constituído por vias de domínio público e passou a constituir um bem do domínio público, de carácter cultural, incluído na categoria de *território histórico*, sendo-lhe aplicável a legislação geral nesta matéria, relativamente ao seu regime de proteção, ao dever de conservação, às autorizações necessárias para intervenção nesse espaço, às características e memória final dos projetos, às figuras do planeamento.

A regulamentação centrou-se inicialmente na proteção do Caminho Francês, reconhecido como a principal ligação física e cultural entre a Península Ibérica e o Continente Europeu. Segundo Naveira Seoane (2015), aplica-se ao Caminho de Santiago a proteção que a Lei do Património Cultural prevê para bens catalogados em território espanhol, estendendo-se as mesmas diretrizes a todos os itinerários historicamente reconhecidos como Caminho de Santiago.

Depois do Caminho Francês em 1993, seguiram para a Lista da UNESCO o Caminho do Norte e o Caminho Primitivo em 2015, incluindo também o Caminho Liebaniego<sup>150</sup> e o Interior ao País Basco e La Rioja. Os restantes percursos marcados com a denominação geral de «Caminho de Santiago» e que são, por isso, candidatos à Lista, são: o Caminho Português, a Ruta de La Plata, o Caminho de Fisterra, o Caminho Inglês e a Ruta Marítima de Peregrinação do Mar de Arousa e Ulla.

Este processo está progressivamente a incluir todos os caminhos, e não sendo diferente o caso dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela, em 30 de maio de 2016 viu-se aprovada publicamente<sup>151</sup>, pela Comissão Nacional da UNESCO, a sua inscrição na Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial, para posterior inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO. Importa referir que a iniciativa foi conseguida através do trabalho conjunto de duas associações nacionais de peregrinos - Associação Espaço Jacobeus (AEJ) e a Associação de Peregrinos Via Lusitana - tendo a proposta sido submetida com base na fundamentação histórica do investigador e autor Paulo Almeida Fernandes, do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do

---

<sup>150</sup> Ligação a Santo Toríbio desde San Vicente de La Barquera (no Caminho do Norte) com continuação pela Ruta Vadiniense até Mansilla de Las Mulas (interseção com o Caminho Francês).

<sup>151</sup> [www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica](http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica)

Património da Universidade de Coimbra e do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.

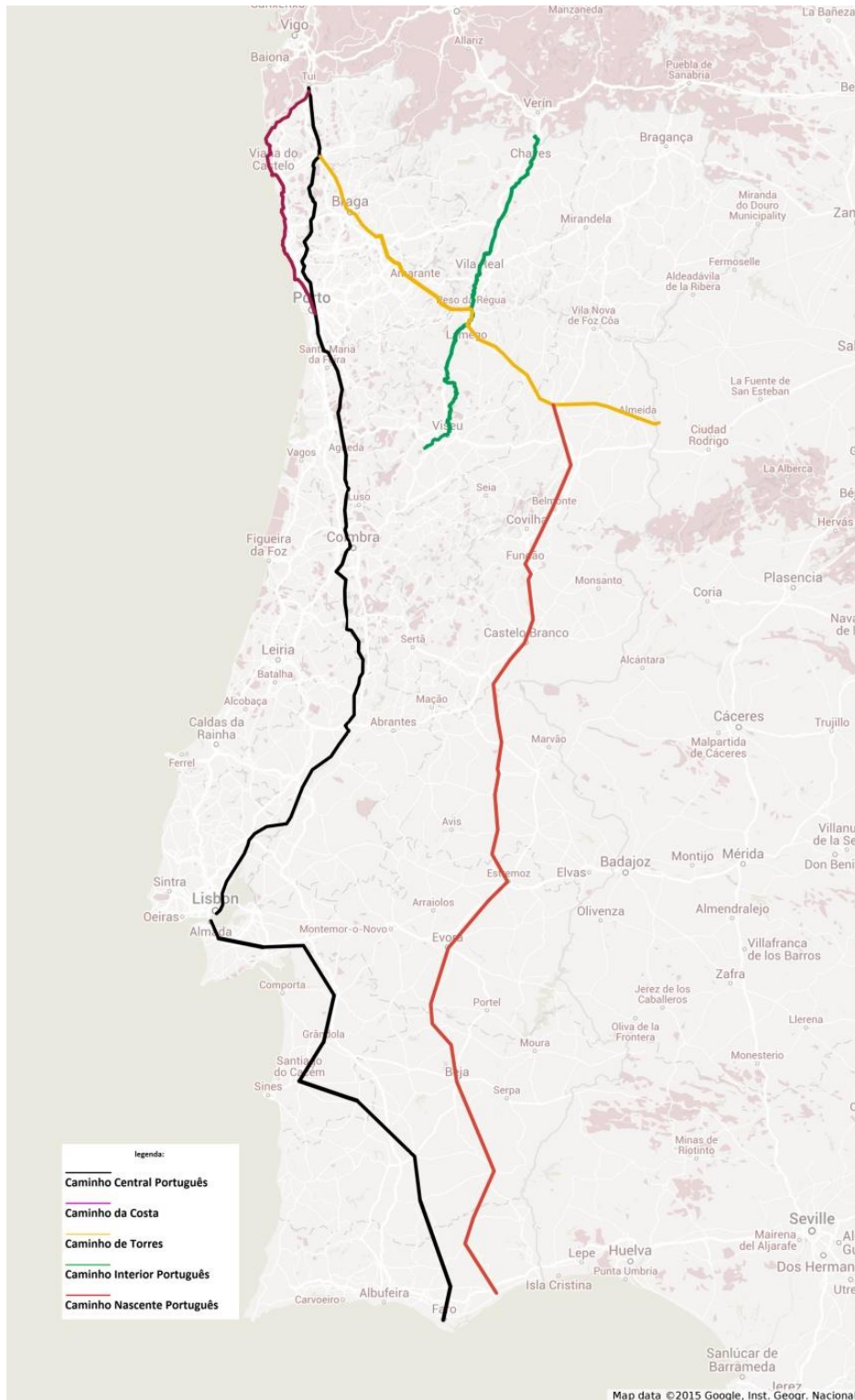
Este constituiu o primeiro passo para o reconhecimento de cinco itinerários em Portugal (Figura 50). Como alega o investigador Almeida Fernandes, pelo valor universal excecional do itinerário, a par da história dos locais por onde passa, existem boas possibilidades de sucesso junto à UNESCO, perspetivado, numa fase posterior, na articulação institucional e diplomática com Espanha para atingir o objetivo comum, junto da UNESCO, e que será decisivo para integrar os itinerários em território espanhol.

Segundo Fernandes (2014), o culto a Santiago tem em Portugal uma dimensão nacional na medida em que se estende literalmente de norte a sul do país, ainda que os antigos percursos de peregrinação a Santiago se mantenham hoje, sobretudo, a norte do Douro. No Algarve e Alentejo a presença de Santiago faz-se sentir e é visível nas memórias documentais e iconografia deixada pela Ordem de Santiago e que, no corredor central do caminho para Santiago, se vão precisando em Faro – Loulé – Salir – Almodôvar – Castro Verde – Santiago do Cacém – Alcácer do Sal – Palmela – Lisboa.

Torna-se, aliás, bastante reveladora a afirmação de Fernandes (2014), em relação à importância da influência religiosa e patrimonial da Ordem de Santiago no sul de Portugal:

*“Paradoxalmente, o Sul de Portugal conserva mais impressionantes testemunhos do culto a Santiago que o Centro e muitas áreas do Norte. Tal facto ficou a dever-se à profunda herança deixada pela Ordem de Santiago, principal agente da conquista e do povoamento medievais desde a Península de Setúbal até ao Algarve. A dimensão militar deste fenómeno levou a que, no sul, os verdadeiros caminhos de Santiago sejam no sentido meridional – o sentido da (re)conquista – e não em direção a norte, como seria natural, atendendo à relevância de Compostela como destino de peregrinação em massa durante a Idade Média.” (pág. 167)*

**Figura 50: Mapa dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela**

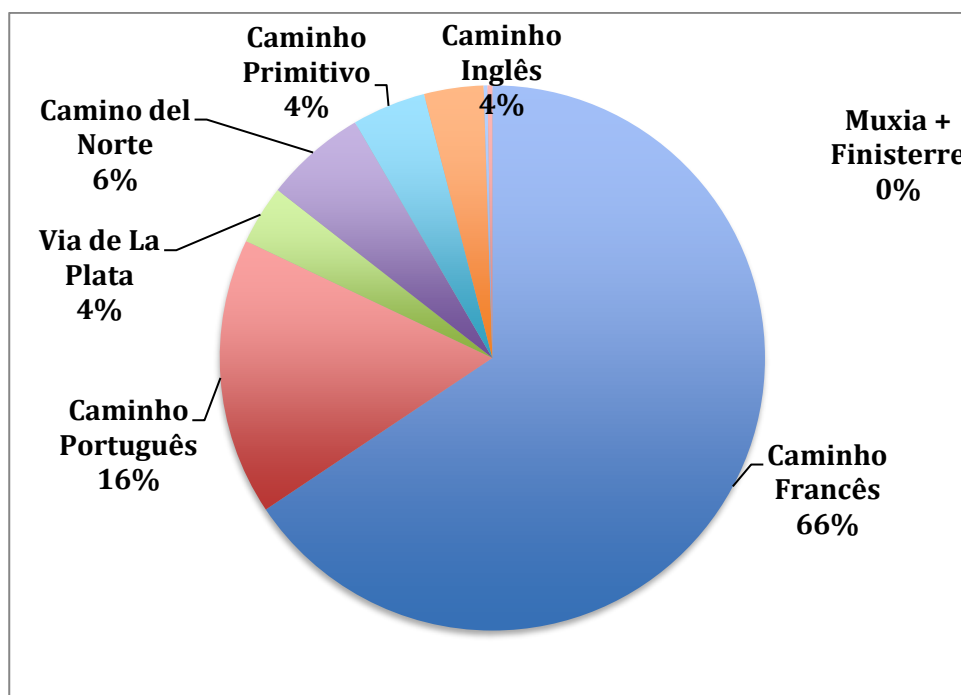


**Fonte: Candidatura à Lista Indicativa de Portugal para Património Mundial da UNESCO, da AEJ, Via Lusitana e Paulo Almeida Fernandes**

### 3.2.3. Peregrinos no Caminho de Santiago Português

A Figura 51 ilustra a popularidade de cada um dos principais caminhos, com base nos dados anuais de 2015, que registou um valor absoluto de 262.459 peregrinos. O Caminho Português encontra-se em segundo lugar, depois do Caminho Francês, tendência que se constatou vir a verificar-se desde que as estatísticas começaram a ser publicadas em 2004. O Caminho do Norte aparece com 10 pontos percentuais abaixo do Português, e em terceiro lugar aparecem os Caminhos Inglês, Primitivo e Via de La Plata. O Caminho de Finisterre e Muxia não tem significado nestes registos, mas os dados podem encontrar-se enviesados pelo facto de muitos peregrinos não reportarem o prolongamento do seu caminho até lá, especialmente se o caminho principal percorrido termina em Santiago de Compostela, como se verifica na esmagadora maioria dos casos.

**Figura 51: Divisão do Número de Peregrinos por Caminho percorrido - 2015**

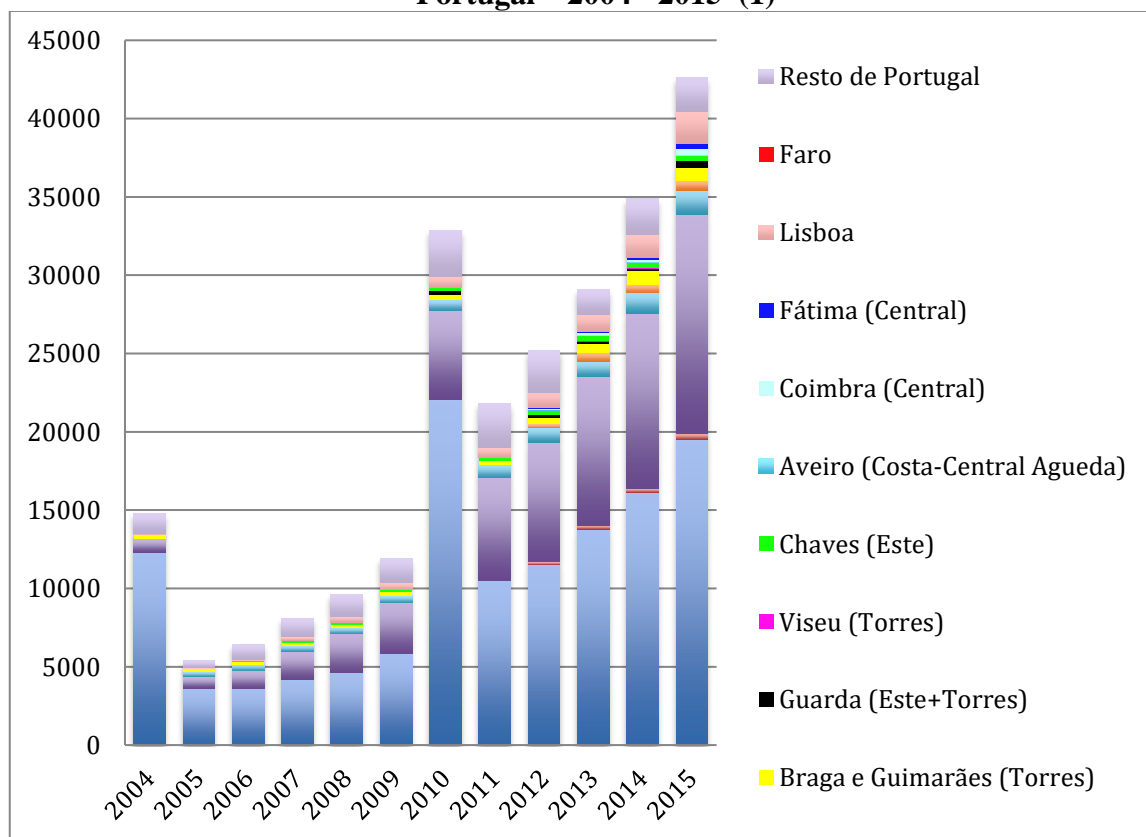


**Fonte: elaboração própria, a partir das estatísticas anuais disponíveis na Oficina de Acogida al Peregrino**

Para aprofundar esta análise relativamente ao caso do Caminho Português, apresenta-se na Figura 52 a evolução do número de peregrinos desde 2004 a 2015, correspondente à

Figura 41, apresentada anteriormente. Conclui-se que a esmagadora maioria dos peregrinos inicia o seu caminho na fronteira entre Valença e Tui, visto que desde aí perfazem cerca de 120km, bem próximo do número mínimo requerido para o estatuto de peregrino e a atribuição da Compostela, que são os 100km. De seguida é o Porto que se salienta e que pode ser utilizado pelos peregrinos que percorrem o Caminho Português Central ou o Caminho Português da Costa. Só depois, em terceiro lugar aparece Ponte de Lima para os que percorrem o Caminho Central ou o de Torres.

**Figura 52: Evolução do Número de Peregrinos por ponto de partida em Portugal – 2004 - 2015 (1)**

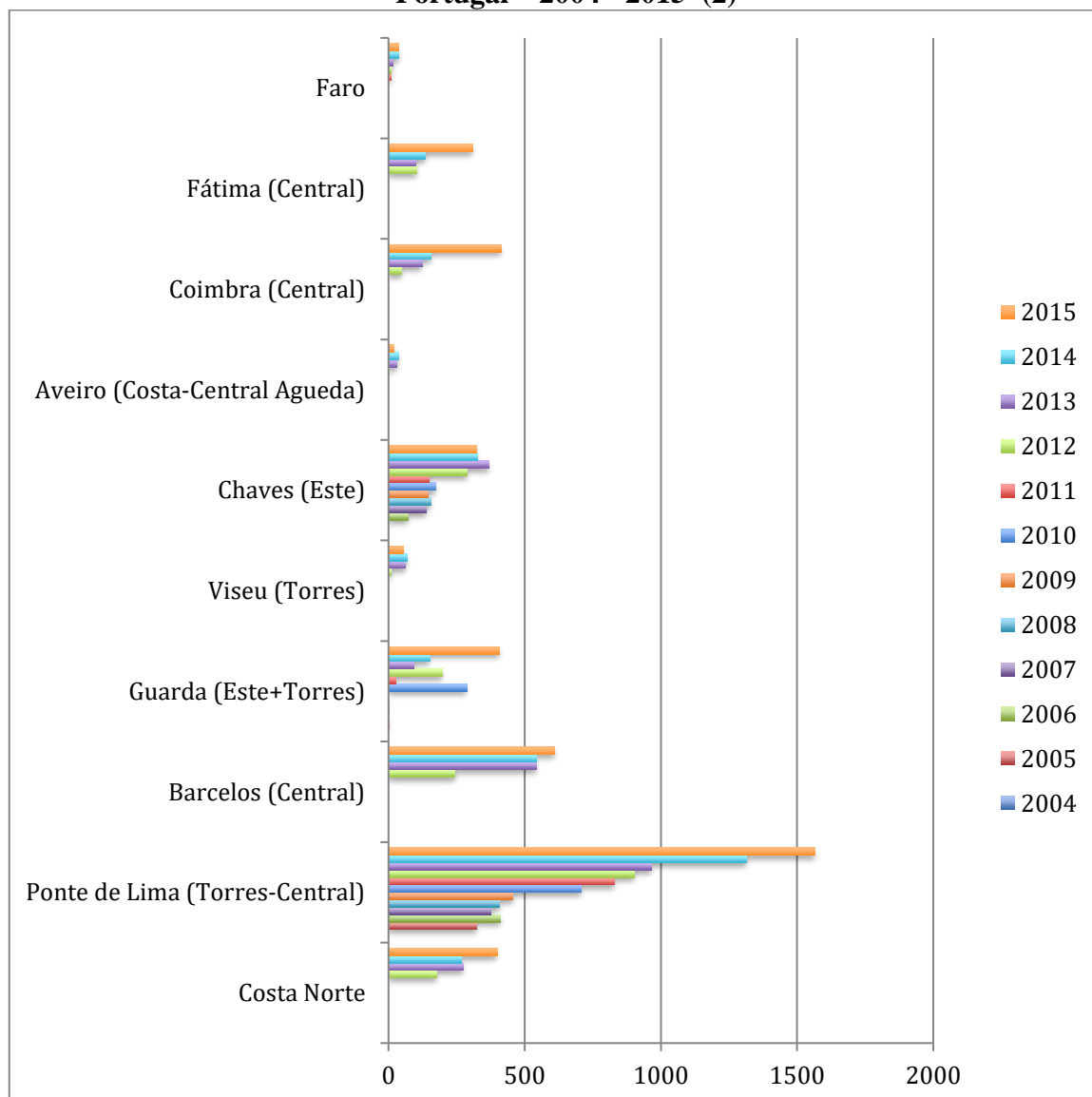


**Fonte: elaboração própria, a partir das estatísticas anuais disponíveis na Oficina de Acogida al Peregrino**

Até 2010, grande parte dos locais foram sendo incluídos em “Resto de Portugal” pela Oficina de Acogida al Peregrino. Para facilitar a visualização da evolução dos locais de partida portugueses emergentes, excluíram-se os mais populares. A Figura 53 reflete claramente a liderança de Ponte de Lima, constante nos últimos anos. Também aparece com alguma constância o início em Chaves que corresponde ao Caminho do Este com

início em Tavira, embora não se acerque aos números registados em 2015 por Barcelos, Guarda e Coimbra.

**Figura 53: Evolução do Número de Peregrinos por ponto de partida em Portugal – 2004 - 2015 (2)**



**Fonte: elaboração própria, a partir das estatísticas anuais disponíveis na Oficina de Acogida al Peregrino**

A grande revelação é o aparecimento de Faro, que em 2011 passou a ser apresentado como ponto de saída diferenciado<sup>152</sup>. Embora com um número de peregrinos baixo (11 peregrinos iniciaram o seu caminho em Faro em 2011 e 2012, 17 peregrinos em 2013,

<sup>152</sup> Foi questionada a Oficina de Acogida del Peregrino acerca da possibilidade de as estatísticas considerarem Faro enquanto distrito (incluindo Tavira e Lagos) mas aquela entidade assegurou tratar-se de Faro – cidade.

37 peregrinos em 2014 e 36 peregrinos em 2015) Faro não tem o percurso marcado no terreno, o que é paradoxalmente motivante e preocupante.

**Figura 54: Mapa dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago constante nas Credencial Oficial do Peregrino**



Fonte: Credencial Oficial do Peregrino

Não surpreende que os peregrinos se desloquem até Faro para iniciar o seu caminho, em primeiro lugar porque o mapa apresentado na Figura 54 consta na Credencial Oficial do Peregrino, de que todos os peregrinos se devem fazer acompanhar diariamente nas suas

peregrinações para comprovar o seu estatuto, identificar-se e obter os benefícios nos albergues, e finalmente receber a Compostela. É natural, no entanto, que não se verifique maior número de peregrinos a partir de Faro, na medida em que este mapa não consta nos websites da especialidade<sup>153</sup> e que servem de apoio para o planeamento detalhado das peregrinações, desde a escolha do ponto de partida, ao cálculo do número de quilómetros a realizar por dia, aos apoios no caminho, contactos e preços dos albergues, etc.<sup>154</sup> A promoção boca-a-boca e a disponibilidade de informação na internet são, manifestamente, determinantes fatores na escolha do itinerário e na concretização da viagem, o que deixa Faro, por enquanto, fora do baralho.

Se considerarmos que, de todos os Caminhos da Península, o segundo ponto de partida, claramente mais popular é Saint Jean Pied’Port<sup>155</sup> na fronteira montanhosa entre França e Espanha, a cerca de 800km de Santiago de Compostela, e que é normal que os peregrinos repitam a peregrinação mais do que uma vez, pode antecipar-se que o início em Faro seja uma alternativa cada vez mais atraente, principalmente para os peregrinos de longo curso. É também assinalável que os milhares de peregrinos que iniciam em Saint Jean ou Roncesvalles não são residentes nessas localidades. Muitos fazem trânsito em diversos meios de transporte até chegar a esses locais de início. Faro tem vantagem ao nível da acessibilidade internacional.

Também se constatou no trabalho de campo realizado através das entrevistas exploratórias que o trabalho de identificação e marcação dos percursos, bem como a publicação de trilhas, mapas, informação sobre serviços de apoio e de acolhimento, é realizado por voluntários particulares ou por associações de amigos do Caminho de Santiago, como são exemplos o investigador do Caminho de Torres<sup>156</sup>, a Associação dos Amigos do Caminho de Tavira<sup>157</sup>, a AEJ<sup>158</sup>, a Via Lusitana<sup>159</sup>, a Associação Gaditana Jacobea “Via Augusta”<sup>160</sup>, entre outros.

---

<sup>153</sup> Nos websites mais populares (Eroskiconsumer e o Gronze) só aparecem detalhes do Caminho Português a partir do Porto

<sup>154</sup> Hoje em dia, muitos realizam a sua peregrinação como se fosse um circuito turístico pre-organizado, com reservas de alojamento e transporte de mochilas, sem contar que as novas aplicações para androides e telemóveis, especializadas no Caminho de Santiago que permitem controlar todas as variáveis da viagem, a qualquer hora em qualquer lugar.

<sup>155</sup> Com Roncesvalles chega a uma posição de excelência no âmbito dos locais de partida.

<sup>156</sup> O Prof. Luis Quintales, docente da Universidade de Salamanca organizou o itinerário que sai dessa cidade e que passa pelo território Português

<sup>157</sup> Organizou o itinerário denominado Caminho Nascente que sai de Tavira e sobre o Guadiana

Tendo-se verificado, no Algarve, a popularização da “moda” das caminhadas e das espiritualidades importadas dos quatro cantos do mundo, procurou entender-se melhor a atitude mental dos potenciais utilizadores do itinerário central do sul, em relação ao “Caminho de Santiago”. O interesse, ou pelo menos o respeito e fascínio, do público do Algarve em relação ao Caminho de Santiago foi claro, mas percebido como algo longínquo e alheio, não mais a nível geográfico do que a nível espiritual e religioso. Ou seja, para uma boa parte do público das caminhadas e espiritualidades no Algarve, o Caminho de Santiago, ao longe, avista-se intrigante, empolgante, emocionante, e até exótico. No entanto, parece subsistir uma significativa resistência deste público, em geral, face ao inevitável contacto que o Caminho de Santiago pressupõe com Igreja Católica<sup>161</sup> no aprofundamento da mística e simbologia que o caracterizam.

Apresentam-se de seguida os principais resultados do inquérito que servirá para entender, em última análise, o posicionamento face à ativação patrimonial do Caminho de Santiago no Algarve, particularmente em Faro. O questionário<sup>162</sup> aplicado aos potenciais utilizadores e voluntários do Caminho de Santiago a partir do Algarve<sup>163</sup> apresentou 127 respostas, 59,5% do sexo masculino e 40,5% do sexo feminino, dos quais 38,6% eram residentes no Algarve e os restantes maioritariamente do resto de Portugal e outros de Espanha, Europa e “outros”. O estado civil de 56,3% dos inquiridos é “casado”, 27% “solteiro” e 16,7% “divorciado”. A grande maioria afirma ter formação superior (68,5%) e ser católico e participar semanalmente na Eucaristia (61%).

Dos inquiridos 91,3% costuma fazer caminhadas com regularidade e conhece o Caminho de Santiago. Deste grupo de inquiridos, haviam já feito o Caminho de

---

<sup>158</sup> “gestora voluntária e sem fins lucrativos” em todas as atividades envolvidas na peregrinação (incluindo, marcação e manutenção de trilhos) no norte de Portugal

<sup>159</sup> Responsável pela marcação feita em grande parte dos trilhos a partir de Lisboa e sua divulgação

<sup>160</sup> Responsável pela recente marcação de já mais de 250km entre a Costa de la Luz, Andaluzia, e o início da Ruta de La Plata em Sevilha.

<sup>161</sup> Que no Algarve se desligou de Santiago, por razões históricas, como se entende nos capítulos anteriores.

<sup>162</sup> Anexo 1 e online em: <http://goo.gl/forms/oUwL4Fn4grKvZrBO2>

<sup>163</sup> O facto da distribuição do inquérito ter sido feita através de grupos e páginas de internet especializadas serviu de “filtro” para identificar estes “potenciais utilizadores” pois todos aqueles que responderam estão, de alguma forma, ou ligados às caminhadas no Algarve, ou ao Caminho de Santiago.

Santiago 77,3% , equivalente a 91 pessoas, cuja maioria já havia feito o Caminho mais do que uma vez (33 afirmaram já ter feito o Caminho quatro ou mais vezes). A maioria das pessoas afirma ter realizado entre 650 e 850 km ou mais no Caminho de Santiago, no total até agora. Trata-se, pois, de um grupo específico e particularmente motivado, e não de uma amostra significativa.

Para entender se os inquiridos tinham a noção dos benefícios espirituais associados ao sacrifício físico na peregrinação, questionou-se se caminhariam este tipo de distâncias em circuitos circulares nas suas áreas de residência, e qual a razão. Dos 126 questionários respondidos foram registadas 89 respostas positivas e 37 respostas negativas. Apenas 63 dos inquiridos justificaram as suas escolhas. Das respostas afirmativas, através da análise qualitativa de conteúdo encontrámos 4 categorias: dedicação e esforço com 6 referências; encontro pessoal, fé e mística com 8 referências e o “gosto pela caminhada e desafio” com 9 referências.

É interessante verificar que os inquiridos caminhariam mesmo sem ser o “Caminho de Santiago” apenas pelo gosto da caminhada. A maioria dos inquiridos que respondeu “não” considera que não o faria pois não existe qualquer objetivo ou sentido associado ao andar em círculos, com 12 referências (Quadro 3). Um dado interessante é que vários dos inquiridos afirmam que o fariam por múltiplas razões.

**Quadro 3: Justificação para caminhar ou não em círculos – resposta à questão 8 do questionário**

<b>Sim</b>	<b>Nº ref</b>	<b>Não</b>	<b>Nº ref</b>
dedicação e esforço	6	Não vê objetivo em caminhar aos círculos	12
encontro pessoal	8		
fé e mística	8		
gosto pela caminhada e desafio	9		

**Fonte: Elaboração própria com base na análise qualitativa de conteúdo das respostas ao questionário com NVivo9 da QSR Internacional**

A segunda seção do questionário foi respondida pelos inquiridos que já tinham feito o Caminho de Santiago, com o objetivo de conhecer a importância de determinados fatores na decisão de o fazer (Quadro 4). Contabilizaram-se entre 90 e 92 respostas em cada questão. As respostas “Intermédia”, ou seja o número 3 da escala de Likert, não

estão a ser consideradas para efeitos de compreensão da tendência de opinião. Estas estão assinaladas com cor amarela, e os maiores destaques a cor azul.

**Quadro 4: Respostas da Secção 2 do Questionário**

	nr de respostas	Nada importante	Pouco importante	Intermédio	Importante	Muito Importante
Caminhar em direção a uma meta com grande significado	91	0%	2,2	6,6%	<b>18,7%</b>	<b>72,5%</b>
Fazer atividade física, caminhando na natureza	91	1,1%	2,2%	20,9%	30,8%	45,1%
Sentimento de liberdade	90	1,1%	1,1%	6,7%	30%	61,1%
Afastar-me do quotidiano	92	1,1%	1,1%	10,9%	<b>22,8%</b>	<b>64,1%</b>
Desapego dos bens materiais	90	2,2%	2,2%	18,9%	33,3%	43,3%
Experimentar o desconhecido	91	3,3%	4,4%	13,2%	34,1%	45,1%
Regressar às origens da minha identidade	92	4,3%	12%	25%	30,4%	28,3%
Experiência de paz, tranquilidade interior	89	0%	2,2%	5,6%	<b>25,8%</b>	<b>66,3%</b>
Busca de espaço espiritual para comunicar com Deus	91	3,3%	8,8%	16,5%	31,9%	39,6%
Devoção a Santiago	92	8,7%	10,9%	26,1%	23,9%	30,4%
Conhecer culturas de outras localidades	91	0%	1,1%	22%	28,6%	48,4%
Visitar locais de culto de grande monumentalidade	92	0%	5,4%	20,7%	38%	35,9%
Visitar locais históricos	92	0%	4,3%	18,5%	37%	40,2%
Por tradição	92	9,8%	17,4%	31,5%	19,6%	21,7%
Para cumprir promessa	90	34,4%	28,9%	20%	8,9%	7,8%
Por uma intenção ou pedido	91	27,5%	25,3%	20,9%	12,1%	14,3%
Para rezar	91	14,3%	18,7%	30,8%	14,3%	22%
Conhecer pessoas novas	92	5,4%	7,6%	37%	21,7%	28,3%
Tirar férias do trabalho	91	18,7%	8,8%	36,3%	22%	14,3%

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao questionário

A questão “caminhar em direção a uma meta com grande significado” só não é reconhecida como importante por uma pequena minoria de 2,2%, enquanto 91,2% dos inquiridos lhe conferem classificação de 4 e 5. O desporto na natureza também tem peso (com 45,1% de respostas a pontuar com 5) mas nota-se um ligeiro movimento para o centro neutro, que se acentua um pouco mais nas perguntas relativas ao “desapego dos bens materiais” e ao “regresso às origens da identidade”, respetivamente com 4,4% e 16,3% em “pouco importante” e “nada importante”. É muito importante para a grande maioria libertar-se do quotidiano (86,9% de respostas nas escalas 4 e 5 e apenas 2,2% abaixo do centro) e experimentar a paz e a tranquilidade interior que apresenta 92,1% acima de “importante”. Os fatores com menor importância são o cumprimento de promessas com 63,3% das respostas em “pouco importante” ou “nada importante”, onde se encontra também o fazer o Caminho por qualquer intenção ou pedido específico 52%.

O Quadro 5 apresenta as respostas da Seção 3 do questionário que também se referem à opinião dos inquiridos que já fizeram o Caminho de Santiago. Destacam-se a azul as respostas com peso mais significativo para o lado da concordância, nomeadamente as respostas mais unânimes e que refletem: a vontade de repetir o Caminho por percursos novos; a importância das setas amarelas a sinalizar o percurso; a transformação interior dos que o percorrem; e a vontade de partilhar no regresso a casa. Do lado da discordância mais acentuada salienta-se o não estar em causa a capacidade física.

Por sua vez, o Quadro 6, referente à Seção 4 do questionário, reflete a pertinência que os inquiridos atribuem à necessidade de apoio aos grupos de voluntários na manutenção e limpeza dos percursos. Esta pressupõe, no caso de Faro-Loulé, a necessidade de realizar também o reconhecimento e a delimitação. Também se destaca a necessidade de sensibilizar as comunidades que são intercetadas para que possam participar igualmente no acolhimento dos peregrinos. É certo que o número atual de peregrinos a iniciar o seu caminho em Faro é ainda reduzido e não viabiliza investimentos na estrutura de acolhimento. As histórias da evolução do Caminho Francês contemporâneo dão conta de como, por tantos sítios foi a caridade privada que sustentou as necessidades básicas de muitos peregrinos. Assim, se criaram muitos dos albergues atuais, onde se contam as

histórias de como os mais antigos ajudavam porque “viam Jesus na cara de cada peregrino que passava”.

**Quadro 5: Respostas da Secção 3 do Questionário**

	nr de respostas	Discordo Totalmente	Discordo	Intermédio	Concordo	Concordo Totalmente
Parto para uma peregrinação para por à prova as minhas capacidades físicas.	92	17,4%	15,2%	39,1%	18,5%	9,8%
Procuo aproximar-me de Deus e sentir uma atmosfera sagrada durante a peregrinação.	92	8,7%	12%	27,2%	26,1%	26,1%
Caminho de Santiago promove a transformação interior dos que o percorrem	92	0%	3,3%	12%	21,7%	63%
Muitos iniciam como caminheiros e acabam como peregrinos.	92	0%	1,1%	14,1%	32,6%	52,2%
A experiência é tão extraordinária que, ao regressar a casa, o peregrino procura partilhar a experiência e promover voluntariamente o Caminho de Santiago junto de todos.	92	0,0%	1,1%	5,4%	26,1%	67,4%
Gostaria de voltar a fazer o Caminho de Santiago, num percurso que ainda não conheça.	92	0%	0%	5,4%	10,9%	83,7%
O Caminho de Santiago é um fator de integração europeia.	92	2,2%	2,2%	8,7%	29,3%	57,6%
A sinalética orientadora dos Caminhos de Santiago (setas, vieiras e demais sinalização) é um elemento fundamental do património material do Caminho	92	0%	1,1%	4,3%	14,1%	80,4%

**Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao questionário**

Salienta-se, também, no Quadro 6 a pertinência percebida pelos inquiridos relativamente à marcação efetiva dos percursos do Caminho de Santiago no Algarve e ao envolvimento da comunidade no processo da patrimonialização, como formas de valorização e preservação do património associado à Ordem de Santiago e às memórias do Santo.

**Quadro 6: Respostas da Secção 4 do Questionário**

	nr de respostas	Nada pertinente	Pouco pertinente	Intermédio	Pertinente	Muito Pertinente
Aprofundamento da tradição da presença do Apóstolo São Tiago na Península Ibérica enquanto património comum, através da introdução do tema junto dos jovens nas escolas e paróquias (Educação Moral e Religiosa Católica, Catequeses, etc.)	126	5,6%	4,8%	26,2%	33,3%	30,2%
Reconhecimento e celebração de memorial do papel histórico, religioso e cultural da Ordem de Santiago no Algarve por parte das entidades oficiais locais competentes.	126	0%	6,3%	28,6%	38,9%	26,2%
Valorização e preservação do património associado à Ordem de Santiago através da marcação efetiva dos percursos do Caminho de Santiago no Algarve	126	0%	4%	15,1%	<b>32,5%</b>	<b>48,4%</b>
Proteção legal desses percursos enquanto património, bem como da sinalética associada (setas amarelas, marcos e sinais de trânsito)	127	0%	1,6%	14,2%	27,6%	56,7%
Maior ênfase na celebração da Festa Litúrgica de São Tiago Maior (25 de julho) no Algarve.	126	2,4%	8,7%	26,2%	32,5%	30,2%
Difusão da Tradição Jacobea através da realização de encontros e caminhadas temáticas em que se envolva a comunidade local.	125	0,8%	4%	20%	32%	43,2%
Sensibilização das comunidades intersetadas pelo Caminho de Santiago de sul a norte do Algarve, para os cuidados e precauções a ter no apoio aos peregrinos.	127	0%	3,1%	15,7%	<b>31,5%</b>	<b>49,6%</b>
Apoio a grupos de voluntários na manutenção e limpeza dos percursos.	127	0%	0%	11,8%	<b>35,4%</b>	<b>52,8%</b>
Valorização e preservação do património histórico e cultural do Algarve associado às memórias de Santiago através do envolvimento da comunidade no processo de patrimonialização.	126	0,8%	1,6%	13,5%	<b>37,3%</b>	<b>46,8%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas ao questionário

Na Secção 5 do questionário os inquiridos manifestaram-se unanimemente em relação aos benefícios que a passagem de peregrinos traz às comunidades locais com 100% das 127 respostas. Em relação à sinalização do Caminho de Santiago com setas amarelas

nas vias públicas, 98,4% dos inquiridos (de 125 respostas) são da opinião que não haverão quaisquer impactos visuais ou incómodos para as comunidades locais.

Estas medidas são tanto mais importantes quando vistas à luz da situação em que se poderá ver o peregrino que, sem qualquer orientação ou apoio, pretenda perseverar rumo ao lugar santo. Teriam sido assim dois casos apurados no decorrer do presente estudo. O primeiro, datado de 1998, chegou à investigação pelas mãos do atual mais alto representante associativo internacional do Caminho Português de Santiago – D. Celestino Lores – e apresentou-se sob forma de diário da viagem<sup>164</sup> realizada por dois peregrinos, entre Faro (Algarve) e Faro (Finisterre), entre 12 de agosto e 9 de setembro de 1998. O resumo das etapas realizadas por estes peregrinos permite constatar que houve uma tentativa de seguir o mapa constante na Credencial do Peregrino entre Faro e Évora, registando-se depois, porém, um desvio significativo desde aquele traçado em direção a Tomar, passando por Arraiolos, Avis, Ponte de Sor e Abrantes, a partir de onde seguiram pelo Caminho Português Central. A partir das páginas acedidas, estima-se que os peregrinos tenham caminhado exclusivamente por estrada até Tomar uma vez que não existiam, e continuam a não existir, quaisquer outras indicações de percursos alternativos no itinerário que escolheram seguir<sup>165</sup>. O prolongamento de etapas muito acima dos 30 km, na maior parte dos casos, expressa uma possível insuficiência da rede de albergues.

O segundo caso, revelado pela investigadora de História Medieval e Ordem de Santiago da Câmara Municipal de Loulé, Dr.<sup>a</sup> Luísa Martins, remonta a 2003, quando um casal de peregrinos solicitou carimbo da sua credencial naquele município e acabou por partilhar a sua experiência de caminhada iniciada em França, após a morte de dois dos seus três filhos. Certamente sentiram o entusiasmo dos Serviços da Câmara Municipal de Loulé, pois à chegada a Santiago, enviaram-lhes uma cópia de uma das suas credenciais<sup>166</sup> preenchidas com os carimbos dos lugares por onde haviam passado.

---

<sup>164</sup> Vide anexo 2, Diário de Faro a Faro.

<sup>165</sup> No sul de Portugal perderam a oportunidade de passar pelos locais mais significativamente ligados a Santiago, nomeadamente, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Palmela. O mapa que consta nas credenciais é da responsabilidade da Oficina do Peregrino, mas é Portugal que deve, ou não, solicitar as devidas alterações, contextualizando-as historicamente e de forma conjunta.

<sup>166</sup> Vide Anexo 3, Credencial preenchida de Faro a Santiago de Compostela

### 3.3. Considerações sobre património e patrimonialização

*“...a Acrópole de Atenas, as pinturas pré-históricas... são peças do nosso património cuja degradação e desaparecimento é mais facilmente perceptível. Mas o desaparecimento de um conjunto de lendas que já ninguém ouve, porque os novos preferem a telenovela, ou o desaparecimento de um rito, isso é menos perceptível. Pelo menos não faz tanto barulho a ruir, mas é por vezes mais importante para essa memória da Humanidade que se quer conservar do que o mosteiro dos Jerónimos ou o coliseu de Roma: dizem-nos mais coisas e podem contar-nos uma evolução, ajudando-nos a conhecermo-nos melhor...”(Barbosa, 1982:15)*

Barbosa (1982) refere que o património engloba desde as grandes evidências arquitetónicas e arqueológicas, à tradição oral, e outras formas de expressão do homem, entre os elementos da vida quotidiana, chamando a atenção, desde há mais de três décadas, para o facto de se estarem a perder as lendas e a tradição oral em Portugal, especialmente porque as velhas formas de transmissão estavam, desde então, também a acabar: os serões da aldeia foram substituídos pelos filmes e programas de televisão, a música tradicional e seus instrumentos foram substituídos pela música e tecnologias modernas, o artesanato pelos produtos atuais mais práticos e baratos.

Cruz (2012) alerta que a durabilidade de um bem, seja ele manifestação de um património tangível ou intangível, está diretamente relacionada com a respetiva valorização cultural, simbólica ou económica que a sociedade envolvente lhe consagra, pelo que associa a patrimonialização à institucionalização de mecanismos de proteção do património cultural, material ou imaterial<sup>167</sup>. Neste processo, que visa a proteção de manifestações culturais consideradas representativas de um determinado grupo social em determinado tempo e espaço, elege-se uma parte da herança histórica material e imaterial para representar determinada identidade. Esta passa a ser protegida por um sistema normativo, filtro no tombo dos “*objetos*” da patrimonialização que, por sua vez ganham uma nova valorização e se tornam frequentemente objetos de consumo, nomeadamente consumo turístico.

---

<sup>167</sup> A autora atribui, inclusivamente, o início do movimento da patrimonialização do património à Revolução Francesa, altura em que o governo francês tomou a decisão de intervir na proteção do seu património material, incluindo edifícios e obras de arte, sendo a conversão de bens intangíveis mais recente e regida por normas específicas.

Françoise Choay, citado por Reis e Albernaz (2014), encara o património como uma forma material de se tocar uma memória viva, levando os indivíduos à experiência do tempo passado, em que “o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos.”(pág. 3)

E, ainda que os monumentos sejam os elementos mais evidentes do registo da memória dos grupos sociais, eles não aparecem isolados mas sim, enquadrados no tempo e no espaço, permitindo compreender as transformações da história dos homens através dos tempos. Assim confirmam as seguintes definições “institucionais”:

- Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos, em Veneza 1964, Art. 1

*“a noção de monumento histórico compreende tanto a criação arquitectural isolada quanto o sítio urbano ou rural, testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Ela estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram, com o tempo, um significado cultural”.* (Barbosa, 1982:9)

- Convenção Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em Paris, em 16 de setembro de 1972, e citada por Silva (2013)

*“os bens patrimoniais culturais são todos os elementos que compõe o universo de criação e vivência humana que são dotados de um valor excepcional do ponto de vista etnológico, antropológico, histórico, artístico, estético e da ciência de forma geral”.* (<http://www.eumed.net/rev/turydes/15/valorizazao-patrimonio.html> consultado em 25/07/2016)

- Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (13 de outubro de 2003), definição da UNESCO, Art. 2º:

*“Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade*

humana.” (<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> consultado em 20/07/2016)

Destaque-se, assim, neste breve apontamento, a entidade de representação máxima no âmbito do Património e do processo de Patrimonialização - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - que outorga signos de distinção a nível internacional e elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, desenvolvendo atividades de salvaguarda do património cultural, a proteção e o estímulo à diversidade cultural. Como refere Lima (2015), esta Organização não-governamental, fundada em 1946, com sede em Paris, atua ainda na definição da política de identificação de manifestações, atribuição de feição simbólica, definição de características, qualificação de modalidades, referenciação de modelos, avaliação de proposições e procedimentos, disseminação de preservação e proteção dos bens (simbólicos).

O turismo adquire legitimidade cultural através do património e tem, simultaneamente sido um meio para a sua valorização, através da divulgação que faz da sua importância, estimulando, assim, a inserção dos bens na dinâmica social, dando-lhe uma função e retirando-os da condição de isolamento, como cita Silva (2013) de Scifoni, ainda que com o alerta para a necessidade de que haja um real entendimento da importância do significado desses bens, para evitar que o património se torne um mero objeto de consumo.

*“As manifestações culturais imateriais dos mais diversos tipos, expressão de saberes e modos de fazer história e socialmente gestados, tendem a ser igualmente formatadas, ‘embaladas’, reinventadas ao sabor dos interesses alienados, de agentes alienígenas. Não raras vezes, o cenário passa a ser a realidade vivida pelos sujeitos sociais criadores de tais práticas...” Cruz (2012:103)*

Paradoxalmente o turismo cultural pode provocar uma visão distanciada e estereotipada que destitui a própria memória cultural que o sustém, na medida em que os locais, a sua história, as suas vivências e seus problemas são colocados em último plano. Quando assim, não se educa nem se esclarece o visitante, nem este ganha em conhecimento, nem em diversidade.

O mercado envolvido na turistificação não pode reduzir a “mera paisagem” os objetos/ espaços da patrimonialização, como apela Cruz (2012) que critica a desvirtualização dos sentidos do património cultural material e imaterial, pelo turismo, que o cenariza, espectaculariza e mercantiliza. Cruz alega que as referências sociais, espaciais, históricas e existenciais contidas no “património cultural” fazem parte de uma memória, que se afigura como direito fundamental de todo o ser humano. Tal como o é o direito à mudança e à transformação. Por isso, hoje, o património que nos revela o passado, apenas pode ser compreendido, como recomenda Cruz, “no contexto do complexo e contraditório processo de produção do espaço” que se supõe assegurar a autenticidade da experiência proporcionada a cada um.

Por outro lado, Morais (2012:1) considera que o primeiro passo para turistificar esses espaços “*sem que eles percam suas funções de lugares onde é possível dialogar com a alteridade e com a própria identidade sociocultural*” é identificando o turismo e os turistas, o público e o perfil dos que frequentam essas “atrações históricas” bem como as suas motivações, de modo a criar uma aliança entre as perspetivas do turismo e as perspetivas do património.

No seu estudo sobre a patrimonialização das levadas da Madeira, Fernandes (2010) cita Santana Talaver:

*“clientes indirectos do cultural (...) visitantes que utilizam o sistema turístico para relaxar, desfrutar do clima, ou simplesmente mudar o ritmo imposto na sua vida quotidiana. Estes chegam ao património simplesmente porque este está no seu caminho ou, ainda, porque o prestígio social supõe falar e/ou demonstrar a visita tal ou qual entidade de valor sociocultural reconhecido. É preciso ser claro e reconhecer que este tipo de turista, ainda que não seja o mais desejado, é o visitante mais numeroso e consumidor dos produtos culturais do património cultural a nível global.”*(pág. 530)

Fernandes (2010) faz também referência à utilização do património cultural como estratégia de desenvolvimento rural, associado ao turismo cultural e à necessidade de “desruralização” e “desagrarização”, implementada através de *microintervensões* em diversos pontos da Europa, nomeadamente no Noroeste Ibérico, com o objetivo de ativar socialmente o património cultural para um consumo turístico que potencia uma economia da memória e da paisagem. Pequenas zonas rurais reproduzem-se e

revitalizam-se socioeconomicamente graças à patrimonialização e turistificação das mesmas, registando-se forte participação local, nomeadamente na multiplicidade da oferta turística nas áreas rurais: turismo de natureza, ecoturismo, turismo cinegético, turismo ativo, turismo cultural, enoturismo, etc...<sup>168</sup>

Já as *macrointervensões* turístico-patrimoniais englobam a manipulação da cultura e da mudança de imagem, e são desenvolvidas em contexto social mais alargado, como o urbano, através do que Prats (1997) aponta ser uma cultura de espetáculo com grande eficácia simbólica para todos os públicos, fazendo aumentar os visitantes e criando adesão social, consumando assim o que existia antes apenas no plano abstrato, como algo idealizado e virtual, uma invenção, uma construção cultural ou social (Prats e Santana, 2005).

Um exemplo da macrointervenção aplicada à realidade do Caminho de Santiago é aquela que os monarcas de Navarra, Aragão, Castela e Leão alavancaram para facilitar a viagem a Santiago através da construção de pontes, reparação de caminhos, edificação de hospitais e, de modo geral, melhorando as infraestruturas das localidades por onde passava o caminho, concedendo diversos privilégios aos peregrinos, protegidos com editos reais que procuram repovoar, colonizar e desenvolver as terras atravessadas pela Rota Jacobea.

Outro exemplo aparece em diversos *websites* e *blogs* e artigos *online* que referem o caso de Doutor Elías Valiña - Pároco de OCebreiro – uma aldeia de montanha localizada a uns 120km de Santiago – como grande reativador do Caminho de Santiago moderno. Natural de Sarria<sup>169</sup>, dedicou-se à reativação do Caminho de Santiago que estava intransitável em muitos pontos. Elaborou e difundiu os seus famosos "Boletines del Camino de Santiago", uma espécie de *newsletters* artesanais que enviava a todos os que via como potenciais contribuidores, nomeadamente autarcas, párocos, associações. As setas amarelas que integram hoje o património material do Caminho tiveram origem com Valiña naquela altura (entre 1970-80), por três razões: em primeiro lugar pela boa

---

<sup>168</sup> Aqui, o património cultural aparece como representação simbólica da cultura que, se não patrimonizável, será pelo menos importante conhecer e estudar (Rodríguez Becerra, 1997).

<sup>169</sup> Hoje o ponto de início mais escolhido pelos peregrinos por ter distância mínima requerida para receber a Compostela.

visibilidade; em segundo, porque do país gaulês, de onde provinha grande número dos romeiros, o amarelo ainda não era utilizado entre as cores que sinalizavam outras rotas de pedestrianismo; e em terceiro, porque lhe foi doada tinta que se empregava na marcação de estradas, e que era dessa cor. Até ao momento da sua morte em Dezembro de 1989, realizou uma completa cartografia da Rota Jacobea. O projeto foi então continuado pelo seu sobrinho José Valiña e por uma escritora e historiadora londrina radicada em O Cebreiro.

No processo de proteção dos Caminhos de Santiago, o subdiretor geral da proteção do património cultural da Xunta de Galicia, Naveira Seoane (2015) destaca três regulamentos:

- **Lei 8/ 1995, de 30 de outubro, define o património cultural da Galiza**

*“O património cultural de Galicia é constituído por todos os bens materiais e inmateriais que, polo seu recoñecido valor próprio, deban ser considerados como de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura galega a través do tempo. Integram o património cultural da Galicia os bens mobles, inmobles e inmateriais de interesse artístico, histórico, arquitectónico, paleontolóxico, arqueolóxico, etnográfico, científico e técnico.*

*Também forman parte deste o património documental e bibliográfico, os conxuntos urbanos, os lugares etnográficos, os xacementos e zonas arqueolóxicas, así como os sítios naturais, xardíns e parques que teñan valor artístico, histórico ou antropolóxico.”*

Neste âmbito, Naveira Seoane (2015) destaca a criação de três categorias de bens definidoras da incidência que cada um deles teve na Galiza:

- Bens de Interesse Cultural (BIC) – aqueles que são declarados como os mais salientáveis dos bens móveis, imóveis e imateriais;
- Catalogados – aqueles que pela sua singularidade definem um território.
- e, os Inventariados – os que merecem ser conservados.

A declaração de interesse cultural é atribuída atendendo às seguintes classes de bens imóveis:

- Monumento

- **Conjunto histórico**<sup>170</sup>
- Jardim histórico
- **Sítio ou território histórico**<sup>171</sup>
- Zona arqueológica
- Lugar de interesse etnográfico
- Zona paleontológica

A Lei 8/1995 define ainda que os bens declarados de interesse cultural gozam da máxima proteção e tutela, sendo a sua utilização subordinada às recomendações para a sua conservação, que é da responsabilidade de proprietários e titulares de direitos sobre os mesmos, bem como dos poderes públicos que devem garantir a proteção, a conservação e o enriquecimento do património cultural da Galiza. Naveira Seoane (2015) salienta também que qualquer intervenção a realizar sobre um bem imóvel declarado de interesse cultural deve ser autorizada pela Consellería de Cultura, antes da concessão de licença municipal, e avaliada a respetiva importância artística, histórica e/ou arqueológica, por técnicos competentes em cada área, devendo ainda ser registada uma memória final pormenorizada após executada a obra.

O ordenamento dos sítios ou territórios históricos, das zonas arqueológicas e dos lugares de interesse etnográfico é baseado em planos especiais de proteção ou outros instrumentos de planeamento<sup>172</sup> que cumpram as exigências estabelecidas nesta Lei, nomeadamente a inventariação, catalogação e proteção jurídica dos elementos vinculados ao Caminho (histórico – artístico, arquitetónico, arqueológico, etnográfico, natural, paisagístico e imaterial), os critérios para o ordenamento do território histórico e sua área de influência, a delimitação das áreas de atuação, reabilitação, recuperação e melhoria ambiental, paisagística e urbana, e as medidas e critérios de prevenção e correção de eventuais impactos causados por infraestruturas, utilização e atividades.

---

<sup>170</sup> “Agrupamento de bens imóveis que formam uma unidade de assentamento, contínua ou dispersa, condicionada por uma estrutura física representativa da evolução de uma comunidade humana, por ser testemunho da sua cultura ou constituir um valor de uso e gozo para a coletividade, ainda que individualmente não tenha uma especial relevância” (traduzido de Seoane, 2015 – apresentação pública)

<sup>171</sup> “Lugar natural vinculada a acontecimentos ou memórias do passado, criações culturais ou da natureza, e a obras do homem que possuam valores históricos ou técnicos”. (traduzido de Seoane, 2015 – apresentação pública) neste se inclui o Caminho de Santiago.

<sup>172</sup> Elaborados pela Xunta de Galicia para identificar, delimitar e proteger o território histórico associado aos Caminhos de Santiago, atendendo tanto a critérios históricos como à paisagem cultural, incluindo todos os respetivos aspetos de índole territorial e social.

- **Lei 3/1996, de 10 de maio, sobre a proteção dos Caminhos de Santiago**

A relevância histórica, o crescimento da investigação e da peregrinação justificaram a definição de recomendações e normas de âmbito territorial e institucional, referentes aos distintos aspetos do Caminho – culturais, monumentais, urbanísticos – e aos distintos níveis de proteção face à relevância histórica dos diferentes Caminhos. Naveira Seoane (2015) salienta que “*enténdese como Camiño de Santiago todas as rutas históricas recoñecidas documentalmente*”, às quais se refere esta Lei, ainda que a regulamentação enfoque principalmente a proteção “*da que foi vía fundamental e hoxe con máis valor histórico e monumental, que é o chamado Camiño Francés, fixando para os restantes o nivel de protección que a Lei do patrimonio cultural prevé para os bens catalogados*”. A Lei 3/1996 proíbe a utilização dos troços não-urbanos por parte de veículos a motor, e apresenta uma lista de proibições nas zonas laterais do Caminho, incluindo a publicidade, a construção, a extração de areias, o corte de árvores, o acampamento, entre outros. Estipula que as atividades que não estejam proibidas se submetam, ainda assim, à autorização da Consellería de Cultura que se baseará nos relatórios do Comité Asesor do Camiño de Santiago.

“A delimitación do Camiño levarase a cabo mediante incoado para o efecto, onde se definirá a anchura de acordo co artigo 2.2 desta lei e se concretarán as súas pertenzas, accesorios e características, así como as correspondentes zonas de protección zonas laterais de protección do Camiño, que constituirán en dúas franxas de terreo a êmbolos dous lados del dunha anchura mínima de três metros a partir da súa liña exterior zona de contorno, composta por dúas franxas de trinta metros de ancho, contados a partir dos limites exteriores del, na que o uso do solo quedará sometido á autorización da Conselleria de Cultura, logo de informe preceptivo do Comité Asesor do Camiño de Santiago.” (Naveira Seoane, 2015)

- **Decreto 225/2010, de 30 de dezembro, que modifica o Decreto 46/2007, de 8 de março, que regulamenta a composição e funcionamento do “Comité Asesor do Caminho de Santiago”**

O Comité reúne uma equipa de trabalho multidisciplinar que Naveira Seoane (2015) lista incluir:

- ✓ O/a titular da *Subdirección Xeral de Conservación e Restauración de Bens Culturais de Galicia*

“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”

- ✓ O/a titular da direção do *Servizo de Planeamento e Inventario da Dirección Xeral do Patrimonio Cultural*
- ✓ Um representante da direção da *Xunta e Galicia* com competências em matéria de urbanismo
- ✓ Um representante do *Consello da Cultura Galega*
- ✓ Duas pessoas com reconhecido prestígio e conhecimento em matéria dos Caminhos de Santiago, designadas pelo titular da Conselleria com competências em matéria de património cultural
- ✓ Um representante da *Federación Galega de Municipios e Provincias*
- ✓ Um representante da direção da *Xunta de Galicia* com competências em matéria de Turismo.

As sessões ordinárias do Comité servem para o estudo de assuntos concretos considerados pertinentes por parte da maioria dos membros, bem como para analisar os pedidos de autorização que chegam à Dirección Xeral do Patrimonio Cultural, nomeadamente no que concerne a viabilidade de obras ou intervenções, casos em que o Comité recolhe as normativas aplicáveis e dados que permitam analisar o impacto sobre o Caminho de Santiago. As atas e relatórios técnicos são redigidos por funcionários facultativos afetos aos serviços competentes que participam das sessões mas não têm direito de voto.

O Caminho de Santiago constitui um bem de domínio público de carácter cultural incluído na categoria de território histórico, ao qual se aplica a respetiva legislação geral da Comunidade Autónoma da Galizia. E, progressivamente foram sendo delimitadas as suas vias de acordo com o estabelecido nos seguintes documentos<sup>173</sup>:

- ❖ Decreto 227/2011, de 2 de dezembro, aprova a delimitação da ruta principal do Caminho de Santiago – o Caminho Francês – desde a entrada na Galicia pelo município de Pedrafita do Cebreiro, à excepção da zona circundante do Aeroporto de Lavacolla.
- ❖ Decreto 144/2012, de 29 de junho, aprova a delimitação do Caminho de Santiago – Caminho Francês – na zona circundante do Aeroporto Lavacolla.
- ❖ Decreto 247/2012, de 22 de novembro, aprova a delimitação do Caminho de Santiago – Caminho Francês – no concelho de Santiago de Compostela.

---

<sup>173</sup> Estes documentos focam a delimitação dos caminhos no território da Comunidade Autónoma da Galizia.

- ❖ Decreto 267/2012, de 5 de dezembro, aprova a delimitação do Caminho Norte Interior ou de Oviedo, ou Caminho Primitivo.
- ❖ Decreto 154/2013, de 5 de setembro, aprova a delimitação dos percursos correspondentes aos Caminhos de Santiago do Norte, Caminho Português, Ruta de la Plata e Caminho de Finisterre no termo municipal de Santiago de Compostela.
- ❖ Decreto 158/2014, de 27 de novembro, aprova a delimitação do Caminho de Santiago do Norte, Ruta de la Costa.
- ❖ Decreto 110/2014, de 4 setembro, aprova a delimitação do Caminho de Santiago Inglês.

O critério clássico de identificação de percursos entre os pontos considerados marcos devido à existência de hospitais, registo de peregrinos ou evocações a Santiago, foi dando lugar a um trabalho mais complexo de análise documental e cartográfica, na sequência do qual se definiram os critérios técnicos para a valorização do território e definição do sistema de proteção. A delimitação dos caminhos supramencionada foi baseada no reconhecimento e funcionalidade de percursos históricos de longo curso, evidentes na estrutura do território e associados a testemunhos de peregrinação a Santiago. Naveira Seoane (2015) explica que o estabelecimento de diferentes categorias de percursos – traçado oficial ou principal e variantes, traçado complementar e traçados correspondentes a vestígios históricos – se basearam na análise de fontes documentais<sup>174</sup> segundo um método que denomina etno-antropológico, comprovado no trabalho de campo e na sistematização e unificação de todas as fontes SIG (Sistema de Informação Geográfica).

Em relação à iconografia, a experiência não tem sido tão linear. É de assinalar a preocupação de González Garcia (2014) relativamente à iconografia representativa de Santiago apóstolo e mártir, que se vulgarizou como “souvenir” *kicht* e objeto de comércio mais que de devoção “*utilizada abusivamente como simple promoción turística*” (pág. 209). A dinâmica mercantil, neste caso considerada desenfreada pelo autor, tirou alguma credibilidade à iconografia de Santiago seguidor de Jesus, que

---

<sup>174</sup> Bibliográficas e cartográficas, nomeadamente “literatura odepórica y planimetría y fotografía histórica”.

González Garcia compreende ser a mais próxima do verdadeiro significado. Por outro lado, chama a atenção para o facto da iconografia de Santiago, cavaleiro, defensor da fé e combatente dos inimigos, ser atualmente politicamente incorreta.

A mercantilização acabou por banalizar também outro importante símbolo da Tradição Jacobea - a vieira - que é agora utilizada por todos como objeto decorativo, tendo perdido grande parte do seu significado ritualístico associado ao final da peregrinação e do processo de purificação comprovado pelas boas obras. É importante que a integridade do património iconográfico e simbólico seja preservada e que a educação dos públicos fale mais alto aos agentes económicos envolvidos do que as necessidades de turistificação.

O Caminho de Santiago a sul de Lisboa começou a ver os seus fundamentos enriquecidos, pelo aparecimento e difusão de estudos associados à Ordem de Santiago e, em consequência, ao seu santo protetor, desde há algumas décadas. Nos últimos anos, o coincidente crescimento da popularidade das caminhadas na natureza foi alavancando um trabalho de campo que pretende sistematizar o estabelecimento do traçado principal correspondente ao início do Caminho Português Central, nomeadamente no corredor objeto de estudo na presente dissertação - Faro e Loulé – que se apresenta no capítulo seguinte da presente dissertação. O processo embrionário aponta progressivamente para aproveitar a experiência da Galiza como referência, nomeadamente por ser necessário garantir a integração transfronteiriça com aquela região espanhola, para consumir o Caminho e chegar ao destino.

#### 4. PROPOSTA DE ITINERÁRIO PARA O CAMINHO CENTRAL PORTUGUÊS DE SANTIAGO DESDE O ALGARVE CORREDOR FARO-LOULÉ

A proposta do itinerário teve, do ponto de vista técnico, a observação direta das ações de investigadores reconhecidos no terreno, movimentos associativos, bem como a consulta dos métodos estabelecidos a nível institucional, nomeadamente pela Xunta de Galicia e incluindo as normas da sinalética no Caminho de Santiago em vigor, o sistema de proteção abordado anteriormente no Ponto 3.2.2. e o processo de delimitação<sup>175</sup> relativo ao Caminho Francês.

O presente processo de identificação do Caminho encontra-se fundamentado em três aspetos:

- a análise a fontes históricas, bibliográficas e cartográficas;
- reconhecimento dos trilhos através de trabalho de campo intensivo;
- e, o registo dos dados e trilhas digitais para estudo, adaptações e discussão pública.

Os pontos principais do percurso foram determinados com base nas referências físicas, documentais e imateriais, e percursos alternativos selecionados pela proximidade histórica e exequibilidade atual<sup>176</sup>, ou seja, num dupla perspetiva histórica e funcional. A delimitação do percurso teve como variáveis basilares a segurança dos peregrinos, os valores patrimoniais e ambientais, e o estado de conservação<sup>177</sup> dos caminhos.

O caráter público e abrangente da presente proposta de itinerário, bem como a natureza imaterial intrínseca do Caminho de Santiago, levaram desde cedo à necessidade de criar e dinamizar um processo aberto que implicasse pessoas e entidades, nomeadamente, no aprofundamento do estudo, defesa dos valores associados e divulgação. Foi, para isto,

---

<sup>175</sup> Disponível em: [www.planur-e.es/pdf/DelimitaciOnCSF\\_ICMD\\_planur-e.pdf](http://www.planur-e.es/pdf/DelimitaciOnCSF_ICMD_planur-e.pdf)

<sup>176</sup> Idem. A Xunta de Galicia recomenda que se mantenha sempre em vista o respeito do carácter histórico do percurso, mas sem cair na sobrevalorização do físico, uma vez se que, nem sempre sendo possível recriar caminhos mediavais, são admitidas variantes. Prevê também que, nos lugares onde tenha desaparecido o histórico, se recorra a um traçado que siga a mesma lógica territorial que o tradicional, tentando manter as distâncias.

<sup>177</sup> Idem. Encontra-se estabelecida na Ley de Protección de los Caminos de Santiago que se deve estipular uma linha paralela de 3 a 30 metros do traçado e que seja também realizada a delimitação do território histórico (Bens de Interesse Cultural)

necessário planear e implementar um conjunto de ações de uma forma sistemática e articulada que se consubstanciaram num plano de ação que se passa a enumerar:

- *Criação da Delegação de Faro da AEJ*  
A investigadora criou a delegação de Faro da Associação Espaço Jacobeus – Confraria de São Tiago – de âmbito nacional, com sede em Braga desde 2004<sup>178</sup>, a única a sul de Lisboa, e congregou através da notoriedade desta, a missão de sensibilizar a comunidade local em relação ao Caminho de Santiago, para além das funções de acolhimento aos peregrinos e de “supervisão” dos percursos.
- *Estabelecimento de protocolo com a Ordem Franciscana Secular de Faro*  
A Peregrinação Jacobeia foi um projeto da primeira geração franciscana no início do séc. XIII, e a inclinação da OFS Faro para as peregrinações em geral, fundamentaram a escolha desta instituição para a celebração de um protocolo de colaboração na promoção do Caminho de Santiago desde Faro, nomeadamente através da disponibilização de um espaço onde se pudessem reunir os participantes do processo, peregrinos e voluntários.
- *Criação de grupo de voluntários e dinamização do reconhecimento do itinerário*  
Foi determinante para esta proposta ter a participação de diversos peregrinos e caminheiros residentes no Algarve, na congregação de referências históricas e cartográficas, bem como no conhecimento técnico dos terrenos e das alternativas para os atravessar. O grupo de voluntários foi basilar para avançar com as caminhadas de reconhecimento já realizadas de Faro a Almodôvar e com a sinalização da primeira etapa Faro – Loulé.
- *Organização de jornadas mensais de trabalho – Pontos de Encontro Peregrinos*  
Estipulou-se a reunião mensal dos voluntários, na segunda 4<sup>a</sup>-feira de cada mês, para planear e coordenar esforços relativamente ao reconhecimento e marcação dos percursos, organização de eventos, ou simplesmente partilha de experiências no Caminho.

---

<sup>178</sup> Associação Católica Portuguesa Privada de Fiéis, integrada na Archicofradia Universal do Apóstolo Santiago. Ver Anexo 4 – Estatutos e Ereção Canónica da AEJ

- Criação e manutenção de suportes de comunicação online:
  - Página no Facebook dedicada ao Caminho de Santiago do Algarve - sensibilização e comunicação com a comunidade de peregrinos e residentes no Algarve, em geral  
[www.facebook.com/caminhosantiagoportuguesalgarve/](http://www.facebook.com/caminhosantiagoportuguesalgarve/)
  - Grupo público no Facebook – Associação Espaço Jacobeus, Delegação de Faro – para assuntos e atividades da AEJ Faro  
[www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts](http://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts)
  - Portal educativo completo com informação histórica para o público em geral e informação útil aos peregrinos, dividido em 16 menus. Homepage encontra-se visível na Figura 55.

**Figura 55: Website criado para divulgar o Caminho de Santiago Português do Sul**



**Fonte: criação própria, disponível em - [www.caminhosantiagoportuguessul.pt](http://www.caminhosantiagoportuguessul.pt)**

- Sensibilização das comunidades locais através da participação em palestras públicas como o I Encontro dos Amigos dos Caminhos de Santiago da Região do Algarve e o Festival do Ameixial<sup>179</sup>.

<sup>179</sup> Anexo 5 – Programa do Festival de Caminhadas do Ameixial  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

- Organização do encontro de especialistas ibéricos subordinado ao tema “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve”

O evento começou por ser uma proposta da investigadora para celebrar a inauguração da Delegação de Faro da AEJ, mas acabou por tomar proporções mais alargadas, principalmente quando um mês antes do evento a Comissão Nacional da UNESCO publicou a integração dos Caminhos Portugueses a Santiago na Lista Indicativa de Portugal.

**\*Lugar e data:** Realizou-se em Faro e Loulé, especificamente, no dia 02 de julho de 2016, às 16:30hrs um encontro na Sede da AEJ, com diversas comunicações e a inauguração do azulejo indicativo do Caminho de Santiago no seu local de início – Largo da Sé em Faro. Seguido de jantar-palestra; e em 03 de julho 2016, às 06:00hrs realizou-se a inauguração da sinalética da 1ª etapa Faro-Loulé, seguida de almoço e cerimônia de recolocação da sinalização<sup>180</sup> de estrada do Caminho de Santiago na Rua de Portugal à saída de Loulé.

**\*Público-alvo:** O público-alvo incluiu as entidades oficiais e privadas a envolver na patrimonialização da herança deixada pela Ordem de Santiago no Algarve, marcação e difusão dos percursos, bem como apoio aos peregrinos. Foram bem-vindos, também, caminheiros e peregrinos do Algarve e o público em geral.

**\*Programa:** O programa<sup>181</sup> foi pioneiro no Algarve e os oradores, cuidadosamente escolhidos e convidados, lançaram a pedra angular. A divulgação do evento foi realizada através da criação e distribuição da imagem do programa<sup>182</sup>, formulário de inscrições online<sup>183</sup>, produção e envio de três notas de imprensa<sup>184</sup> aos órgãos de comunicação social regionais e alguns nacionais em março, maio e julho de 2016. Todo o material de comunicação foi disponibilizado ao público através dos suportes de comunicação descritos atrás (website, página e grupo no Facebook) e dos meios disponíveis através dos parceiros.

---

<sup>180</sup> na verdade a Câmara de Loulé inaugurou um sinal novo

<sup>181</sup> Anexo 6 – Programa do evento “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve”

<sup>182</sup> Anexo 7 – Imagem do Programa “Patrimonialização do Caminho de Santiago no Algarve”

<sup>183</sup> Formulário online: <http://goo.gl/forms/LTrzQrDsdY> (As inscrições estiveram abertas até 20 de junho 2016, quando se encerraram por se ter atingido a capacidade máxima.)

<sup>184</sup> Anexo 8 – Notas de imprensa – “Patrimonialização do Caminho de Santiago no Algarve” e fotoreportagem

**\*Parceiros:**

- Câmara Municipal de Loulé (patrocinador)
- Câmara Municipal de Faro (patrocinador)
- ANA Aeroportos (patrocinador)
- Junta de Freguesia de St. Bárbara de Nexe (patrocinador)
- Archicofradia Universal del Apóstol Santiago
- Oficina de Acogida al Peregrino
- Fundação do Caminho de Santiago
- Cofradia de Santiago de Madrid
- Delegação Regional da Cultura do Algarve
- Diocese do Algarve
- Ordem Franciscana Secular Faro
- União de Freguesias de Querença, Tor e Benafim
- Universidade do Algarve
- Centro de Investigação Caminho Santiago Português – Universidade de Coimbra
- Trilhos de Amor
- Walking Festival do Ameixial
- Zen Trekk
- Pousadas da Juventude
- Almargem
- Via Lusitana
- Turismo do Algarve

**\*Organização:** A investigadora foi responsável integral da organização deste evento, desde a conceção do programa, ao pedido de patrocínios e estabelecimento de parcerias institucionais e logísticas, bem como da criação do *website*, a imagem do evento, a comunicação com a imprensa, moderação do debate e apresentação de comunicação sobre o Caminho no sul de Portugal.

**\*Colaboração:** O Presidente da Direção Nacional da AEJ – Sr. Domingos Carneiro - apoiou as tomadas de decisão mais delicadas sempre que necessário e os agradecimentos estendem-se à preciosa colaboração que outros membros da AEJ e do grupo de voluntários de Faro prestaram na produção de ofertas em artesanato algarvio com insígnia de Santiago para os participantes, na receção dos participantes, na venda de materiais e recordações do Caminho de Santiago, no apoio ao *coffee-break* e na valiosíssima ajuda aos lesionados da caminhada na primeira etapa Faro - Loulé. Importa referir que toda a organização e colaboração foram prestadas em regime de voluntariado.

**\*Número de Participantes:** Há registo de terem estado presentes 70 pessoas no encontro de dia 02/07/2016, e 73 na caminhada de 03/07/2016. É preciso

sublinhar que se fecharam as inscrições duas semanas antes por se ter atingido a capacidade máxima dos locais onde se realizou o encontro e no transporte para o retorno da caminhada.

Com base nas referências históricas, partiu-se do pressuposto de que o itinerário seria vertebrado pela mancha de castelos, comendas e padroados da Ordem de Santiago no Vale do Sado, ligando Faro a Lisboa<sup>185</sup>. Uma segunda premissa foi a passagem por Loulé, em primeiro lugar por ser padroado da Ordem de Santiago e contar com a respetiva fundamentação documental, visivelmente expressa pela manutenção da insígnia de Santiago no Brasão da Cidade, como se pode verificar na Figura 56.

**Figura 56: Brasão atual da Cidade de Loulé**



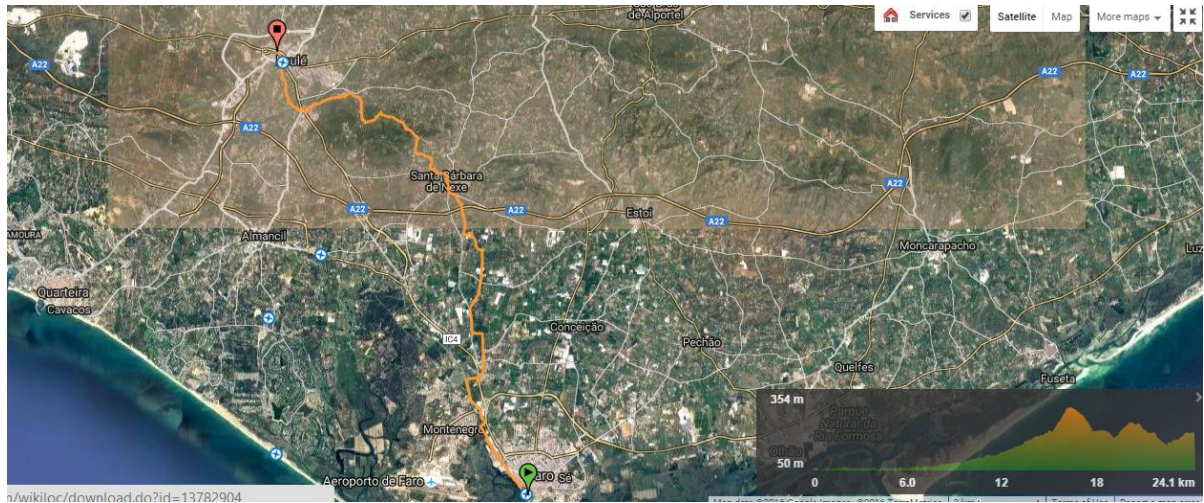
Em segundo lugar, por se encontrar na principal via de comunicação que saía do Algarve em direção a Portugal. A Loulé chegou-se por Santa Bárbara de Nexe, importante destino de peregrinações nos finais da Idade Média que contava, inclusivamente, com albergue junto à Igreja.

A Figura 57 mostra a etapa proposta, testada e pré-sinalizada entre Faro e Loulé, por paisagens culturais e naturais esteticamente atraentes, particularmente a subida da Goldra e descida da Goncinha, de onde se tem vista sobre toda a costa.

---

<sup>185</sup> a partir de onde o percurso já se encontra sinalizado até Santiago de Compostela  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

**Figura 57: Percurso proposto e sinalizado entre Faro e Loulé – Etapa 1**



**Fonte: Recolha própria através da aplicação Wikiloc**

A entrada em Loulé é feita pelo caminho antigo que desemboca diretamente na Porta de Faro – arco de acesso ao Largo da Igreja Matriz. Refere-se a paragem no Monte de Nossa Senhora do Carmelo, como um dos momentos altos da experiência nesta etapa, comprovado nas diversas caminhadas de reconhecimento, com diferentes grupos de voluntários, peregrinos e caminheiros. Os peregrinos contam nesta etapa com alojamento na Pousada da Juventude em Faro, ou com o alojamento turístico em Loulé.

A trilha que se apresenta na Figura 57 foi gravada com a aplicação Wikiloc<sup>186</sup>, e está disponível para aproximação ao detalhe em:

[www.wikiloc.com/wikiloc/view.do?id=13782904](http://www.wikiloc.com/wikiloc/view.do?id=13782904)

A segunda etapa corresponde ao percurso de Loulé para Salir, no qual se considera comprovado o trânsito pela Aldeia da Tor, por corresponder à já mencionada via principal de comunicação, e por ter sido importante o suficiente para justificar a construção de uma ponte que superasse a passagem fluvial (Figura 58).

<sup>186</sup> Aplicativo de navegação outdoor com GPS para androids  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

**Figura 58: Ponte Medieval da Tor**

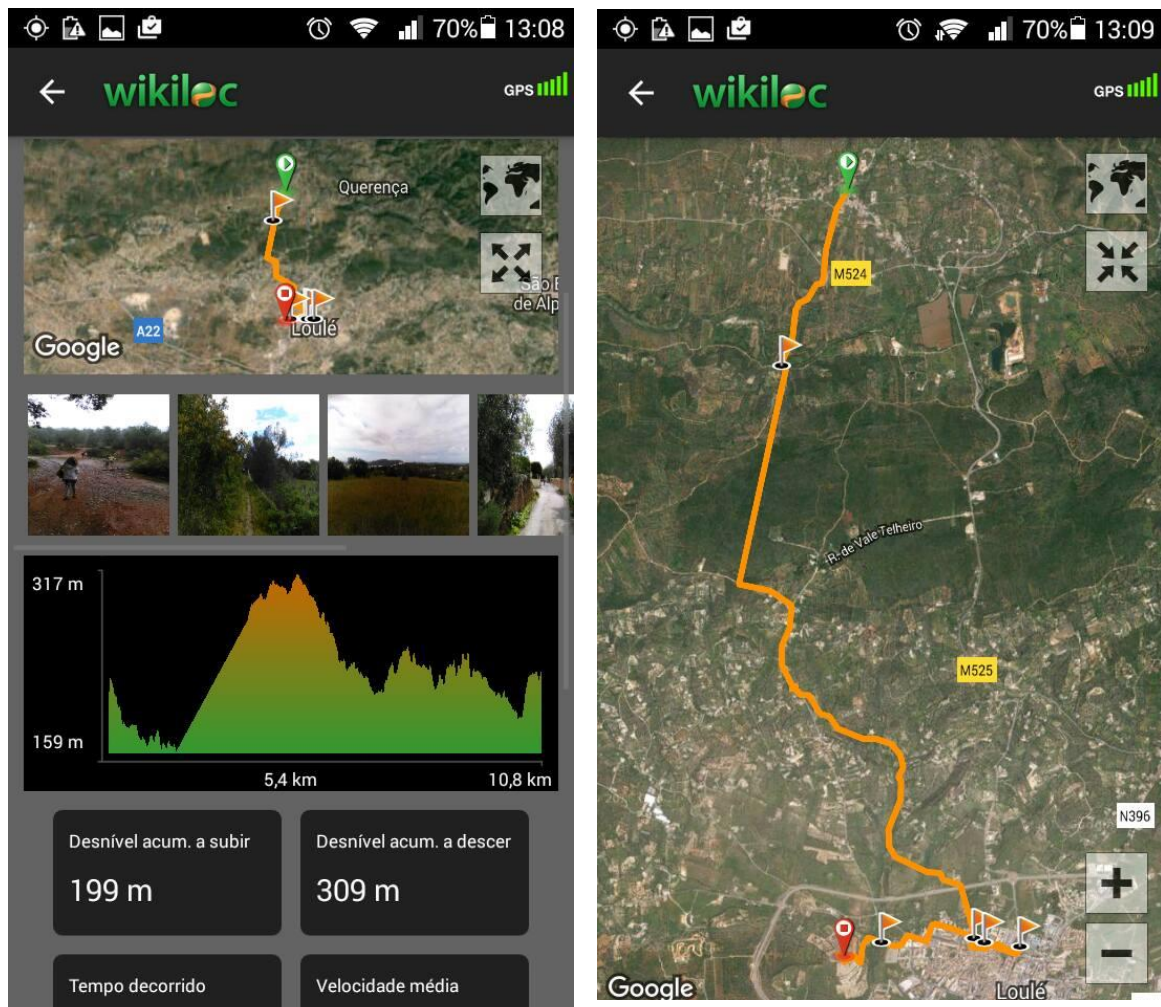


**Fonte:** [www.sulinformacao.pt/2014/10/ponte-romana-da-tor-classificada-como-imovel-de-interesse-municipal-de-loule/](http://www.sulinformacao.pt/2014/10/ponte-romana-da-tor-classificada-como-imovel-de-interesse-municipal-de-loule/)

O reconhecimento desta segunda etapa foi realizado com a orientação da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, cuja dirigente – Dr.<sup>a</sup> Margarida Correia - nos acompanhou pessoalmente no terreno. Por questões técnicas, a trilha encontra-se dividida em duas partes, como se pode ver nas Figuras 59 e 60 correspondentes à primeira parte, ou seja, entre Loulé e a Aldeia da Tôr, e na Figura 61 que apresenta a segunda parte do percurso que vai desde a Aldeia da Tor até Salir.

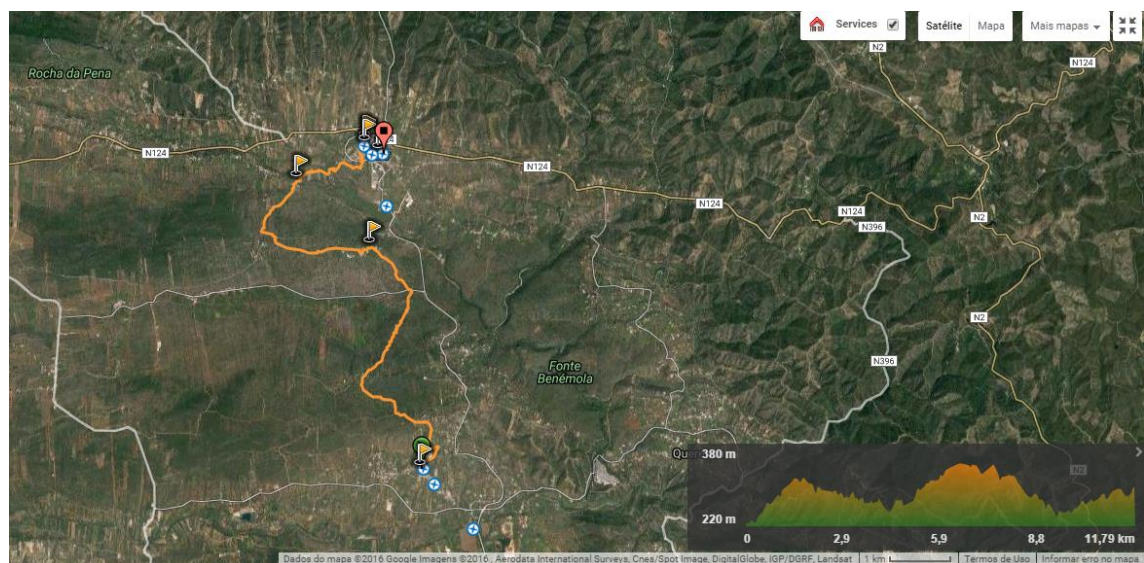
Ressalva-se que a gravação da trilha entre Loulé e Tor foi feita no sentido inverso, pois coincidiu com a peregrinação da comunidade ao Santuário da Mãe Soberana, razão pela qual se verifica também o desvio até à Piedade. Sem o ter em conta, estaremos perante uma etapa de mais ou menos 20km, talvez a mais bonita, fácil e agradável de todo o percurso entre Faro e Almodôvar. Da Tôr segue-se para Salir que era a “última paragem” antes de penetrar a serra em direção a Almodôvar.

Figura 59 e 60: Percurso proposto entre Loulé e Aldeia da Tor – Etapa 2 (1ª parte)



Fonte: Recolha própria através da aplicação Wikiloc

Figura 61: Percurso proposto entre a Aldeia da Tor e Salir – Etapa 2 (2ª parte)



Fonte: Recolha própria através da aplicação Wikiloc

A Figura 62 mostra a sinalética de estrada existente à entrada de Almodôvar, o que confirma o presente trajeto, desde Salir. Este sinal é contemporâneo e similar àquele que, até há pouco tempo atrás, marcava também a saída de Loulé pela Rua de Portugal, no sentido norte, e que em 03 julho de 2016 se voltou a colocar no âmbito do evento “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve”.

**Figura 62: Sinalética de estrada do Caminho de Santiago à entrada de Almodôvar**



**Fonte: Recolha própria**

No entanto, a distância do trajeto entre Salir e Almodôvar (cerca de 50 km por terrenos acidentados e com escassas estruturas de apoio) obriga a realizar uma paragem para pernoitar. Por esta razão, e por recomendação de especialistas no terreno<sup>187</sup>, desviou-se ligeiramente o itinerário entre os dois pontos para passar por Ameixial, onde há possibilidade de pernoitar no albergue da Junta de Freguesia. Este desvio não se afasta da fundamentação histórica que se tem considerado, uma vez que, segundo defende a Dr.<sup>a</sup> Luísa Martins da Câmara Municipal de Loulé, há referência de o Ameixial (ou lugar muito próximo) corresponder ao que se chamava de “lugar das estalagens” que apresentava um significativo trânsito de pessoas e bens, na passagem do Algarve para o Alentejo e vice-versa.

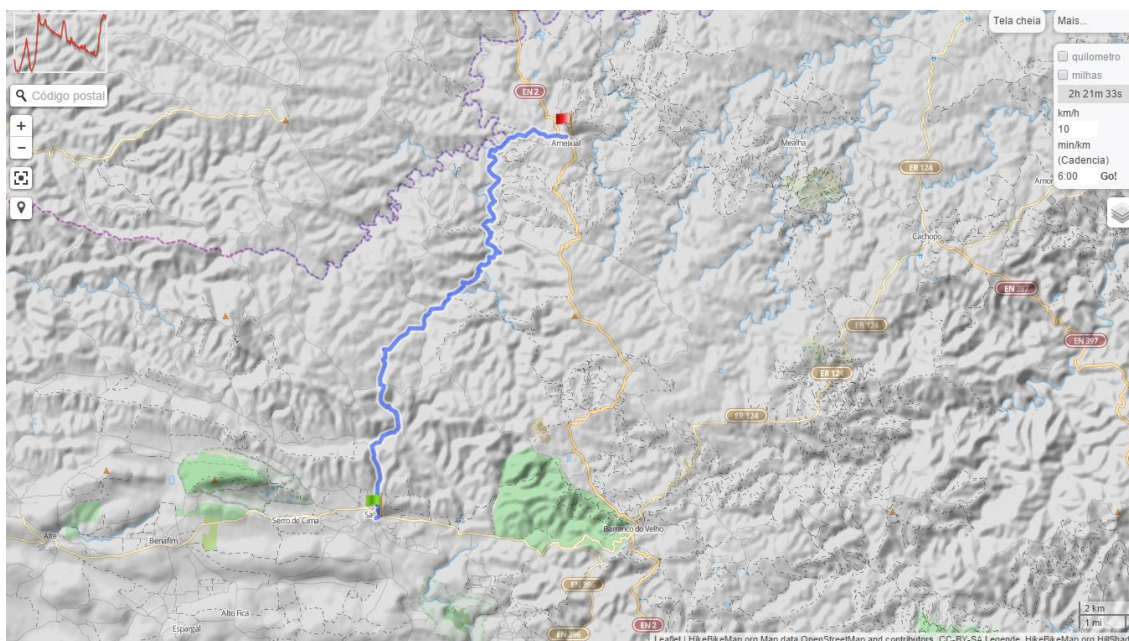
A Figura 63 apresenta o percurso proposto para a terceira etapa do Caminho Central do Sul, entre Salir e Ameixial, cuja trilha conta 23,5km:

[www.gpsies.com/map.do?fileId=ngtpepzjpdwhjmv](http://www.gpsies.com/map.do?fileId=ngtpepzjpdwhjmv)

---

<sup>187</sup> Organização do Festival de Caminhadas do Ameixial  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

**Figura 63: Percurso proposto entre Salir e Ameixial – Etapa 3**

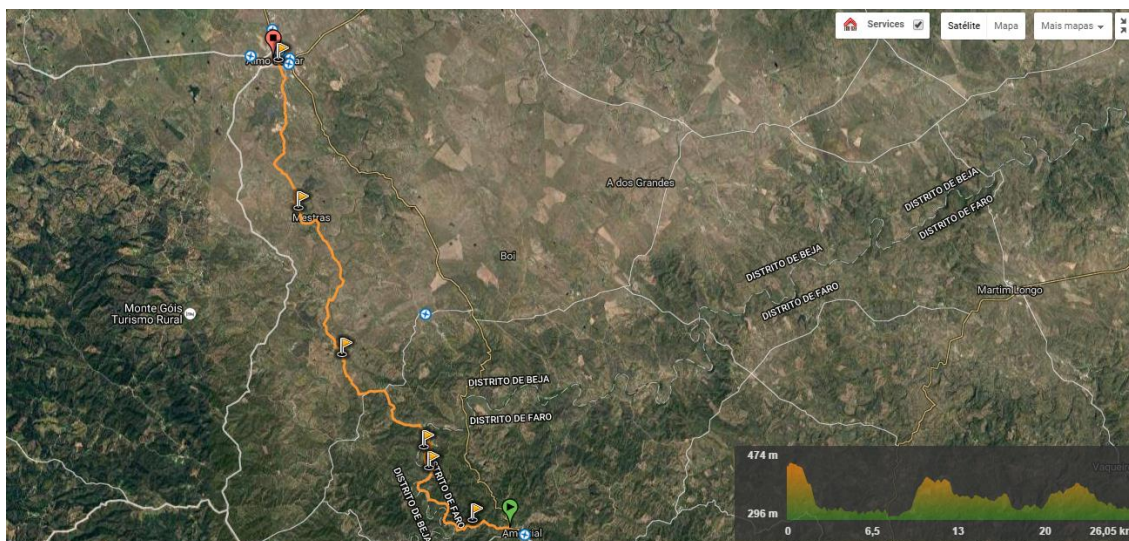


**Fonte: trilha cedida por Bruno Rodrigues (Proactivetur/ Festival do Ameixial)**

A Figura 64 apresenta o percurso proposta do Ameixial a Almodôvar, cuja trilha soma 26,05km e pode ser consultada em detalhe aqui:

<http://pt.wikiloc.com/wikiloc/view.do?id=13066243>

**Figura 64: Percurso proposto entre Ameixial e Almodôvar – Etapa 4**



**Fonte: Recolha própria através da aplicação Wikiloc**

Em Almodôvar os peregrinos contam com alojamento turístico de preço acessível e todos os serviços. De referir que, assim que se concluir o reconhecimento até Lisboa, da ligação entre os pontos históricos, poderá concluir-se, também, o Quadro 7 com a *Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*

contagem decrescente de distâncias/ serviços de apoio, apresentada infra com base numa distância hipotética de 1000km desde Faro a Santiago de Compostela<sup>188</sup> sugerida pelo relato de peregrinos de 1998 anteriormente mencionado, bem como de peregrinos de Fátima que saem do Algarve pelo Ameixial. O quadro abaixo é meramente exemplificativo.

**Quadro 7: Distâncias / Serviços no Itinerário Central do Sul**

Km	Localidade	Albergue	Hotel	Café/Bar	ATM
1000	Largo da Sé Faro	X	X	X	X
993	Patacão			X	X
987	Santa Bárbara de Nexe			X	X
980	Goncinha			X	
976	Loulé		X	X	X
966	Aldeia da Tor		X	X	X
956	Salir			X	X
948	Californias				
932	Ameixial	X		X	X
906	Almodôvar		X	X	X
	Castro Verde		X	X	X
	Carregueiro				
	Aljustrel		X	X	X
	Alvalade				
	Santiago do Cacém		X	X	X
	Alcácer do Sal		X	X	X
	Palmela		X	X	X
610	Lisboa	X	X	X	X

**Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de distância/serviços distribuídas no Caminho Francês e pela Via Lusitana no Caminho Português**

<sup>188</sup> “hipotética” por não se tratar exatamente do mesmo percurso  
 Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico  
 Susana Karina Martins de Sousa

## CONCLUSÃO

O primeiro elemento definidor do caminho que atravessa o Algarve de sul para norte é a presença de património da Ordem de Santiago, pretendendo-se a partir dele traçar o percurso dos peregrinos. A ligação de Faro a Loulé e Almodôvar legitima-se por essa via e pela importância da rede viária que por aí passava desde a ocupação romana, da qual mantemos visível memória na Ponte da Tôr. Pelos caminhos alentejanos, o Vale do Sado marca a “via láctea” santiaguista que o espólio evidente das igrejas de Castro Verde, Aljustrel, Santiago de Cacém e Alcácer do Sal, bem como os castelos de Santiago do Cacém e Palmela reforçam sem sombra de dúvida. Alves (2011) lembra que, após a Reconquista, as vias principais estavam subordinadas a itinerários associados a um tribunal central, aos mercados principais e aos destinos de peregrinação, que no Algarve seriam Tavira e Cacela (culto a Santa Maria dos Mártires), Faro (culto a Santa Maria), Santa Bárbara de Nexe e Cabo de São Vicente, enquanto no Alentejo seria Santiago do Cacém, como defende o Prof. José António Falcão, Diretor do Departamento do Património Artístico da Diocese de Beja. Os transeuntes seriam tão diversos como oficiais de justiça, almocreves, mercadores, pastores, peregrinos, senhores circulando pelos seus domínios, entre outros.

À diversidade de meios e fins junta-se a dificuldade em estabelecer, com segurança, o traçado das redes viárias, e por consequência os percursos exatos seguidos quer pelos cavaleiros da Ordem quer pelos fiéis do Apóstolo São Tiago, que os haveria certamente, nem que fosse por ser o santo protetor da fé cristã, contra todos os perigos eminentes, de dentro e de fora do reino.

A legitimidade da integração do Algarve e do Alentejo no Caminho de Santiago está claramente ligada à influência exercida pela Ordem de Santiago nas comunidades. O significado da Tradição Jacobea foi no sul ainda mais disseminado do que no norte do país. Assim alega Fernandes (2014) ao reconhecer a quantidade e qualidade do espólio e iconografia respeitante à Ordem e ao culto de São Tiago a sul de Lisboa. E estas evidências físicas e documentais não se encontravam isoladas do tempo e do espaço, mas manifestavam a sua presença na construção da história contemporânea e nas memórias daquelas comunidades.

Se São Tiago perdeu o seu valor simbólico de congregação e proteção dos cristãos, certamente foi porque a sociedade envolvente lho deixou de consagrar. Cruz (2012) realça como nos processos de patrimonialização se elege uma parte da herança histórica material e imaterial para representar determinada identidade, sendo que é algo voluntário, ligado aos interesses dos grupos sociais. Mas hoje, resolvida a situação das fronteiras, e aclamada a necessidade do homem hipermoderno de empreender em algo extraordinariamente transformador e tranquilizante, São Tiago surge no horizonte. E, justamente, num horizonte em que há terra fértil para ativar este bem, talvez um pouco esquecido mas a dar sinais de vida, para ser reaprendido, na sua relação com as gentes locais, que saberão que este “recurso turístico” acontece, como os demais, da ação humana, e não de um acaso ou de forma espontânea. Claro que pede um processo programado e controlado, que levará o seu tempo para dar todos os frutos que tem prometidos no seu encalce. Um papel muito importante caberá à população, assim que esta reconhecer como seu este património e o quiser celebrar e proteger.

A moda das caminhadas aparece justamente com subsequente preocupação com a “qualidade de vida”, e, com ela, ressuscita Santiago no Algarve, para ser a âncora do resgate de uma parte muito importante da nossa história – a cristianização da nossa região e a sua integração política e religiosa no resto de Portugal, cuja responsabilidade esteve em boa parte a cargo dos cavaleiros santiaguistas a partir do séc. XII.

As campanhas de dinamização para a valorização do património levadas a cabo pela AEJ Faro registam-se como um meio eficaz de alerta das comunidades e das autoridades. Aproveitando os meios de comunicação social, este movimento tem abrangido um leque polucional vasto, com a promoção da partilha de experiências de peregrinos, caminhadas de reconhecimento, palestras, difusão de informação sobre o património local, à semelhança do que se faz noutros pontos do país. Considera-se que a sua atuação tem vindo a motivar o envolvimento contínuo da população no valorizar do que ainda há de vivo nas memórias da Ordem de Santiago e na ligação do Algarve a Santiago de Compostela, através do Caminho de Santiago. Este, passa a ser como um museu, ou seja um local onde se expõem as memórias da Ordem de Santiago. Mas não é apenas um mostruário de peças, cristalizado, é antes um meio para a expressão cultural e a busca do bem-estar por parte das populações e dos peregrinos que lhe derem vida.

É necessário reanimar o património que liga o Algarve a Santiago, isto é, é necessário dar-lhe uma utilização condigna, numa ação de preservação contínua e que se pode chamar Caminho de Santiago, o qual pode trazer benefícios a nível social, cultural e económico, pela movimentação de pessoas, mas essencialmente pela “qualidade” e intenções de entrosamento dessas pessoas com o próprio património. Confere com o defendido pelo Padre Elias Valiña há cerca de trinta anos atrás, quando alegava que se esforçava cegamente por marcar o Caminho de Santiago por este ser, tão somente, o que nos aproximaria ao que de melhor existia na Europa.

## BIBLIOGRAFIA

- Almada, L. J. (2000), *A Caminho de Santiago, Roteiro do Peregrino*, Porto, Lello Editores.
- Almeida, S.P.N.F.F. (2013), *Turismo Religioso – Promoção e Dinamização do Turismo Religioso como Motor de Desenvolvimento Regional*, Braga, Associação Comercial de Braga – Comércio, Serviços e Turismo (ACB), Programa Operacional da Região Norte 2000-2006.
- Alves, C.V. (2011), *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela – as Visitações de 1510 e 1534*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- Antunes, L.P. (1989), “Visitações da Ordem de Santiago a Aljezur e Odeceixe, na primeira metade do séc. XVI”, *Espaço Cultural* 4, 65-85.
- Antunes, L. P. (1987), “Visitações da Ordem de Santiago à Vila de Aljezur 1482 e 1490”, *Espaço Cultural* 2, 51-70.
- Apolinário, F. M. M. (2013), *A Ordem de Santiago – A Arte como manifestação de culto e cultura*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia.
- Barbosa, P.G. (1982), *Património Cultural*, Lisboa, Secretaria de Estado da Educação e Administração Escolar.
- Bardin, L. (2000), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Bíblia Sagrada para o Terceiro Milénio da Encarnação* (2002), Versão Textos Originais, Lisboa, Difusora Bíblica Franciscanos Capuchinhos.
- Botão, M. F. (2009), *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval – o caso de Loulé*, Loulé, Ed. Caleidoscópico.
- Brierley, J. (2015), *Camino Portugués – Camino Central, Lisboa-Porto-Santiago, Camino Guides*, 4ª ed., Escócia, Findhorn Press Ltd.
- Cavaco, H. (1987), *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o estudo da História de Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António.
- Corrêa, F. C. (1996), “Visitação da Ordem de Santiago à Vila de Faro em 1534”, *Anais do Município de Faro*, 101-129.
- Costa, A.; Andrade, C.; Seabra, C.; Matias, L.; Baptista, M. A. & Nunes, S. (2005), *1755 – Terramoto no Algarve*, Faro, Centro Ciência Viva do Algarve.
- Cunha, M. R de S. (2012), *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto.

- Cury, A. (2008), *O Mestre dos Mestres, Análise da Inteligência de Cristo*, 6ª ed., Prior Velho, Paulinas Editora.
- Cruz, R. C. A. (2012), “Patrimonialização do Património: ensaio sobre a relação entre Turismo, “Património Cultural” e Produção do Espaço” *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 31, 95-104.
- Durand, G. (1989), *As Estruturas Antropológicas do Imaginário, Introdução à Arquetipologia Geral*, traduzido por Godinho, H., Lisboa, Editorial Presença.
- Encarnação, P. H., Cabanita, J. C. & Martins, L. F. (1993), *As Visitações da Ordem de Santiago às Igrejas do Concelho de Loulé no ano de 1534*, Faro, Delegação Regional do Algarve da Secretaria de Estado da Cultura.
- Fernandes, F. (2010), “A cultura da água: da patrimonialização das levadas da Madeira à oferta turística”, *Pasos - Revista de Turismo y Património Cultural*, 8 (4) 529-538.
- Fernandes, J. M. & Janeiro, A. (2005), *Arquitectura no Algarve: dos Primórdios à Actualidade, uma Leitura de Síntese*, CCDR Algarve, Edições Afrontamento.
- Fernandes, P. A. (2014), *Caminhos de Santiago. Portugal: Caminhos da Fé*, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja & Turismo de Portugal.
- Florit, L., Dreher, M. (2009), “A construção social da Natureza e as suas implicações para a ética no Turismo”, *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, 11 (1) 63-75.
- Fortuna, C. (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, Estudos Sociológicos da Cultura Urbana*, Oeiras, Celta Editora.
- García de Cortázar, J.A. (2015), “O Caminho (francês) a Santiago na articulação de espaços e divulgação de valores culturais na Idade Média”, *Jornadas Novas Perspectivas do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha, Mostra Espanha*. Beja.
- González García, J.A. (2014), “El Apóstol Santiago, Diseño Bíblico”, *II Congreso Internacional de Acogida Cristiana y Nueva Evangelización en el Camino de Santiago*, Santiago de Compostela, Oficina de Acogida al Peregrino, 115-131.
- González García, M.A. (2014), “Santiago el Mayor, Apóstol y Mártir de Cristo, Testigo y Estímulo en la Peregrinación Jacobea y de la Vida”, *II Congreso Internacional de Acogida Cristiana y Nueva Evangelización en el Camino de Santiago*, Santiago de Compostela, Oficina de Acogida al Peregrino, 181 – 211.
- Guevara y Valdés, E. P. (2014), “Sobre los símbolos y emblemas jacobeos. Algunas anotaciones y comentarios”, *II Congreso Internacional de Acogida Cristiana y Nueva Evangelización en el Camino de Santiago*, Santiago de Compostela, Oficina de Acogida al Peregrino, 133-147.

- Guimarães W. C. de S. (2008), *O Crepúsculo em Santiago, Jornada do Peregrino Rumo à Religiosidade e a Descoberta Analítica*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Krippendorf, J. (2006), *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, Trad. Contexto Traduções, São Paulo, Aleph.
- Lameira, F. I. C. & Santos, M. M. R. S. (1988), *Visitações de Igrejas Algarvias: Ordem de S. Tiago, apresentação, leitura e notas*, Faro.
- Leiper, N. (1990), “Tourist attraction systems”, *Annals of Tourism Research* 17 (3) 367-384.
- Lima, D. F. C. (2015), “Patrimonialização e Valor Simbólico: o “Valor excepcional Universal” no Património Mundial”, *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências da Informação. GT 9 – Museu, Património e Informação*, Brasil, ISSN 21773688
- Lima, J. S. (2007), *A Peregrinação – Percursos e Palavra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2014), *O Capitalismo Estético na Era da Globalização*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, F. (coord.) (1993), *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado – Distrito de Faro*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Lucas, I. M. G. M. O. (2011), *As Ermidas da Ordem de Santiago nas Visitações de Palmela do séc. XVI*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- Maleval, M. (2005), *Maravilhas de São Tiago – Narrativas do Liber Sancti Jacobi (Codex Calixtinus)*, Nierói, R.J., Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Marques, J. (1986), *Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III*, Braga, Faculdade de Letras do Porto, Academia Portuguesa de História.
- Marques, M. G. M. (coord.) (1999), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*, Lisboa, Edições Colibri.
- Martins, L. F. & Cabanita, J. C. (2001-2002), “Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur Pertencentes à Ordem de Sant’Iago, 1565”, *Al’-Ulyã* 8, 183-282.
- Martins, L. F. & Cabanita, J. C. (1995), *Visitação das Igrejas do Concelho de Loulé Pertencentes à Ordem de Sant’Iago – 1518*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé.

- Morais, I.A.L (2012), “Refletindo sobre a turistificação do património e dos espaços museais”, *IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, São Paulo, Universidade Anhembi Morumbi.
- Nadais, C. D. F. (2010), “O Turismo e os territórios da Espiritualidade, Os Caminhos de Santiago em Portugal”, Dissertação de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Natalini, T. (1999), *Il Pellegrinaggio – Cammino Spirituale Gerusalemme, Roma, Santiago de Compostela*, 2ª ed., Asti, Edizioni Piemme.
- Naveira Seoane, J. A. (2015), “Régimen de Protección Patrimonial – Caminos de Santiago en Galicia”, *Jornadas Novas Perspectivas do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha*, Beja.
- Nicholson, H. (1998), *The Military Orders – Welfare and Warfare*, vol.2, UK, Ashgate Publishing Ltd.
- Nobre, M. C. (2011), *Sociologia: História, Ideias, Correntes. Synopsis Manuais*, traduzido do título original *La Sociologie: histoire, idées, courants*, Lisboa, Edições Texto & Grafia, Lda.
- Nunes, J.J.D (2016), *Jornada sobre História da Igreja no Algarve*, Diocese do Algarve, Ferragudo.
- Oliveira, L. F. (2016), “Ordens Militares”, in Sousa, B. V., Pina, I. C., Andrade, M. F. & Santos, M. L. F. O. S (eds) *Ordens Religiosas em Portugal – das Origens a Trento – Guia Histórico*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 455-499.
- Oliveira, L. F. (2016), “Castelos e Comendas da Ordem de Santiago” *Debate - Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve*, Faro, Associação Espaço Jacobeus.
- Oliveira, L. F. (2014), “Os Estabelecimentos da Ordem de Santiago em 1389”, *Medievalismo*, Faro, Universidade do Algarve, 307-319, ISSN: 1131-815524.
- Oliveira, L. F. (2008), “A Comenda de Cacela e a Visitação de 1478-1482”, in Bernardes, J. P. (org.) *Sic Memorat. Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*, Faro, Universidade do Algarve, 139-151.
- Oliveira, L. F. (2006), “Caminhos da Terra e do Mar no Algarve Medieval” *Actas das I Jornadas – As Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*, Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 32-38.
- Oliveira, L. F. (2005), “Em demanda das visitas da Ordem de Santiago: as actas anteriores a 1468”, in Fernandes, I.C. *As Ordens Militares de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri, 517-535.

- Organização Mundial de Turismo OMT (1999), *Código Mundial de Ética do Turismo*, Chile, Assembleia Geral em Santiago do Chile.
- Prats, L. & Santana, A. (2005), “Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones”, in Santana, A. & Prats, L. (orgs.) *El encuentro del turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación. X Congresso de Antropologia*, Sevilla, Fundación El Monte, FAAEE, Asociación Andaluza de Antropologia, 09-25.
- Quivy, R. & Van Campenhoudth, L. (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Trajectos, Gradiva.
- Rosa, J. A. P. (1989), *A Igreja Paroquial de São Pedro de Faro*, Faro, Região de Turismo do Algarve.
- Santana, A. (2006), “Os olhos também comem: imagens do património para o turismo” in Peralta, E. & Anico, M. (orgs.) *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora.
- Santos, J. F. O. (2011), *Os Impactos do Turismo Religioso – O caso da Semana Santa em Braga*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- Santos, M. G. M. P. (2006), *Espiritualidade, Turismo e Território – Estudo Geográfico de Fátima*, Estoril, Ed. Princípia.
- Serra, M. P., Corrêa, F. C. & Viegas, A. (1996), “Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)”, *Al'ulyã*, 5, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- Simmel, G. (1987), *A metrópole e a Vida Mental: o Fenómeno Urbano*, Octávio Guilherme Velho (Org.), Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- Singul Lorenzo, F. (2014), “El Sentido de la Peregrinación Jacobea a través de la literatura de los Caminos de Santiago”, *II Congresso Internacional de Acogida Cristiana y Nueva Evangelización en el Camino de Santiago*, Santiago de Compostela, Oficina de Acogida al Peregrino, 149 – 168.
- Singul, F. (1999), *Historia Cultural do Camiño de Santiago*, Vigo, Editorial Galaxia.
- Smith, M. K. (2003), *Issues in Cultural Tourism Studies*, London, Routledge.
- Solana, A. (2016), *El Enigma Compostelano*, Madrid, Cofradía de Santiago Apóstol de Madrid.
- Sousa, M. (2011), “As Peregrinações de Jesus no Evangelho de São João”, *Revista do Inst. Superior de Teologia de Évora*, 45.
- Stellarum, I. (2007), *A Grande Obra dos Caminhos de Santiago – Caminho Português II: Os Caminhos do Sul e do Interior*, Edições Hércules.

- Taylor, C. (1991), *The Ethics of Authenticity*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Thomaz, L. F. F. R. (1992), *A Lenda de São Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, ISSN 0870-6735.
- Turismo de Portugal, *Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015*, Lisboa, Ministério da Economia e do Emprego.
- Suárez Otero, X. (2015), *Jornadas Novas Perspectivas do Caminho de Santiago em Portugal e Espanha*, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja.
- Vasconcelos, J. (1997), “Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectivação da Cultura Local. In Etnográfica”, *Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)*, 1 (2)
- Xunta de Galicia (1999), *Santiago a Esperança*, Universidade de Santiago, ISBN 84-453-2451-9.

### Recursos Eletrónicos

- Castilho, M. A. (2010), *Cristianismo e Territorialidade: os Espaços Sagrados no Cotidiano dos Fiéis Católicos*, acessível em <http://docplayer.com.br/3464380-Cristianismo-e-territorialidade-os-espacos-sagrados-no-cotidiano-dos-fieis-catolicos.html> consultado em 13/06/2016
- Castro, J. B. (1814), *Roteiro Terrestre de Portugal*, acessível em [https://books.google.pt/books?id=FvrtutqTHr4C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=FvrtutqTHr4C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) consultado em 09/01/2016
- Cerrada Gonzalo, I. & Diz Rodriguez, M. (2012), *El Proceso de Delimitación del Camino de Santiago Francés a su Paso por Galicia. Primer Paso para su Eficaz Protección*, acessível em [www.planur-e.es/pdf/DelimitaciOnCSF\\_ICMD\\_planur-e.pdf](http://www.planur-e.es/pdf/DelimitaciOnCSF_ICMD_planur-e.pdf) consultado em 12/06/2016
- Davies, N., Lumsdon, L. & Weston, R. (2012), *Developing Recreational Trails: Motivations for Recreational Walking*, acessível em <http://dx.doi.org/10.1080/21568316.2012.653480> consultado em 12/12/2015
- Falcão, J. A. (2010), *Itinerários do Caminho de Santiago no Baixo Alentejo*, Seminário Internacional sobre o Caminho de Santiago e a Identidade Europeia, acessível em <http://lociacobi.eu/wp-content/uploads/2010/05/Ponencia-Alvito-Jose-Antonio-Falcao.pdf> consultado em 14/09/2015

- Fernandes, M. C. R. de S. (2002), *A Ordem Militar de Santiago no séc. XIV*, acessível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18660/2/000080531.pdf> consultado em 25/06/2016
- Hobsbawm, E. & Ranger, T. (org.) (1984), *A Invenção das Tradições*, acessível em [www.janduarte.com.br/textos/teoria/invencao\\_tradicoes.pdf](http://www.janduarte.com.br/textos/teoria/invencao_tradicoes.pdf) consultado em 22/06/2016
- Iop, J. E. (2004), *No Caminho de Santiago*, acessível em [https://books.google.pt/books?id=GiFQus2kw\\_QC&pg=PA23&lpg=PA23&dq=Alexandre+III+Jubileu+santiago&source=bl&ots=c9E\\_2bSSRZ&sig=R\\_NoSt9NIDDWD-AoC6OhaUl8P0&hl=es-419&sa=X&ved=0ahUKewiTquL2kZbPAhWD6RQKHVd8Cw4Q6AEINjAE#v=onepage&q=Alexandre%20III%20Jubileu%20santiago&f=false](https://books.google.pt/books?id=GiFQus2kw_QC&pg=PA23&lpg=PA23&dq=Alexandre+III+Jubileu+santiago&source=bl&ots=c9E_2bSSRZ&sig=R_NoSt9NIDDWD-AoC6OhaUl8P0&hl=es-419&sa=X&ved=0ahUKewiTquL2kZbPAhWD6RQKHVd8Cw4Q6AEINjAE#v=onepage&q=Alexandre%20III%20Jubileu%20santiago&f=false) consultado em 12/06/2016
- López, L. (2012), *El Poder Religioso en el Paisaje Europeo Occidental*, acessível em [www.agaliasociacion.org/Lucrezia.pdf](http://www.agaliasociacion.org/Lucrezia.pdf) consultado em 13/06/2016
- Molina Reguilón, A., *Dimensión Social, Económica y Espiritual del Camino de Santiago*, acessível em [www.arteguias.com/camino-santiago-sociedad.htm](http://www.arteguias.com/camino-santiago-sociedad.htm) consultado 30/03/2016
- Moreno, A. B. (1986), *Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*, acessível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2042.pdf> consultado em 09/10/2015
- Murta, S. M. & Albano, C. (2005), *Interpretar o Património, um Exercício do Olhar*, acessível em <https://books.google.pt/books?id=Z7LtICnVFZkC&lpg=PP1&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> consultado em 03/05/2016
- Oliveira, L. F. (2016), *Entre Deus e o Rei: O mundo das Ordens Militares*, acessível em [www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA19/oliveira1911.html](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA19/oliveira1911.html) consultado em 25/06/2016
- Ramalho, A. C. (1990), *Cataldo, a Infanta D. Joana e a educação de D. Jorge*, acessível em [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/cataldo\\_infanta\\_d\\_joana\\_e\\_educacao\\_de\\_d\\_jorge](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/cataldo_infanta_d_joana_e_educacao_de_d_jorge) consultado em 07/08/2016
- Reis, M. G. & Albernaz, R. O. (2014), *A Mercantilização Cultural e o Processo Participativo de Patrimonialização de Bens Culturais*, acessível em [www.eumed.net/rev/cccss/30/patrimonializacao.html](http://www.eumed.net/rev/cccss/30/patrimonializacao.html) consultado em 03/05/2016
- Riera Austrán, J. A., *Don Elías Valiña Sampedro – El hombre que encendió la gran hoguera del Camino en los tempos modernos*, acessível em [www.ficscaminodesantiago.com/colaboraciones-e-investigaci%C3%B3n/](http://www.ficscaminodesantiago.com/colaboraciones-e-investigaci%C3%B3n/) consultado em 02/04/2016

- Rosário, T. & Reis J. E. (2015), *Estudo da Regra da Ordem Militar de Santiago da Espada*, acessível em [www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1144.pdf](http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1144.pdf) consultado em 12/07/2016
- Santana Talavera, A. (2003), *Patrimonios culturales y turistas: Unos leen lo que otros miran*, acessível em [www.pasosonline.org/Publicados/1103/PS010103.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/1103/PS010103.pdf) consultado em 12/05/2016
- Santana Talavera, A. (2003), *Turismo Cultural, Culturas Turísticas*, acessível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000200003> consultado em 08/06/2016
- Silva, R. R. S. (2013), *Turismo e Valorização do Património*, acessível em [www.eumed.net/rev/turydes/15/valorizazao-patrimonio.html](http://www.eumed.net/rev/turydes/15/valorizazao-patrimonio.html) consultado em 05/06/2016
- Silveira, M.A.T. (2013), *As Relações entre o Turismo e Território: Discussões Teóricas sobre o Caráter Territorial do Turismo*, acessível em <https://territoriotur.files.wordpress.com/2014/08/as-relac3a7c3b5es-entre-turismo-e-territc3b3rio.pdf> consultado em 12/06/2016
- Sousa, A. & Pinheiro, C. (2014), *O papel do turismo religioso nos territórios - caso de Lamego (Portugal)*, acessível em [www.eumed.net/rev/turydes/17/lamego.html](http://www.eumed.net/rev/turydes/17/lamego.html) consultado em 13/06/2016
- Vilaça, H. (2007-2008), *Recomposição dos Rituais Contemporâneos – a Peregrinação*, acessível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5507.pdf> consultado em 16/06/2016
- Información sobre los Caminos de Santiago*, acessível em <http://caminodesantiago.consumer.es/> consultado em 01/09/2015
- El Camino Portugués*, acessível em [www.gronze.com/camino-portugues](http://www.gronze.com/camino-portugues) consultado em 01/09/2015
- Quienes Somos - Qué es la Archicofradia Universal del Apóstol Santiago*, acessível em <http://archicofradia.org/> consultado em 26/01/2016
- Cronologia Jacobea*, acessível em [www.caminosantiago.org/cpperegrino/scriptorium/cronoIaX.asp](http://www.caminosantiago.org/cpperegrino/scriptorium/cronoIaX.asp) consultado em 27/01/2016
- Elias Valiña, Coordinador del Camino, El Valedor del Valedor de Camino, acessível em <http://elcuradelcebreiro.blogspot.com.es/2013/03/elias-valina-sampedro.html> consultado em 02/04/2016
- La Peregrinación a Santiago en 2004*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2005*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2006*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2007*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2008*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2009*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2010*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2011*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2012*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2013*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2014*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en 2015*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 04/04/2016

*La Peregrinación a Santiago en Junio de 2016*, acessível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/> consultado em 06/04/2016

*Plano Estratégico Nacional do Turismo, Horizonte 2013-2015*, acessível em [www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf) consultado em 17/04/2016

*Plano Estratégico Nacional do Turismo, Proposta para Revisão no Horizonte 2015 – Versão 2.0*, acessível em [www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%20Revisao%202011.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%20Revisao%202011.pdf) consultado em 17/04/2016

*Plano Estratégico Nacional do Turismo, Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, acessível em [www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf) consultado em 17/04/2016

*Turismo 2020 - Plano de Ação e Turismo 2020 – 5 Princípios para uma Ambição*, acessível em

[www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/newsletter/2015/Documents/TURISMO2020-5Principios.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/newsletter/2015/Documents/TURISMO2020-5Principios.pdf) consultado em 21/04/2016

*International Council on Monuments and Sites, ICOMOS (1999). Carta Internacional do Turismo Cultural*, acessível em

[www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Documents/Doc10\\_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf) consultado em 11/05/2016

*Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões "Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu"*, 22.07.2014 COM(2014)477 final, acessível em

[www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014\\_2019/documents/com/com\\_com%282014%290477\\_/com\\_com%282014%290477\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com%282014%290477_/com_com%282014%290477_pt.pdf) consultado em 11/05/2016

*Processo de Turistificação*, acessível em

<http://turismonovilla2013.blogspot.pt/2013/03/processo-de-turistificacao.html> consultado em 18/05/2016

*Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial*, acessível em

[www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica](http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica) consultado em 05/06/2016

*Símbolos e Rituais do Caminho*, acessível em

[www.caminhosantiagoviana.pt/simboloserituais.html](http://www.caminhosantiagoviana.pt/simboloserituais.html) consultado em 22/07/2016

*Recorrido da Catedral*, acessível em [www.santiagoturismo.com/percorrido](http://www.santiagoturismo.com/percorrido) consultado em 25/07/2016

*História da Catedral*, acessível em [www.santiagoturismo.com/catedral-de-santiago/historia-da-catedral](http://www.santiagoturismo.com/catedral-de-santiago/historia-da-catedral) consultado em 25/07/2016

*Património da Humanidade*, acessível em [www.santiagoturismo.com/info-xeral/patrimonio-da-humanidade](http://www.santiagoturismo.com/info-xeral/patrimonio-da-humanidade) consultado em 25/07/2016

*Breviarum Apostolorum*, acessível em [http://xacopedia.com/Breviarium\\_Apostolorum](http://xacopedia.com/Breviarium_Apostolorum) consultado em 07/08/2016

*Año Santo*, acessível em [www.catedraldesantiago.es/es/ano-santo](http://www.catedraldesantiago.es/es/ano-santo) consultado em 08/08/2016

## ANEXO 1: QUESTIONÁRIO – DO ALGARVE A SANTIAGO

### A ligação do Algarve a Santiago de Compostela

Certamente já ouviu falar no Caminho de Santiago... e que o Algarve também tem uma ligação histórica a Santiago de Compostela?

São Tiago Maior esteve entre os três primeiros discípulos de Jesus, e segundo a tradição oral terá sido o primeiro evangelizador da Península Ibérica. Por sua vez, a Ordem de Santiago foi uma ordem religiosa-militar que teve um papel preponderante na conquista do Algarve, mas também na evangelização e organização administrativa deste território, durante mais de 4 séculos, em concorrência com outros poderes (séc. XIII - XVI).

No âmbito da minha dissertação de Mestrado em Marketing Turístico, solicito a sua colaboração para o preenchimento deste questionário com duração aproximada de 10 minutos. O objetivo deste estudo é analisar o conhecimento do Caminho de Santiago, e a sua importância e aceitação da marcação efetiva do Caminho de Santiago desde o Algarve, como forma de resgate cultural de um património que é nosso. Os dados são para utilização exclusivamente académica e são estritamente confidenciais. Agradeço, desde já, a sua colaboração!

(Seção 1)

1 – Costuma fazer caminhadas com regularidade?

Sim                       Não

2 – Conhece o Caminho de Santiago?

Sim                       Não

3 - Tomou conhecimento do Caminho de Santiago através de:

- Amigos que já fizeram ou se estão a preparar para fazer o Caminho de Santiago
- Divulgação na minha paróquia/ diocese
- Peregrinação organizada por associações de amigos do Caminho de Santiago
- Peregrinação organizada por paróquia/ Diocese
- Informação sobre a presença do Apóstolo Santiago na Península Ibérica
- Existência de sinalética de percursos
- Leitura de romances sobre peregrinos no Caminho de Santiago
- Informação histórica sobre a Ordem de Santiago

4 - Já fez o Caminho de Santiago?

Sim                       Não



*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*

- 28 - Parto para uma peregrinação para por à prova as minhas capacidades físicas.
- 29 - Procuo aproximar-me de Deus e sentir uma atmosfera sagrada durante a peregrinação.
- 30 - O Caminho de Santiago promove a transformação interior dos que o percorrem
- 31 - Muitos iniciam como caminheiros e acabam como peregrinos.
- 32 - A experiência é tão extraordinária que, ao regressar a casa, o peregrino procura partilhar a experiência e promover voluntariamente o Caminho de Santiago junto de todos.
- 33 - Gostaria de voltar a fazer o Caminho de Santiago, num percurso que ainda não conheça.
- 34 - O Caminho de Santiago é um fator de integração europeia.
- 35 - A sinalética orientadora dos Caminhos de Santiago (setas, vieiras e demais sinalização) é um elemento fundamental do património material do Caminho

(Seção 4)

O indique o grau de pertinência das seguintes ações na reativação da ligação do Algarve a Santiago de Compostela (**classifique numa escala de 1 = Nada Pertinente – a – 5 = Muito Pertinente**)

- 36 - Aprofundamento da tradição da presença do Apóstolo São Tiago na Península Ibérica enquanto património comum, através da introdução do tema junto dos jovens nas escolas e paróquias (Educação Moral e Religiosa Católica, Catequeses, etc.)
- 37 - Reconhecimento e celebração de memorial do papel histórico, religioso e cultural da Ordem de Santiago no Algarve por parte das entidades oficiais locais competentes.
- 38 - Valorização e preservação do património associado à Ordem de Santiago através da marcação efetiva dos percursos do Caminho de Santiago no Algarve
- 39 - Proteção legal desses percursos enquanto património, bem como da sinalética associada (setas amarelas, marcos e sinais de trânsito)
- 40 - Maior ênfase na celebração da Festa Litúrgica de São Tiago Maior (25 de julho) no Algarve.
- 41 - Difusão da Tradição Jacobea através da realização de encontros e caminhadas temáticas em que se envolva a comunidade local.
- 42 - Sensibilização das comunidades interessadas pelo Caminho de Santiago de sul a norte do Algarve, para os cuidados e precauções a ter no apoio aos peregrinos.
- 43 - Apoio a grupos de voluntários na manutenção e limpeza dos percursos.
- 44 - Valorização e preservação do património histórico e cultural do Algarve associado às memórias de Santiago através do envolvimento da comunidade no processo de patrimonialização.

(Seção 5 – Acolhimento dos Peregrinos)

45 - A sinalética do Caminho de Santiago (setas amarelas e vieiras nas encruzilhadas das vias públicas) podem ter um impacto visual negativo ou ser um incómodo para as comunidades locais:

Sim       Não

46 – As comunidades locais beneficiam com a dinâmica da passagem dos peregrinos pela prestação de serviços de alojamento, restauração, comércio, artesanato, e comunicação e interação cultural:

Sim       Não

**Dados Pessoais:**

Idade: \_\_\_\_\_

Género:  Feminino  Masculino

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Local de Residência: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

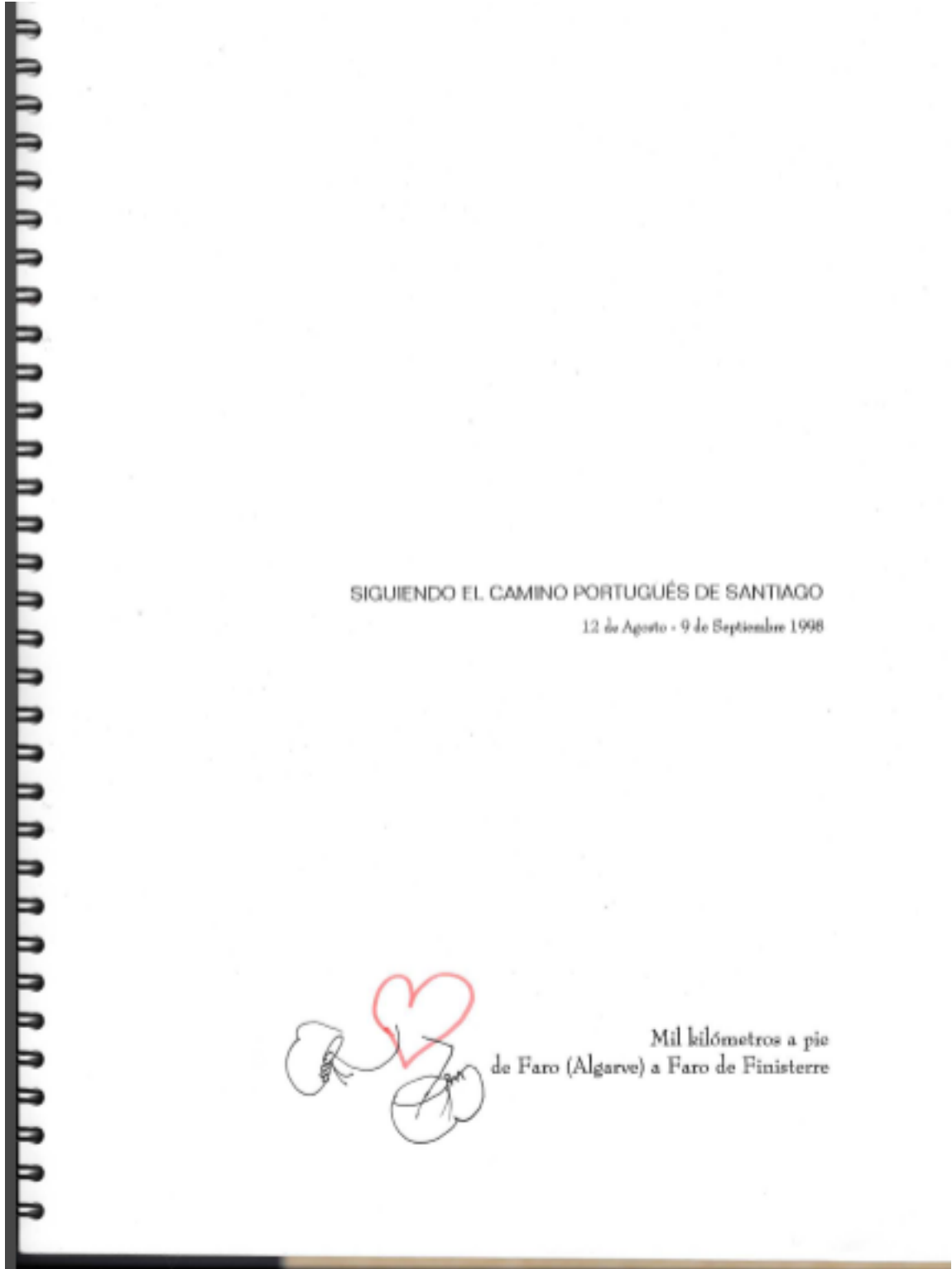
Habilitações: \_\_\_\_\_

Costuma participar na Eucaristia?

diariamente  semanalmente

ocasionalmente  nunca

**ANEXO 2: DIÁRIO DE FARO A FARO – ETAPAS REALIZADAS POR PEREGRINOS EM 1998**




RESUMEN DE JORNADAS

J.	Fecha	Origen	Final	Km	Total
<b>Portugal</b>					
1	12 AGO	FARO	BARRANCO VELHO	39	39
2	13 AGO	BARRANCO VELHO	Rio VASCANITO	29	68
3	14 AGO	Rio VASCANITO	ALMODOVAR	22	90
4	15 AGO	ALMODOVAR	ENTRADAS	35	125
5	16 AGO	ENTRADAS	Cercanias BEJA	38	163
6	17 AGO	Cercanias BEJA	Cercanias VILARUNA	34	197
7	18 AGO	Cercanias VILARUNA	Finca de DON YO	31	228
8	19 AGO	Finca de DON YO	EVORA	30	258
9	20 AGO	EVORA	ARRAIOS	29	287
10	21 AGO	ARRAIOS	AVIS	46	333
11	22 AGO	AVIS	PONTE DE SOR	31	364
12	23 AGO	PONTE DE SOR	ABRANTES	40	404
13	24 AGO	ABRANTES	TOMAR	36	440
14	25 AGO	TOMAR	ALVAIAZERE	33	473
15	26 AGO	ALVAIAZERE	PENELA	33	506
16	27 AGO	PENELA	COIMBRA	38	544
17	28 AGO	COIMBRA	MEALHADA	34	578
18	29 AGO	MEALHADA	ALBERGARIA A VELHA	39	617
19	30 AGO	ALBERGARIA A VELHA	S.JOAO DE MADEIRA	34	651
20	31 AGO	S.JOAO DE MADEIRA	PORTO	53	704
21	1 SEPT	PORTO	TROFA	33	737
22	2 SEPT	TROFA	BARCELOS	42	779
23	3 SEPT	BARCELOS	PONTE DE LIMA	38	817
24	4 SEPT	PONTE DE LIMA	VALENÇA - TUI	42	859
<b>España</b>					
25	5 SEPT	TUI	PORRIÑO	27	886
26	6 SEPT	PORRIÑO	REDONDELA	23	909
27	7 SEPT	REDONDELA	BARROS	35	944
28	8 SEPT	BARROS	MILADOIRO	47	991
29	9 SEPT	MILADOIRO	SANTIAGO DE COMP.	10	1001

**ANEXO 3: CREDENCIAL PREENCHIDA DE FARO A SANTIAGO DE COMPOSTELA – ETAPAS REALIZADAS POR PEREGRINOS EM 2003**

*Copie de nos Crédentials del Peregrinos du Caminho Português*

**Camino de Santiago**  
Credencial que expide:




Fecha: 3-4-2003  
A favor de **Hubert MOREL**  
D.N.I. 990443101529

Comienza la peregrinación en **FARO - Portugal**  
el **3 April 2003** a Santiago de Compostela.


a pie  en bicicleta  a caballo

“Dios ayuda a Santiago” (D.A.Y.S.I.)

**Cumple la Peregrinación.**

Sello:  18 MAY 2003  
Santiago, a de 20

**Camino de Santiago**  
Credencial que expide:




Fecha: 3/4/2003  
A favor de **Therese GAZON**  
D.N.I. 990443101527

Comienza la peregrinación en **EARO - Portugal**  
el **3 April 2003** a Santiago de Compostela.

a pie  en bicicleta  a caballo

“Dios ayuda a Santiago” (D.A.Y.S.I.)

**Cumple la Peregrinación.**

Sello:  18 MAYO 2003  
Santiago, a de 20

**Certificación de Paso**

FIRMAS Y SELLOS

<b>POUSADA DE JUVENTUDE FARO</b> Rua da Misericórdia, 8-19 8000-108 FARO FAX 293 928 521	Fecha: 3/4/2003	<b>JUNTA DE FREGUESIA DE SAO JOAO DO OURIQUE</b>	Fecha: 4-4-2003
<b>turismo do algarve</b> Posto de Turismo de Faro Rua da Misericórdia, 8-19 8000-289 FARO	Fecha: 3-4-2003	<b>LAVANDARIA OURIQUENSE</b> De Leopoldina C. Celista C. N.º 178 391 239 Rua Lourenço Peixoto, n.º 40 - 7670-303 OURIQUE telefone 216 642 387	Fecha: 4-4-2003
<b>Posto Residencial AVEIDA BOTA</b> Alberto Manuel A. N. Lory Cont. 801 003 253 Rua Maria Compins, n.º 1 8100 Loulé	Fecha: 4-4-2003	<b>MUNICIPIO DE SAO JOAO DO OURIQUE</b>	Fecha: 4-4-2003
<b>turismo do algarve</b> Posto de Turismo de Loulé Rua da Misericórdia, 8-19 8100 LOULÉ	Fecha: 4-4-2003	<b>MUNICIPIO DE LOULÉ</b>	Fecha: 4-4-2003

**FIRMAS Y SELLOS**

<b>PAPELARIA TABACARIA TRINDADE ROSA AZEVEDO CUELLIDO VALENTIN</b>	Fecha: 19/05/03	<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03
<b>RESTAURANTE CAPE BO</b>	Fecha: 19/05/03	<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03
<b>RESTAURANTE CAPE BO</b>	Fecha: 19/05/03	<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03


**Certificación de Paso**

FIRMAS Y SELLOS

<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03	<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03
<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03	<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03
<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03	<b>CELEBRACIONES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA</b>	Fecha: 19/05/03

**Consideraciones necesarias**

**Camino Português**



Nos parcours : En 2002 La via Podiensis : Le Puy en Velais, Conques, Roncesvalles, Burgos, León, Santiago 74 jours de marche 1530 kms  
 En 2003 Le Caminho Português : Faro, Ourique, Lisboa, Fatima, Coimbra, Porto, Santiago 41 jours de marche 950 kms  
 Notre projet pour 2004 La Via de la Plata : Sévillla, Mérida, Caceres, Salamanca, (Avila), Zamora, Ourense, Santiago environ 1000 kms

**Notes personnelles :** *Margarida nous nous sommes rencontrés le 3 Avril au poste de tourisme de Loulé. Vous avez fait une copie de notre credencial. Je vous donne une excellente adresse de site internet pour trouver quelques informations sur les chemins de St Jacques => [www.chemins-compostelle.com](http://www.chemins-compostelle.com)  
 Obrigado por vossa acolhimento. Com carinho*



## **ANEXO 4: ESTATUTOS E EREÇÃO CANÓNICA DA AEJ**

### **ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBEBUS**

#### **CAPÍTULO I (Definições Gerais)**

##### **Artigo 1º (Definição)**

A Associação Espaço Jacobeus é uma associação privada de fiéis católicos, de âmbito nacional e local, com personalidade canónica e civil, sem fins lucrativos, regendo-se, nomeadamente, pelas “Normas Gerais das Associações de Fiéis” (N.G.A.F.), pelo direito canónico e concordatário que lhe seja aplicável pelos artigos cento e sessenta e sete a cento e oitenta e quatro do Código Civil, por estes Estatutos e pelo Regulamento Geral Interno, tendo uma duração indeterminada.

##### **Artigo 2º (Objeto)**

A Associação Espaço Jacobeus tem como finalidades: fomentar o culto e a peregrinação ao Sepulcro do Apóstolo São Tiago Maior em Compostela; preparação e informação de peregrinos; promoção do Caminho Português de Santiago.

##### **Artigo 3º (Atividades)**

1. Com vista à realização dos seus objetivos, a Associação Espaço Jacobeus propõe-se a:

- a. Promover a peregrinação ao Sepulcro do Apóstolo São Tiago Maior em Compostela com a orientação cristã que lhe é própria;
- b. Divulgar e promover o uso do Caminho Português de Santiago, dedicando particular atenção aos aspetos espirituais e culturais da peregrinação;
- c. Procurar, por todos os meios, que o peregrino seja bem acolhido e esteja bem atendido na sua peregrinação no Caminho Português de Santiago, como uma exigência de caridade cristã;
- d. Promover ações de informação e de preparação para que a peregrinação seja uma ocasião de evangelização para os peregrinos;
- e. Promover a formação dos seus associados;
- f. Apoiar os seus associados na realização da vocação à santidade, procurando proporcionar-lhes os meios para a sua formação doutrinal e espiritual;
- g. Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários;
- h. Promover o estudo e a investigação sobre o Caminho Português de Santiago;
- i. Promover a sinalização, a conservação e a limpeza dos itinerários de peregrinação.

- j. Editar e apoiar a publicação de jornais, revistas ou outros documentos de interesse relevante relacionados com o Caminho Português de Santiago e/ou sobre a peregrinação;
- k. Proporcionar o acesso a documentação e bibliografia relativa ao Caminho de Santiago;
- l. Promover o intercâmbio e a cooperação com associações e organismos, nacionais e estrangeiros, que prossigam objetivos similares aos da Associação Espaço Jacobeus.

Artigo 4º  
(Património Social)

O património social da Associação Espaço Jacobeus é constituído pelas contribuições dos associados e de outras entidades, por subsídios atribuídos, pelos bens adquiridos no exercício das suas atividades e pelas retribuições por serviços prestados no âmbito das suas atribuições.

Artigo 5º  
(Sede)

A Associação Espaço Jacobeus tem a sua sede na Rua das Oliveiras n.º 26, Ed. Junta de Freguesia de S. Vicente, freguesia de S. Vicente, Braga.

Artigo 6º  
(Delegações)

- 1. Uma Delegação é a forma de representação local da Associação Espaço Jacobeus, sendo constituída pelos sócios existentes na área de influência geográfica da respetiva Delegação. A dinamização da Delegação é efetuada por um Delegado nomeado diretamente pela Direção Nacional da Associação Espaço Jacobeus;
- 2. A constituição e a extinção das Delegações são da competência da Direção Nacional.

Artigo 7º  
(Filiação)

A Associação Espaço Jacobeus está agregada e goza das mesmas graças concedidas pela Igreja à Archicofradia del Glorioso Apóstol Santiago”, que é uma associação pública de fiéis, de âmbito universal, ereta pela Santa Sé, tendo por finalidade fomentar a peregrinação ao sepulcro do Apóstolo São Tiago Maior, com sede em Santiago de Compostela.

Artigo 8º  
(Princípios Fundamentais)

A Associação Espaço Jacobeus é independente de toda e qualquer forma de controlo partidário e/ou ideológico.

Artigo 9º  
(Logótipo)

O símbolo/logótipo da Associação Espaço Jacobeus é constituído por uma cruz de Santiago sobre uma vieira e um bordão com uma cabaça, por detrás da mesma vieira, cuja imagem a cores está em folha anexa a estes Estatutos.

CAPÍTULO II  
(Associados)

Artigo 10º  
(Admissão e Exclusão de Associados)

1. Podem ser associados da Associação Espaço Jacobeus pessoas singulares ou coletivas, de qualquer nacionalidade, que livre e conscientemente adiram aos fins e obrigações expressos nestes Estatutos, desejem apoiar e participar ativamente nas atividades da Associação Espaço Jacobeus, se inscrevem como tal e sejam admitidos pela Direção Nacional;
2. Os associados podem ser excluídos da Associação Espaço Jacobeus por decisão da Assembleia Geral com fundamento no afastamento dos objetivos estatutários, ou por colocarem em causa o bom nome e o interesse da associação;
3. Da decisão que não admita qualquer fiel como sócio ou da exclusão de um sócio da Associação Espaço Jacobeus cabe recurso hierárquico para a autoridade eclesiástica competente, no prazo de quinze dias a contar da notificação ou do conhecimento da decisão, com fundamento em qualquer motivo justo, nos termos do cânone 1737.

Artigo 11º  
(Direitos)

1. São direitos dos associados:
  - a. Participar na Assembleia Geral;
  - b. Receber informações sobre as atividades e o funcionamento da Associação Espaço Jacobeus;
  - c. Participar nas atividades da Associação Espaço Jacobeus;
  - d. Participar nas graças espirituais que a Igreja concede à Associação Espaço Jacobeus.
2. Apenas os associados que sejam pessoas singulares maiores de dezoito anos e menores que setenta e cinco anos são elegíveis para os Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus.

Artigo 12º  
(Deveres)

1. São deveres dos associados:
  - a. Para além da sua devoção particular, fomentar o culto ao Apóstolo São Tiago Maior, estimular a peregrinação na sua dimensão cristã e prestar atenção e orientação aos peregrinos;
  - b. Contribuir para a concretização dos objetivos da Associação Espaço Jacobeus;
  - c. Exercer os cargos para que tenham sido eleitos e os serviços que legitimamente lhe forem pedidos e desempenhá-los com diligência, salvo se obstar justa causa;
  - d. Contribuir para o financiamento da Associação Espaço Jacobeus mediante o pagamento de uma quota anual;
  - e. Pugnar pelo crédito e prosperidade da Associação Espaço Jacobeus.
2. O não pagamento de quotas implica a suspensão de direitos do sócio até à regularização da sua situação de quotização.

CAPÍTULO III  
(Corpos Gerentes)

Artigo 13º  
(Enumeração)

1. São Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus:
  - a. a Mesa da Assembleia Geral;
  - b. a Direção Nacional;
  - c. o Conselho Fiscal.

Artigo 14º  
(Mandato)

1. O mandato dos titulares dos Corpos Gerentes é de dois anos, mantendo-se em funções até serem substituídos pela gerência seguinte;
2. Após a eleição de novos Corpos Gerentes, os Corpos Gerentes em funções têm dez dias úteis para disponibilizar toda a informação relativa à Associação Espaço Jacobeus aos Corpos Gerentes eleitos, com as seguintes considerações:
  - a. As contas devem ser apresentadas à Direção Nacional eleita pela Direção Nacional cessante (com o respetivo parecer do Conselho Fiscal também cessante)  
em reunião formal a agendar com a Direção Nacional eleita, juntamente com o Conselho Fiscal também eleito, num prazo de dez dias úteis;
  - b. Na eventualidade de se registarem dívidas por saldar a credores identificados e/ou saldos de exploração negativos, deverá convocar-se Assembleia Geral Extraordinária para decisão sobre a responsabilidade de tal situação podendo, até, empenhar-se a Direção Nacional cessante para que providencie, solidariamente, e de imediato, os meios financeiros para liquidação integral dessas situações;

- c. Após a tomada de posse da Direção Nacional eleita, e caso surjam dívidas ocultas ou de credores desconhecidos perante o Relatório e Contas apresentado pela Direção Nacional cessante após a eleição, a anterior Direção Nacional será, solidariamente, responsável pela liquidação das mesmas;
3. Nenhum membro pode ser eleito para mais do que dois mandatos consecutivos, a não ser que a Assembleia Geral reconheça, expressamente, por votação secreta, que é inconveniente proceder à sua substituição;
4. Os Corpos Gerentes não deverão tomar posse antes de serem confirmados pela autoridade eclesiástica competente;
5. Em caso de vacatura da maioria dos lugares de cada órgão, deverá proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, salvo se estas forem ocupadas por membros suplentes. Em qualquer das circunstâncias, o membro designado para preencher o cargo apenas complementarará o mandato;
6. O exercício de qualquer cargo nos Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus é gratuito;
7. Não podem pertencer à Direção Nacional os sócios que desempenhem cargos diretivos em partidos políticos.

Artigo 15º  
(Eleição)

1. As eleições para os Corpos Gerentes realizam-se de dois em dois anos, por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos sócios que venham a participar no ato eleitoral, sendo permitido o voto por correspondência;
2. A convocação da Assembleia Geral Eleitoral é feita com antecedência de, pelo menos, 30 dias;
3. As listas a submeter a eleição devem ser entregues à Mesa da Assembleia Geral, que as deverá tornar públicas dez dias antes da data designada para a eleição;
4. Poderão ser propostos e eleitos suplentes, em todos os órgãos, em número não superior a um terço dos membros efetivos;
5. No prazo de oito dias após a eleição dos Corpos Gerentes, deverão os membros eleitos ser propostos à aprovação da autoridade eclesiástica competente.

Artigo 16º  
(Responsabilidades)

Os membros dos Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus são pessoalmente responsáveis, perante a lei eclesiástica e estatal, pela atuação dos órgãos de que fazem parte salvo se, para além dos motivos previstos no Direito tiverem votado contra as resoluções e tiverem feito consignar o seu voto em ata ou não tiverem tomado parte na respetiva resolução.

Artigo 17º  
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Associação Espaço Jacobeus, sendo composta por todos os associados no uso dos seus direitos;

2. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo as faltas ocasionais supridas pela eleição de substitutos entre os sócios presentes, os quais cessarão funções no termo da reunião;
3. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente, duas vezes por ano:
  - a. a primeira, preferencialmente até ao dia 31 de março, para apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas;
  - b. a segunda, preferencialmente até dia 31 de outubro, para apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento;
4. A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente quando, por justificação plausível:
  - a. for pedido pela Mesa da Assembleia Geral, pela Direção Nacional ou pelo Conselho Fiscal;
  - b. mediante o requerimento de um terço dos sócios, no uso dos seus direitos, com a indicação dos motivos.
  - c. por mandato direto da autoridade eclesiástica competente;
5. Nos anos em que haja eleição dos Corpos Gerentes, far-se-á uma Assembleia Geral Eleitoral para tal fim, dentro da primeira quinzena de Dezembro;
6. A Convocação da Assembleia Geral será efetuada com a antecedência mínima de quinze dias mencionando o dia, a hora e o local da reunião, bem como a respetiva Ordem de Trabalhos;
7. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não reservadas à autoridade eclesiástica superior e não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Corpos Gerentes;
8. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos dos presentes, com as seguintes exceções:
  - a. Alteração do Regulamento Geral Interno, exclusão de associados e destituição dos titulares dos órgãos eleitos, que requerem a maioria de dois terços de votos favoráveis;
  - b. Alteração dos Estatutos e Extinção da Associação Espaço Jacobeus, que requerem a maioria de três quartos de votos favoráveis.

Artigo 18º  
(Direção Nacional)

1. A Direção é responsável pela administração, gestão corrente, orientação e coordenação das atividades, representação legal e pela coordenação da representação externa da Associação Espaço Jacobeus;
2. A Direção é composta por cinco a nove elementos, sempre em número ímpar, sendo um Presidente, um a três Vice-Presidentes, um Tesoureiro, e um a quatro Secretários;
3. A Associação Espaço Jacobeus é obrigada pelas assinaturas de dois dos membros da Direção, sendo, pelo menos, uma delas do Presidente ou do Tesoureiro;
4. A Direção Nacional reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente as vezes consideradas necessárias. As reuniões de Direção Nacional extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Direção Nacional;
5. Os responsáveis pelas Delegações (Delegados) e o Assistente Espiritual poderão participar nas reuniões da Direção Nacional não tendo, contudo, direito a voto.

Artigo 19º  
(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão a quem compete o exercício da função fiscalizadora sobre o património, escrituração e documentos da Associação Espaço Jacobeus, a emissão de pareceres sobre os Relatórios de Atividade e Contas, bem como sobre os assuntos do âmbito das suas competências que os demais órgãos lhe submetam;
2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais;
3. Os membros do Conselho Fiscal poderão participar nas reuniões da Direção Nacional sempre que, no âmbito das suas atribuições, tal for considerado conveniente.

CAPÍTULO IV  
(Assistência Religiosa)

Artigo 20º  
(Órgão de Vigilância)

A Associação Espaço Jacobeus tem um órgão de vigilância, composto por um representante da autoridade eclesiástica, livremente eleito pela mesma autoridade eclesiástica.

Artigo 21º  
(Assistente Espiritual)

1. A Associação Espaço Jacobeus terá, por exigência pastoral e canónica, um Assistente Espiritual nomeado pela autoridade eclesiástica competente. O Assistente Espiritual não é funcionário ou um colaborador da Associação Espaço Jacobeus, mas sim o elemento em quem a autoridade eclesiástica competente confia, de modo estável, a cura pastoral da Associação Espaço Jacobeus, a exercer segundo as normas do direito universal e particular. No exercício do seu múnus o Assistente Espiritual depende, unicamente, do seu superiorEclesiástico;
2. A duração do mandato do Assistente Espiritual Nacional fica ao critério da autoridade eclesiástica competente;
3. O Assistente Espiritual porá o maior empenho em salvaguardar e promover a finalidade religiosa e cristã da Associação Espaço Jacobeus e de todas as suas atividades, e promoverá iniciativas apropriadas em ordem à formação espiritual e doutrinal dos sócios;
4. O Assistente Espiritual deverá manter com a Direção Nacional a mais estreita união e colaboração, sem interferência nas competências de cada um;
5. São deveres do Assistente Espiritual:
  - a. Sempre que o entender, assistir às reuniões da Direção Nacional, não dispondo, porém, de voto;
  - b. Celebrar ou mandar celebrar uma missa de sufrágio por cada sócio falecido;
  - c. Uma vez por ano, em dia determinado, celebrar ou mandar celebrar uma Eucaristia por todos os sócios e benfeitores da Associação Espaço Jacobeus;
6. Sem que isto afete a autoridade e competência do Assistente Espiritual, deverá este ouvir o parecer da Direção Nacional, sempre que as decisões a tomar exijam, pela sua

dimensão, intervenção de ordem administrativa, ou quando o parecer da Direção Nacional se considere útil, em ordem a encontrar as melhores soluções.

## CAPÍTULO V (Disposições Finais)

### Artigo 22º (Relações com outras Instituições)

1. A Associação Espaço Jacobeus, sem perda da sua autonomia própria, manterá permanente diálogo e colaboração com as instituições públicas ou privadas, que mais interessem ao prosseguimento dos objetivos da Associação Espaço Jacobeus
2. A Associação Espaço Jacobeus poderá filiar-se em Federações ou organizações nacionais e internacionais cujos princípios não contrariem os presentes Estatutos e mediante deliberação favorável da Assembleia-Geral, sob proposta da Direção.

### Artigo 23º (Regulamento Geral Interno)

É da competência da Assembleia Geral a aprovação do Regulamento Geral Interno necessário ao bom funcionamento da Associação Espaço Jacobeus.

### Artigo 24º (Revisão e Alteração dos Estatutos)

1. Os presentes Estatutos são passíveis de revisão sob proposta apresentada pela Direção Nacional ou por dois terços dos associados e aprovado por três quartos dos votos dos associados presentes na Assembleia Geral para o efeito reunida;
2. A revisão e alteração destes Estatutos carecem da aprovação da autoridade eclesiástica competente.

### Artigo 25º (Dissolução e Extinção)

1. Quando, por falta de meios, a Associação Espaço Jacobeus se mostrar incapaz de realizar as atividades que lhe são próprias, a Assembleia Geral pode solicitar à autoridade eclesiástica competente a sua dissolução;
2. Em caso de deliberação da extinção da Associação Espaço Jacobeus, compete à Assembleia Geral eleger uma Comissão para decidir sobre os destinos dos bens da associação.

### Artigo 26º (Lacunas)

No que estes Estatutos sejam omissos rege-se a Associação Espaço Jacobeus pelo Regulamento Geral Interno, ou serão decididos em Assembleia Geral, desde

*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico* 181  
*Susana Karina Martins de Sousa*

que não colida com as “Normas Gerais das Associações de Fiéis” (N.G.A.F.), o Código de Direito Canónico, o Código Civil e os princípios gerais destes Estatutos.

Artigo 27º  
(Vigência)

Estes novos Estatutos revogam os anteriores e entram em vigor imediatamente após a aprovação pela mesma Autoridade Eclesiástica.

Estatutos da Associação Espaço Jacobeus aprovados em:

Braga, 28 de março de 2015



## DECRETO DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ERECCÃO CANÓNICA

Tendo o Órgão competente da «ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBÉUS - AEJ», requerido a aprovação do seu estatuto e erecção canónica,

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinado o Estatuto, integrado no Processo Nº 86 / 2006 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento;

**D. JORGE FERREIRA DA COSTA ORTIGA**, por merecê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, no uso da sua jurisdição;

APROVA o ESTATUTO da «ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBÉUS - AEJ», com sede na Paróquia de São Vicente, Concelho, Arciprestado, Arquidiocese e Distrito de Braga, pelo qual se há-de reger de ora em diante, e consta de 26 Artigos, distribuídos por 5 capítulos, exarados em 10 folhas de papel (incluídos os índices e averhamento) autenticadas com o timbre ou o selo branco da Cúria Arquiepiscopal de Braga e erigida em Pessoa Jurídica Canónica Privada.

Para memória, se outorga, por escrito, o presente Decreto, que vai assinado em nome da autoridade canónica competente, o Bispo Diocesano, (canon 312 § 1, 3º do Código de Direito Canónico), e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O ato fica registado na Cúria Arquiepiscopal, no aludido processo e na Secção de Associação de Fiéis.

Braga, 2 de Junho de 2006.

  
(Dom Valterio Gonçalves, Vigário Geral)

  
(P. António Oliveira Gomes, C.A. Vigário)

**ANEXO 5: PROGRAMA DO FESTIVAL DE CAMINHADAS DO AMEIXIAL**

<p><b>22 ABRIL (SEXTA-FEIRA)</b></p> <p>14h30 Abertura oficial do IV Festival de Caminhadas do Ameixial.</p> <p>15h00 Jornadas Técnicas sobre Glamping.</p> <p>O que é o Glamping? Conceito, mercado, processo de licenciamento e casos práticos. Que potencial turístico para o interior da região.</p> <p>Jorge Pessoa (Natura Glamping, Serra da Gardunha)</p> <p>Luís Lucas (Azeméis da Seda Glamping, Mora)</p> <p>Turismo de Portugal</p> <p>18h00 Inauguração de exposição fotográfica sobre o WFA.</p> <p>Prova de tapas tradicionais com produtos da Serra do Caldeirão</p> <p>20h00 Jantar convívio</p> <p>21h30 Caminhada nocturna pela aldeia do Ameixial e actividade de astronomia</p> <p><b>23 ABRIL (SÁBADO)</b></p> <p>08h00 – 09h00 Joga na eira</p> <p>08h30 – 09h15 Recepção dos participantes das caminhadas</p> <p>09h30 Início das caminhadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Percursos pedestres de Azinhal dos Mouros, Revezes e Cortes D'Ouro</li> <li>&gt; Caminho de Santiago do Sul/Itinerário Central do Algarve</li> <li>&gt; Caminhada com pastor (para famílias)</li> <li>&gt; Caminhada de Observação de Aves</li> <li>&gt; Caminhada do Património Serrano (Cortes d'Ouro)</li> <li>&gt; Caminhada de "Sobrevivência"</li> <li>&gt; Caminhada sobre a história local.</li> </ul> <p>14h30 Apresentação do Projeto «Through old letter to new friendship» (Agrupamento Escolar Gil Eanes, Lagos)</p> <p>15h00 – 16h30 Workshops técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Longas travessias em autonomia total.</li> <li>1ª Parte - Regras e dicas para a preparação de longas caminhadas (Dani Marques)</li> </ul>	<p>2ª Parte - Estajo de primeiros socorros para caminhadas</p> <p>17h00 Palestra Especial: Grandes Caminhadas pela Europa – um olhar de uma jornalista internacional de viagens (Nanda Rasphorst, Holanda)**</p> <p>19h00 Workshop Cerâmica – Apresentação dos resultados da cozedura em fogueira (Sara Navarro)</p> <p>20h00 Jantar serrano</p> <p>21h30 Música, jogos populares e actividades tradicionais</p> <p><b>25 ABRIL (SEGUNDA)</b></p> <p>08h00 – 09h00 Joga na eira</p> <p>08h30 – 09h15 Recepção dos participantes das caminhadas</p> <p>09h30 Início das caminhadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Percursos pedestres de Cortes D'Ouro</li> <li>&gt; Caminhada de Lourencinho e Ameixial</li> <li>&gt; Caminhada no Vascão e escrita do Sudoeste</li> <li>&gt; Caminhada Amnésita – Via Algarviana</li> <li>&gt; Caminhada de Geologia</li> <li>&gt; Caminhada com um pastor</li> <li>&gt; Caminhada do Património Serrano</li> <li>&gt; Caminhada da Pré-História da Serra Algarvia;</li> </ul> <p>15h00 Convívio final e sessão de encerramento do 4º Festival de Caminhadas do Ameixial</p> <p><b>EM PERMANÊNCIA</b></p> <p>Banca de venda de produtos locais, artesanato do Projecto TASA, Barra Energética de Querença e dos parceiros do evento.</p> <p>*Preço com tudo incluído: 16/pessoa **Palestra profissional em inglês.</p> <p>A organização reserva-se no direito de alterar o programa até à data de realização das actividades.</p>
<p>2ª Parte - Equipamento e acessórios (Peregrino Algarvio)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Cuidados de alimentares em caminhadas</li> </ul> <p>15h30 – 17h30 Experiência participativa em arte pública: Paisagem e Memória (Sara Navarro)</p> <p>18h30 – 19h00 Palestra: Os Caminhos de Santiago sob diversas perspetivas – conversa sobre o itinerário do Sul (Susana Karina Sousa; Luisa Martins), Moderação: Pedro Barros</p> <p>20h00 Churrascada Serrana* com Animação Musical e Baile de Roda</p> <p>21h00 Obra ao rubro - Cozedura de cerâmica em fogueira a céu aberto (Sara Navarro)</p> <p><b>24 ABRIL (DOMINGO)</b></p> <p>08h00 – 09h00 Joga na eira</p> <p>08h30 – 09h15 Recepção dos participantes das caminhadas</p> <p>09h30 Início das caminhadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Percursos pedestres de Revezes, Cortes D'Ouro e Azinhal dos Mouros</li> <li>&gt; Caminhada em Beseiros</li> <li>&gt; Caminhada Amnésita a Almodôvar</li> <li>&gt; Caminhada de Observação de Aves</li> <li>&gt; Caminhada sobre a escrita do Sudoeste (para famílias)</li> <li>&gt; Caminhada fotográfica</li> <li>&gt; Caminhada de Geostitching</li> <li>&gt; Caminhada com UrbanShetters Algarve.</li> </ul> <p>14h00 – 17h00 Sessão de recuperação física com massagistas</p> <p>15h00 Actividade para famílias com a escrita do Sudoeste</p> <p>15h00 – 16h30 Workshops técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Material de caminhadas como escolher na hora de comprar (Decathlon)</li> <li>&gt; Caminhada em segurança (Fátima Florindo, Cristina Marques e Maria Blua)</li> <li>1ª Parte - Prevenção de lesões e prestação de primeiros socorros em caso de incidente / acidente</li> </ul>	<p>2ª Parte - Estajo de primeiros socorros para caminhadas</p> <p>17h00 Palestra Especial: Grandes Caminhadas pela Europa – um olhar de uma jornalista internacional de viagens (Nanda Rasphorst, Holanda)**</p> <p>19h00 Workshop Cerâmica – Apresentação dos resultados da cozedura em fogueira (Sara Navarro)</p> <p>20h00 Jantar serrano</p> <p>21h30 Música, jogos populares e actividades tradicionais</p> <p><b>25 ABRIL (SEGUNDA)</b></p> <p>08h00 – 09h00 Joga na eira</p> <p>08h30 – 09h15 Recepção dos participantes das caminhadas</p> <p>09h30 Início das caminhadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Percursos pedestres de Cortes D'Ouro</li> <li>&gt; Caminhada de Lourencinho e Ameixial</li> <li>&gt; Caminhada no Vascão e escrita do Sudoeste</li> <li>&gt; Caminhada Amnésita – Via Algarviana</li> <li>&gt; Caminhada de Geologia</li> <li>&gt; Caminhada com um pastor</li> <li>&gt; Caminhada do Património Serrano</li> <li>&gt; Caminhada da Pré-História da Serra Algarvia;</li> </ul> <p>15h00 Convívio final e sessão de encerramento do 4º Festival de Caminhadas do Ameixial</p> <p><b>EM PERMANÊNCIA</b></p> <p>Banca de venda de produtos locais, artesanato do Projecto TASA, Barra Energética de Querença e dos parceiros do evento.</p> <p>*Preço com tudo incluído: 16/pessoa **Palestra profissional em inglês.</p> <p>A organização reserva-se no direito de alterar o programa até à data de realização das actividades.</p>



## ANEXO 6: PROGRAMA DO EVENTO “PATRIMONIALIZAÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO DESDE O ALGARVE”



### Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve

**Faro – Loulé, Sábado, 02-03 de Julho 2016**

Associação Espaço Jacobeus | Delegação de Faro

OFS Faro | Largo de São Francisco nr 51, Faro

Sábado, 02/07/2016

**\* 16:30hrs, Claustro e Igreja de São Francisco**

Receção dos participantes e abertura do encontro com a presença de representantes da Diocese do Algarve e da Câmara Municipal de Faro e os líderes associativos do Caminho de Santiago Português

**Don Celestino Lores** - Presidente da Fundação do Caminho de Santiago, da Associação dos Amigos do Caminho Português para Santiago, da Associação Europeia dos Caminhos de Santiago e ex-vereador da Cultura da Câmara Municipal de Pontevedra.

**Domingos Carneiro** - Presidente da Direção Nacional da Associação Espaço Jacobeus oficialmente reconhecida pela Igreja particular de Braga, sendo ereta canonicamente, e agregada à “Archicofradia Universal del Apóstol Santiago” (sede em Santiago de Compostela), 13 Delegações e meio milhar de sócios em Portugal, promoção da peregrinação a Santiago, informação e preparação de peregrinos, distribuição da “Credencial do Peregrino”, trabalho conjunto com entidades locais no estudo, marcação e manutenção dos percursos.

**\* 17:00hrs, interior da Igreja: Apresentação de comunicações**

**Alberto Solana de Quesada** - Presença de Santiago na Península Ibérica e Tradição Jacobea

*Presidente da Cofradia de Santiago de Madrid, membro da Asociación Gallega de Amigos del Camino de Santiago (AGACS), da Asociación de San Guillermo de Arnotegui e da Fraternidade Internacional do Caminho de Santiago.*

**Luís Filipe Oliveira** - A Ordem de Santiago - Religiosa e Militar - Memórias no Algarve

*Doutor em História Medieval, especializado nas Ordens Militares, Elites Urbanas e Nobreza Cruzada, com dezenas de livros e artigos de investigação publicados, Vice-diretor do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve, membro efetivo do Conselho Científico, e onde já exerceu cargos de Subdiretor da Faculdade.*

**Luis Ferreira** – A Escrita como resultado da peregrinação a pé a Santiago de Compostela

*Escritor com menção honrosa pela APPACDM, publica em diversos sites ligados à escrita e às artes, possuindo diversas obras de poesia editadas, e participada escrita em mais de 30 antologias. As suas obras individuais mais dedicadas ao Caminho de Santiago já são êxitos aclamados: "Entre o Silêncio das Pedras" e "Diário de Xavier Lopes".*

\* 18:00hrs, Capela Paz e Bem: Assinatura do **Protocolo entre OFS Faro e AEJ**

\* 18:15hrs, Claustro

**Nuno Sousa** - Apresentação da Exposição "Olhares de um peregrino no Caminho de Santiago"

\* 18:30hrs, interior da Igreja

Eucaristia - intenção do Caminho Central Português de Santiago

\* **20:00hrs, jantar Restaurante Tertúlia Algarvia:**

**Paulo Almeida Fernandes** - Elementos históricos e culturais do culto a São Tiago

*Membro integrado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra e colaborador do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, estudo dos caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela durante a Idade Média e arte pré-românica e românica em Portugal e Espanha.*

**Leandro Gomes** - Processo de perceção e reconhecimento do património associado ao Caminho de Santiago

*Doutorando em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra, onde integra o Centro de Investigação sobre o Caminho de Santiago Português, com foco principal sobre a patrimonialização, o pedido e reconhecimento junto a UNESCO como património da humanidade.*

Testemunho de peregrinos no Algarve

**Susana Sousa** – Estatísticas do Caminho de Santiago em 2015 (Mestranda da UALG a desenvolver dissertação “As Memórias de Santiago: do Património aos Itinerários dos Peregrinos” e Delegada de Faro da AEJ)

**Ferenc Novotta** – Os Caminhos do Sul (*Peregrino húngaro a viver no Algarve com o objetivo principal de marcar o Caminho de Santiago no sul de Portugal*)

**António Devesa** - O "pulsar" do Caminho de Santiago (*Vice-Presidente da AEJ*)

**José Luis Sanches** - Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana desde 2012, trabalha no apoio aos peregrinos, manutenção e sinalização do Caminho principalmente a sul do Douro, com um albergue após a saída de Lisboa, em Alpriate, e a gestão do Albergue Rainha D. Teresa em Albergaria-a-Velha, realizam cursos para Hospitaleiros Voluntários em colaboração com a Federação Espanhola de Associações de Amigos do Caminho de Santiago.

\* 22:00hrs - Debate

Abertura e moderação - **Domingos Carneiro**

\* 23:30hrs – Encerramento do Jantar

**Contacto:** Associação Espaço Jacobeus – Delegação Faro

T. 916 013 494 | [jacobeusfaro@gmail.com](mailto:jacobeusfaro@gmail.com) | [www.caminhosantiagoportuguessul.pt](http://www.caminhosantiagoportuguessul.pt)  
[www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts](https://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts)

## **Patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve**

**Faro – Loulé, Sábado, 03 de Julho 2016**

Associação Espaço Jacobeus | Delegação de Faro | OFS Faro

Domingo, 03/07/2016

\* 06:00 – Encontro na Sé Catedral de Faro para início da 1ª Etapa do Caminho Central Português a Santiago (Faro - Loulé)

*Recomendações importantes:*

- a saída é às 06:00hrs porque esperamos assim subir a Goldra até às 10:00hrs e assim evitar o maior calor

- quem não estiver às 06:00hrs tente seguir a trilha que segue atrás do Hotel Eva pelo Passeio Ribeirinho (se estiverem muito atentos encontrarão alguns sinais que deixamos daí até Loulé... *mas têm que estar muito, muito atentos!*)

- esta etapa tem aprox. 22,5km, a percorrer em aprox. 7hrs 30 min (incluindo paragens para abastecimento, de 15 minutos, no Patacão, Santa Bárbara e Goncinha)

- às 06:00hrs não haverão pastelarias abertas: abasteçam-se de pequeno almoço

- Utilizem calçado confortável (podem também trazer um segundo par de meias para mudar)

- A subida e descida da Goldra é dura:

➤ quem tiver pode levar bastões pois ajudam bastante;

*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*

- tentem não parar enquanto estiverem a subir (retomar a marcha vai-vos custar mais do que mantê-la);
- não gastem energias a queixar-se ou a desejar desistir!
- Respirem fundo e pisem leve;
- Tragam chapéu e protetor solar e no mínimo 1 ½ Lt de ÁGUA.

\* 14:30 – Almoço no Restaurante Cavaco, Largo de São Francisco, Loulé

\* 15:30 – Inauguração da Sinalética do Caminho de Santiago, na Rua de Portugal, Loulé – com a presença da Câmara Municipal de Loulé e entidades oficiais locais

\* 16:00 - Regresso a Faro em autocarro

A Câmara Municipal de Loulé disponibilizou um autocarro de 27 lugares que irá fazer 2 viagens a Faro para o regresso. Daremos prioridade a visitantes de fora, pois precisarão de transitar para outros meios de transporte. Estão inscritas 70 pessoas na caminhada, e assim, algumas poderão eventualmente ficar de fora: alguns participantes já se dispuseram a deixar os seus veículos em Loulé, para assegurar o retorno e poderão ser coordenadas boleias. Há também o autocarro da carreira que sai da estação de autocarros de Loulé às 17:45hrs para Faro.

**Contacto:** Associação Espaço Jacobeus – Delegação Faro  
T. 916 013 494 | [jacobeusfaro@gmail.com](mailto:jacobeusfaro@gmail.com) | [www.caminhosantiagoportuguessul.pt](http://www.caminhosantiagoportuguessul.pt)  
[www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts](https://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts)

## ANEXO 7: IMAGEM DO PROGRAMA “PATRIMONIALIZAÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO NO ALGARVE”

**CAMINHO CENTRAL PORTUGUÊS A SANTIAGO**

**Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve**  
**Faro - Loulé** **2-3 Julho 2016**

**Programa:**  
**02/07/2016**

- 16:30** – Exposição “*Olhares de um peregrino no Caminho de Santiago*” e apresentação dos especialistas convidados, OFS Faro, Largo de São Francisco nr 51, Faro
- 20:00** – Jantar-debate Restaurante Tertúlia Algarvia, Faro

**03/07/2016**

- 06:00** – Encontro na Sé Catedral de Faro para início da 1ª etapa do Caminho (Faro - Loulé) a pé e de bicicleta
- 14:00** – Almoço no Restaurante Cavaco, Loulé
- 15:30** – Inauguração da Sinalética do Caminho de Santiago, Rua de Portugal, Loulé
- 16:00** - Regresso a Faro em autocarro

Mais informações sobre o programa, oradores e ficha de inscrição em:  
[www.caminhosantiagoportuguessul.pt](http://www.caminhosantiagoportuguessul.pt)  
[www.facebook.com/groups/jacobeusfaro](https://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro)

**Organização**  
ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBEUS

**Parceiros**

**Promotores**

**Apoio Institucional à Divulgação**

## **ANEXO 8: NOTAS DE IMPRENSA – “PATRIMONIALIZAÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO NO ALGARVE” E FOTOREPORTAGEM**

### **1ª NOTA DE IMPRENSA**

Faro, 18 de março, 2016

#### **Patrimonialização dos *Caminhos de Santiago* desde o Algarve**

**A inauguração da delegação algarvia da Associação Espaço Jacobeus, dias 2 e 3 de julho 2016, em Faro e Loulé, congrega especialistas na delimitação histórica e valorização da herança cristã deixada no Algarve pela Ordem de Santiago, devota do Santo Apóstolo que revelou ser alicerce de coesão social entre a Península Ibérica e a Europa. O programa estende-se especialmente aos amantes do Caminho num percurso a pé pelas primeiras etapas do Caminho Português Central a Santiago de Compostela, desde a Catedral de Faro e Nossa Senhora da Piedade, Loulé.**

Pode falar-se de *Caminhos de Santiago* no Algarve? Evidentemente que sim. Se é certo que a Idade Média não guardou registos sistemáticos dos peregrinos que passaram pela região, no século XIII, nos caminhos da Reconquista para Sul, grande parte do Algarve foi integrada no património da Ordem de Santiago, que aqui deixou impressionantes vestígios da sua história, muitos dos quais ainda existentes.

Num momento em que se discute a importância dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela, e se lançou o desafio de uma candidatura de âmbito internacional à Comissão Nacional da UNESCO, a delegação da AEJ de Faro pretende contribuir para a delimitação histórica dos caminhos na região mais a Sul do país, mas, também, para a revitalização de um património que carece de um programa global de valorização.

Para isso, convidou reputados especialistas em vários domínios associados aos Caminhos de Santiago para, pela primeira vez em Faro, debater as potencialidades da região nesta matéria e quais as principais necessidades e ações a tomar. Para isso, convida também todos os que se queiram associar a esta iniciativa, seja para conhecer um pouco mais da história da região, seja para participar no processo social que está em marcha de *patrimonialização dos Caminhos de Santiago desde o Algarve*.

O encontro tem ainda outros objetivos, que passam pela sensibilização das comunidades e poderes públicos para a importância do Algarve nos Caminhos de Santiago, e pela divulgação deste coerente património, passado e presente, pelos agentes económicos regionais, colocados perante mais um recurso que singulariza a região nos quadros nacional e internacional.

No Algarve, as marcas deixadas pela Ordem de Santiago são um elemento de coesão regional, mas são também um motivo de carácter universal, na medida em que liga a região à Europa das peregrinações, dimensão que, em 1987, foi justamente celebrada pelo Conselho da Europa como um dos fatores de construção europeia e está na base da distinção de vários *Caminhos de Santiago* como património mundial.

Para mais informações sobre o programa:

*Associação Espaço Jacobeus – Confraria de São Tiago*

[www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts](http://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts) | [jacobeusfaro@gmail.com](mailto:jacobeusfaro@gmail.com)

*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*

*Susana Karina Martins de Sousa*

## **2ª NOTA DE IMPRENSA**

### **"Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve, Faro - Loulé" 2 e 3 de julho 2016, AEJ**

Faro e Loulé recebem um encontro de especialistas ibéricos subordinado às questões da "Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve, Faro - Loulé, que inclui o debate sobre a delimitação histórica dos caminhos na região mais a Sul do país, e a revitalização de um património que carece de um programa global de valorização, bem como as possibilidades de reinvenção de recursos, atores e atividades, para uma adequada estilização místico-turística dos serviços de apoio e segurança a peregrinos no Caminho de Santiago que inicia em Faro. Este, integrado pela Comissão Nacional da UNESCO na lista indicativa de locais de Portugal que são candidatos a Património da Humanidade, é uma das quatro rotas que abrange o país todo, e é comparável aos caminhos recentes reconhecidos pela UNESCO no noroeste espanhol" devido ao "valor universal excepcional" do itinerário, a par de história dos locais por onde passa, e a boa possibilidade de sucesso junto da UNESCO.

No Algarve, as marcas deixadas pela Ordem de Santiago são um elemento de coesão regional, mas são também um motivo de carácter universal, na medida em que liga a região à Europa das peregrinações, dimensão que, em 1987, foi justamente celebrada pelo Conselho da Europa como um dos factores de construção europeia e está na base da distinção de vários Caminhos de Santiago como património mundial.

O encontro é organizado pela delegação algarvia da Associação Espaço Jacobeus, e congregará reputados especialistas em vários domínios associados aos Caminhos de Santiago para, pela primeira vez em Faro, debater as potencialidades da região nesta matéria e quais as principais necessidades e acções a tomar. Tem ainda outros objectivos, que passam pela sensibilização das comunidades e poderes públicos para a importância do Algarve nos Caminhos de Santiago, e pela divulgação deste coerente património, passado e presente, pelos agentes económicos regionais, colocados perante mais um recurso que singulariza a região nos quadros nacional e internacional.

Inicia-se no dia 2 de julho pelas 16:30hrs nas instalações da Ordem Franciscana Secular - Fraternidade de Faro, Largo de São Francisco nr 51, Faro, seguido de jantar-debate no Restaurante Tertúlia Algarvia, em Faro, e de uma caminhada simbólica na 1ª Etapa do Caminho Central Português de Santiago no dia 3 de julho, pelas 07:00hrs, que termina com um almoço em Loulé no Restaurante Cavaco, pelas 14:00hrs. As participações já confirmadas garantem a idoneidade e a relevância do debate, ao qual se convidam todos os demais interessados no tema a participar:

- Don Celestino Lores (Presidente da Fundação do Caminho de Santiago, da Associação dos Amigos do Caminho Português para Santiago, da Associação Europeia dos Caminhos de Santiago e ex-vereador da Cultura da Câmara Municipal de Pontevedra, entre outros)
- Prof. Luis Filipe Oliveira (Universidade do Algarve, especialista na Ordem de Santiago)

*Disse*

*Susana Karina Martins de Sousa*

*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*

- Dr. Alberto Solana de Quesada (Presidente da Cofradia de Santiago de Madrid, membro da Asociación Gallega de Amigos del Camino de Santiago (AGACS), da Asociación de San Guillermo de Arnotegui e da Fraternidade Internacional do Caminho de Santiago)
- Paulo Almeida Fernandes (Membro integrado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra e colaborador do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa)
- Leandro Eustáquio Gomes (Centro de Investigação sobre o Caminho de Santiago Português, Universidade de Coimbra)
- Anabela Santos (Coordenadora da Via Algarviana, Almargem - Associação de defesa do património cultural e ambiental do Algarve)
- Luis Ferreira (Escritor com menção honrosa pela APPACDM, autor do aclamado livro "Entre o Silêncio das Pedras")
- Nuno Sousa (Exposição "Olhar de um Peregrino no Caminho de Santiago)
- José Luis Sanches (Presidente da Via Lusitana)
- Domingos Carneiro (anfitrião do evento - Presidente da Direção Nacional da Associação Espaço Jacobeus)

O evento é de **inscrição obrigatória** devido a limitações de espaço, sendo o encontro e a caminhada de participação gratuita e o jantar e almoço sujeitos a pré-pagamento: <http://goo.gl/forms/LTrzQrDsdY>

**Mais informações em:**

[www.caminhosantiagoportuguessul.pt](http://www.caminhosantiagoportuguessul.pt)

[www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts](https://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts)

[www.facebook.com/events/1986998894859438/](https://www.facebook.com/events/1986998894859438/)

### 3ª NOTA DE IMPRENSA

## O CAMINHO É DE TODOS E CONTINUA ATÉ SANTIAGO

07/07/2016

**Inaugurada a sinalética do Caminho de Santiago em Faro e Loulé, nos passados dias 2 e 3 de julho de 2016, e lançada a trajetória da sinalização a fixar pelo corredor central do Itinerário Cultural Europeu no sul de Portugal, com base nas memórias da Ordem Religiosa e Militar de Santiago, marca-se um momento histórico no Caminho de Santiago Português, concretizado pela intercedência da Delegação de Faro da Associação Espaço Jacobeus junto das comunidades locais.**

Apoiada na Ordem Franciscana Secular - Fraternidade de Faro, a AEJ Faro viu facilitado o *leverage* do processo social de patrimonialização da herança histórica (quase esquecida) que liga o Algarve a São Tiago, nos apoios concedidos pela Câmara Municipal de Loulé, ANA Aeroportos de Portugal, Câmara Municipal de Faro, Turismo do Algarve e Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, e que tornaram possível a receção dos especialistas ibéricos com os quais se lançou o debate em torno das verdadeiras possibilidades de fundamentação do Caminho de Santiago desde o Algarve, particularmente Faro e Loulé.

Conclui-se deste lançamento que as memórias associadas ao Caminho, quer na perspectiva do Apóstolo São Tiago, quer da Ordem Religiosa e Militar de Santiago, encerram diversos obstáculos, e que "há memórias em conflito, e há conflitos nas memórias" como refere o Prof. Luis Filipe Oliveira, especializado em História Medieval da Universidade do Algarve. Abrangeu-se desde a verusimilitude da presença de Santiago na Península Ibérica no séc. I dC apresentada com o Presidente da Cofradia de Santiago de Madrid - Dr. Alberto Solana de Quesada - até aos efeitos da peregrinação Compostelana nos que a experimentam, seu impacto a nível individual e coletivo, com o escritor Luis Ferreira e fotógrafo Nuno Sousa.

Os líderes associativos presentes confirmaram a adesão natural e voluntária das pessoas à temática, sem divergência de opinião entre o norte e sul de Espanha e Portugal, no testemunho do Presidente da Fundação do Caminho de Santiago, sediada em Pontevedra, da Associação Via Augusta - Camino de Cadiz e dos presidentes da Associação Espaço Jacobeus e Associação de peregrinos Via Lusitana.

A adesão e a alegria estiveram bem patentes em todos os momentos do encontro, principalmente na colocação dos azulejos e sinalética do Caminho de Santiago no início do Caminho Central (Largo da Sé de Faro) e nos pontos de conexão com a 2ª etapa (Largo da Igreja Matriz de Loulé e Rua de Portugal).

E se este processo de patrimonialização no Algarve compreende criar uma herança comum de algo que existe mas que não é partilhado por todos, foi importante a presença balizadora do Centro de Investigação sobre o Caminho de Santiago Português, e do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra, e em particular dos signatários da candidatura dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago a Património da UNESCO: Domingos Carneiro, José Luís Sanchez e Paulo Almeida Fernandes.

Mas a voz do Caminho de Santiago que inicia em Faro não se teria ouvido tão alta, se  
*Dissertação de Mestrado – Marketing Turístico*  
*Susana Karina Martins de Sousa*

não fosse resultado da participação voluntária e incondicional de amigos do Caminho de Santiago do Algarve e entidades sensibilizadas a fazer "do Caminho algo nosso", e que colaboraram no reconhecimento de percursos e divulgação do encontro, nomeadamente a Oficina de Acogida al Peregrino de Santiago de Compostela, Diocese do Algarve, Folha de Domingo, Direção Regional de Cultura do Algarve, União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, Trilhos de Amor, Zen Trek, Walking Festival do Ameixial, Escalfadinhos Marafados, Fiscalnexe, entre outros.

Faça-se uma menção especial ao Grupo de Voluntários no Caminho de Santiago entre Faro e Almodôvar - grupo aberto ao público que reúne na Igreja de São Francisco em Faro à segunda 4ª-feira de cada mês, entre as 19:00 e as 20:00 e que convida a todos os que desejam participar no reconhecimento do corredor central, e descobrir mais ou partilhar as suas experiências no Caminho de Santiago em geral.

As próximas atividades relacionadas com os Caminhos do Algarve esperam-se muito em breve, com a colocação de azulejos sinalética nos pontos de ligação das 4 etapas do Caminho Central, entre Loulé e Almodovar, bem como no início do Caminho Nascente em Tavira.

Mais informações em:

[www.caminhosantiagoportuguessul.pt](http://www.caminhosantiagoportuguessul.pt)

<https://www.facebook.com/groups/jacobeusfaro/?fref=ts>

### **FOTOREPORTAGEM:**



Abertura Oficial do Encontro (Claustro da Igreja de São Francisco, Faro)



Comunicação do Dr. Alberto Solana Quesada, Presidente da Cofradía de Santiago de Madrid, sobre o “Enigma Compostelano” (interior da Igreja de São Francisco)



*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*



Apresentação do escritor Luís Ferreira sobre “O Caminho de Santiago como inspiração para a produção cultural” e exposição fotográfica de Nuno Sousa “Olhares de um Peregrino no Caminho de Santiago”



*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*



Exposição Fotográfica: “Olhares de um Peregrino no Caminho de Santiago”



Coffee-break e distribuição de material didático e souvenirs

*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*



Inauguração do Azulejo/ Sinalética do Caminho de Santiago no Largo da Sé, Faro





Assinatura de Protocolo entre Associação Espaço Jacobeus e a Ordem Franciscana Secular de Faro



Comunicação do Prof. Dr. Luis Filipe Oliveira, Universidade do Algarve, sobre “A Ordem de Santiago” (Jantar-debate, Restaurante Tertúlia, Faro)

*“As Memórias de Santiago: Do Património aos Itinerários dos Peregrinos”*



Comunicações do Dr. Leandro Gomes (esquerda) e Dr. Paulo Almeida Fernandes (direita) da Universidade de Coimbra e Universidade Nova de Lisboa, sobre “Patrimonialização” e “Elementos históricos e culturais do culto a São Tiago” respetivamente



António Devesa – Vice-presidente AEJ (Braga) Ferenc Novotta – testemunho de um peregrino húngaro, a viver no Algarve para ajudar a marcar o Caminho



José Luís Sanches – Presidente Via Lusitana (Lisboa)



D. Celestino Lores – Archicofradia del Glorioso Apóstol Santiago e Presidente da Fundação do Caminho de Santiago (Pontevedra)



José Luis Taboada – Presidente da Asociación Gaditana Jacobea “Via Augusta” (Cadiz)



Domingos Carneiro – Presidente da Associação Espaço Jacobeus (Guimarães)



Susana Sousa - Investigadora do presente trabalho e Delegada de Faro da Associação Espaço Jacobeus



Participantes no jantar-debate “Patrimonialização do Caminho de Santiago desde o Algarve” (Restaurante Tertúlia Algarvia)



Inauguração da 1ª Etapa do Caminho Português Central de Santiago (Faro – Loulé)





Paragem no Monte de Nossa Senhora do Carmelo, Patação



Marcação do percurso com setas amarelas (exemplo em cima, poste elétrico no sítio do Canal, Santa Bárbara de Nexe)



Azulejos sinalização do Caminho de Santiago inaugurados em Loulé (esquerda no Largo da Igreja de São Clemente - início da Rua Martim Farto, e à direita no início da Rua de Portugal)



Inauguração do sinal do Caminho de Santiago na Rua de Portugal, à saída de Loulé para Salir.



Inauguração de azulejo / sinalização do Caminho Nascente  
(início na Igreja de Santiago em Tavira)

